

Noventa e Dois Anos de Compromissos  
Sempre Renovados com a Educação.



## **REVISTA PRIMEIROS PASSOS**

Ano 14 – 2015 – Nº 21

Ribeirão Preto, 2015

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA****REITOR**

Ms. Denis Marcelo Lacerda dos Santos

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof.º Dr. Glauco Eduardo Pereira Cortez

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof.ª Ms. Patrícia Andrade Silva

**COORDENADORIA DE EXTENSÃO - PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA**

Profa.ª Ms Flávia Corrêa Meziara

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

Prof.º Fernando Antônio de Mello

**COORDENADORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof.ª. Dra. Lidia Teresa de Abreu Pires

**COORDENADORIA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA**

Prof.º Ms. Adriano Litcanov

**INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA MOURA LACERDA****DIRETOR SUPERINTENDENTE**

Prof.º Dr. Glauco Eduardo Pereira Cortez

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Prof.º Ms. Paulo Alencar Lapini

**DIRETOR FINANCEIRO**

Prof.º Ms. José Jorge Abdulmassih Vessi

## **EDITORA**

Profa Dra. Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta

## **CONSELHO DE PUBLICAÇÕES**

Anderson Salvador Romanello

Fernando Antônio Mello

José Carlos Martins de Nóbrega

Lúcia Ferreira da Rosa Sobreira

Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta

Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Anel Pérez - Universidade Autonoma Del Mexico

Cristiano Ferronato- Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UVA-UNAVIDA-PB

Eliane Terezinha Peres – UFPel – Universidade Federal de Pelotas – RS

Elizete da Silva – UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana- BA

Ernesto Candeias Martins – Universidade Castelo Branco – Portugal

Fernando Antonio Freitas Senna - Centro Universitário de Vila Velha – ES

Flávia Silveira - Faculdade SENAC – Brasília - DF

José Rubens Jardimino – Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP – MG

Marco Antonio Silveira – Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP-MG

Maria Elena Pinheiro Maia – Faculdade de Itápolis - FACITA - Itápolis – SP

Maria Helena Câmara Bastos - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul - PUC – RS

Maria Teresa Santos Cunha – Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC – SC

Rafael De Tilio – Universidade Paulista – UNIP – Ribeirão Preto – SP

Regina Helena Lima Caldana – Universidade de São Paulo - USP – SP

Renato Leite Marcondes – Universidade de São Paulo - USP – SP

Wenceslau Gonçalves Neto – Universidade Federal de Uberlândia - UFU – MG

Catálogo na fonte elaborada pela Bibliotecária

Gina Botta Corrêa de Souza CRB 8/7006.

Primeiros Passos / Centro Universitário Moura Lacerda. v.14, n.21 (2015) -

Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, 2015.

Anual

ISSN 1519-6763

### **PUBLICAÇÃO ANUAL / ANNUAL PUBLICATION**

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

### **INDEXAÇÃO**

Revista indexada em Bases de Dados de abrangência Nacional:

**BBE – Bibliografia Brasileira de Educação** (Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira INEP/ Ministério da Educação). Abrangência nacional, acesso: <http://inep.gov.br/pesquisa,bbe;>

**GEODADOS.** Abrangência nacional, acesso: <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>.

**LATINDEX** – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice. Acesso: [www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)

### **Capa: Fragmentos de um discurso pictórico**

**Autoria: Felipe Góes**

**Direção de Arte: José Luís Dresler**

Centro Universitário Moura Lacerda

**Orientação: Fernando Antônio de Mello**

Coordenador do Núcleo de Publicidade e Propaganda de Comunicação Social.

**REVISÃO DE INGLÊS**

Prof<sup>a</sup> Suhê Delmar Castro Freitas

**EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Vinicius Bernardes

**AGRADECIMENTO ESPECIAL**

Prof<sup>a</sup> Amarílis Garbelini Vessi

**ENDEREÇO/ADDRESS**

Rua Padre Euclides, 995 - Campos Elíseos

Ribeirão Preto - SP - Brasil - CEP 14.085-420

Tel: (16) 2101-1010

**SETOR DE PUBLICAÇÕES**

Tel.: (16) 2101 1086

E-mail: [publicacao@mouralacerda.edu.br](mailto:publicacao@mouralacerda.edu.br)

**REVISTA DISPONÍVEL NO FORMATO ELETRÔNICO**

Home page: [www.mouralacerda.edu.br](http://www.mouralacerda.edu.br)

Link: Publicações.

Os artigos aqui publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não expressam a opinião da Instituição Moura Lacerda.

## SUMÁRIO/CONTENTS

Editorial.....

### **Arquitetura e Engenharias**

Rotas acessíveis dos equipamentos públicos ao eixo PAC II - modalidade em Ribeirão Preto.

Rodrigo Rissi GERALDI  
José Antônio LANCHOTI

Dimensionamento de peças de concreto armado soba NBR 6118:2007 comparado com a nova versão de 2014.

Leonardo Visu RIUL  
Lucas Rodrigo MIRANDA

Impactos do planejamento estratégico na gestão da produção em micro e pequenas empresas.

Juliana Silva MURAKAMI  
Randal FARAGO

### **Agronomia**

Diferentes manejos de corda de viola em áreas do campus do Centro Universitário Moura Lacerda.

Kênia Rezende e SILVA  
Amália Estela MOZAMBANI

Horta Solidária

Fernanda Maria VIEIRA  
Mateus Marrafon NICOLSI

## **Educação**

A felicidade de acordo com Aristóteles na obra de Peter Weiss, de como lhe foi extirpado o sofrimento ao senhor Mockinpott .

Gabriela Gazini di MACEDO  
Liani Fernandes de MORAES

A temática ambiental nos livros didáticos para o ciclo de alfabetização

Glauber Santos AZEVEDO  
Natalina Aparecida Laguna SICCA

A importância do esporte no processo educacional, na visão dos futuros profissionais de educação.

Rithielle Campos TOLENTINO  
José Eduardo Costa de OLIVEIRA

## **Administração e Ciências Contábeis**

Transparência e credibilidade em prestações de contas emitidas pelo terceiro setor

Letícia Marcelino CHEREGATO  
Vivian Caroline Lapini ROCHA

Administração da produção e suas ferramentas operacionais em marcenarias

Caroline Colombari Bruno  
Paola Pamela Silveira Souza  
Silvana Mello Baraldi  
Marcela Soares Pacheco

## **Linguagens Comunicacionais**

Mulheres em movimento: a presença do feminismo na ação e na comunicação das manifestações de julho/2013.

Daniele Barreto dos SANTOS  
Silas NOGUEIRA

Identities flutuantes: a construção das subjetividades pelas redes virtuais de relacionamento

Catarina Carneiro de Andrade LIMA  
Silas NOGUEIRA

O merchandising no ponto de vendas como ferramenta estratégica de marketing

Renata Rozim AUGUSTO  
Carmen JUSTO

Marketing esportivo da NBA: um modelo para o futebol brasileiro

Vitor Augusto das Neves Martins de Almeida SANTOS  
Romilson MADEIRA

A internet (em alta velocidade) é um direito fundamental? Considerações sobre a PEC 479/2010.

Isabela Moussa MACEDO  
Thais Del MONTE

Alterações biopsicossociais em idosos que aderiram a inclusão digital.

Rebeka Gomes Pinto CUNHA  
Túlio Marcus Ribeiro CALIXTO

## **Relações Internacionais**

O conflito entre palestinos e israelenses desde os acordos de Oslo na década de 1990: avanços e retrocessos.

Héros Tamiozzo de AGUIAR  
Leandro Leone PEPE

## Editorial

A Revista **Primeiros Passos**, do Centro Universitário Moura Lacerda, constitui-se em um momento privilegiado para a divulgação de pesquisas de alunos e suas parcerias com os professores no aprimoramento da formação acadêmica nos diversos Cursos de Graduação e Programa de Iniciação Científica (PIC) desenvolvido pela Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Educação Continuada. Reúne, assim, em situação de diálogo, professores pesquisadores e alunos que orientam, investigam e contribuem para o crescimento de trabalhos de iniciação científica nesta Instituição.

Nesta edição, os dezessete artigos publicados contemplam a formação acadêmica oferecida pelos cursos de Administração, Agronomia, Letras, Pedagogia, Educação, Educação Física, Publicidade e Propaganda, Tecnologia e Marketing e Direito, dentre outros.

Em **Rotas Acessíveis entre os Equipamentos Urbanos e os Eixos Viários do PAC II Mobilidade em Ribeirão Preto**, o escopo principal é a análise da acessibilidade no espaço urbano, a partir do Projeto de Mobilidade Urbana proposto pela prefeitura de Ribeirão Preto ao programa PAC II, lançado em 2012, contemplado nesta cidade.

Em **Dimensionamento de Peças em Concreto Armado sobre a NBR6118:2007, Comparando com a Nova Versão de 2014**, é abordado o estudo com o modelo da nova versão da NBR 6118, contemplando as alterações normativas que, para essa nova versão, trará grandes modificações que os alunos e profissionais da construção civil deverão conhecer para adaptar-se a elas.

O artigo **Os Impactos do Planejamento Estratégico na Gestão da Produção para Micros e Pequenas Empresas** investiga a importância que o planejamento estratégico tem sobre a gestão da produção em micros e pequenas empresas, visando traçar, no planejamento estratégico a otimizar, seus processos de manufatura por meio de ferramentas diversas.

Já em **Diferentes Manejos de Corda-de-Viola em Área do Campus do Centro Universitário Moura Lacerda** nos é apresentada a constituição do experimento, com objetivo de testar diferentes formas de controle das plantas daninhas, com a corda-de-viola (*Ipomoeaspp*), e propor a alternativa eficiente para o controle da mesma.

O artigo **Horta Social** apresenta a Política Nacional de Educação Ambiental por meio de proposta do projeto “Horta Escolar”, no sistema de ensino, com a finalidade de fortalecer a relação escola-comunidade.

No artigo **A Felicidade de Acordo com Aristóteles, na Obra de Peter Weiss, de como lhe foi Extirpado o Sofrimento ao Senhor Mockinpott**. A peça teatral de Peter Weiss é analisada sob o prisma da reflexão do sofrimento do Senhor Mockinpott na busca por equilíbrio (felicidade) nos vários segmentos da vida, na ótica do filósofo grego Aristóteles.

Em **A Temática Ambiental nos Livros Didáticos para o Ciclo de Alfabetização** são discutidas a finalidade e a compreensão da questão ambiental em livros didáticos de ciência da natureza do ciclo de alfabetização, que foram recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Ao analisar **A Importância do Esporte no Processo Educacional na Visão dos Alunos de Licenciatura em Educação Física**, o artigo apresenta como tema de investigação a seguinte questão: os futuros profissionais de Educação Física, formados nos cursos de Licenciatura, sabem diferenciar o conceito de esporte educacional ou apenas o reconhecem como um instrumento para se descobrir novos talentos esportivos? A partir deste questionamento, o autor procura dar um novo significado ao processo educativo decorrente das aulas de Educação Física Escolar, com a finalidade de aprimorar a formação humana.

**Transparência e Credibilidade em Prestações de Contas Emitidas pelo Terceiro Setor** discorre sobre como as Organizações não Governamentais (ONGs) sem fins lucrativos prestam serviços à sociedade, de que forma o Tribunal de Contas fiscaliza esses repasses, e como ocorrem as prestações de contas realizadas por essas organizações.

O artigo **Administração da Produção e suas Ferramentas Operacionais em Marcenarias** discute como a administração da produção é fundamental para estimular o potencial produtivo, com a finalidade de aumentar receitas, reduzir os custos e produzir os bens de forma mais eficiente em relação à criação de produtos e de serviços oferecidos nas empresas.

O artigo **Identidades flutuantes: a construção das subjetividades pelas redes**

**virtuais de relacionamento** discute a onipresença das redes virtuais nas relações contemporâneas, que é um interessante do mundo capitalista globalizado.

No artigo **Mulheres e Movimento: a Presença do Feminismo na Ação e na Comunicação das Manifestações de Junho de 2013**, são elencadas as características presentes nos movimentos sociais no Brasil, com ênfase nos movimentos feministas, procurando apurar os indícios de sua atualidade a partir das manifestações ocorridas no país em junho de 2013.

O artigo **O Merchandising no Ponto de Vendas como Ferramenta Estratégica de Marketing** investiga o merchandising, o marketing em pontos de vendas, por meio do estudo de caso sobre a evolução do merchandising nas lojas O Boticário.

A pesquisa **Marketing Esportivo da NBA: um Modelo para o Futebol Brasileiro** visa compreender os conceitos de marketing esportivo, as principais formas de investimento no esporte, tendo como referência modelo a eficiência da NBA, para analisar a proposta de organização do campeonato brasileiro de futebol.

No artigo **A Internet (em alta velocidade) é um Direito Fundamental? Considerações sobre a Proposta da Emenda à Constituição Federal número 479/2010**, é discutida a viabilidade jurídica do acesso à Internet como direito fundamental e seu enquadramento nas definições doutrinárias, conforme as leis brasileiras já existentes relacionadas ao tema da PEC e às medidas realizadas por outros países.

Em **Alterações Biopsicossociais em Idosos que Aderiram à Inclusão Digital**, o texto propõe uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas pelos idosos ao lidar com a tecnologia e a importância da inclusão digital para a terceira idade, como forma de enfrentamento para se evitar a exclusão social e digital.

Finalizando esta edição da Revista Primeiros Passos, o artigo **As Negociações entre Palestinos e Israelenses desde os Acordos de Oslo na década de 1990: Avanços ou Retrocessos**, discute as negociações entre palestinos e israelenses em meio a ciclos vertiginosos de violência, tendo como referência os acordos firmados em Oslo, no ano de 1993, mediados pelo Estados Unidos.

Em síntese, os temas abordados permitem ao leitor o acesso às discussões

presentes no meio acadêmico, sob os mais diversos aspectos analíticos fundamentados nos cursos oferecidos pelo Centro Universitário Moura Lacerda.

*Chelsea Maria de Campos Martins*

*Paulo César Cedran*

## **Arquitetura e Engenharias**

### **ROTAS ACESSÍVEIS ENTRE OS EQUIPAMENTOS URBANOS E OS EIXOS VIÁRIOS DO PAC II MOBILIDADE EM RIBEIRÃO PRETO<sup>1</sup>**

Rodrigo R. GERALDI\*

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

## Resumo

Esta pesquisa se constitui em uma análise da acessibilidade ao espaço urbano, a partir do Projeto de Mobilidade Urbana proposto pela prefeitura ao programa PAC II - Mobilidade Urbana Médias Cidades, lançado em 2012, e que contempla a cidade. Esse projeto do PAC II, para Ribeirão Preto, contará com diversas obras que visam melhorar a mobilidade urbana da cidade a partir de eixos definidos como corredores de transporte público coletivo. Além da pesquisa bibliográfica e conceitual do tema, um levantamento *in loco* possibilitou identificar a situação atual da acessibilidade em alguns pontos da região central da cidade, próximos a equipamentos urbanos e polos de atração ligados ao eixo viário do PAC II. Após mapear as condições atuais das rotas escolhidas, foi feito um diagnóstico para indicar sua problemática para auxiliar futuras intervenções.

**Palavras-chave:** *Acessibilidade; PAC II; Mobilidade Urbana; Ribeirão Preto.*

## ACCESSIBLE ROUTES BETWEEN URBAN EQUIPMENT AND ROAD AXES OF PAC II

### MOBILITY IN RIBEIRÃO PRETO

## Abstract

This research consists of an analysis of accessibility to urban space, based on the Urban Mobility Project proposed by the city administration to the PAC II program - Urban Mobility Medium Cities, launched in 2012, and contemplating the city. This PAC II project to Ribeirão Preto will feature several works to improve urban mobility of the city from axes defined as public transportation corridors. In addition to the literature and conceptual research of the theme, a survey on site allowed identifying the current condition of accessibility in some parts of the downtown area, close to urban facilities and attraction hubs connected to the road axis of PAC II. After mapping the current conditions of the chosen routes, a diagnosis was made to indicate their problems to help future interventions.

**Keywords:** *Accessibility; PAC II; Urban Mobility; Ribeirão Preto.*

## Introdução

Atualmente, em Ribeirão Preto, a mobilidade urbana vem sendo um dos maiores problemas da cidade. É preciso repensar a circulação de veículos e pessoas e o desenho

---

\* Aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto – SP. E-mail: rodrigogrissi@hotmail.com.

\*\* Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP) Docente do Centro Universitário Moura Lacerda e orientador da pesquisa. E-mail: lanchoti@gmail.com.

urbano da cidade. O setor da mobilidade não motorizada e o setor de transporte coletivo também estão defasados e precisam de melhorias. O sistema de transporte em Ribeirão Preto é centrado somente em ônibus coletivo e veículos particulares, sendo que este dobrou nos últimos anos.

O Governo Federal aprovou recentemente um Programa com montante no valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões de reais, que serão investidos nas cidades de porte médio em relação ao número de habitantes; é o chamado PAC II Mobilidade. As cidades beneficiadas serão as consideradas médias cidades, ou seja, as que tenham entre 200 e 700 mil habitantes. Ribeirão Preto foi contemplada no programa PAC II Mobilidade, com valor estimado de R\$ 310 milhões de reais, que serão investidos em mobilidade na cidade, contemplando transporte coletivo.

O valor total investido em Ribeirão Preto será subdividido em várias obras. Estão inclusos no valor 4 viadutos, 4 pontes, 1 passarela, duplicação de avenidas, 2 túneis, 56 km de corredores estruturais, sendo 27 km do eixo Norte-Sul, 25 km no eixo Leste-Oeste e 4 km no eixo central. Serão construídos também abrigos nos corredores para transporte coletivo, 30 km de ciclovias e 102 km de calçadas. Com todo esse processo em andamento, Ribeirão Preto precisará de uma reestruturação e também a implantação de uma nova estrutura de equipamentos que atenda à demanda de pessoas que passarão a circular nesses locais. A intenção desse projeto é que as pessoas passem a utilizar mais o transporte coletivo, e que a mobilidade da cidade flua melhor e com total acessibilidade a todos os locais.

Para um bom funcionamento dos novos eixos que serão implantados pelo PAC, terão que ser mapeados os equipamentos que se encontram próximos aos eixos, pelo fato de que não adianta o cidadão usufruir de uma boa qualidade de mobilidade e, quando descer do transporte coletivo, tenha dificuldade em chegar ao seu destino pois ele se encontra muito longe do eixo.

É de grande importância ressaltar que esta pesquisa irá se referir à mobilidade não motorizada e à necessidade de novos equipamentos, que poderão ser implantados caso os já existentes estejam muito longe dos eixos do PAC II. Sendo assim, os já existentes serão adaptados e reorganizados, para que toda essa reforma solucione o problema de mobilidade e atenda a todos os cidadãos.

O mapeamento dos equipamentos que atenderão essa grande demanda de pessoas é de grande importância para checar as problemáticas da mobilidade não motorizada, que têm seu início ao descer do transporte coletivo. Os equipamentos terão que ser bem articulados nos eixos do PAC-Mobilidade Ribeirão Preto, para não haver problemas de acesso. Os corredores

irão facilitar o deslocamento dessas pessoas aos locais de uso coletivo, como os ambientes de trabalho, as escolas, os postos de saúde, os centros comerciais e os demais equipamentos urbanos. Para o bom uso desses locais, há necessidade de facilitar esse deslocamento; portanto, deve-se visar atender o público em geral, inclusive as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Como a extensão das vias será grande e em vários eixos da cidade, será indispensável um estudo para definir quais os principais equipamentos urbanos para se utilizar em cada local. Serão levantados os já existentes, os que precisam de manutenção e os que serão implantados.

Para a realização desta pesquisa foi fundamental uma bibliográfica aprofundada, para que se obtivesse toda a fundamentação teórica, que foi de grande importância, pois esta pesquisa foi fundamentada e desenvolvida mediante pressupostos e conceitos que tratam da mobilidade urbana, acessibilidade, equipamento urbano e também PAC II Mobilidade Urbana.

Sobre mobilidade urbana, Eduardo Vasconcelos diz que consiste na: *“Habilidade de movimentar-se, em decorrência de condições físicas e econômicas.”* Em seguida ele diz, também, que: *“Mobilidade é um atributo associado às pessoas e aos bens, corresponde às diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas.”* (1).

A Lei 12.587/12, que institui as diretrizes para Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), do Ministério das Cidades, diz que mobilidade urbana: *“É um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas, etc.) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade.”* (2)

Verifica-se que mobilidade urbana é a possibilidade de deslocamento de modo geral, e não somente de meios coletivos de transporte. A mobilidade é a responsável pelo acesso da população aos equipamentos da cidade, e é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e de integração da cidade. Pensar em mobilidade é também pensar em como se organizam o uso e a ocupação da cidade, levando em consideração a garantia de acesso aos bens que a cidade oferece à população (escolas, saúde, locais de emprego, cultura e lazer). Esse deslocamento, hoje, é realizado por meio de veículos motorizados, particulares e públicos.

Sobre Acessibilidade Urbana, podemos dizer que, segundo a (NBR 9050:2004), acessibilidade é a “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” No mesmo ano, acessibilidade é definida também pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, como: “Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.(3) Ambos são convergentes, mas o segundo está mais detalhado e não define acessibilidade somente como condição de alcance, mas também como algo a ser planejado para pessoas com mais de um tipo de deficiência física. Outra referência importante, que também apresenta outro ponto relevante à acessibilidade, vem do Ante-projeto de Lei de 6 de julho de 2006, Art. 4º, Inciso X, que diz: “A facilidade, em distância, tempo e custo, de se alcançar, com autonomia, os destinos desejados na cidade”. Ele complementa a definição de acessibilidade quando se refere a custo, tempo e distância, que são pontos de relevância quando nos referimos ao deslocamento de pessoas, com deficiência física ou não.

Segundo o livro “A cidade como um jogo de cartas”, de Carlos Nelson F. dos Santos, equipamentos urbanos “são aqueles serviços públicos que exigem áreas ou edificações próprias para funcionarem. Têm de ser programados em avanço para atender bem aos fins a que se destinam.” A cidade, para ter um bom funcionamento, precisa de alguns serviços que atendam às necessidades básicas da população; porém, para esses serviços funcionarem de forma eficiente precisam ser implantados em edifícios onde há uma estrutura adequada. A norma técnica NBR 9.284, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, define equipamento urbano de forma semelhante: “*Todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.*”

Os equipamentos urbanos são essenciais para que haja uma harmonia funcional na cidade, e são fundamentais para o fornecimento e otimização dos serviços públicos prestados à população, conjuntamente com o desenvolvimento econômico e social da cidade. São subdivididos em algumas categorias e subcategorias, conforme norma técnica da ABNT.

O PAC II Médias Cidades é um programa do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, para a realização de grandes obras de infraestrutura social, urbana e energética nas cidades com 250 a 700 mil habitantes. O PAC II tem como objetivo estimular o crescimento da economia brasileira, através desses investimentos. A segunda fase do

programa foi lançada no governo da Presidente Dilma Rousseff, em meados de 2010/2011, e vem promovendo grandes reformas no âmbito de mobilidade no país, principalmente no setor de transporte público coletivo, contribuindo, assim, para o aumento da oferta de emprego, e gerando renda para cerca de milhões de trabalhadores. Um de seus principais objetivos é estabelecer parcerias e financiar obras para melhoria da qualidade de vida da população, melhorando a infraestrutura urbana em sua totalidade. Vários segmentos entraram no programa, totalizando 6 áreas de investimentos do PAC: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha casa, Minha vida, Água e Luz para todos e Transporte e Energia. Todas essas áreas serão beneficiadas pelo programa, de acordo com a necessidade pré-existente em cada cidade.

## **Metodologia**

Para realização desta pesquisa foram realizadas buscas em livros de referência da área e consultas aos órgãos competentes. Foram utilizados conceitos da norma da ABNT 9.050 de acessibilidade e o plano de mobilidade proposto para Ribeirão Preto.

O Plano Diretor da cidade de Ribeirão Preto foi uma fonte importante, pois nele estão as leis e diretrizes que dizem como o desenvolvimento da mobilidade da cidade foi aprovado, e há também leis complementares que ainda não foram aprovadas, mas que falam sobre os equipamentos urbanos e a necessidade de melhorar a mobilidade não motorizada.

Seminários e reportagens de revistas e jornais apontaram os problemas da cidade sobre mobilidade, em todos os níveis. O novo projeto de mobilidade, recentemente assinado e aprovado, e sua repercussão no cenário atual, acabou gerando polêmicas sobre quem seriam os beneficiários desse novo projeto.

Foram de suma importância pesquisas empíricas para resolver as questões desse projeto, como fotografias para leitura da situação de modo geral, estudos de campo em diversos horários, para entender como funcionam, e quais necessidades dos locais para um melhor planejamento e futuro funcionamento. Entrevistas também foram de suma importância para constatar as dificuldades de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos locais e suas proximidades.

Foi realizado, também, estudo de casos, sendo que essa etapa consistiu em análises projetáveis, que tiveram como foco principal a identificação das problemáticas e potencialidades do objeto analisado, obtendo-se resultados que permitissem traçar planos e apontar diretrizes para que os problemas encontrados sejam resolvidos ou regularizados. Com base nas potencialidades desses resultados, pôde-se aplicar ou comparar com outro projeto, de

acordo com o assunto em desenvolvimento, para que houvesse a implantação do que foi absorvido, ou utilizá-lo como modelo de análise ou para comparativos de qualidade. As problemáticas encontradas serviram como argumentos para indicar e potencializar a qualidade do projeto desenvolvido perante o analisado, ou para indicar e fixar pontos que devem ter atenção especial para sanar as possibilidades de essas problemáticas aparecerem.

Com base nos resultados obtidos por meio dessas análises, pôde-se observar e identificar os problemas e potencialidades dos aspectos, referentes à mobilidade e acessibilidade do projeto em questão. Para este estudo de casos, foram feitas análises procurando atender a cada item do capítulo anterior deste trabalho, onde se definiu cada um dos temas abordados nesta pesquisa. Foram realizadas buscas de referências projetuais e intervenções cabíveis para facilitar e auxiliar a identificação das potencialidades e problemáticas do local, após feito o levantamento *in loco*.

Considerando-se a cidade de Ribeirão Preto, foi necessário que houvesse um recolhimento de dados e entrevistas *in loco*, para que se pudesse entender como está a situação geral da cidade em relação à mobilidade e acessibilidade urbana. Com base nos depoimentos realizados, uma vez que as pessoas entrevistadas são moradoras da cidade de Ribeirão Preto e usuários assíduos do transporte coletivo, foram verificados alguns pontos em que a cidade precisa intervir para que os problemas de acessibilidade sejam solucionados, a fim de estabelecer a universalização dos acessos e facilitar o uso, sendo a cidade um organismo de integração e comunicação entre os diferentes povos que a utilizam.

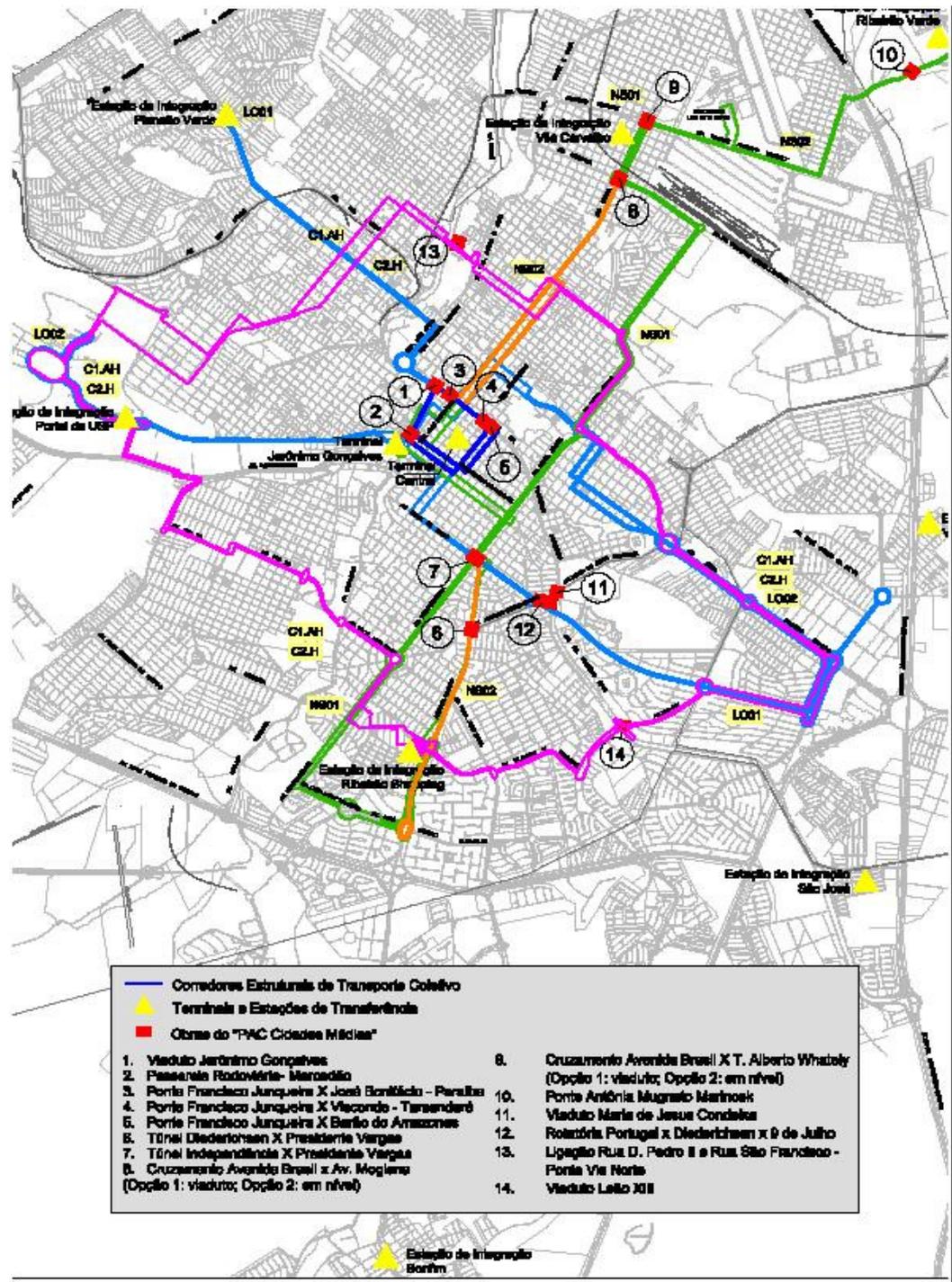
O projeto em questão consiste em um levantamento das propostas da Prefeitura para receber financiamento do PAC II Mobilidade Urbana Médias Cidades. Foi preciso buscar informações de todas as fontes responsáveis para explicar as intenções do projeto, que visa melhorar a mobilidade urbana da cidade de Ribeirão Preto, e, em contrapartida, tratará da questão de acessibilidade para a adequação do espaço urbano para receber grandes obras.

A Secretaria para Fomento de Projetos de Ribeirão Preto, fazendo uso do plano de mobilidade executado pela TRANSERP (empresa administradora do transporte coletivo da cidade) em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão Pública da cidade, elaborou um projeto para ser apresentado ao Ministério das Cidades, para concorrer a uma parcela de toda a verba destinada às médias cidades para projetos relacionados à mobilidade urbana. A proposta foi elaborada com o auxílio e ajuda de muitos profissionais que estão envolvidos em prol dessa grande causa, e apresentado em Brasília pela representante da cidade, Marina Amorim, assistente do Secretário da Administração da Coordenadoria de Projetos, que foi a responsável desde a inscrição da cidade no edital, acompanhando todos os processos para a

concretização de todas as intenções, em fase de licitação, que será feita através do regime de RDC (Regime Diferenciado de Contratação), e permite que os projetos sejam contratados em conjunto com as obras. As obras do PAC II para a cidade foram orçadas em aproximadamente R\$ 320 milhões de reais, quantia que será subdividida em várias obras que visam melhorar a mobilidade urbana da cidade.

A proposta do PlanMob Ribeirão Preto representa ações que visam à reestruturação do espaço urbano para garantir transporte coletivo urbano, o estímulo para garantir novos usuários e promover deslocamento com maior qualidade, comodidade e segurança, uma vez que todas as obras e estratégias propostas são direcionadas ao único fim, que é permitir ao cidadão deslocar-se de modo mais eficaz, usufruindo de um sistema de transporte eficiente. Estudar a acessibilidade ao longo dos eixos dos corredores estruturais é de suma importância, pois temos que ter como partido que as obras do PAC são direcionadas a todos os habitantes, ou seja, incluindo aqueles que possuem deficiência física e precisam de espaços que assegurem sua dignidade física e moral.

## PROPOSTA DO PLANO DE MOBILIDADE DA CIDADE DE RIBEIRÃO



PRETO

MAPA 01 - Plano Geral do PlanMob Ribeirão Preto. Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão Pública, editado por Rodrigo Rissi.

## ORÇAMENTO DAS OBRAS DO PAC II EM RIBEIRÃO PRETO

Projetos	Und	Quant	Custo Total (R\$)
Elaboração de projeto básico ou elaboração de estudos complementares ao projeto básico <i>(informar custo separado)</i>	un.	01	2.100.000,00
Elaboração de projeto executivo da obra <i>(informar custo separado)</i>	un.	01	2.100.000,00
<b>Obras e Serviços</b>	<b>Und</b>	<b>Quant</b>	<b>Custo Total (R\$)</b>
Serviços Preliminares	Km.	56	6.332.774,27
Corredor Estrutural de Transporte Público	Km.	56	35.885.720,87
Obras Viárias	Km.	04	12.593.877,03
Sinalização	Km.	56	16.232.419,00
Terminais	un.	11	17.924.949,00
Abrigos e Estações	un.	282	4.709.449,55
Paisagismo e Mobiliário Urbano	Km.	56	6.929.899,85
Calçadas e Equipamentos de Acessibilidade	Km.	56	52.737.024,60
Infraestrutura Cicloviária	Km.	30	9.600.000,00
Serviços Complementares			
Outros ...	metros	2.400	12.000.000,00
Equipamentos visando integração, controle e modernização do sistema de transporte público	conjunto	240	24.000.000,00
Veículos sobre trilhos <i>(informar custo separado quando for parte do investimento)</i>			
Obras de Arte Especial <i>(informar custo separado quando for parte do investimento)</i>	un.	12	93.542.023,83
Desapropriações <i>(informar custo separado quando for parte do investimento)</i>	un.	04	13.984.035,00

TABELA 1: Divisão dos modais de transporte de Ribeirão Preto e o índice de mobilidade urbana da cidade. Fonte: Cordenadoria de Projetos da Prefeitura de Ribeirão Preto.

O projeto, que foi desenvolvido em prol das questões de acessibilidade aplicada ao ambiente urbano, relacionado com os projetos do PAC II Mobilidade Urbana para a cidade, consistiu na análise de acessibilidade em três rotas que foram escolhidas no quadrilátero central da cidade de Ribeirão Preto. A partir dessas rotas foram feitas análises *in loco* para o levantamento das questões de acessibilidade, sendo feitas leituras e críticas através das iconografias posteriormente elaboradas, podendo estabelecer, a partir daí, diretrizes para a real resolução das diversas questões negativas que foram encontradas nas rotas realizadas.

O estudo feito foi aplicado na área central da cidade, devido à quantidade de equipamentos que são considerados grandes polos de atração, ou seja, recebem grande demanda de pessoas de diversos pontos da cidade, ao longo do dia e da noite. Serão definidas as rotas dos eixos do PAC Mobilidade até os equipamentos, e serão identificados todos os problemas encontrados nessas rotas em relação à pavimentação, mobiliário e acessibilidade. Todos os obstáculos e problemas serão mapeados com base em uma análise *in loco* e

iconográfica, a fim de serem obtidos resultados gerais da qualidade de todas as rotas de acesso ao equipamento no meio urbano.

No quadrilátero central da cidade foram escolhidos dois equipamentos urbanos e polo de atração de pessoas: o Shopping Santa Úrsula e o Hospital das Clínicas (HC) Unidade Central, sendo esses equipamentos considerados de grande importância na cidade, além de ambos estarem situados na área central e exercerem grande influência na mobilidade e nos deslocamentos diários naquela região. Sendo assim, foram determinadas as rotas mais próximas a esses equipamentos, para serem analisadas efetivamente, a fim de serem obtidos os parâmetros de análise desejados.

### ROTAS ACESSÍVEIS A PARTIR DO EIXO VIÁRIO DO PAC LOCALIZADO NA AV. INDEPENDÊNCIA



MAPA 2: Rotas Acessíveis aos Equipamentos Urbanos a partir do Eixo Viário do PAC II localizado na Av. Independência. Fonte: Google Maps, Editado por Rodrigo Rissi.

O diagnóstico da acessibilidade urbana foi realizado a partir de pesquisas de campos que possibilitaram o mapeamento e a identificação das condições de acessibilidade a partir dos pontos de ônibus localizados nos corredores estruturais Norte-Sul 1 e 2. O levantamento apontou os aspectos técnicos de acessibilidade que faltam no local. Foram analisados os eixos livres para circulação nas calçadas, rampas de travessia de pedestres, mobiliário urbano de amparo ao cidadão, acesso aos lotes edificados predefinidos anteriormente, abrigos e paradas de ônibus. Fazendo uso de uma metodologia de análise parecida com a do caderno “Estudo de Acessibilidade no Recife”, do projeto Ir e Vir, foram determinados quatro condicionantes para a análise de acessibilidade das Rotas entre os Eixos Viários do PAC II Mobilidade Urbana e os Equipamentos Urbanos considerados grandes polos de atração de pessoas para o quadrilátero central da cidade de Ribeirão Preto. Os quatro condicionantes se subdividem em: Circulação no Espaço Urbano, Transporte Público, Acesso aos Equipamentos e Mobiliário Urbano.

- Circulação no Espaço Urbano: avaliação das condições dos leitos, rampas de travessia das ruas, faixas de segurança de travessia, existência de piso tátil na via pública, manutenção pública das calçadas, condições da vegetação na implantação dos leitos urbanos;
- Transporte Público: possibilidade de acesso dos transportes públicos aos abrigos de embarque e desembarque, identificação do itinerário, possibilidade de integração veicular, formas de informação do coletivo nos abrigos;
- Acesso aos Equipamentos Polos de Atração: condições de acesso ao entorno do equipamento no qual se abriga atividade de interesse público, existência de desníveis ao longo da rota de acesso e suas formas de vencê-las, invasão de calçadas pelos estacionamentos, árvores e canteiros mal planejados;
- Mobiliário Urbano (comodidade e informativo): condições de oferta, manuseio e manutenção do mobiliário urbano instalado ao longo de eixo, verificar se o mobiliário é acessível, de modo que todos os cidadãos possam usufruir do mesmo, especialmente o portador de deficiência física, visual, intelectual e orgânico.

Segundo consta na NBR ISO 8402:1994: “Qualidade é a totalidade de características de uma entidade, que lhe confere a capacidade de satisfazer necessidades explícitas e implícitas”. Com isso podemos entender que o espaço urbano e suas rotas devem satisfazer as necessidades no atendimento ao usuário que as fará uso. A estrutura básica para toda a análise se constitui em forma de levantamentos iconográficos e entrevistas com pessoas que utilizam a rota para acessar os equipamentos analisados nesse projeto. Com base no diagnóstico feito a partir das análises *in loco* que foram feitas, pode-se dizer que há muitos problemas técnicos que devem receber atenção especial da administração pública para que haja uma linha de reformulação no pensar uma cidade acessível. Apesar da concentração da análise ter sido feita apenas na região central da cidade, com apenas dois equipamentos, acredita-se que essa mesma prática metodológica poderá ser aplicada em qualquer área da cidade, levando em consideração suas características e morfologia urbana, e também seu histórico, pois há muitas regiões que foram feitas recentemente ou passaram por processos de reestruturação urbana.

Entretanto, as conclusões sobre os levantamentos foram colocadas de formas distintas, sendo que todos os pontos que foram analisados e suas respectivas menções sobre quais seriam os aspectos que merecerão destaque especial e os cuidados que merecem para garantir a acessibilidade universal no meio urbano construído. Foram apresentados alguns parâmetros para analisar as rotas de acessibilidade, que, de forma breve, apontaram suas considerações e discussões sobre os respectivos tópicos levantados sobre cada instância da análise. Foram discutidos: Circulação livre; Materialidade; Acesso aos Equipamentos Urbanos e Polo de Atração; Mobiliário Urbano + Projeto de Lei para Ribeirão Preto; Travessia das Vias; Manutenção; Atitudes; Reflexão dos Levantamentos.

Vale ressaltar que a definição desses parâmetros de análise são de suma importância para que a compreensão de todo o espaço seja feita a partir de elementos distintos, para que haja mais entendimento e facilidade na compreensão das problemáticas que foram encontradas. A divisão dos resultados em parâmetros facilita o entendimento do leitor. Utilizando esses parâmetros como modelo, pode-se ver que são muitos os elementos urbanos que compõem a cidade, e que todos são fundamentais para seu bom funcionamento, pois cada um deles trata de uma instância específica, sendo que cada uma dessas instâncias oferece facilidade e principalmente qualidade na mobilidade do pedestre. Definidos os parâmetros essenciais, serão feitas análises cabíveis para a obtenção dos resultados.

## **Circulação Livre**

Percebeu-se, nas rotas que foram analisadas, em muitos pontos, a obstrução dos leitos de circulação, muitas vezes ocasionada por árvores, lixeiras, carros estacionados nos recuos das edificações e também pela degradação dos passeios. Observa-se também a largura dos passeios, variando de 1,5 metros até 3,0 metros de largura, o que, muitas vezes, pela má divisão dos eixos (livre, acesso e serviço), causa a obstrução do livre acesso e circulação, dificultando a mobilidade, principalmente das pessoas que possuem alguma deficiência ou tenham sua mobilidade prejudicada.

## **Materialidade**

A materialidade aplicada nas calçadas é de grande importância, pois irá facilitar ou dificultar os deslocamentos que acontecem na cidade, todos os dias. Quando falamos em materialidade, devemos lembrar que, além da escolha ideal, a aplicação feita também é outro fator de grande importância, pois a aplicação mal feita acaba gerando desníveis ou barreiras que podem prejudicar algumas pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, colocando a questão da materialidade como um fator de grande importância no meio em que vivemos, e sua escolha deve partir de pessoas com conhecimento e experiências. A materialidade aplicada ao meio urbano nas rotas traçadas está parcial ou totalmente deteriorada, e deve-se observar também a variedade de materiais e sua forma de aplicação nas calçadas. A gama de materiais utilizados varia de concreto cru até pedras portuguesas ou similares. O ponto que devemos observar é que muitas vezes esses materiais causam trepidação e não são regulares, firmes, estáveis e antiderrapantes, tornando as calçadas objetos causadores de possíveis acidentes e afirmando aquele espaço (calçada) como de difícil acesso, pois a presença dessas condições no passeio faz com que a rota não tenha acesso universal.

Para que não haja problemas na mobilidade das pessoas no espaço urbano, utilizando o modal não motorizado, é preciso que a escolha dos materiais que compõem o passeio sejam escolhidos por um profissional da área (arquiteto ou engenheiro), para que no futuro não apareçam surpresas e até mesmo para que a acessibilidade seja universal, não implicando na qualidade dos deslocamentos que são realizados naquele espaço.

## **ACESSO AOS EQUIPAMENTOS URBANOS E POLOS DE ATRAÇÃO**

Entendendo a calçada como um elemento urbano, cuja função é proporcionar os deslocamentos no ambiente urbano e acesso aos diferentes tipos de edificação e espaços construídos, vemos que é de extrema importância que as calçadas estejam de forma adequada para oferecer o mínimo de conforto aos seus usuários.

Os Equipamentos Urbanos são de grande importância no ambiente urbano, pois eles geralmente oferecem produtos e serviços que são consumidos por um grande número de pessoas, de todas as partes da cidade e até mesmo da região. Partindo desse pensamento, podemos ver que os equipamentos urbanos escolhidos, um público e o outro privado, por se tratarem de polos de atração de pessoas, devem ter seu acesso facilitado, pois recebem pessoas com deficiência física, visual, intelectual e orgânica. Sendo assim, o espaço precisa estar adequado para que o acesso seja fácil e com segurança, assegurando a dignidade de quem pretende acessá-lo.

Nas rotas analisadas podemos ver que muitos dos acessos proporcionados pelos vários passeios do local são dificultados pelas condições de uso das calçadas, pelo fato de a qualidade do material ser ruim, e também porque há barreiras colocadas de modo a dificultar o acesso às edificações. Outro fator que predomina na dificuldade de acesso consiste nos desníveis das calçadas e também dos degraus e rampas mal projetados, uma vez que, quando se utilizam pequenos degraus, também devem ser utilizadas rampas para supri-los.

## **MOBILIÁRIO URBANO + PROJETO DE LEI PARA RIBEIRÃO PRETO**

É de suma importância em todas as cidades, principalmente em Ribeirão Preto, a presença de mobiliários urbanos que visam à melhoria de alguns aspectos que são necessários para garantir a democratização da vida urbana, como a iluminação, a higiene, a comunicação, a segurança e a agradabilidade visual, entre outros. Esses elementos são fruto de investimentos dos setores público e privado da cidade, que visam à melhoria do espaço coletivo. Ordenar a distribuição, dimensionamento, padronização, materialização e implantação desses elementos torna-se cada vez mais urgente na cidade.

Nas rotas que foram analisadas pudemos observar que a cidade muito carece de mobiliários urbanos, e mal encontramos uma lixeira. A iluminação não está boa, não há auxílio de mobiliários para depósito de lixo, para descanso e também para dispor informações importantes para o cidadão. Foram encontrados poucos mobiliários nas rotas, e, quando encontrados, foram implantados pelo setor privado ou eram públicos e estavam degradados. A

implantação do mobiliário também é de grande importância, e para que seja implantado corretamente deve atender à norma NBR 9.050, mas na maioria dos casos essa norma não é respeitada e o posicionamento incorreto na hora da implantação faz com que a circulação seja dificultada posteriormente.

Em Ribeirão Preto tramita um Projeto de Lei exclusivamente para tratar das questões de mobiliário urbano, já encaminhado à Câmara dos Vereadores, e segundo a Prefeitura visa à universalização da utilização desses elementos e de sua ordenação no espaço público da cidade. O projeto visa organizar a adequação do ambiente físico, disciplinando sua implantação nos espaços públicos e privados da cidade.

Os principais objetivos desse Projeto de Lei são: a melhoria da qualidade de vida dos usuários, de forma a contribuir para o bem-estar da população, garantindo condições de segurança, fluidez e conforto no deslocamento de pessoas e veículos; o respeito e a preservação da qualidade da Paisagem Urbana, em seu aspecto visual, sonoro e ambiental; a utilização com autonomia e segurança dos elementos, por qualquer pessoa, proporcionando a acessibilidade aos usuários através do desenho universal, inclusive às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; o cumprimento do Estatuto da Cidade, por meio da implantação de uma Política Pública capaz de promover a ordenação do espaço urbano e a proteção do Meio Ambiental natural ou construído.

### **Travessia das vias**

Este assunto é de grande importância, pois é a partir das travessias que o pedestre consegue ter condições de chegar até seu destino; são elas que indicam e facilitam o acesso às outras calçadas que compõem uma rota, sendo de suma importância para os cidadãos com deficiência ou mobilidade reduzida. Nas análises feitas *in loco* foi difícil encontrar rotas continuamente acessíveis, sem que houvesse problemas em suas rampas de travessia. A maioria das rampas não possui a inclinação adequada regulamentada pela NBR 9.050, que é de 8,33%, constituindo a inclinação máxima para que o cidadão com deficiência possa ter autonomia em seus deslocamentos. A concordância com o asfalto é outro fator preocupante, pois em todos os casos analisados essa concordância não existia, a pavimentação estava precária; em alguns trechos havia mais de um tipo de pavimentação, mesclando o asfalto convencional e o paralelepípedo.

Outro fator que não foi encontrado nos locais é a presença do piso tátil de alerta, elemento de suma importância para os deslocamentos realizados pelos cidadãos com

deficiências visuais. Os portadores de deficiência não podem se locomover com segurança e qualidade nos eixos, por sua ausência, uma vez que esse fator vem dificultando o deslocamento e aumentando possibilidade de possíveis acidentes. Com isso, a cidade e a administração municipal têm o dever de garantir a democracia de deslocamento mediante implantação correta desses elementos fundamentais de acessibilidade.

### **Manutenção**

Sabe-se que todo material ou equipamento de uso coletivo demanda por manutenção, pelo desgaste ocasionado pelo fator tempo X uso. Sabendo, também, que todo material de qualquer natureza possui uma vida útil, podemos dizer que a manutenção é um fator fundamental para que esses mobiliários e elementos urbanos funcionem continuamente, sem interrupções e acidentes. O maior problema da cidade, atualmente, vem se configurando pela falta de manutenção e, em contrapartida, o descaso da população para com o mobiliário urbano e seus respectivos elementos, uma vez que estes são degradados, muitas vezes, pelos próprios cidadãos.

### **Considerações Finais**

Após todos os levantamentos responsáveis pela elaboração deste projeto terem sido feitos, podemos ressaltar um aspecto que está além de qualquer conhecimento técnico aqui abordado. Muitas pessoas que vivem no ambiente urbano não conhecem ou até mesmo não sabem quais são seus direitos; e também não têm conhecimento sobre tudo o que foi abordado nesta pesquisa. Com base em entrevistas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, podemos ver que as pessoas não possuem conhecimento sobre as leis que amparam a acessibilidade. Apenas pequenos grupos ou profissionais estão diariamente ligados a esse assunto de suma importância nas discussões que estão sendo levantadas no Brasil, atualmente. A falta de conhecimento técnico acarreta muitos problemas, dificultando a elaboração de bons projetos, e a formação qualificada de profissionais específicos.

O conhecimento e a propagação da informação referente à acessibilidade urbana fariam com que as pessoas tomassem atitudes que fizessem com que a Prefeitura e os órgãos competentes agissem em prol dessa causa, que hoje está banalizada na cidade. A Prefeitura não dispõe de medidas para estabelecer novos regulamentos que assegurem os direitos aos cidadãos com deficiência no meio urbano, e a fiscalização para fazer valer o que já existe

quase não ocorre. Para muitos são questões que não devem ser levadas a sério, pois demandam tempo e custo para que “poucas” pessoas possam usufruir daquele espaço.

Cabe à população, também, zelar pelas coisas públicas, para que, quando as medidas necessárias forem tomadas, não haja o rompimento do ciclo de evolução das práticas pelo desleixo da sociedade, pois devemos entender que um bem público é de todos nós, adquirido mediante os impostos que pagamos. Devemos colaborar para o bom funcionamento desse organismo que é a cidade, e colaborar também para que as práticas positivas e que ajudam na requalificação do meio urbano sejam cada vez maiores e melhores, pois uma cidade acessível não é fruto de leis que a garantem, mas sim de práticas de cidadãos conscientes de que todos devem ter acesso a todos os lugares de origem pública que, por sua vez, devem ser garantidos com qualidade e dignidade.

A necessidade pela busca do conhecimento será de grande importância para fazer valer qualquer ação ou prática que deve partir de algumas pessoas envolvidas no meio e que possuem conhecimento sobre a questão. Políticas Públicas para tratar dessa questão são de suma importância para o estabelecimento de critérios e normas que irão garantir a todos condições mínimas e direitos assegurados do espaço. Um plano de educação sobre a acessibilidade também seria de grande ajuda para propagar esse conhecimento que poucos possuem, ainda, em nosso meio, e que o olhar vá diretamente para aquelas pessoas que estão próximas de nós e que merecem todas as condições que nós temos e usufruímos. A cidade precisa solicitar projetos urbanísticos de profissionais capacitados para resolver todas as questões, para que os problemas sejam sanados pelos projetos daqueles que demandam conhecimento e ações para sanar os problemas dos espaços urbanos e as questões de acessibilidade. E, por fim, estabelecer um plano de fiscalização para fazer valer as práticas, assegurando a acessibilidade, qualidade e segurança do espaço urbano.

Ao final desta pesquisa, podemos dizer que todos os objetivos propostos foram alcançados, e que a justificativa inicial para apontar a importância do projeto se fez presente em todos os instantes. Realmente, é necessário que a cidade, seus agentes administrativos e cidadãos olhem para as pessoas com deficiência com mais respeito e solidariedade. As metodologias aplicadas foram de grande importância, por oferecerem condições de compreender o projeto de forma mais abrangente e rica, e foram utilizadas no decorrer da pesquisa, que cumpriu o cronograma proposto do início. O público alvo, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, se manteve; porém, pode-se dizer que a população em geral foi o grande público, uma vez que todos são beneficiados com a melhoria do ambiente urbano e os elementos que o compõem. O projeto foi realizado no prazo de um ano, e o foco

foi direcionado para a região central da cidade, uma vez que entendemos que lá existe o maior aglomerado de pessoas, e, principalmente, os maiores deslocamentos a pé.

Por fim, podemos dizer que a construção da cidade acessível se baseia em muitas questões que formam o conjunto de uma grande obra, e que todos devem estar envolvidos nessa grande resolução que visa reconstruir uma cidade inteira para devolvê-la a todos os habitantes, de modo que todos possam interagir e usufruir 100% do espaço público, sem barreiras e dificuldades a serem superadas. Esta pesquisa visa ir além de definições, análises e conclusões. Procura incentivar a demanda por conhecimento em relação às questões aqui colocadas, e também uma sensibilidade maior para essa grande causa que visa valorizar o ser humano através da garantia de seus direitos de ir e vir com dignidade e respeito como ideal de uma sociedade que reconhece a cidade como o coração de todo um sistema unificado que deve propocionar uma vida digna e livre a todos.

## **Referências**

**ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.** Rio de Janeiro: Estudos de Acessibilidade para as Cidades Brasileiras – Rio de Janeiro. Projeto Ir e Vir.

**ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA. ESTUDO DE ACESSIBILIDADE NO RECIFE.** Rio de Janeiro: Estudos de Acessibilidade para as Cidades Brasileiras – Recife. Projeto Ir e Vir.

**ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA. ESTUDO DE ACESSIBILIDADE EM TERESINA.** Rio de Janeiro: Estudos de Acessibilidade para as Cidades Brasileiras – Teresina. Projeto Ir e Vir.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004.**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 8402/94 Gestão da qualidade e garantia da qualidade - Terminologia. 1994.**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9284 Equipamento Urbano. 1986.** Disponível em:  
< <http://pt.scribd.com/doc/27419499/NBR-09284-Equipamento-Urbano>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

BARIONI, André. Política de mobilidade sustentável e inclusiva em Ribeirão preto, SP: uma análise do transporte público por ônibus. 2011. 339 f. **Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2011. Disponível em:  
<<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1094>>. Acesso em: 15.02.2014.

BARIONI, André. Mobilidade Urbana Sustentável. **Enfoque Ribeirão**, Ribeirão Preto, ago. 2013. Disponível em: <<http://mobilidadeurbanarp.blogspot.com.br/>> Acesso em 15.02.2014.

**BRASIL ACESSÍVEL: Construindo a cidade acessível.** 2. Ed. Brasília, 2006.

**BRASIL ACESSÍVEL / PROGRAMA BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE URBANA.** Construindo a cidade acessível. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades, V. 2, dez. 2006.

**BRASIL. Lei Federal Nº 12.587/12** – Estabelece a Mobilidade Urbana. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana: PlanMob – construindo a cidade sustentável.** Brasília, 2006. 1 CD-ROM.

CADERNO de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. Brasília: **Secretaria Nacional de transporte e da Mobilidade Urbana**, 2007.

CAMPOS, Filho., CÂNDIDO, Malta., 1936 – **Reivente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade/ Candido Malta Campos Filho.** – São Paulo: Ed. 34, 2003. 224 p.

CANUTO, Patricia. Pernambuco recebe mostra da casa acessível: Adaptações refletem novos conceitos em moradia. Casa Acessível: Inovação no conceito de habitação. **Revista Nacional de Tecnologia Assistiva.** Brasil, N. 7, p. 24-31, jul., 2011.

DUDUTA, Nicolae., STEIL, Claudia Adriazola., WASS., Carsten, DARIO, Hidalgo, LINDAU, Luis Antonio. **Segurança viária em corredores de ônibus: Diretrizes para integrar segurança viária ao planejamento, projeto e operações de sistemas BRT, corredores e faixas de ônibus.** Brasil, EMBARQ. 78 p.

EMARQ BRASIL. **PAC Mobilidade Urbana: Como construir projetos sustentáveis.** Brasília, 2012. 40 p.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento. São Paulo: 1947-1972 / Sarah Feldman.** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2005. 277 p.

GEOGRAFIA URBANA. O que são equipamentos urbanos?. **Site Potiguar Urbanizado**. Brasil, Mar. 2013. Disponível em: <http://potiguarurbanizado.blogspot.com.br/2013/03/o-que-sao-equipamentos-urbanos-segundo.html>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

GONZALEZ, Nena., MATTOS, Sheyla. O que é acessibilidade. **Site Instituto Novo Ser**, Brasil. Disponível em: <[http://www.novoser.org.br/instit\\_informacao.htm](http://www.novoser.org.br/instit_informacao.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

HAYRTON. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **Site Qualidade Online**, Brasil, mar., 2010. Disponível em: <https://qualidadeonline.wordpress.com/2010/03/25/acessibilidade-a-edificacoes-mobiliario-espacos-e-equipamentos-urbanos/>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

**INSTITUTO MUITO ESPECIAL. LANCHOTI, J. A. (org.)**. Orientações Técnicas sobre Acessibilidade e Design Inclusivo. **ALMEIDA PRADO, A.R.; LANCHOTI, J. A.; LOPES, M. E.; PERITO, S.** Instituto Muito Especial: Rio de Janeiro, V. 1, mai., 2011.

MAGGI, Leticia. Lei da pré-escola é avanço. E tirá-la do papel, um desafio. **Revista Veja Online**, Brasil, abr. 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/lei-da-pre-escola-e-avanco-e-tira-la-do-papel-um-desafio>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

MARTELLO, Alexandro. Investimentos do PAC 2 atingem R\$ 773 bilhões até dezembro de 2013. **Site G1 Portal Economia**, Brasil, fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/investimentos-do-pac-2-atingem-r-773-bilhoes-ate-dezembro-de-2013.html>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

MARTINS, Leandro. Mobilidade é apontada como o maior problema de Ribeirão Preto. **Revista Folha Virtual**, Ribeirão Preto, jun. 2013. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/06/1296985-mobilidade-e-apontada-como-o-maior-problema-de-ribeirao-preto.shtml> Acesso em: 14.02.2014.

Médias Cidades terão R\$ 7 bilhões para investir em Mobilidade Urbana. **Site Portal Brasil**, Brasil, jul., 2012. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/medias-cidades-terao-r-7-bilhoes-para-investir-em-mobilidade-urbana>>. Acesso em: 7 mai. 2014.

MELO, Brenda. Sistemas de Transporte Bogotá – Colômbia. **Blog Interesse Público e Coletivo**, Brasil, mai., 2011. Disponível em: < <http://int-pub-coletivo-brenda-1sem-2011.blogspot.com.br/2011/05/sistema-de-transporte-bogota-colombia.html>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

**Mobilidade e política urbana: Subsídios para uma gestão integrada** / Coordenação de Lia bergman e Nidia Inês Albesa de Rabi. – Rio de Janeiro: IBAM; Ministério das Cidades, 2005. 52 p.

**Mobilidade e desenvolvimento urbano / Ministério das Cidades, Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana.** – Brasília: Midades, 2006. (Gestão integrada da mobilidade urbana, 1). 164 p.

Obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. **Site Portal Brasileiro de Dados Abertos**, Brasil. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. **Site Sua Pesquisa**, Brasil. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/pac.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pac.htm)>. Acesso em: 9 mai. 2014.

**PLANO DE MOBILIDADE E TRANSPORTE DE RIBEIRÃO PRETO.** Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto – TRANSERP. Ribeirão Preto: dez. 2012. 332 p.

PEDRINI, A. João. Abaixo da média nacional, Ribeirão Preto (SP) quer ampliar uso de ônibus. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/noticias/3902/abaixo-da-media-nacional-ribeirao-preto-sp-quer-ampliar-uso-de-onibus.html>> Acesso em 15.02.2014.

PINHEIRO, Antenor. Bogotá, capital da mobilidade. **Site Instituto Cidade**, Brasil, jan., 2008. Disponível em: <[http://www.institutocidadegoiania.com.br/noticia.php?id=31&categoria\\_id=1](http://www.institutocidadegoiania.com.br/noticia.php?id=31&categoria_id=1)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

ROSENTHAL, Elisabeth. Saiba como os ônibus de Bogotá melhoram o trânsito e poluem menos. **Site G1 Mundo**, Brasil, set., 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1238832-5602,00-zAIBA+COMO+OS+ONIBUS+DE+BOGOTA+MELHORAM+O+TRANSITO+E+POLUEM+MENOS.html>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos., BREMAEKER, François E. J. De. **O que é preciso saber sobre programação geral de equipamentos urbanos e mobiliário urbano.** Rio de Janeiro, IBAM/CPU, 1982. 93 p.

SANTOS, Carlos Nelson F. Dos. **A cidade como um jogo de cartas/Carlos Nelson F. dos Santos.** – Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988. 192 p.

Sistema de Transporte Coletivo em Curitiba. **Site Biocidade**, Curitiba. Disponível em: <<http://www.biocidade.curitiba.pr.gov.br/biocity/33.html>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL DE PORTUGAL. **OEI Ministério da Educação de Portugal**. Disponível em:

< <http://www.oei.es/quipu/portugal/preescolar.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

Seleção PAC Mobilidade Médias Cidades. **Site PAC Ministério do Planejamento Brasil**, jul., 2012. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/1fe959af>>. Acesso em: 7 de mai. 2014.

Sobre o PAC. **Site PAC Ministério do Planejamento Brasil**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 7 de mai. 2014.

Transmilênio – Bogotá – Colômbia. **Site SIBRT Online**, Brasil. Disponível em: <<http://www.sibrtonline.org/pt/plenarios/19>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

Transporte Coletivo. **Site IPPUC**, Brasil. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=32&%20idioma=1>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

VALERI V., Augusto. Mobilidade Urbana e Regional: **Seminário Temático Regional Aspectos Estratégicos do Plhis**, Ribeirão Preto, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cohab/seminario/mobilidade-urb-regional.pdf>>. Acesso em: 17.02.2014.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: ENC NACIONAL, 2012. 216 P.

## **DIMENSIONAMENTO DE PEÇAS EM CONCRETO ARMADO SOBRE A NBR6118: 2007, COMPARANDO COM A NOVA VERSÃO DE 2014<sup>1</sup>**

Leonardo Visu RIUL\*  
Lucas Rodrigo MIRANDA\*\*

### **Resumo**

O projeto de pesquisa trata-se de um estudo com o modelo da nova versão da NBR 6118 - Projeto de Estruturas de Concreto, – procedimento que entrará em vigor no próximo ano. A NBR 6118 refere-se aos parâmetros e condições para o dimensionamento de estruturas de concreto armado, ou seja, é amplamente utilizada; qualquer alteração necessita de uma adaptação das literaturas que tratam sobre o tema. Dessa forma, o presente projeto visa revisar as literaturas já existentes com um novo olhar, contemplando as alterações normativas que, para essa nova versão, terá grandes modificações, sendo que alunos e profissionais da construção civil deverão adaptar-se a tais alterações.

**Palavras-chave:** *Concreto Armado; Revisão; Dimensionamento; NBR 6118:2014.*

## **SCALING OF REINFORCED CONCRETE PARTS UNDER NBR 6118: 2007, COMPARING WITH THE NEW VERSION OF 2014**

### **Abstract**

This research project it is a study with the model of the new version of NBR 6118 - Concrete Structures Design, - a procedure which will come into force next year. NBR 6118 refers to the parameters and conditions for scaling reinforced concrete structures, that is, it is widely used; any change requires an adaptation of literature on the subject. Thus, this project aims to review the existing literature with a new look, contemplating regulatory changes that will have major changes for this new version, and students and professionals in the construction industry must adapt to such changes.

**Keywords:** *Reinforced Concrete; Review; Scaling; NBR 6118:2014.*

### **Introdução**

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Graduando em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Moura Lacerda  
e-mail: leonardo.riul@hotmail.com

\*\* Orientador da pesquisa, Professor do Centro Universitário Moura Lacerda e Mestre pela Universidade Federal de São Carlos e-mail: eng\_lucasmiranda@hotmail.com

Atualmente, uma das estruturas mais utilizadas e empregadas na construção civil é a de concreto armado, que utiliza a união de dois materiais, o concreto e o aço doce, e, após a aderência por atrito, passa a suportar grandes esforços.

Dessa forma, as estruturas necessitam de uma resolução em que constem as condições de contorno ou as prescrições de projetos para que a estrutura de concreto armado passe a suportar os esforços solicitantes e, ainda, passe e desempenhar suas funções de durabilidade e estabilidade.

A NBR 6118:2007 tem como objetivos os itens a seguir:

- Fixa os requisitos básicos exigíveis para projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluídas aquelas em que se empregam concreto leve, pesado ou outros especiais.
- Aplicar-se às estruturas de concretos normais, identificados por massa específica seca maior do que 2 000 kg/m<sup>3</sup>, não excedendo 2.800 kg/m<sup>3</sup>, do grupo I de resistência (C10 a C50), conforme classificação da ABNT NBR 8953. Entre os concretos especiais excluídos desta Norma estão o concreto massa e o concreto sem finos.
- Estabelecer os requisitos gerais a serem atendidos pelo projeto como um todo, bem como os requisitos específicos relativos a cada uma de suas etapas.

Assim, qualquer alteração da NBR 6.118 necessita de uma ampla revisão em todas as bibliografias, o que demanda tempo e pode gerar ao profissional dúvidas e incertezas.

A presente pesquisa irá abordar as alterações entre a proposta da NBR 6118:2014 frente à atual, de 2007, demonstrando os resultados obtidos em vários exemplos numéricos e destacando tais alterações (representação gráfica de aumento de armadura e relação do  $f_{ck}$ , entre outros).

Por fim, o projeto de iniciação científica terá como finalidade um material didático, claro e objetivo, para auxiliar e orientar tanto os profissionais da construção civil, projetistas estruturais e alunos de engenharia, quanto as modificações entre as versões da NBR 6118.

A NBR 6118 passou, em 2004, a ser uma norma internacional, o que obriga a cada cinco anos ser revisada. Assim, encontra-se em processo de aprovação a nova versão da NBR 6118 para 2014, que possui diversas alterações dos requisitos de dimensionamentos de estrutura de concreto armado, justificando a necessidade de realizar uma boa comparação entre as duas versões, possibilitando aos estudantes e profissionais da área reconhecer facilmente tais alterações.

Segundo Kimura (2013), a NB-1 produzida em 1940 foi a primeira norma técnica para cálculo de concreto e aço no mundo. Até então, as revisões posteriores de 1960 e 1978 tratavam o assunto de forma superficial, sendo somente em 2003, quando a norma passou a ser conhecida por NBR 6118, que houve uma grande revolução. A NBR 6118:2003 focava em projetos e abrangia toda a parte do concreto, simples, armado ou protendido, além de surgirem conceitos relacionados à durabilidade e à segurança estrutural.

## **Metodologia**

A presente pesquisa científica será realizada por pesquisa bibliográfica, e serão utilizadas as duas versões da NBR 6118, dos anos de 2007 e 2014. Será feito um levantamento das mudanças relativas a cálculo, detalhamento, considerações, carregamentos e durabilidade, entre outros, inerentes a elementos estruturais em concreto armado. Todas as modificações serão apresentadas de forma tabular, que facilita visualização e compreensão do leitor. Também serão utilizadas literaturas de Carvalho e Figueiredo Filho (2009) e Carvalho e Pinheiro (2013) para definição dos conceitos básicos, além de tabelas e ábacos de Pinheiro (1994).

Após as modificações apontadas, exemplos numéricos demonstrarão as principais situações que devem ser observadas no cálculo de elementos estruturais de estruturas convencionais, como pilares, vigas e lajes. Além disso, gráficos e planilhas serão utilizados para que se visualizem as mudanças em certos parâmetros no dimensionamento, além de apresentar situações em que a nova norma tornou-se mais eficiente e abrangente com relação às estruturas e alternativas estruturais que agora podem ser realizadas. Outro aspecto relevante é que será possível verificar em quais pontos a norma tornou-se mais segura quanto a aspectos de durabilidade e estabilidade.

Para o cálculo dos esforços solicitantes das vigas, foi utilizado o software estudantil Ftool. No cálculo de módulo de elasticidade tangente dos concretos ( $E_{ci}$ ), módulo de elasticidade secante ( $E_{cs}$ ) e resistência média à tração do concreto ( $f_{ctm}$ ), entre outros, foi utilizado o software Microsoft Office Excel que, além de auxiliar nos cálculos também melhora a apresentação dos resultados, na forma de tabelas e gráficos.

## **Resultados obtidos**

A Tabela 1 apresenta as principais modificações da NBR 6118 para a versão de 2014. Todos os itens referentes a concreto armado modificados foram levantados e os mais relevantes foram apresentados na tabela. No formato de tabela, as alterações se tornam mais simples e práticas de serem visualizadas, auxiliando a consulta, quando necessário.

Tabela 1 - Tabela com as principais modificações da NBR 6118:2014

Item da Norma	NBR 6118:2007	NBR 6118:2014
<b>5 – Requisitos gerais de qualidade da estrutura e avaliação de conformidade do projeto</b>		
5.3 – Avaliação de conformidade do projeto	Era necessária, dependendo do porte da obra.	Aplica-se a todas as obras, independente de seu porte.
<b>7 – Critérios de projeto que visam à durabilidade</b>		
7.3 – Formas arquitetônicas e estruturais.	-	Acrescentada recomendação para prever aberturas para drenagem e ventilação em elementos onde há possibilidade de acúmulo de água.
7.4 – Qualidade do concreto de cobrimento	O cobrimento para peças em concreto armado era dividido apenas em lajes e viga/pilar. Para tal, eram definidos cobrimentos mínimos, dependendo da classe de agressividade.	As classes de agressividade foram mantidas, bem como suas definições, mas os elementos de concreto armado agora são divididos em laje, viga/pilar e elementos estruturais em contato com o solo. Também foram acrescentadas recomendações de cobrimentos mínimos para trechos de pilares em contato com o solo e que para determinadas estruturas devem ser seguidos os cobrimentos da classe de agressividade IV, conforme Anexo B.
<b>8 – Propriedades dos materiais</b>		
8.1 – Simbologia específica desta seção.		Acrescentados os itens:  $\alpha_E$ – parâmetro em função da natureza do agregado que influencia o módulo de elasticidade.  $\epsilon_{c2}$ – deformação específica de

		<p>encurtamento do concreto no início do patamar plástico.</p> <p><math>\varepsilon_{cu}</math> – deformação específica de encurtamento do concreto na ruptura.</p>
8.2 - Classes	Era aplicável a norma apenas a classe I, conforme NBR 8953, com concretos de resistência até C50.	A norma aplica-se aos concretos de classes I e II de resistência conforme NBR 8953, com concretos de resistência até C90.
8.2.5 Resistência à tração	$f_{ctk, inf} = 0,7f_{ct,m}$ $f_{ctk, sup} = 1,3f_{ct,m}$ $f_{ct,m} = 0,3 f_{ck}^{2/3}$	$f_{ctk, inf} = 0,7f_{ct,m}$ $f_{ctk, sup} = 1,3f_{ct,m}$ $f_{ct,m} = 0,3 f_{ck}^{2/3}$ , para concretos até C50. $f_{ct,m} = 2,12 \ln (1+0,11 f_{ck})$ , para concretos C55 até C90.
8.2.8 – Módulo de Elasticidade	$E_{ci} = 5600 f_{ck}^{1/2}$  $E_{cs} = 0,85 E_{ci}$	$E_{ci} = \alpha_E \cdot 5600 f_{ck}^{1/2}$ , para concretos até C50.  $E_{ci} = 21,5 \cdot 10^3 \cdot \alpha_E \cdot \left( \frac{f_{ck}}{10} + 1,25 \right)^{1/3}$ , para concretos C55 até C90.  Sendo $\alpha_E = 1,2$ para basalto e diabásio $\alpha_E = 1,0$ para granito e gnaisse $\alpha_E = 0,9$ para calcário $\alpha_E = 0,7$ para arenito  $E_{cs} = \alpha_i \cdot E_{ci}$ Sendo $\alpha_i = 0,8 + 0,2 \cdot (f_{ck})/80 \leq 1,0$
		<p>Para idades menores que 28 dias, a norma incluiu as seguintes expressões:</p> $E_{ci}(t) = \left[ \frac{f_{ckj}}{f_{ck}} \right]^{0,5} \cdot E_{ci}$ , para concretos

		C20 a C45. $E_{ci}(t) = \left[ \frac{f_{ckj}}{f_{ck}} \right]^{0,3} \cdot E_{ci}$ , para concretos C50 a C90.
8.2.9 Coeficiente de Poisson e módulo de elasticidade transversal	– $G_c = 0,4 E_{cs}$	$G_c = E_{cs} / 2,4$
8.2.10 Diagrama tensão-deformação 8.2.10.1 Compressão	– As deformações específicas de encurtamento do concreto no início do patamar plástico e na ruptura já tinham seus valores pré-definidos em 0,2% e 0,35%, respectivamente. $\sigma_c = 0,85 f_{cd} \cdot \left[ 1 - \left( 1 - \frac{\varepsilon_c}{0,2\%} \right)^2 \right]$	Como foi incluída a classe II de resistência do concreto, as deformações específicas de encurtamento do concreto no início do patamar plástico e na ruptura sofrem variações para valores de C55 a C90, portanto o diagrama tensão-deformação foi alterado para que atenda a todas as classes. $\sigma_c = 0,85 f_{cd} \left[ 1 - \left( 1 - \frac{\varepsilon_c}{\varepsilon_{c2}} \right)^n \right]$ , sendo $n=2$ , para $f_{ck} \leq 50$ MPa $n=1,4+23,4 \cdot [(90-f_{ck})/100]^4$ , para $f_{ck} > 50$ MPa Para concretos C55 a C90, os valores das deformações específicas de encurtamento do concreto no início do patamar plástico e na ruptura, serão: $\varepsilon_{c2} = 0,2\% + 0,0085\% \cdot (f_{ck} - 50)^{0,53}$ $\varepsilon_{cu} = 0,26\% + 0,35\% \cdot [(90-f_{ck})/100]^4$
8.2.11 – Fluência e retração.		Acrescentados novos valores característicos superiores da deformação específica de retração $\varepsilon_{cs}(t_\infty, t_0)$ e do coeficiente de fluência

		$\varphi(t_{\infty}, t_0)$ , para concretos C50 a C90. A tabela está presente na página 28 da NBR 6118, 2014.
<b>8.3 – Aço de armadura passiva</b>		
8.3.2 – Tipo de superfície aderente	Havia o coeficiente de conformação superficial mínimo $\eta_b$ .	Retirado o coeficiente de conformação superficial mínimo $\eta_b$ .
<b>9.4 – Ancoragem das armaduras</b>		
9.4.2.4 – Comprimento de ancoragem básico	$\ell_b = \frac{\varphi f_{yd}}{4 f_{bd}}$	$\ell_b = \frac{\varphi f_{yd}}{4 f_{bd}} \geq 25\varphi$
<b>9.5 – Emendas das barras</b>		
9.5.3 – Emendas por luvas rosqueadas ou prensadas	Não havia especificação para luvas prensadas. Para emendas rosqueadas, apenas recomendava que as mesmas devessem ter resistência superior à da barra a ser emendada.	Incluída a possibilidade de emendas por luvas prensadas. A norma agora indica que a resistência mecânica de tais luvas devem atender aos exigidos em normas específicas para elas. Na ausência de normas, elas devem apresentar resistência comprovada por testes laboratoriais de, no mínimo, 15% acima da barra emendada.
9.5.4 – Emendas soldadas	-	Incluída recomendação para resistência da emenda, que deve atender a normas específicas, ou, na ausência destas, apresentar resistência superior a 15% da barra emendada.
<b>10 – Segurança e estados-limites</b>		
10.3 – Estados-limites últimos	Item $f$ pedia verificação dos estados-limites últimos para	Item $f$ passou a ser definido como verificação dos estados-limites últimos quanto à exposição ao fogo.

(ELU)	eventuais casos especiais.	Acrescentados item <i>g</i> , que pede a verificação para ações sísmicas, e item <i>h</i> , que pede verificação para eventuais casos especiais.
<b>11 - Ações</b>		
11.3.3.1 Retração do concreto.	-	A norma pede verificação das deformações advindas de temperatura e fluência do concreto. Também indica que estes efeitos podem ser minimizados com juntas de dilatação e concretagem.
11.3.3.4.1 Imperfeições geométricas globais.	- $\theta_{1min} = 1/400$ para estruturas de nós fixos; $\theta_{1min} = 1/300$ para estruturas de nós móveis e imperfeições locais; $\theta_{1máx.} = 1/200$ ;	$\theta_{1min} = 1/300$ para estruturas de nós móveis e imperfeições locais; $\theta_{1máx.} = 1/200$ ;  Foram acrescentadas as seguintes recomendações:  Considerar $\theta_a = \theta_1$ quando há predominância de lajes lisas ou cogumelos.  $\theta_1 = 1/200$ para pilares em balanço.  Quando a ação do vento for 30% <i>superior</i> ao desaprumo, considerar apenas ação do vento. Quando for 30% <i>inferior</i> , considerar somente desaprumo, respeitando o $\theta_1$ .  Nos demais casos são feitas as combinações das ações de vento e desaprumo sem considerar $\theta_{1min}$ , admitindo-se que as ações atuem na mesma direção e sentido, como equivalentes ao vento, mas como

		carga variável e artificialmente majorada.
11.3.3.4.3 – Momento mínimo	-	Acrescentada a recomendação de que se pode considerar uma envoltória mínima de 1ª ordem, tomada a favor da segurança quando se tratar de pilares com seção retangular, conforme figura 11.3 da NBR 6118:2014, presente na página 61. A verificação é considerada atendida quando a envoltória resistente supere a envoltória de 1ª ordem. Se houver necessidade de verificação de efeitos de 2ª ordem, a verificação do momento mínimo deve considerar a envoltória mínima com 2ª ordem, conforme item 15.3.2 da norma.
11.6.1.2 – Ações variáveis.	Valores característicos de ações $F_{qk}$ com período médio de retorno de 200 anos para uma probabilidade de 25% de serem ultrapassados e 140 para uma probabilidade de 35% de serem ultrapassados.	Valores característicos de ações $F_{qk}$ com período médio de retorno de 174 anos para uma probabilidade de 25% de serem ultrapassados e 117 para uma probabilidade de 35% de serem ultrapassados.
11.7.1 – Coeficientes de ponderação das ações no estado-limite último (ELU).	Multiplicação dos esforços por um coeficiente $\gamma_n$ , para pilares e pilares-parede.	Recomendação de multiplicação dos esforços por um coeficiente $\gamma_n$ , para lajes em balanço, além dos pilares e pilares-parede.
<b>13 – Limites para dimensões, deslocamento e aberturas de fissuras.</b>		
13.2.3 – Pilares e pilares-parede.	A menor dimensão de um pilar é de 19 cm, permitindo-se dimensão de até 12 cm, desde que multiplicadas as ações por um coeficiente de majoração $\gamma_n$ .	A menor dimensão de um pilar é de 19 cm, permitindo-se dimensão de até 14 cm, desde que multiplicadas as ações por um coeficiente de majoração $\gamma_n$ . Os valores de $\gamma_n$ podem

	Os valores de $\gamma_n$ podem ser obtidos na tabela 13.1, na página 66 da NBR 6118:2007.	ser obtidos na tabela 13.1, na página 73 da NBR 6118:2014.
13.2.4.1 – Lajes maciças.	<p>Permitidas as seguintes espessuras mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) 5 cm para lajes de cobertura não em balanço.</li> <li>b) 7 cm para lajes de piso ou de cobertura em balanço.</li> <li>c) 10 cm para lajes que suportam veículos de peso total menor ou igual a 30 kN.</li> <li>d) 12 cm para lajes que suportam veículos de peso total maior que 30 kN.</li> <li>e) 15 cm para lajes com protensão apoiadas em vigas, <math>l/42</math> para lajes de piso biapoiadas e <math>l/50</math> para lajes de piso contínuas.</li> <li>f) 16 cm para lajes lisas e 14 cm para lajes-cogumelo.</li> </ul>	<p>Permitidas as seguintes espessuras mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) 7 cm para cobertura não em balanço;</li> <li>b) 8 cm para lajes de piso não em balanço;</li> <li>c) 10 cm para lajes em balanço;</li> <li>d) 10 cm para lajes que suportem veículos de peso total menor ou igual a 30 kN;</li> <li>e) 12 cm para lajes que suportem veículos de peso total maior que 30 kN;</li> <li>f) 15 cm para lajes com protensão apoiadas em vigas, com o mínimo de <math>\frac{l}{42}</math> para lajes de piso biapoiadas e <math>\frac{l}{50}</math> para lajes de piso contínuas;</li> <li>g) 16 cm para lajes lisas e 14 cm para lajes-cogumelo, fora do capitel.</li> </ul> <p>Para lajes em balanço, as ações devem ser multiplicadas por um coeficiente de majoração <math>\gamma_n</math>, que pode ser obtido pela tabela 13.2, página 74 da NBR 6118:2014</p>
13.2.4.2 – Lajes nervuradas.	Valor mínimo absoluto de espessura da mesa de 3 cm quando não existirem tubulações e 4 cm quando houver tubulações de até 12,5 mm de diâmetro.	Valor mínimo absoluto de espessura da mesa de 4 cm quando não existirem tubulações e 5 cm quando houver tubulações de até 10 mm de diâmetro. Para tubulações embutidas com mais de 10 mm de diâmetro, a mesa deve ter espessura de $4\text{cm}+\Phi$ ou $4\text{cm}+2\Phi$ quando houver cruzamento

		de tubulações.
13.2.4.3 – Lajes pré-moldadas.	Não havia este item na norma.	Indica quais normas devem ser seguidas para o dimensionamento das lajes, sendo NBR 9062 para pré-moldadas e NBR 14861 para lajes alveolares protendidas.
Tabela 13.3 – Exigências de durabilidade relacionadas à fissuração e à proteção da armadura, em função das classes de agressividade ambiental.	-	Acrescentada a Nota 3, que diz que quando se tratar de lajes lisas e cogumelos protendidas, basta atender ao ELF-F para combinação frequente de ações, em todas as classes de agressividade ambiental.
<b>14 – Análise estrutural</b>		
14.2.2 – Premissas necessárias à análise estrutural.	Indica que a análise estrutural deve ser feita de forma realista, representando o caminho das ações no decorrer da estrutura, além de representar a resposta não linear dos materiais. Em casos complexos, pode ser considerada a interação solo-estrutura.	A análise deve ser feita a partir de um modelo adequado ao objetivo da análise. Os modelos podem ser idealizados com uma composição de elementos básicos (lajes, vigas, pilares, tirantes, etc...) ou baseado em elementos finitos, diferenças finitas ou analogia de grelha.  O modelo deve representar a geometria dos elementos estruturais, carregamentos, condições de contorno, respostas dos materiais e em alguns casos, interação de solo-estrutura.
14.2.3 – Aplicação dos resultados obtidos com	Não havia este item na norma.	Os resultados obtidos podem ser aplicados em projetos para visualização do caminhamento das cargas e para determinação de

modelos de análises em regime linear.		esforços solicitantes em elementos estruturais. As armaduras não podem ser dimensionadas com base apenas neste tipo de análise, pois devem ser consideradas as quantidades necessárias, mínimas, máximas segundo a teoria do concreto estrutural, presente nesta norma.
14.2.4 – Aplicação dos resultados obtidos com modelos de análises em regime não linear.	Não havia este item na norma.	Os resultados deste tipo de análise podem ser utilizados para avaliar o desempenho de estruturas em serviço ou na ruptura. As armaduras não podem ser dimensionadas com base apenas neste tipo de análise, pois devem ser consideradas as quantidades necessárias, mínimas, máximas segundo a teoria do concreto estrutural, presente nesta norma.
14.5.4 – Análise plástica.	-	Incluída a recomendação de que este tipo de análise só deve ser utilizada para verificações no ELU.
14.5.5 – Análise não-linear.	-	Para análise de esforços solicitantes no ELU, aplicar os procedimentos aproximados na Seção 15.
14.6.4.3 – Limites para redistribuição de momentos e condições de ductilidade.	<p>Condições mínimas para ductilidade de vigas e lajes:</p> <p>a) <math>x/d \leq 0,50</math> para concretos <math>f_{ck} \leq 35</math> MPa;</p> <p>b) <math>x/d \leq 0,40</math> para concretos <math>f_{ck} &gt; 35</math> MPa;</p> <p>Coefficiente de redistribuição <math>\delta</math>:</p> <p>a) <math>\delta \geq 0,44 + 1,25 x/d</math> para concretos <math>f_{ck} \leq 35</math> MPa</p> <p>b) <math>\delta \geq 0,56 + 1,25 x/d</math> para concretos <math>f_{ck} &gt; 35</math> MPa</p>	<p>Condições mínimas para ductilidade de vigas e lajes:</p> <p>a) <math>x/d \leq 0,45</math> para concretos <math>f_{ck} \leq 50</math> MPa;</p> <p>b) <math>x/d \leq 0,35</math> para concretos <math>50 \text{ MPa} &lt; f_{ck} \leq 90</math> MPa;</p> <p>Coefficiente de redistribuição <math>\delta</math>:</p> <p>a) <math>x/d \leq (\delta - 0,44)/1,25</math> para concretos <math>f_{ck} \leq 50</math> MPa</p> <p>b) <math>x/d \leq (\delta - 0,56)/1,25</math> para concretos <math>50 \text{ MPa} &lt; f_{ck} \leq 90</math></p>

		MPa
14.6.4.4 – Análise linear com verificação explícita da rotação plástica solicitante.	– não com da rotação plástica solicitante. O limite de rotação plástica, função da profundidade da linha neutra no ELU, se dá por $a/d=6$ . Outros valores de $a/d$ , diferentes de 6 são obtidos pelo gráfico presente na página 82 da NBR 6118:2007, e multiplicados por $\sqrt{(a/d)/6}$ .	MPa O limite de rotação plástica, função da profundidade da linha neutra no ELU, se dá por $a/d=3$ , onde $a=M_{sd}/V_{sd}$ . Outros valores de $a/d$ , diferentes de 3 são obtidos pelo gráfico presente na página 92 da NBR 6118:2014, e multiplicados por $\sqrt{(a/d)/3}$ .  No gráfico, estão presentes apenas as curva relativas a concretos de 20 a 50 MPa e 90 Mpa, com aços CA 50 e CA60, portanto, para concretos entre 50 e 90 MPa, são aceitas interpolações entre os valores obtidos.  A verificação da análise plástica é dispensada desde que se obtenha a capacidade de rotação a seguir:  $x/d \leq 0,25$ , se $f_{ck} \leq 50$ Mpa  $x/d \leq 0,15$ , se $f_{ck} > 50$ Mpa
14.6.6.2 – Grelhas e pórticos espaciais. (14.6.7.2 na NBR 6118:2007).	– -	Modelos de grelha e pórticos espaciais, para o ELU podem ser considerados com rigidez a torção nulas, ressalvado o indicado no item 17.5.1.2.
14.6.6.3 – Consideração de cargas variáveis. (14.6.7.3 na NBR 6118:2007)	– Edifícios em que a carga variável seja até 20% da total, a análise poderá ser feita sem alternância de cargas.	Edifícios com carga variável até 5KN/m <sup>2</sup> e que seja no máximo igual a 50% da carga total, a análise poderá ser feita sem alternância de cargas.

<p>14.7 – Estruturas com elementos de placa.</p> <p>14.7.1 – Hipóteses básicas.</p>	-	<p>Avaliar a necessidade de alternância de cargas. Edifícios com carga variável até 5KN/m<sup>2</sup> e que seja no máximo igual a 50% da carga total, a análise poderá ser feita sem alternância de cargas.</p>
<p>14.7.3.1 – Redistribuição de momentos e condições de ductilidade.</p>	<p>Quando for feita redistribuição, limitar a profundidade da linha neutra em:</p> <p>a) <math>\delta \geq 0,44 + 1,25 x/d</math> para concretos <math>f_{ck} \leq 35</math> MPa</p> <p>b) <math>\delta \geq 0,56 + 1,25 x/d</math> para concretos <math>f_{ck} &gt; 35</math> MPa</p>	<p>Quando for feita redistribuição, limitar a profundidade da linha neutra em:</p> <p>a) <math>x/d \leq (\delta - 0,44)/1,25</math> para concretos <math>f_{ck} \leq 50</math> MPa</p> <p>b) <math>x/d \leq (\delta - 0,56)/1,25</math> para concretos <math>50 \text{ MPa} &lt; f_{ck} \leq 90</math> MPa</p>
<p>14.7.4 – Análise plástica.</p>	<p>Para garantir condições de ductilidade, dispensando a verificação explícita da capacidade de rotação plástica, a posição da linha neutra deve ser limitada em:</p> <p><math>x/d \leq 0,30</math></p>	<p>Para garantir condições de ductilidade, dispensando a verificação explícita da capacidade de rotação plástica, a posição da linha neutra deve ser limitada em:</p> <p><math>x/d \leq 0,25</math>, se <math>f_{ck} \leq 50</math> MPa</p> <p><math>x/d \leq 0,15</math>, se <math>f_{ck} &gt; 50</math> MPa</p>
<p><b>15 – Instabilidade de 2ª ordem</b></p>		
<p>15.3.2 – Imperfeições geométricas.</p>	-	<p>Acrescentada a recomendação de que se pode considerar uma envoltória mínima de 1ª ordem, tomada a favor da segurança quando se tratar de pilares com seção retangular, conforme figura 11.3 da NBR 6118:2014 presente na página 61. A verificação é considerada atendida quando a envoltória resistente supere a envoltória de 1ª ordem. Se houver necessidade de verificação de efeitos de 2ª ordem, a verificação do momento mínimo deve considerar a</p>

		envoltória mínima com 2ª ordem, conforme item 15.3.2 da norma.
15.5 – Dispensa da consideração dos esforços globais de 2ª ordem  15.5.1 - Generalidades		Na análise da estabilidade global que trata a estrutura como um todo, o valor do módulo de deformação secante, conforme 8.2.8, pode ser majorado em 10%.
15.7.3 – Consideração aproximada da não-linearidade física.	Quando a estrutura de contraventamento for composta de somente vigas e pilares e $\gamma_z < 1,3$ , permite-se calcular a rigidez das vigas e pilares por:  $(EI)_{sec} = 0,7 E_{ci} I_c$	-
15.8 – Análise de elementos isolados  15.8.1 - Generalidades.	Os pilares devem ter índice de esbeltez $\lambda$ menor que 200, exceto em caso de postes com força normal menor de que $0,10 f_{cd} A_c$ , que serão aceitos valores maiores que 200.	Os pilares devem ter índice de esbeltez $\lambda$ menor que 200, exceto em caso de elementos pouco comprimidos com força normal menor de que $0,10 f_{cd} A_c$ , que serão aceitos valores maiores que 200.  Para pilares com $\lambda > 140$ , na análise dos efeitos de 2ª ordem, devem-se multiplicar os esforços solicitantes finais de cálculo pelo coeficiente $\gamma_{n1}$ .  $\gamma_{n1} = 1 + [0,01 \cdot (\lambda - 140) / 1,4]$ .
15.8.3.3.3 – Método do pilar-padrão com rigidez $\kappa$ aproximada.	-	Em um processo de dimensionamento, toma-se $M_{rd,tot} = M_{sd,tot}$ . Em um processo de verificação, onde a armadura é conhecida, $M_{rd,tot}$ é o momento resistente calculado com essa armadura e com $N_d = N_{Sd} = N_{Rd}$ .  A norma também trás as equações

		<p>para o cálculo iterativo da rigidez adimensional <math>\kappa</math>, conforme abaixo:</p> $A.M_{Sd,tot}^2 + B.M_{Sd,tot} + C = 0, \text{ onde:}$ $\begin{cases} A = 5.h \\ B = h^2.N_d - \frac{N_d.J_e^2}{320} - 5.h.\alpha_b.M_{1d,A} \\ C = -N_d.h^2.\alpha_b.M_{1d,A} \end{cases}$ $M_{Sd,tot} = \frac{-B + \sqrt{B^2 - 4.A.C}}{2.A}$
15.8.3.3.5 – Método do pilar-padrão para pilares de seção retangular submetidos à flexão composta oblíqua.	A amplificação dos momentos de 1ª ordem em cada direção é diferente, pois depende de valores distintos de rigidez e esbeltez.	A obtenção dos momentos de 2ª ordem em cada direção é diferente, pois depende de valores distintos de rigidez e esbeltez.
15.9 – Análise de pilares-parede.  15.9.1 - Generalidades		A análise dos efeitos locais deve ser realizada conforme 15.8.
15.9.3 – Processo aproximado para consideração do efeito localizado de 2ª ordem.	O efeito de 2ª localizado na faixa i é assimilado ao efeito de 2ª ordem local do pilar isolado equivalente a cada uma dessas faixas.	As recomendações são as mesmas da antiga norma, acrescentando apenas as recomendações de que não é necessário adotar valores de $\alpha_b$ superiores a 0,6 nesta análise, quando $M_{yid} < M_{1d,mín}$ .
<b>17 – Dimensionamento e verificação de elementos lineares</b>		
17.1 – Simbologia específica desta seção.	-	<p>Acrescentados os seguintes parâmetros, devido à mudança de alguns métodos de cálculo:</p> <p><math>\alpha_c</math> – parâmetro de redução da resistência do concreto na</p>

		<p>compressão.</p> <p><math>\lambda</math> – relação entre a profundidade <math>y</math> do diagrama retangular de compressão equivalente e a profundidade efetiva <math>x</math> da linha neutra.</p> <p><math>\theta</math> – ângulo de inclinação das diagonais de compressão em relação ao eixo longitudinal do elemento estrutural.</p>
<p>17.2.2 Hipóteses básicas.</p>	<p>– A distribuição das tensões no concreto se faz de acordo com o diagrama parábola-retângulo, com tensão de pico igual a <math>0,85 f_{cd}</math>, sendo este diagrama podendo ser substituído por um retângulo equivalente de altura <math>0,8 x</math>, onde <math>x</math> é a profundidade da linha neutra, com a seguinte tensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– <math>0,85 f_{cd}</math> no caso da largura da seção medida paralelamente à linha neutra, não diminuir a partir desta para a borda comprimida.</li> <li>– <math>0,80 f_{cd}</math> no caso contrário.</li> </ul> <p>O Diagrama de domínios de ELU de uma seção transversal pode ser obtido pela figura 17.1, na página 108 da NBR 6118:2007.</p>	<p>A distribuição das tensões no concreto se faz de acordo com o diagrama parábola-retângulo, com tensão de pico igual a <math>0,85 f_{cd}</math>, sendo este diagrama podendo ser substituído por um retângulo equivalente de profundidade <math>y = \lambda x</math>, sendo o valor de <math>\lambda</math> dado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– <math>\lambda = 0,8</math> para <math>f_{ck} \leq 50</math> MPa; ou</li> <li>– <math>\lambda = 0,8 - (f_{ck} - 50)/400</math> para <math>f_{ck} &gt; 50</math> MPa.</li> </ul> <p>e onde a tensão constante atuante até a profundidade <math>y</math> pode ser tomada igual a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– <math>f_{cd}</math> no caso da largura da seção, medida paralelamente à linha neutra, não diminuir a partir desta para a borda comprimida;</li> <li>– <math>0,9 f_{cd}</math> no caso contrário.</li> </ul> <p>Sendo <math>\alpha_c</math> definido como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– para concretos de classes até C50; <math>\alpha_c = 0,85</math></li> <li>– para concretos de classes de C50 até C90: <math>\alpha_c = 0,85 \cdot [1,0 - (f_{ck} - 50) / 200]</math>.</li> </ul>

		O Diagrama de Domínios de ELU de uma seção transversal da NBR 6118:2014 pode ser obtido pela página 122 da norma.
<p>17.2.5 – Processo aproximado para o dimensionamento à flexão composta oblíqua. (17.2.5.1 e 17.2.5.2 da NBR 6118:2007)</p>	<p>Na norma os métodos de cálculo são separados e diferentes para flexo-compressão normal e flexão composta oblíqua.</p>	<p>Na atual norma, as situações de flexão oblíqua, simples ou composta, podem ser adotadas por uma única equação de iteração, dada por:</p> $\left[ \frac{M_{Rd,x}}{M_{Rd,xx}} \right]^\alpha + \left[ \frac{M_{Rd,y}}{M_{Rd,yy}} \right]^\alpha = 1$ <p>onde:</p> <p><math>M_{Rd,x}</math>; <math>M_{Rd,y}</math> são as componentes do momento resistente de cálculo em flexão oblíqua composta, segundo os dois eixos principais de inércia x e y, da seção bruta, com um esforço normal resistente de cálculo <math>N_{Rd}</math> igual à normal solicitante <math>N_{Sd}</math>. Esses são os valores que se deseja obter;</p> <p><math>M_{Rd,xx}</math>; <math>M_{Rd,yy}</math> são os momentos resistentes de cálculo segundo cada um dos referidos eixos em flexão composta normal, com o mesmo valor de <math>N_{Rd}</math>. Esses valores são calculados a partir do arranjo e da quantidade de armadura em estudo;</p> <p><math>\alpha</math> é um expoente cujo valor depende de vários fatores, entre eles o valor da força normal, a forma da seção, o arranjo da armadura e de suas porcentagens. Em geral pode ser adotado <math>\alpha = 1</math>, a favor da segurança. No caso de seções retangulares, pode-se adotar <math>\alpha = 1,2</math>.</p>

<p>17.3 – Elementos lineares sujeitos a solicitações normais – Estados-limites de serviço.</p> <p>17.3.1 – Generalidades</p>	<p>Nos estados limites de serviço as estruturas trabalham parcialmente no estágio I e parcialmente no estágio II. A separação entre esses dois comportamentos é definida pelo momento de fissuração. Esse momento pode ser calculado pela seguinte expressão aproximada:</p> $M_r = \frac{\alpha f_{ct} I_c}{y_t}$ <p>onde:</p> <p><math>\alpha = 1,2</math> para seções T ou duplo T;</p> <p><math>\alpha = 1,5</math> para seções retangulares;</p>	<p>Nos estados limites de serviço as estruturas trabalham parcialmente no estágio I e parcialmente no estágio II. A separação entre esses dois comportamentos é definida pelo momento de fissuração. Esse momento pode ser calculado pela seguinte expressão aproximada:</p> $M_r = \frac{\alpha f_{ct} I_c}{y_t}$ <p>onde:</p> <p><math>\alpha = 1,2</math> para seções T ou duplo T;</p> <p><math>\alpha = 1,3</math> para seções I ou T invertido;</p> <p><math>\alpha = 1,5</math> para seções retangulares;</p>
<p>17.3.3.3 – Controle de fissuração sem a verificação da abertura de fissuras.</p>	<p>-</p>	<p>Alterada a tabela de valores máximos de diâmetro e espaçamento, com barras de alta aderência. Foram modificados alguns valores de <math>\sigma_{max} e S_{max}</math> para concretos sem armaduras ativas, bem como incluída a tensão na barra de 400 MPa, conforme Tabela 17.2 presente na página 129 da NBR 6118:2014.</p>
<p>17.3.5.2 – Valores-limites para armaduras longitudinais de vigas.</p> <p>17.3.5.2.1 – Armadura de tração.</p>	<p>A tabela de armaduras mínimas de flexão compreendia concretos de até 50 MPa e tinha valores para seções retangulares, T com mesa comprimida, T com mesa tracionada e circular. A norma permite a utilização de armadura menor que a mínima em caso de estruturas superdimensionadas em que a armadura menor fosse obtida com um momento fletor</p>	<p>A tabela de taxas mínimas de armadura de flexão foi alterada, incluindo valores para concretos de 55 a 90 MPa. A atual tabela só contempla seções retangulares. A norma permite a utilização de armadura menor que a mínima em caso de estruturas que não estejam em balanço em que a armadura menor fosse obtida com um momento fletor igual ao dobro de <math>M_d</math>.</p>

		igual ao dobro de $M_d$ .	
17.3.5.2.3 Armadura de pele.	-	-	A norma inclui recomendações de que as armaduras de pele devem estar devidamente ancoradas nos apoios e não é necessário que tenham armadura superior a $5 \text{ cm}^2/\text{m}$ por face. As armaduras principais de tração e compressão não podem ser computadas no cálculo da armadura de pele.
17.3.5.2.4 Armaduras de tração e compressão.	-	-	A norma apenas incluiu a recomendação de devem ser garantidas as condições de ductilidade previstas no item 14.6.4.3
17.4.2 Verificação do estado-limite último  17.4.2.2 Modelo de cálculo I	-	Decalagem do diagrama de força no banzo tracionado:  $a_\ell = d \left[ \frac{V_{Sd,máx}}{2(V_{Sd,máx} - V_c)} (1 + \cot\alpha) - \cot\alpha \right]$  onde:  $a_\square \geq 0,5d$ , no caso geral;  $a_\square \geq 0,2d$ , para estribos inclinados a $45^\circ$ .	Modificação da equação de decalagem do diagrama de força no banzo tracionado:  $a_\ell = d \left[ \frac{V_{Sd,máx}}{2(V_{Sd,máx} - V_c)} (1 + \cot\alpha) - \cot\alpha \right] \square \square d$  onde:  $a_\square \square \square d$ , para $\square V_{sd,máx} \square \square \square V_c \square$  $a_\square \geq 0,5d$ , no caso geral;  $a_\square \geq 0,2d$ , para estribos inclinados a $45^\circ$ .  Acrescentada a recomendação de que no cálculo da força de tração para decalagem do diagrama de forma no banzo tracionado deve ser:  $F_{Sd,cor} \leq M_{Sd,máx}/z$ .
17.5 – Elementos lineares sujeitos à torção – Estado-limite	-	$\rho_{sw} = \rho_{sl} = \frac{A_{sw}}{b_w s} \geq 0,2 \frac{f_{ctm}}{f_{ywk}}$	$\left. \begin{aligned} \rho_{sl} &= \frac{A_{sl}}{h_e u_e} \\ \rho_{sw} &= \frac{A_{sw}}{b_w s} \end{aligned} \right\} \geq 0,2 \frac{f_{ctm}}{f_{ywk}}, \quad \text{com}$

último. 17.5.1.2 – Condições gerais.		$f_{ywk} \leq 500 \text{ MPa}$
17.5.1.4 – Geometria da seção resistente.  17.5.1.4.1 – Seções poligonais convexas cheias.	$h_e \leq \frac{A}{u}$ $h_e \leq 2 c_1$ <p>onde:</p> <p><math>A</math> é a área da seção cheia;</p> <p><math>u</math> é o perímetro da seção cheia;</p> <p><math>c_1</math> é a distância entre o eixo da barralongitudinal do canto e a face lateral do elemento estrutural.</p>	$h_e \leq \frac{A}{u}$ $h_e \leq 2 c_1$ <p>onde:</p> <p><math>A</math> é a área da seção cheia;</p> <p><math>u</math> é o perímetro da seção cheia;</p> <p><math>c_1</math> é a distância entre o eixo da barralongitudinal do canto e a face lateral do elemento estrutural.</p> <p>Caso <math>A/u</math> resulte menor que <math>2c_1</math>, pode-se adotar <math>h_e = A/u \leq b_w - 2c_1</math> e a superfície média da seção celular equivalente <math>A_e</math> definida pelos eixos das armaduras do canto (respeitando o cobrimento exigido nos estribos).</p>
<b>18 – Detalhamento de elementos lineares</b>		
18.2.4 – Proteção contra a flambagem de barras.	Se o estribo suplementar for constituído por uma barra reta, terminada em ganchos, ele deve atravessar a seção do elemento estrutural e os seus ganchos devem envolver a barra longitudinal. Se houver mais de uma barra a ser protegida, seu gancho deve envolver um estribo principal em um ponto junto a uma das barras e este detalhe	Se o estribo suplementar for constituído por uma barra reta, terminada em ganchos (90° a 180°), ele deve atravessar a seção do elemento estrutural e os seus ganchos devem envolver a barra longitudinal.

		deve ser destacado no projeto.	
18.3 – Vigas. 18.3.1 – Generalidades.	-	Prescrição para vigas isostáticas com relação $h/l \geq 3,0$ e vigas contínuas $h/l \geq 2,0$ , sendo $l$ o vão teórico e $h$ a altura da viga.	Prescrição para vigas isostáticas com relação $h/l \geq 2,0$ e vigas contínuas $h/l \geq 3,0$ , sendo $l$ o vão teórico e $h$ a altura da viga.
18.4 – Pilares. 18.4.3 – Armaduras transversais.	-	-	Acrescentada NOTA orientando que, para garantir a ductilidade dos pilares, recomenda-se espaçamentos máximos entre os estribos sejam reduzidos em 50% para concretos C55 a C90, com inclinação dos ganchos de pelo menos $135^\circ$ .
<b>19 – Dimensionamento e verificação de lajes.</b>			
19.3.3.2 – Armaduras mínimas.	-	-	Modificação da tabela de valores mínimos para armaduras passivas aderentes, com inclusão de valores para armaduras negativas de bordas sem continuidade. Esta tabela pode ser encontrada na página 158 da NBR 6118:2014.
19.5 – Dimensionamento de lajes a punção. 19.5.1 – Modelo de cálculo.	-	-	Acrescentada orientação de que se pode adotar nesta verificação a força cortante solicitante, nos diferentes contornos, obtida no modelo utilizado na análise estrutural.
19.5.2.2 – Pilar interno, com efeito de momento.	-	-	Acrescentada a recomendação de que, para pilares circulares internos, o coeficiente que fornece a parcela de $M_{sd}$ transmitida ao pilar por cisalhamento ( $K$ ) deve ser igual a 0,6. Os outros valores de $K$ permanecem iguais aos da NBR 6118:2007.

<p>19.5.3.2 – Tensão resistente na superfície crítica C' em elementos estruturais ou trechos sem armadura de punção.</p>	$\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd} = 0,13(1 + \sqrt{20/d})(100\rho f_{ck})^{1/3}$	<p>Acrescentada a parcela de protensão <math>\sigma_{cp}</math>, quando for aplicável.</p> $\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd} = 0,13(1 + \sqrt{20/d})(100\rho f_{ck})^{1/3} + 0,10\sigma_{cp}$
<p>19.5.3.3 - Tensão resistente na superfície crítica C' em elementos estruturais ou trechos com armadura de punção</p>	$\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd} = 0,10(1 + \sqrt{20/d})(100\rho f_{ck})^{1/3} + 1,5 \frac{d}{s_r} \frac{A_{sw} f_{ywd} \sin \alpha}{u d}$	<p>Acrescentada a parcela de protensão <math>\sigma_{cp}</math>, quando for aplicável.</p> $\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd} = 0,10(1 + \sqrt{20/d})(100\rho f_{ck})^{1/3} + 0,10 \sigma_{cp} + 1,5 \frac{d}{s_r} \frac{A_{sw} f_{ywd} \sin \alpha}{u d}$
<p>19.5.4 – Colapso progressivo.</p>	<p>Para garantir a ductilidade e a consequente proteção contra o colapso progressivo, a armadura que atravessa o contorno C deve ser:</p> <p><math>A_s f_{yd} \geq F_{sd}</math> onde:</p> <p><math>A_s</math> é o somatório de todas as áreas das barras que cruzam cada uma das faces do pilar.</p>	<p>Para garantir a ductilidade e a consequente proteção contra o colapso progressivo, a armadura que atravessa o contorno C deve ser:</p> <p><math>A_{s,cop} f_{yd} \geq 1,5.F_{sd}</math>, onde:</p> <p><math>A_{s,cop}</math> é o somatório de todas as áreas das barras inferiores que cruzam cada uma das faces do pilar;</p> <p><math>F_{sd}</math> pode ser calculado com <math>\gamma_f</math> igual a 1,2.</p>
<p><b>20 – Detalhamento de Lajes</b></p>		
<p>20.1 – Prescrições Gerais.</p>	<p>-</p>	<p>Acrescentada a recomendação de que nas lajes maciças armadas em uma ou em duas direções, em que seja dispensada armadura transversal de acordo com 19.4.1, toda a armadura positiva deve ser levada até os apoios,</p>

		não se permitindo escalonamento desta armadura. A armadura deve ser prolongada no mínimo 4 cm além do eixo teórico do apoio.
20.2 – Bordas livres e aberturas.	Em bordas livres e junto às aberturas devem ser respeitadas as prescrições mínimas contidas na figura 20.1, na página 153 da NBR 6118:2007.	As bordas livres e as faces das lajes maciças junto a aberturas devem ser adequadamente protegidas por armaduras transversais e longitudinais. Os detalhes típicos sugeridos para reforço mostrados na figura 20.1, presente na página 170 da NBR 6118:2014, são indicativos e devem ser adequados em cada situação, considerando a dimensão e o posicionamento das aberturas, o carregamento aplicado nas lajes e a quantidade de barras que está sendo interrompida pelas aberturas.
20.5 – Lajes armadas com telas soldadas nervuradas.	Item não existia na NBR 6118:2007.	Foi incluído o item que trata de lajes armadas com telas soldadas, incluindo recomendações de apoios e emendas. Quanto aos apoios, as telas devem ser ancoradas nos mesmos com um comprimento de 10 diâmetros, não inferior a 10 cm.  As emendas podem ser realizadas com duas malhas ou três fios no caso de armadura principal, ou uma malha ou dois fios no caso de armadura secundária.
<b>21- Regiões especiais.</b>		
21.1 - Definição	-	A norma prescreve e define melhor quais são os casos em que são consideradas regiões especiais, que são casos que a estrutura apresenta uma distribuição não linear de

		deformações específicas. Como exemplo, podem ser citadas regiões com cargas concentradas, furos e aberturas em lajes, vigas-parede, regiões com variação de altura na viga e de nós de pórticos.
21.2.1 – Pressão de contato em área reduzida.	-	Acrescentada a informação de que se pode utilizar o método de bielas e tirantes, conforme seção 22, para a disposição de armadura de tração em casos que a fissuração comprometa a resistência do elemento estrutural.
21.3 – Furos e aberturas.  21.3.1 – Generalidades.	-	Acrescentada orientação de que caso não sejam atendidos os limites para furos e aberturas em vigas, a verificação estrutural pode ser feita por bielas e tirantes, conforme a seção 22.
<b>22 – Elementos especiais</b>		
22.1 – Simbologia específica desta seção.	Item não existia na NBR 6118:2007.	Acrescentado o item com a simbologia específica desta seção da Norma.
22.2 – Definições.	Item não existia na NBR 6118:2007.	São definidos os critérios para o projeto de elementos com descontinuidade generalizada e de elementos em que as descontinuidades geométricas ou de cargas que afetem o comportamento do elemento estrutural como um todo.  A norma define por regiões B de um elemento estrutural aquelas em que as hipóteses da seção plana são aplicáveis. As regiões D são aquelas

		em que as hipóteses da seção plana não são mais aplicáveis. Na página 180 da NBR 6118:2014 são demonstradas as situações típicas de regiões D.
22.3 – Método de bielas e tirantes.  22.3.1 – Procedimento para aplicação do método.	Item não existia na NBR 6118:2007.	<p>A norma indica que é permitida a análise de segurança no ELU de um elemento, ou de uma região D contida neste, através de uma treliça idealizada, composta por bielas, tirantes e nós.</p> <p>As bielas representam as resultantes das tensões de compressão, os tirantes representam as armaduras em um único eixo e os nós ligam a bielas e tirantes. Em torno deste nó existirá concreto e a esta região dá-se o nome de zona nodal. A treliça idealizada é isostática e nos nós são concentradas as forças externas e as reações de apoio. O eixo das bielas deve ser definido de modo a aproximar ao máximo as tensões dos eixos das armaduras detalhadas. As bielas devem estar com sua angulação com uma tangente entre 0,57 e 2 em relação ao eixo da armadura longitudinal.</p>
22.3.2 – Parâmetros de resistência do cálculo das bielas e regiões nodais.	Item não existia na NBR 6118:2007.	<p>Para a verificação de tensões de compressão máximas nas bielas e regiões nodais são definidos os seguintes parâmetros:</p> $f_{cd1} = 0,85 \cdot \alpha_{v2} f_{cd} \quad (\text{bielas prismáticas ou nós CCC}).$ $f_{cd2} = 0,60 \cdot \alpha_{v2} f_{cd} \quad (\text{bielas atravessadas por mais de um tirante, ou nós CTT ou TTT}).$ $f_{cd3} = 0,72 \cdot \alpha_{v2} f_{cd} \quad (\text{bielas atravessadas por tirante único, ou$

		nós CCT).
22.3.3 – Parâmetros de resistência de cálculo dos tirantes.	Item não existia na NBR 6118:2007.	A área de aço a ser aplicada em cada tirante é dada por: $A_s = \frac{F_{sd}}{f_{yd}}$ $F_{sd}$ é o valor de cálculo da força de tração determinada no tirante.
22.4 – Vigas parede. 22.4.3 – Modelos de cálculo.	Para o cálculo são permitidos os modelos planos elásticos ou não lineares e modelo biela-tirantes.	Para o cálculo são permitidos os modelos planos elásticos ou não lineares, baseados em métodos numéricos adequados, como o método de elementos finitos, além do método das bielas e tirantes.
22.4.4 – Detalhamento. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.2.4) 22.4.4.1 – Armadura de flexão. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.2.4.1)	-	Acrescentada a recomendação para vigas-parede contínuas, em que as armaduras negativas $A_s$ devem ser distribuídas em 3 faixas da altura da viga, não se considerando para $h$ os valores superiores ao vão teórico $l$ . A distribuição é feita da seguinte forma: — 20% superiores de $h$ : $A_{S1} = (l/2h - 0,50) . A_s$ — 60% centrais de $h$ : $A_{S2} = (1,50 - l/2h) . A_s$ — 20% inferiores de $h$ : $A_{S3} = 0$
22.5 – Consolos e dentes Gerber. 22.5.1.3 – Modelo de cálculo.	-	Incluída recomendação de que os modelos de bielas e tirantes são normalmente aplicados a consolos curtos, enquanto o modelo atrito-cisalhamento é aplicável para os consolos muito curtos.

<p>22.5.1.4 – Detalhamento.</p> <p>22.5.1.4.1 – Armadura do tirante.</p>	-	<p>Acrescentada a recomendação de que a largura <math>b</math> do consolo deve ser superior a 4 vezes o seu comprimento quando utilizados ganchos verticais, a fim de evitar ruptura de canto ou do cobrimento do gancho. A armadura mínima do tirante deve ser avaliada seguindo o mesmo critério do item 17.3.5.2 para uma viga com base e altura respectivamente iguais a <math>b</math> e <math>h</math>.</p>
<p>22.5.1.4.3 – Armadura de costura.</p>	-	<p>A norma recomenda que os consolos curtos devem ter armadura de costura mínima de 40% da armadura do tirante, distribuída na forma de estribos horizontais em uma altura de <math>2/3 d</math>.</p>
<p>22.6 – Sapatas. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.4)</p> <p>22.6.3 – Modelos de cálculo. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.4.3)</p>	-	<p>Incluída a informação de que, na região de contato entre pilar e sapata, deve-se considerar os efeitos de fendilhamento, podendo ser usado o modelo de bielas e tirantes para o cálculo da armadura nesta situação.</p>
<p>22.6.4 – Detalhamento. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.4.4)</p> <p>22.6.4.1 – Sapatas rígidas. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.4.4.1)</p> <p>22.6.4.1.1 – Armadura de</p>	<p>A norma dizia que, para barras de <math>\Phi \geq 20</math> mm, devem ser usados ganchos de <math>135^\circ</math> ou <math>180^\circ</math>.</p>	<p>A atual norma diz que, para barras com <math>\Phi \geq 25</math> mm, deve ser verificado o fendilhamento.</p>

<p>flexão.</p> <p>(Na NBR 6118:2007 o item é 22.4.4.1.1)</p>		
<p>22.7 – Blocos sobre estacas. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.5)</p> <p>22.7.1 – Conceituação. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.5.1)</p>	<p>A norma dizia que, no conjunto de bloco e estacas rígidos, com espaçamento de <math>2,5 \Phi</math> a <math>3 \Phi</math>, pode-se admitir distribuição plana da carga nas estacas, salvo em casos de blocos flexíveis estacas curtas apoiadas em substrato muito rígido, a hipótese deve ser revista.</p>	<p>A norma excluiu a hipótese de consideração de distribuição plana de cargas nas estacas.</p>
<p>22.7.3 – Modelo de cálculo. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.5.3)</p>	-	<p>Incluída a informação de que, na região de contato entre pilar e bloco, deve-se considerar os efeitos de fendilhamento, podendo ser usado o modelo de bielas e tirantes para o cálculo da armadura nesta situação.</p>
<p>22.7.4 – Detalhamento. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.5.4)</p> <p>22.7.4.1 – Blocos rígidos. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.5.4.1)</p> <p>22.7.4.1.1 – Armadura de flexão. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.5.4.1.1)</p>	-	<p>Acrescentada a informação de que, no caso de estacas tracionadas, a armadura da estaca deve ser ancorada no topo do bloco, conforme a figura da página 191 da NBR 6118:2014. De forma alternativa, podem ser usados estribos que garantam a transferência da força de tração até o topo do bloco.</p>
<p>22.7.4.1.2 –</p>	<p>A armadura de distribuição podia</p>	<p>A armadura de distribuição pode ser</p>

<p>Armadura de distribuição. (Na NBR 6118:2007 o item é 22.7.4.1.2)</p>	<p>ser usada completando a armadura principal, calculada com uma resistência de cálculo de 80% de <math>f_{yd}</math>.</p>	<p>reduzida do valor que propõe a norma, desde que seja justificado o controle de fissuras na região das armaduras principais.</p>
<p>22.7.4.1.5 – Armadura lateral e superior.</p>	<p>Item não existia na NBR 6118:2007.</p>	<p>Em blocos com duas ou mais estacas em linha, é obrigatória a colocação de armaduras laterais e superior. Em blocos de grandes volumes a norma indica que deve ser feita análise para possíveis armaduras complementares.</p>
<p><b>23 – Ações dinâmicas e fadiga.</b></p>		
<p>23.3 – Estado-limite de vibração excessiva.</p>	<p>O comportamento da estrutura sujeita a ações dinâmicas cíclicas que originam vibrações pode ser modificado por meio de alterações das ações dinâmicas, frequência natural e aumento das características de amortecimento.</p>	<p>Os valores da tabela de frequência crítica para vibrações verticais para alguns casos especiais de estruturas submetidas a vibrações pela ação de pessoas foram modificados, tendo agora valores fixos e não uma possível variação conforme prescrevia a norma anterior. A presente tabela encontra-se na página 193 da NBR 6118:2014.</p>
<p>23.5 – Estado-limite último de fadiga. 23.5.3 – Modelo de cálculo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- no modelo I o valor de <math>V_c</math> deve ser multiplicado pelo fator redutor 0,5;</li> <li>- no modelo II a inclinação das diagonais de compressão, <math>\alpha</math>, deve ser corrigida pela equação:</li> </ul> $\operatorname{tg}\theta_{cor} = \sqrt{\operatorname{tg}\theta} \leq 1$ <p>devendo-se adotar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><math>\alpha_f = 1,0</math></li> <li><math>\alpha_c = 1,4</math></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- no modelo I o valor de <math>V_c</math> deve ser multiplicado pelo fator redutor 0,5;</li> <li>- no modelo II o valor de <math>V_c</math> deve ser multiplicado pelo fator redutor 0,5 e a inclinação das diagonais de compressão, <math>\alpha</math>, deve ser corrigida pela equação:</li> </ul> $\operatorname{tg}\theta_{cor} = \sqrt{\operatorname{tg}\theta} \leq 1$ <p>devendo-se adotar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><math>\alpha_f = 1,0</math></li> </ul>

	$\alpha_s = 1,0$	$\alpha_c = 1,4$ $\alpha_s = 1,0$
<b>25 – Interface do projeto com a construção, utilização e manutenção.</b>		
25.3 – Existência de não-conformidades em obras executadas. (numeração da NBR 6118:2007)	Tratava de ações corretivas e ensaios que devem ser feitos para analisar se a estrutura mesmo assim atende ao que foi proposto, se é necessário que haja restrições de ocupação e uso, se há necessidade de reforço, demolição, etc.	O item foi retirado da NBR 6118:2014
25.3 – Manual de utilização, inspeção e manutenção. (Na NBR 6118:2007 o item é 25.4)	A norma exigia tal item dependendo do porte da obra e da agressividade do meio; deve ser feito por profissional habilitado um manual de utilização, inspeção e manutenção. Esse manual deve especificar os requisitos básicos para utilização e a manutenção preventiva, visando garantir a vida útil prevista para a estrutura.	A norma exigia tal item para todas as obras; deve ser feito por profissional habilitado um manual de utilização, inspeção e manutenção. Esse manual deve especificar os requisitos básicos para utilização e a manutenção preventiva, visando garantir a vida útil prevista para a estrutura.
<b>Anexo A – Efeito do tempo no concreto estrutural (anexo da norma)</b>		
A.2.2.3 – Valor da fluência.	<p>O Módulo de Elasticidade já era diretamente calculado pela expressão <math>E_{c28} = E_{ci,28} = 5600 f_{ck}^{1/2}</math></p> <p>Coeficiente de fluência <math>\varphi(t, t_0)</math> é dado por:</p> $\varphi(t, t_0) = \varphi_a + \varphi_{f\infty} [\beta_f(t) - \beta_f(t_0)] + \varphi_{d\infty} \beta_d$ <p>O coeficiente de fluência rápida</p>	<p>A norma orienta que o módulo de deformação tangente inicial para 28 dias deve ser obtido por ensaios e somente quando esta opção não for possível, podem-se usar os valores da tabela 8.1.</p> <p>Coeficiente de fluência <math>\varphi(t, t_0)</math> é dado por:</p>

	<p><math>\varphi_a</math>, utilizado o cálculo do coeficiente de fluência <math>\varphi(t, t_0)</math>, era dado por:</p> $\varphi_a = 0,8 \left[ 1 - \frac{f_c(t_0)}{f_c(t_\infty)} \right]$ <p><math>\square_{f_\infty} = \square_{1c} \cdot \square_{2c}</math> é o valor final do coeficiente de deformação lenta irreversível.</p>	<p><math>\varphi(t, t_0) = \varphi_a + \varphi_{f_\infty} [\beta_f(t) - \beta_f(t_0)] + \varphi_{d_\infty} \beta_d</math></p> <p>Outra alteração foi o coeficiente de fluência rápida <math>\varphi_a</math>, utilizado o cálculo do coeficiente de fluência <math>\varphi(t, t_0)</math>.</p> $\varphi_a = 0,8 \left[ 1 - \frac{f_c(t_0)}{f_c(t_\infty)} \right],$ para concretos de classes C20 a C45.  $\varphi_a = 1,4 \left[ 1 - \frac{f_c(t_0)}{f_c(t_\infty)} \right],$ para concretos de classes C50 a C90.  <p><math>\square_{f_\infty} = \square_{1c} \cdot \square_{2c}</math> é o valor final do coeficiente de deformação lenta irreversível para concretos de classes C20 a C45;</p> <p><math>\square_{f_\infty} = 0,45 \cdot \square_{1c} \cdot \square_{2c}</math> é o valor final do coeficiente de deformação lenta irreversível para concretos de classes C50 a C90;</p>
A.2.3.2 – Valor da retração.	-	<p>Houve modificação nos valores de retração da tabela de valores numéricos usuais para determinação da fluência e da retração, conforme presente em tabela da página 212 da NBR 6118:2014.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor

Como demonstrado, uma das modificações para as estruturas de concreto foi o cobrimento nominal das armaduras. Essa alteração visa principalmente aumentar a durabilidade das estruturas, pois a atual norma separou os cobrimentos de acordo com os elementos estruturais e também as estruturas em contato com o solo.

Com a nova inclusão de concretos classe II de resistência (C50 a C90), vários parâmetros tiveram que ser alterados devido ao comportamento diferente desses materiais.

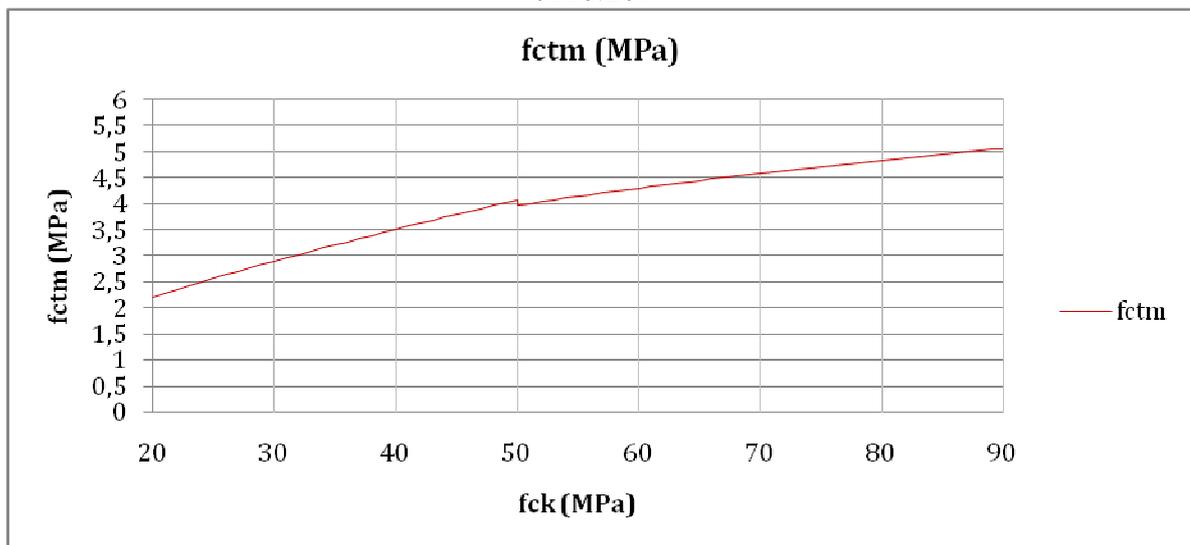
No ensaio de resistência direta à tração não houve alteração. Quando não é feito esse ensaio, a norma permite a estimativa dessa resistência à tração pela resistência à compressão, através do  $f_{ctk,inf}$  e  $f_{ctk,sup}$ , no qual ambos valores dependem da resistência média à tração do concreto ( $f_{ctm}$ ) que, segundo a nova norma, será calculado de duas formas:

$$-f_{ct,m} = 0,3f_{ck}^{2/3}, \text{ para concretos de classe até C50.}$$

$$-f_{ct,m} = 2,12 \ln(1+0,11 f_{ck}), \text{ para concretos de classes até C90.}$$

Com esta alteração, os novos valores de  $f_{ctm}$  podem ser demonstrados pelo Gráfico1.

Gráfico1 – Curva de variação do em função do fck, conforme NBR 6118:2014



Fonte: Santos, Bueno e Kimura (2013, não paginado)

Outra modificação ligada diretamente à inclusão da classe II de resistência é o módulo de Elasticidade, seja ele pela deformação tangente ( $E_{ci}$ ) ou secante ( $E_{cs}$ ), que, quando não for determinado por ensaios laboratoriais, pode ser determinado por equação. No caso do módulo de Elasticidade considerando o módulo de deformação tangente ( $E_{ci}$ ), foi acrescentado um coeficiente  $\alpha_E$ , conforme Anexo A, em que o valor de  $E_{ci}$  é alterado conforme a formação geológica da rocha utilizada no agregado graúdo do concreto. Para o módulo de Elasticidade considerando o módulo de deformação secante ( $E_{cs}$ ), foi acrescentado um coeficiente  $\alpha_i$ , que depende da resistência à compressão do concreto, podendo ser observado no Anexo A.

No dimensionamento de vigas submetidas à flexão simples, conforme figura Y, a resultante à tração ( $R_t$ ) na armadura inferior pode ser dada por:

$$R_t = \alpha \cdot \lambda \cdot b_w \cdot x \cdot f_{cd}$$

sendo:

$\alpha$ : coeficiente de ajuste da resistência do concreto ensaiado em laboratório com a resistência real na estrutura.

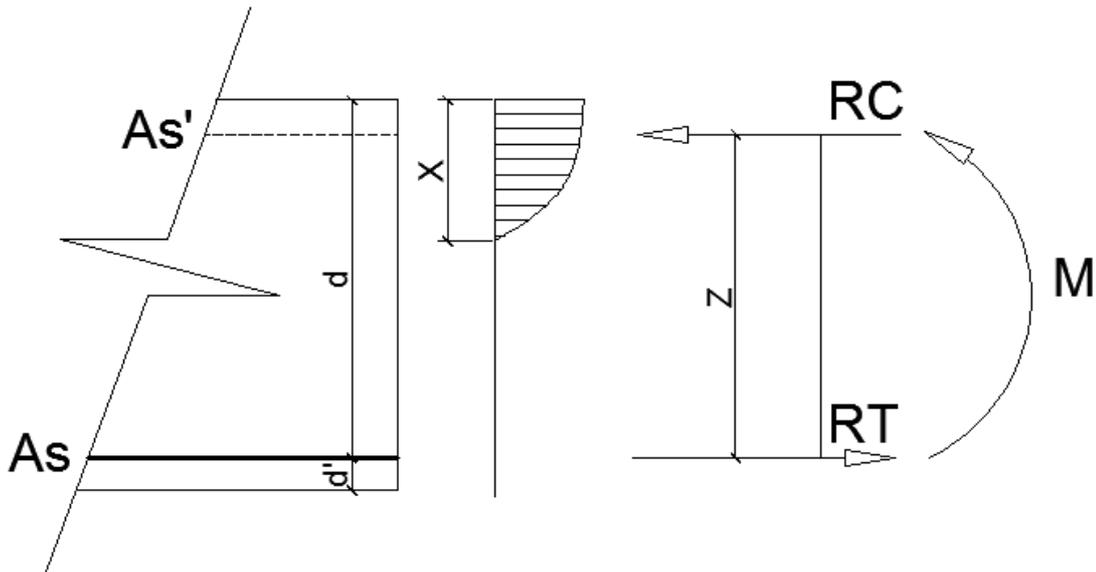
$\lambda$ : coeficiente da parábola-retângulo.

$x$ : profundidade da linha neutra.

$b_w$ : largura da viga.

$f_{cd}$ : resistência de cálculo do concreto à compressão ( $f_{cd}=f_{ck}/\gamma_c$ )

Figura 1- Flexão simples em viga simplesmente armada no estágio III



Fonte: Adaptado de Carvalho e Figueiredo Filho (2009, p.105)

O momento fletor atuante  $M$  é dado por:

$$M = R_c \cdot Z$$

Deduzindo esta equação, chegamos a uma nova, representada por:

$$\frac{Md}{bw \cdot d^2 \cdot f_{cd}} = \alpha \cdot \lambda \cdot KX - KX^2 \cdot \lambda^2 \cdot \frac{\alpha}{2}$$

Como  $\frac{Md}{bw \cdot d^2 \cdot f_{cd}} = KMD$ , temos que:

$$KMD = \alpha \cdot \lambda \cdot KX - KX^2 \cdot \lambda^2 \cdot \frac{\alpha}{2}$$

Encontrando os valores de  $KMD$ ,  $KX$  e  $KZ$ , também será possível determinar o coeficiente de encurtamento do concreto no Estado Limite Último ( $\epsilon_{cu}$ ) e o coeficiente de alongamento máximo da armadura ( $\epsilon_{cs}$ ). Com todos esses valores, é possível determinar a armadura longitudinal necessária para a viga, para que ela possa suportar a solicitação.

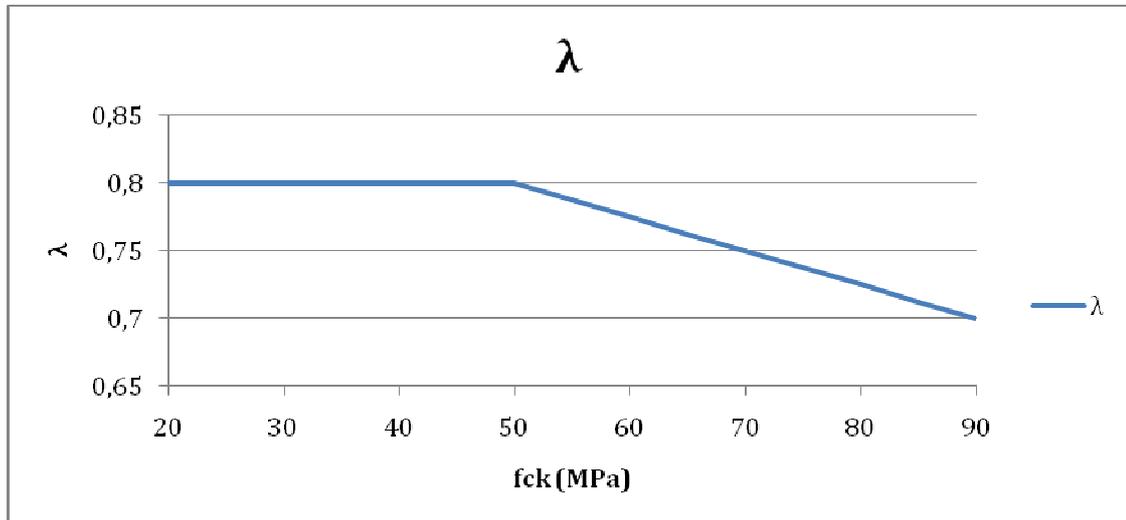
Para o cálculo do coeficiente  $\lambda$ , a NBR 6118:2014 propõe:

- $\lambda = 0,8$  para  $f_{ck} \leq 50 \text{ Mpa}$

- $\lambda=0,8 - (f_{ck}-50)/400$  para  $f_{ck}>50\text{MPa}$

Sendo assim, os valores de  $\lambda$  podem ser tomados conforme o gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Variação do coeficiente de dimensionamento  $\lambda$  em função do  $f_{ck}$ , conforme NBR 6118:2014



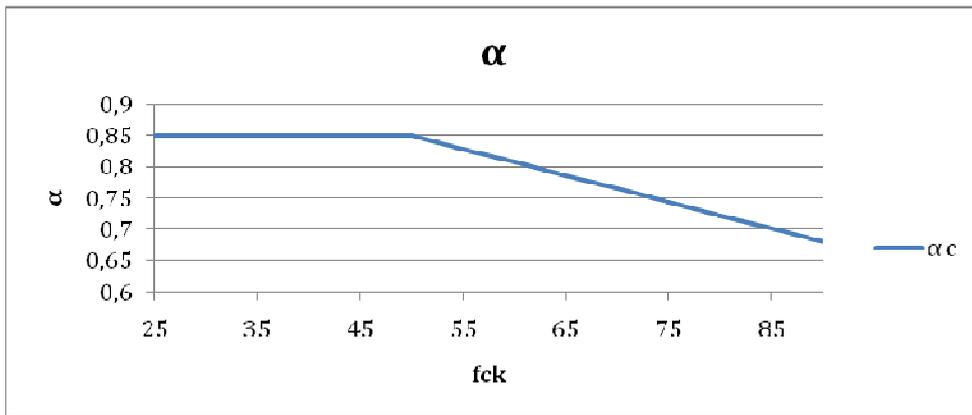
Fonte: Santos, Bueno e Kimura (2013, não paginado)

Para o coeficiente  $\alpha$ , a NBR 6118:2014 determina que:

- $\alpha=0,85$  para  $f_{ck} \leq 50\text{Mpa}$
- $\alpha=0,85 \cdot [1,0 - (f_{ck} - 50)/200]$  para  $f_{ck} > 50\text{MPa}$

Estes valores de  $\alpha$  podem ser tomados pelo Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Variação do coeficiente de dimensionamento  $\alpha$  em função do  $f_{ck}$ , conforme NBR 6118:2014



Fonte: Santos, Bueno e Kimura (2013, não paginado)

Como demonstrado na tabela 1, para o cálculo de uma viga isostática, de dimensões 14x60 cm, com momento fletor de cálculo  $M_d$  de 245 KN.m, utilizando todas as possibilidades de resistências de concreto, nota-se que, ao utilizar concretos de alto desempenho, C60 a C90, a viga muda seu domínio de atuação, reduzindo assim o consumo de aço para a armadura longitudinal submetida à tração. Tal redução se deve à alteração dos domínios de deformação em que a peça se encontra. O aumento de  $f_{ck}$  também provoca uma diminuição da área de aço necessária para os estribos. Tal redução não é tão vantajosa, visto que a norma também define requisitos de armaduras mínimas a serem adotadas, ou seja, com altos valores de  $f_{ck}$  a armadura mínima se torna muito superior à armadura calculada, tornando-a superdimensionada.

No entanto, se a intenção ao utilizar os concretos de alto desempenho for reduzir a altura da viga, mantendo a mesma trabalhando entre os domínios 3-4, nota-se um aumento no consumo de aço, conforme demonstrado na tabela 2. O esquema isostático da viga, bem como seu diagrama de momento fletor, encontram-se presentes no Anexo C.

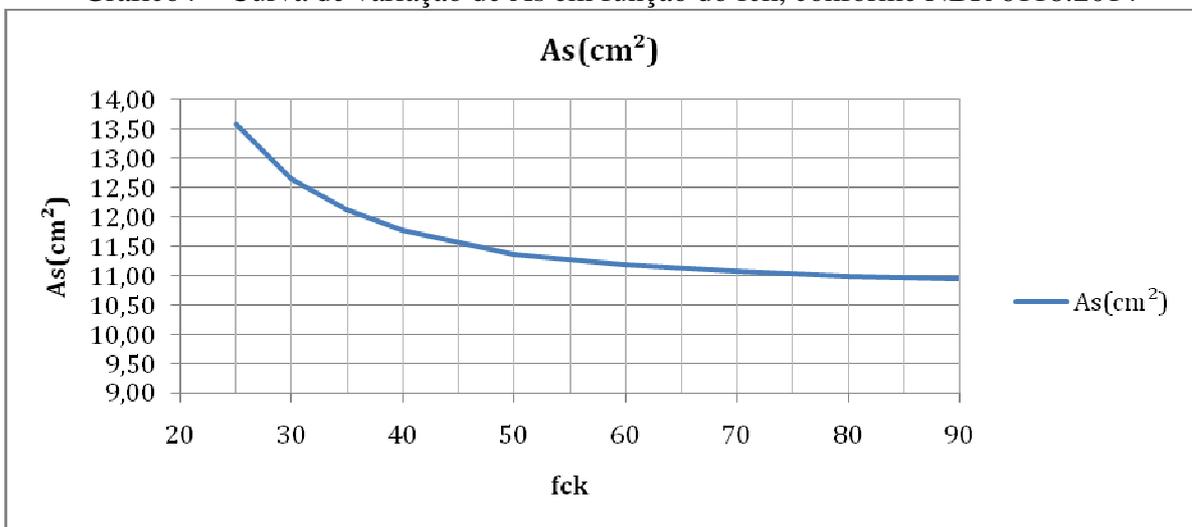
Tabela 1– Planilha de dimensionamento de uma viga isostática variando o  $f_{ck}$  utilizado, conforme NBR 6118:2014

$f_{ck}$	$\alpha_c$	$\lambda$	$KMD$	$KX$	$KZ$	$\epsilon_c (\%)$	$\epsilon_s (\%)$	domínio	$A_s (cm^2)$	$A_s \text{ mín} (cm^2)$
25	0,850	0,800	0,320	0,628	0,749	3,500	2,070	3-4	13,59	1,26
30	0,850	0,800	0,266	0,487	0,805	3,500	3,693	3	12,64	1,26
35	0,850	0,800	0,228	0,400	0,840	3,500	5,254	3	12,12	1,26
40	0,850	0,800	0,200	0,340	0,864	3,500	6,788	3	11,78	1,26

<b>50</b>	0,850	0,800	0,160	0,263	0,895	3,500	9,821	3	11,37	1,26
<b>60</b>	0,808	0,775	0,133	0,234	0,909	2,884	9,433	3	11,19	1,26
<b>70</b>	0,765	0,750	0,114	0,217	0,919	2,651	9,586	3-2	11,08	1,26
<b>80</b>	0,723	0,725	0,100	0,206	0,925	2,597	10,000	2	11,00	1,26
<b>90</b>	0,680	0,700	0,089	0,201	0,930	2,511	10,000	2	10,95	1,26

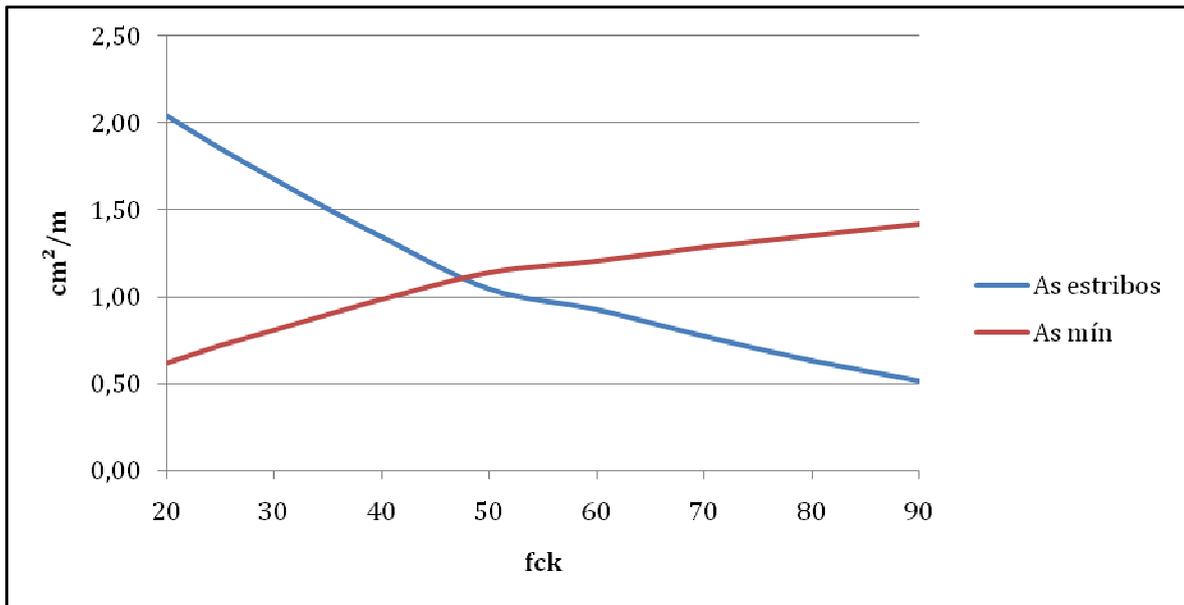
Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico4 – Curva de variação de  $A_s$  em função do  $f_{ck}$ , conforme NBR 6118:2014



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 5 – Curva de variação de  $A_s$  estribos em função do  $f_{ck}$ , conforme NBR 6118:2014



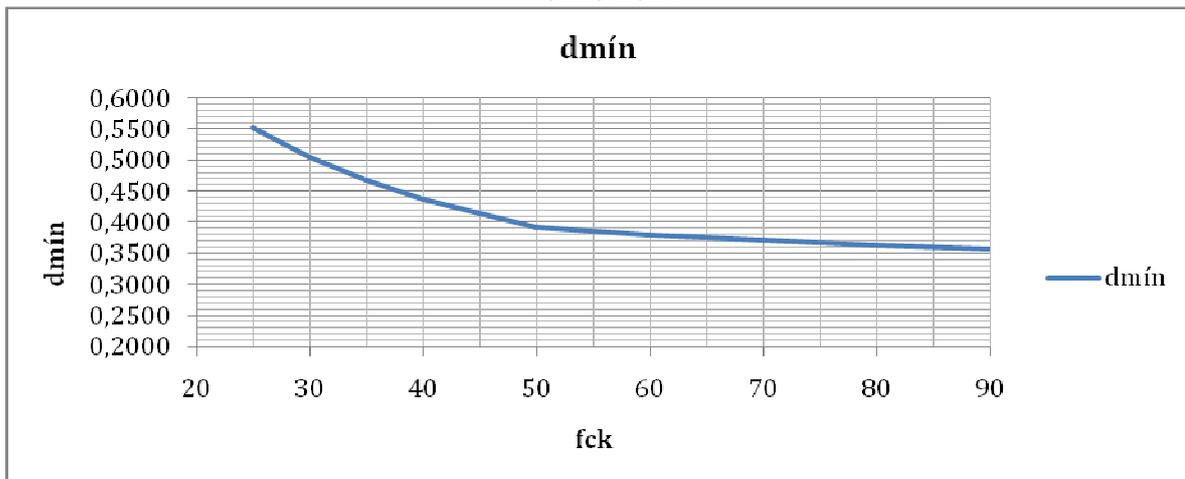
Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 2 – Planilha de dimensionamento de viga isostática entre os domínios 3-4 variando o fck, conforme NBR 6118:2014

<b>VARIAÇÃO DE “d”</b>											
<i>fck</i>	<i>dmín</i>	<i>α c</i>	<i>λ</i>	<i>ε<sub>3,4</sub></i>	<i>KMD</i>	<i>KX</i>	<i>KZ</i>	<i>ε<sub>c</sub> (%)</i>	<i>ε<sub>s</sub> (%)</i>	<i>domínio</i>	<i>As (cm²)</i>
<b>25</b>	0,5536	0,850	0,800	0,6280	0,3198	0,6280	0,7488	3,5000	2,070	3-4	13,59
<b>30</b>	0,5054	0,850	0,800	0,6280	0,3198	0,6280	0,7488	3,5000	2,070	3-4	14,89
<b>35</b>	0,4679	0,850	0,800	0,6280	0,3198	0,6280	0,7488	3,5000	2,070	3-4	16,08
<b>40</b>	0,4377	0,850	0,800	0,6280	0,3198	0,6280	0,7488	3,5000	2,070	3-4	17,19
<b>50</b>	0,3914	0,850	0,800	0,6281	0,3198	0,6281	0,7488	3,5000	2,070	3-4	19,23
<b>60</b>	0,3804	0,808	0,775	0,5821	0,2821	0,5821	0,7744	2,8840	2,070	3-4	19,13
<b>70</b>	0,3708	0,765	0,750	0,5620	0,2545	0,5620	0,7893	2,6560	2,070	3-4	19,25
<b>80</b>	0,3626	0,723	0,725	0,5571	0,2329	0,5571	0,7981	2,6040	2,070	3-4	19,47
<b>90</b>	0,3572	0,680	0,700	0,5567	0,2134	0,5567	0,8051	2,6000	2,070	3-4	19,59

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 6 – Curva de variação da altura útil “d” da viga variando o  $f_{ck}$ , conforme NBR 6118:2014



Fonte: Elaborado pelo autor

Para o exemplo a seguir, utilizando uma viga de seção 20 x 40cm, com um momento fletor de cálculo de 295,31 KN.m, percebemos que, quando utilizados concretos com resistência à compressão de C25 a C40 MPa, há necessidade de armadura dupla na viga. Utilizando concretos de C50 a C90, essa necessidade não existe, reduzindo, assim, o consumo de aço. Comparativamente, utilizando os dois extremos, ou seja, concreto C25 e C90, houve uma redução de aproximadamente 29% no consumo de aço total ( $A_s + A_s'$ ), conforme tabela 3.

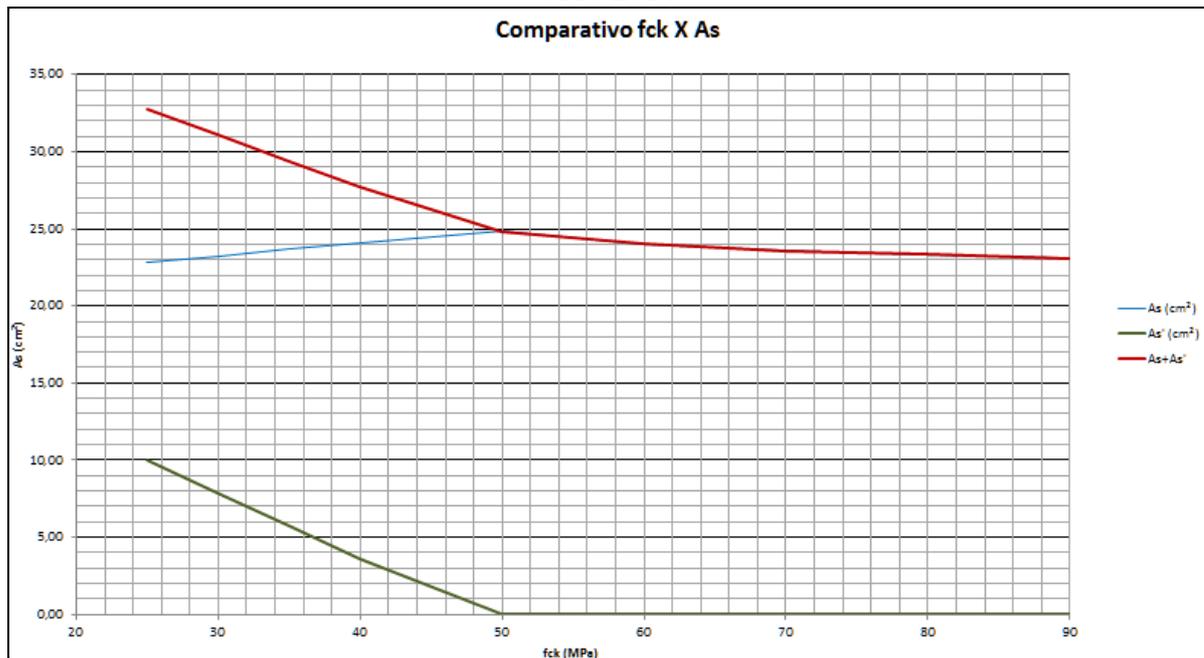
Tabela 3 – Planilha de dimensionamento da viga demonstrando a necessidade de armadura dupla, conforme NBR 6118:2014

$f_{ck}$	$d$ existente	Armadura	$M_{34}$	$M_2$	$A_s$ (cm <sup>2</sup> )	$A_s'$ (cm <sup>2</sup> )
25	0,3650	ARMADURA DUPLA	152,1465	143,1635	22,78	9,98
30	0,3650	ARMADURA DUPLA	182,5759	112,7341	23,22	7,86
35	0,3650	ARMADURA DUPLA	213,0052	82,3048	23,66	5,74
40	0,3650	ARMADURA DUPLA	243,4345	51,8755	24,10	3,62
50	0,3650	ARMADURA SIMPLES	304,3250	0,0000	24,85	0,00
60	0,3650	ARMADURA SIMPLES	322,1615	0,0000	24,03	0,00
70	0,3650	ARMADURA SIMPLES	339,0454	0,0000	23,58	0,00

<b>80</b>	0,3650	ARMADURA SIMPLES	354,5718	0,0000	23,32	0,00
<b>90</b>	0,3650	ARMADURA SIMPLES	365,4808	0,0000	23,11	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 7 – Curva de variação de  $A_s$  e  $A_s'$  em função do  $f_{ck}$ , conforme BR 6118:2014



Fonte: Elaborado pelo autor

### Considerações Finais

Como pôde ser observado, as alterações da NBR 6118, de 2014, trouxeram à norma avanços voltados para durabilidade, segurança e, principalmente, um melhor desempenho estrutural, apesar de haver controvérsias quanto às recomendações do item 11.3.3.4.1, que trata de imperfeições globais. Nesse item, a norma sugere que podem ser desconsideradas ações de instabilidade global provenientes de desaprumo, caso a ação do vento seja 30% maior que as mesmas, sendo o oposto também válido. Estes valores são questionáveis, já que existe uma possibilidade real de haver desaprumo e vento na mesma estrutura.

A alteração que causou grande impacto foi a inclusão dos concretos de classe II de resistência (C50 a C90), que fez com que afetasse parâmetros de dimensionamento de todos os elementos estruturais. Essa modificação trouxe novas possibilidades para as estruturas, sendo possível conseguir estruturas mais arrojadas e que atendam melhor às necessidades arquitetônicas. Outra vantagem dessa alteração é que estruturas com concreto de alto desempenho, ou seja, com elevados valores de resistência, apresentam maior durabilidade;

esses concretos já eram utilizados no Brasil em indústrias e outros ambientes agressivos, mas somente agora têm seus dimensionamentos e detalhamentos normatizados.

Finalmente, conclui-se que a alteração da norma, no ano de 2014, anexou-lhe várias mudanças, mas tais mudanças não causaram tanto impacto quanto foi a revisão do ano de 2003, da NBR 6118. A norma continua em processo de aprimoramento e desenvolvimento; mesmo tendo evoluído muito nos últimos anos, ainda haverá sempre a necessidade de mantê-la atualizada com as tecnologias disponíveis na construção civil, além de procurar resolver ou minimizar problemas estruturais devido a falhas em projetos ou execução. Para que se alcancem os resultados esperados e que se mantenha a norma entre as referências internacionais de concreto armado, é necessário maior participação nos comitês de revisão da mesma, pois só assim se pode conseguir reunir o maior número de experiências práticas, trazendo maior segurança para a resolução de falhas normativas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6120**: Cargas para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. **NBR 6118**: Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **NBR 6118**: Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

BASTOS, P. S. S.. **Fundamentos do Concreto Armado**. Notas de aula do curso de engenharia civil na Faculdade de Engenharia, UNESP, Bauru, 2006.

CARVALHO, R. C.; FIGUEIREDO FILHO, J. R.. **Cálculo e Detalhamento de Estruturas Usuais de Concreto Armado**. 3. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2009.

CARVALHO, R. C.; PINHEIRO, L. M.. **Cálculo e Detalhamento de Estruturas Usuais de Concreto Armado: Volume 2**. 2. ed. São Paulo: Editora Pini Ltda., 2013.

GIONGO, J. S.. **Concreto Armado: Projeto Estrutural de Edifícios**. Notas de aula do curso de engenharia civil na Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2005.

KIMURA, A. Revisão realça NBR 6118 como referência internacional. [7 de novembro de 2013]. São Paulo: *Ibracon*. Entrevista concedida a Altair Santos.

PINHEIRO, L. M.. **Concreto Armado: Tabelas e Ábacos**. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 1994.

SANTOS, Sergio Hampshire de Carvalho; BUENO, Suely Bacchereti; KIMURA, Alio Ernesto. ABNT NBR 6118: Evolução, tendências e desafio: Gramado: Ibracon, 2013. Color.

## OS IMPACTOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO DA PRODUÇÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS<sup>2</sup>

Juliana Silva MURAKAMI\*  
Randal FARAGO\*\*  
José Aurélio Moura RESENDE\*\*\*

### Resumo

Este artigo demonstra a importância que o planejamento estratégico tem sobre a gestão da produção em micro e pequenas empresas. Devido ao competitivo cenário atual, para se diferenciar no mercado e atingir os objetivos traçados no planejamento estratégico, grande parte de micro e pequenas empresas foi forçada a otimizar seus processos de manufatura por meio de ferramentas diversas. Fazendo uso do método de pesquisa exploratória, o estudo busca analisar os efeitos que um planejamento estratégico tem sobre a gestão da produção. Além disso, a pesquisa apresenta diferentes ferramentas de otimização da produção, que, uma vez aplicadas à manufatura, podem gerar melhores resultados para a empresa, tornando-a mais competitiva e contribuindo para sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** *Competitividade; Estratégia; Manufatura; Empreendedor.*

## THE IMPACTS OF STRATEGIC PLANNING IN PRODUCTION MANAGEMENT FOR MICRO AND SMALL COMPANIES

### Abstract

This article shows the importance that strategic planning has on production management in micro and small companies. Due to the current competitive scenario, to stand out in the market and achieve the goals outlined in the strategic planning, many micro and small companies were forced to optimize their manufacturing process through various tools. Making use of the exploratory research method, the study seeks to analyze the effects that strategic planning has on production management. Moreover, the research presents different production optimization tools, which, once applied to the manufacturing, can generate better results, making the company more competitive and contributing to its survival.

**Keywords:** *Competitiveness; Strategy; Manufacture; Entrepreneur.*

---

<sup>2</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica - PIC do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Aluna do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Moura Lacerda. E-mail: [ju.murakami@hotmail.com](mailto:ju.murakami@hotmail.com).

\*\* Doutor em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP. Mestre em Engenharia de Produção pelo DEP/UFSCAR. Docente do Centro Universitário Moura Lacerda e orientador da pesquisa. E-mail: [randalfarago@usp.br](mailto:randalfarago@usp.br).

\*\*\* Doutorando em Engenharia Industrial e de Sistemas pela Uminho. Mestre em Engenharia de Produção pela EESC/USP. Coordenador e docente do Centro Universitário Moura Lacerda e co-orientador da pesquisa. E-mail: [eproducao@mouralacerda.edu.br](mailto:eproducao@mouralacerda.edu.br).

## **Introdução**

A dinâmica da economia mundial, concomitante ao crescimento econômico dos chamados países emergentes, criam um cenário de intensas alterações em curtos espaços de tempo. O crescente dinamismo e a competitividade encontrados no ambiente empresarial vêm gerando novas formas de organização e interação entre os diversos agentes econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que induzem à criação e consolidação de instrumentos e estilos de gestão adaptados às novas necessidades (SOBANSKI, 1995). Por sua vez, os empreendimentos encontram desafios como variações de mercado, aceitação do público e limitações de pessoal e capital. Nesse âmbito, tornou-se imprescindível a produção de mais produtos, bens e serviços, com maior qualidade e menos custo, recursos e mão de obra. Dessa forma, o conceito de planejamento estratégico, aplicado também na manufatura e produção, vem se firmando como orientador decisório para maior diferenciação de empresas dentro de um dado mercado, resultando em sua sobrevivência e posterior sucesso, como afirma Slack, sendo que a estratégia corporativa orienta a organização na busca pelo posicionamento em seu ambiente global, econômico, social e político (SLACK, 2002).

Por definição, o planejamento estratégico é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência de suas oportunidades e ameaças de seus pontos fortes e fracos para o cumprimento de sua missão e, por meio dessa consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar riscos (FISCHMAN; ALMEIDA, 1990).

Outra definição da literatura é que a estratégia competitiva é uma combinação dos fins (metas) que a empresa busca e dos meios (políticas) pelos quais ela está buscando atingir um objetivo (PORTER, 1986).

Aplicando os conceitos de planejamento estratégico à função produção de uma organização, pode-se dizer que isso resulta em um conjunto de planos e políticas por meio dos quais a companhia objetiva obter vantagens sobre seus competidores e inclui planos para a produção e venda de produtos para um particular conjunto de consumidores (SKINNER, 1969).

A função manufatura tem se mostrado interessante, pois, assim como outras funções, implementa a estratégia empresarial na prática e pode contribuir substancialmente para o sucesso competitivo da organização. Uma vez que a manufatura é parte agregadora de valor ao produto, pode ser um ótimo recurso na corrida em busca de vantagens competitivas. Para tanto, é necessário que esteja congruente com as estratégias desenvolvidas em níveis

superiores, e que seja capaz de suportar os objetivos perseguidos (HAYES; WHEELWRIGHT, 1984).

## **Materiais e Métodos**

A pesquisa em questão está fundamentada no cenário de pequenos negócios, levando-se em consideração pontos substanciais, sendo, o planejamento estratégico e a gestão de produção, formas de potencializar os resultados do pequeno empreendedor.

O tipo de pesquisa utilizado é a pesquisa explicativa. A pesquisa explicativa pretende dizer de que modo ou por que causas o fenômeno é produzido (GIL, 2002). Em outras palavras, ele visa explicar relações de causa e efeito.

O trabalho também segue os preceitos do estudo exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica, definida como uma pesquisa que "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p. 50).

## **Importância das micro e pequenas empresas**

O crescimento de micro e pequenas empresas tornou-se tendência irreversível nos últimos anos, apresentando desenvolvimento significativo para a economia brasileira. Em 2009, 2010 e 2011, mais da metade das empresas de alto crescimento total e das empresas de alto crescimento orgânico eram empresas com 10 a 49 pessoas ocupadas assalariadas (IBGE, 2011). A Tabela 1, a seguir, retrata o quadro das empresas de alto crescimento, no Brasil, entre os anos de 2009 e 2011:

**Empresas de alto crescimento total e orgânico, por variáveis selecionadas,  
segundo o porte da empresa - Brasil - 2009-2011**

Porte das empresas	Empresas de alto crescimento					
	Total			Orgânico		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
<b>Participação relativa do número de empresas (%)</b>						
Empresas com 10 a 49 pessoas ocupadas assalariadas	51,3	50,9	51,5	51,7	51,5	52,0
Empresas com 50 a 249 pessoas ocupadas assalariadas	39,0	39,3	38,9	39,0	39,3	38,9
Empresas com 250 ou mais pessoas ocupadas assalariadas	9,7	9,8	9,6	9,4	9,2	9,1

Tabela 1: Empresas de alto crescimento total e orgânico. Fonte: IBGE (2011)

No Brasil, as micro e pequenas empresas têm consolidado uma participação expressiva na economia, representando 20% da parcela do PIB nacional (IBGE, 2010). Conforme pesquisa do SEBRAE e DIEESE (2011), essas empresas respondem por quase 52% dos postos de trabalho do setor privado.

Dessa forma, as micro e pequenas empresas têm se tornado essenciais e indispensáveis nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento (BORTOLI NETO, 1980). Devido ao aumento do poder de compra do brasileiro e também à grande procura por bem-estar e qualidade de vida, surgiram diversas oportunidades nas áreas industriais e comerciais, além de um crescente aumento na busca por serviços.

Em vista da relevância dos dados apresentados, é de suma importância o estudo das dificuldades encontradas na gestão da produção, elaboração e implementação do planejamento estratégico nessas empresas, a fim de proporcionar o crescimento, tanto da organização quanto da economia nacional como um todo.

### **A Produção como diferencial**

A área de Produção concentra a maior parte de integração entre os inputs (mão de obra, materiais, energia, maquinário etc.) e o outputs (produtos e serviços) (SKINNER, 1969). Portanto, a Produção deve estar em sinergia com as diretrizes do planejamento estratégico.

Desse modo, pode-se fazer a seguinte pergunta:

De que maneira o planejamento estratégico pode relacionar-se com a gestão da produção nas micro e pequenas empresas para atendimento de suas metas?

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é mostrar como a gestão da produção pode melhor atender às metas traçadas pelo planejamento estratégico, uma vez que a manufatura é otimizada por meio de diversas ferramentas.

## Planejamento Estratégico

Planejamento estratégico é um processo que tem como finalidade o desenvolvimento de objetivos, potencialidades da empresa e mudanças diante das oportunidades do mercado (KOTLER; ARMSTRONG, 1993).

Outro conceito proposto é que o planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando a maior grau de interação com o ambiente (KOTLER, 1975).

"A estratégia envolve diversos processos de pensamento em diferentes níveis corporativos" (MINTZBERG; AHLSTRAD; LAMPES, 2000, p. 20). Por haver essa distinção entre níveis corporativos e processos dentro da mesma organização, é necessário que se discuta o gerenciamento ou planejamento estratégico que será desenvolvido. É esse planejamento que faz com que as ações multidepartamentais leve a empresa a atingir seus objetivos.

Na literatura, é possível encontrar também algumas estratégias hierarquizadas, conforme modelo exibido na Figura 1.

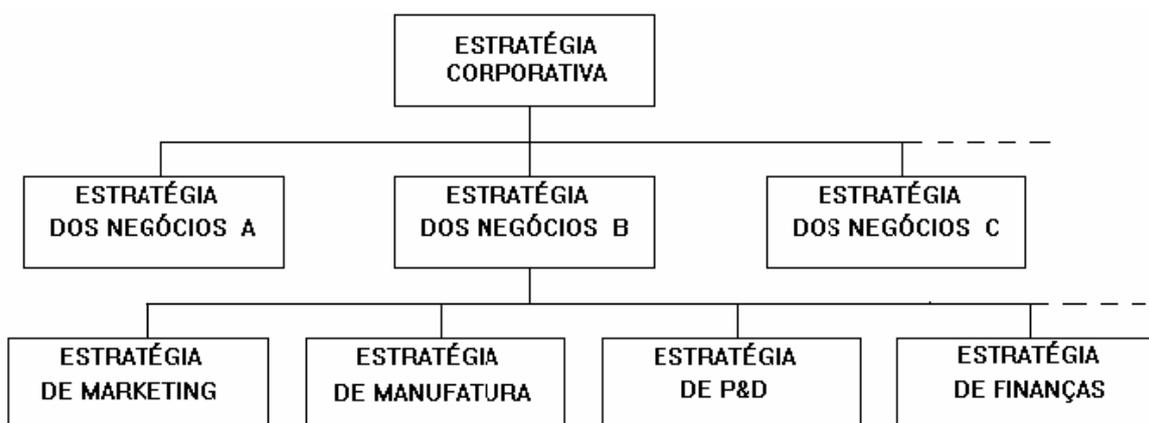


Figura 1: Hierarquia das estratégias. Fonte: Hayes e Wheelwright (1984)

Essa estrutura pode ser classificada em três níveis hierárquicos: corporativo, do negócio e funcional (SLACK et al., 1997). Concomitantes, estes níveis constroem uma “hierarquia na qual a estratégia do negócio é uma parte importante do ambiente no qual as

estratégias funcionais operam, e a estratégia corporativa é um elemento importante do ambiente no qual a estratégia do negócio se encaixa” (SLACK et al., 1997, p. 90).

Pode-se fazer um comparativo entre estes níveis e os níveis propostos por Daft, em 1999, na Figura 2, abaixo:

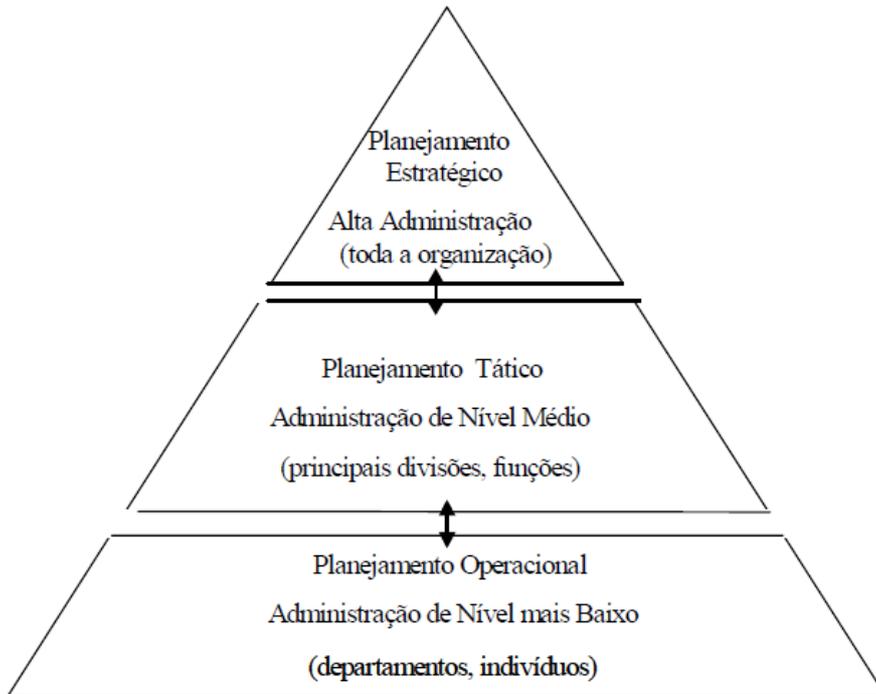


Figura 2: Pirâmide estratégica. Fonte: Daft (1999, p. 127)

Análogo ao que foi proposto anteriormente por Slack, podemos dizer que o planejamento estratégico compõe a estratégia corporativa. O planejamento tático corresponde às estratégias de negócio. Por fim, o planejamento operacional responde pelo nível funcional.

O plano estratégico é pertinente à organização como um todo, enquanto os planos táticos estão relacionados com as variadas áreas da organização (ACKOFF, 1966). Por exemplo, um plano financeiro e um plano de marketing são planos táticos. Para operacionalizar os planos táticos, são preparados os planos operacionais, que orientam a alocação de recursos para cada parte dos planos táticos.

Todos esses planos precisam estar em harmonia, gerando uma vantagem competitiva para a empresa, em todos os níveis estratégicos.

## Análise SWOT

Uma das formas mais utilizadas dentro do ambiente empresarial para realizar o planejamento estratégico é a análise SWOT. A Análise SWOT provém da sigla em inglês, que significa Forças/Pontos Fortes (*Strengths*), Fraquezas/Pontos Fracos (*Weaknesses*); Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

Não há documentos que indiquem com precisão sua origem, mas sabe-se que a Análise SWOT foi criada pelos professores Kenneth Andrews e Roland Christensen, da Harvard Business School. Contudo, há dúvidas acerca de seu surgimento e utilização (HINDLE; LAWRENCE, 1994)

Este estudo proporciona uma avaliação a respeito da organização em seu ambiente externo e interno. Dessa forma, é possível posicionar a companhia em relação ao mercado. Para isso, temos:

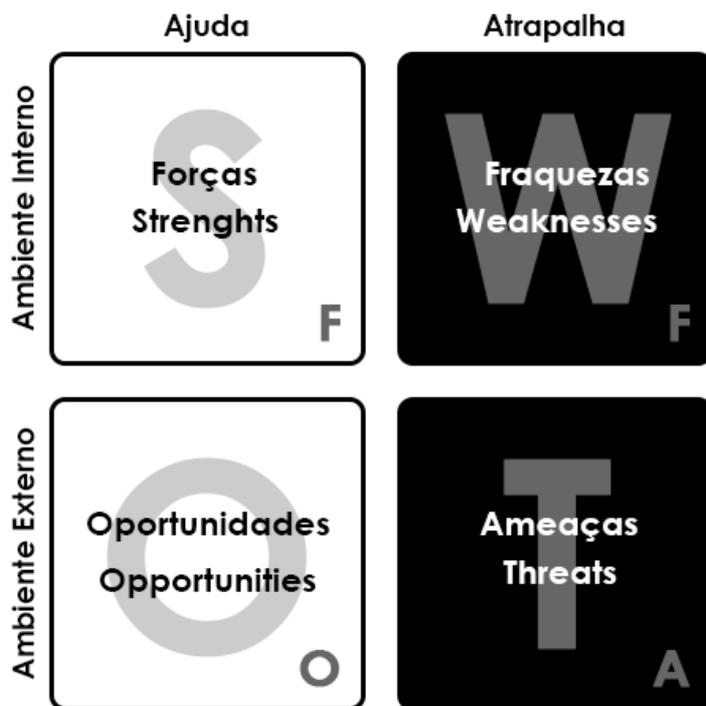


Figura 3: Diagrama Análise SWOT. Fonte: Adaptado de Silva (2009)

As Forças ou Pontos Fortes correspondem às habilidades e recursos que a organização utiliza para sua sobrevivência. As fraquezas ou pontos fracos são perdas ou falhas competitivas ou financeiras que implicam desvantagem à companhia, num comparativo com o mercado. As oportunidades são tópicos positivos no setor em que o empreendimento se situa, ou seja, boas chances que o ambiente disponibiliza para a empresa se destacar no mercado. As

ameaças são aspectos negativos entre o mercado, que podem interferir negativamente no desempenho da organização.

A seguir temos a Figura 4, com um exemplo simplificado de uma análise SWOT:

<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>Força</b>	<b>Fraqueza</b>
Liderança do mercado	Baixo investimento em inovação
Qualidade do produto	Distribuição limitada
Abertura a mercados estrangeiros	Aumento da regulamentação
Novos métodos de distribuição	Nova tecnologia
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	

Figura 4: Exemplo prático análise SWOT. Fonte: Elaborado pelo autor

De forma sintetizada, é possível obter um panorama qualitativo a respeito dos aspectos que afetam a empresa positiva ou negativamente, auxiliando na observação de variáveis controláveis e incontroláveis, otimizando sua análise (KOTLER, 1975).

A Análise SWOT é um instrumento de apoio à realização de estratégias, especialmente para micro e pequenas empresas, pois é de fácil entendimento e formulação. Tendo em vista os Pontos Fortes e Fracos, internamente, na empresa, assim como as variáveis existentes no mercado que podem contribuir ou prejudicar o pequeno empresário, é possível formular um planejamento estratégico, que depois será traduzido em um plano tático e, em seguida, um plano operacional. Desse modo, chegamos a nossa área de interesse: a Produção.

## **Estratégia de Manufatura**

Quando se fala de empresas manufatureiras, a função produção comporta grande parte das atividades agregadoras de valor de seus produtos. A partir deste ponto, a gestão da produção torna-se importante alvo do planejamento estratégico para obter-se vantagem competitiva perante aos concorrentes. A estratégia de manufatura é como um conjunto de planos e políticas através dos quais a companhia objetiva obter vantagens sobre seus competidores e inclui planos para a produção e vendas de produtos para um particular conjunto de consumidores (SKINNER, 1974).

A estratégia de manufatura de cada unidade de negócios contribui essencialmente para os objetivos estratégicos dos níveis superiores diretos (SLACK et al.,1997). Nesta afirmação, os autores explanam sobre a importância da manufatura na contribuição entre os níveis hierárquicos (corporativo, de negócios e funcional) que foram apresentados anteriormente.

Seguindo este pensamento, as políticas de manufatura que fossem mais aderentes à estratégia competitiva resultariam, portanto, em maior competitividade para a empresa (DANGAYACH; DESHMUKH, 2001)

Porém, a dificuldade desse cenário era preencher a lacuna entre planejamento estratégico e a gestão da produção. Uma vez que o planejamento estratégico é feito pela alta direção da empresa com o suporte da função Marketing, fez-se necessária a comunicação de uma mesma linguagem entre as informações provenientes do mercado e informações que podem ser úteis para a manufatura. Para sanar esse problema de comunicação, na literatura é proposto o termo "critério qualificador". O critério qualificador define o desempenho mínimo que um produto ou serviço deve apresentar, para que possa instigar um cliente à compra (SLACK, 2002).

Apesar de os critérios que geram competitividade e que qualificam o produto/serviço terem se modificado ao longo do tempo, seguem alguns princípios que estão presentes na literatura:

- Custo, qualidade, entregas, flexibilidade (FINE; HAX, 1985; WHEELWRIGHT, 1984);
- Custo, tempo, qualidade (CORBETT; WASSENHOVE, 1993);
- Qualidade, velocidade, confiabilidade de entregas, flexibilidade, preço/custo (PROCHNO; CORRÊA, 1995; SLACK; LEWIS, 2008).

Tendo claros os critérios qualificadores dentro de seu segmento, pode-se fazer o elo entre o planejamento estratégico e a função produção. A estratégia de manufatura se traduz em um padrão de decisões, ao longo do tempo, que irá permitir à unidade de negócio atingir uma desejada vantagem competitiva (SKINNER, 1969). Dessa forma, existem várias maneiras de utilizar a produção para se obter vantagem competitiva, fazendo com que a mesma seja o elo de sucesso entre os níveis estratégicos.

### **Otimizando a Produção**

Após compreender a importância do planejamento estratégico para melhor *performance* das companhias, identificar Pontos Fracos e Fortes, Oportunidades e Ameaças, por meio da análise SWOT, e ter em mente os critérios qualificadores para os determinados segmentos, é mais do que válido destacar de quais maneiras a gestão da produção pode ser otimizada, a fim de se tornar o diferencial competitivo dentro dos micro e pequenos empreendimentos.

A seguir, este trabalho apresenta algumas ferramentas que são globalmente utilizadas, nos mais diversos tipos de empresas:

**Produção Enxuta (*Lean Manufacturing*):** O conceito de produção enxuta surgiu no Japão, nas fábricas automotivas *Toyota*. O nome define um modelo de produção eficiente, ágil, flexível e inovador. Segundo o Lean Institute Brasil (2012):

*Lean* é uma estratégia de negócios para aumentar a satisfação dos clientes através da melhor utilização dos recursos. A gestão *lean* procura fornecer, consistentemente, valor aos clientes com os custos mais baixos (PROPÓSITO), através da identificação de melhoria dos fluxos de valor primários, e de suporte (PROCESSOS), por meio do envolvimento das pessoas qualificadas, motivadas e com iniciativa (PESSOAS).

Em suma, o *Lean Manufacturing* propicia uma maior flexibilidade à produção, reduz o custo e elimina as perdas, possibilitando à empresa atender a grande variedade de produtos em um menor espaço de tempo.

Quando se voltam as atenções para pequenas empresas, é possível identificar que estas estão em desvantagem, em relação às grandes empresas, no quesito inovação e investimentos. Porém, estas mesmas micro e pequenas empresas possuem vantagens relacionadas à flexibilidade e adaptação a mudanças.

Um sistema como o *Lean Manufacturing* produz ótimos resultados e gera bom retorno para a companhia. Mas, para isso, é necessária a modificação do pensamento de seus colaboradores. É preciso que haja envolvimento e participação das pessoas juntamente com o fator estratégico escolhido pela direção.

**5S:** Conceito também importado do oriente, foi criado na década de 1950, objetivando melhores condições de trabalho e um ambiente de qualidade que estimulasse a melhoria da produção e a segurança. Os 5S se referem às palavras japonesas:

- *Seiri* - Utilização: Utilizar apenas o que é necessário para o trabalho, e descartar o inútil.
- *Seiton* - Organização: Todos os materiais devem ter local definido e claramente visível.
- *Seiso* - Limpeza: Manter equipamentos, máquinas, ferramentas e instrumentos de trabalho limpos.
- *Seiketsu* - Padronização: Ter senso do que é padrão, seguir as regras, conhecer e orientar sobre os padrões.
- *Shitsuke* - Autodisciplina: Momento em que há a conscientização da necessidade de se autodesenvolver e consolidar todas as outras melhorias.

Este conceito pode ser um bom iniciador de mudanças dentro das pequenas/médias empresas, pois consiste numa modificação de hábitos, sem grandes investimentos. Dessa forma, pouco a pouco, é possível envolver os colaboradores a pensar de forma mais limpa, disciplinada e com qualidade e segurança.

**Just-in-time (JIT):** As empresas *Toyota* tinham uma meta clara: eliminar estoques realizando as entregas no momento exato (SHINGO, 1991).

É um sistema em que a produção e a movimentação iniciam-se somente quando existe uma necessidade: produto definido, no momento estabelecido, na quantidade exata (IMAI, 2005).

Para isso, é necessário que a produção possa responder de forma eficaz à demanda de pedidos. É necessário que haja um *lay-out* flexível que se adeque às alterações da produção. Após ajustar parte do processo, é preciso envolver as pessoas, e os funcionários têm de se encaixar aos novos modelos, regras e objetivos, trabalhando em conjunto para que exista boa sintonia.

O próximo passo é envolver os fornecedores para que a cadeia de suprimentos da empresa seja simplificada e atenda às necessidades dos clientes internos (fabricação) e externos (clientes finais), evitando o alto nível de estoque dentro da companhia.

Por fim, deve-se atentar ao cliente, integrá-lo às datas e rotas de entrega, firmar horários, agendas, para que o mesmo possa contribuir, também, com a empresa.

**Poka Yoke:** Esta ferramenta dá suporte à produção enxuta, e, assim como a primeira, também nasceu no Japão, nas fábricas *Toyota*. Seu conceito se baseia em reduzir ou eliminar o número de falhas e erros que podem ocorrer nos processos. A palavra "*Poka*" significa "erro" e a palavra "*Yoke*" significa "à prova de". Dessa maneira, sua abordagem se espalhou pelas fábricas japonesas com intuito de agregar maior qualidade ao processo e atuar em todas e quaisquer situações potenciais de ocorrência de falhas ou defeitos.

O *Poka Yoke* é uma importante ferramenta para o micro e pequeno empreendedor, pois reduz custos relacionados a falhas humanas ou de processo, tornando o produto final de maior qualidade para o cliente.

Para implantar essa técnica é necessário compreender e enxergar que falhas ou defeitos são passíveis de ocorrer e que é possível atuar proativamente nesses quesitos. Para tanto, é válido ao empresário que siga alguns passos, para facilitar a implantação e controle desse conceito.

- **Constatação:** Significa definir a falha ou o defeito. Compreender de forma abrangente o defeito ou falha presente no produto/serviço ou no processo. Caso seja possível, é importante que se documente por meios de fotos, vídeos, e, ainda, levantar dados estatísticos a respeito da incidência das falhas ou defeitos identificados.
- **Análise:** Compreender a causa dos defeitos e falhas e suas respectivas consequências.

Exemplo:

Defeitos		Falhas Humanas	
1	Processo não executado	1	Falta de atenção/concentração
2	Ausência de ajuste	2	Pouca experiência
3	Peças mal posicionadas	3	Falta de procedimentos/padrões
4	Excesso de elementos	4	Excesso de confiança

Figura 5: Possíveis Defeitos e Falhas. Fonte: Elaborado pelo autor.

- Solução: Identificar como as falhas ou defeitos podem ser prevenidos e, caso isso não seja possível, como podem ser antecipados.
- Teste da solução: Validação da eficácia da solução encontrada. Para isso, a solução deve eliminar as falhas ou defeitos, deve ser de baixo custo e simples implementação, deve fazer parte do processo e ser executado no mesmo local em que ocorrem, não podendo permitir a passagem das falhas/defeitos para a próxima etapa.
- Implementação: Utiliza-se a solução para todos os processos possíveis.
- Documentação: Por fim, documenta-se a situação. Faz-se um comparativo do novo cenário e do cenário prévio, analisando os resultados obtidos.

**PDCA:** A sigla PCDA vem do inglês e significa *Plan, Do, Check e Action*: Planejamento, Execução, Verificação, Controle e Ação Preventiva.

O ciclo PDCA surgiu na década de 1920, por Walter A. Shewart; entretanto, apenas 30 anos depois, por volta da década de 1950, seu conceito foi disseminado por Willian Edward Deming, conhecido por seus trabalhos relacionados a gerenciamento de qualidade.

O ciclo PDCA funciona como um método gerencial de tomadas de decisões para garantir o alcance de metas necessárias à sobrevivência de uma organização (WERKEMA, 1995). Assim, o PDCA pode ser aplicado em várias áreas da empresa, e, principalmente, na produção. A Figura 6 sumariza as principais atividades desenvolvidas nas etapas do ciclo:

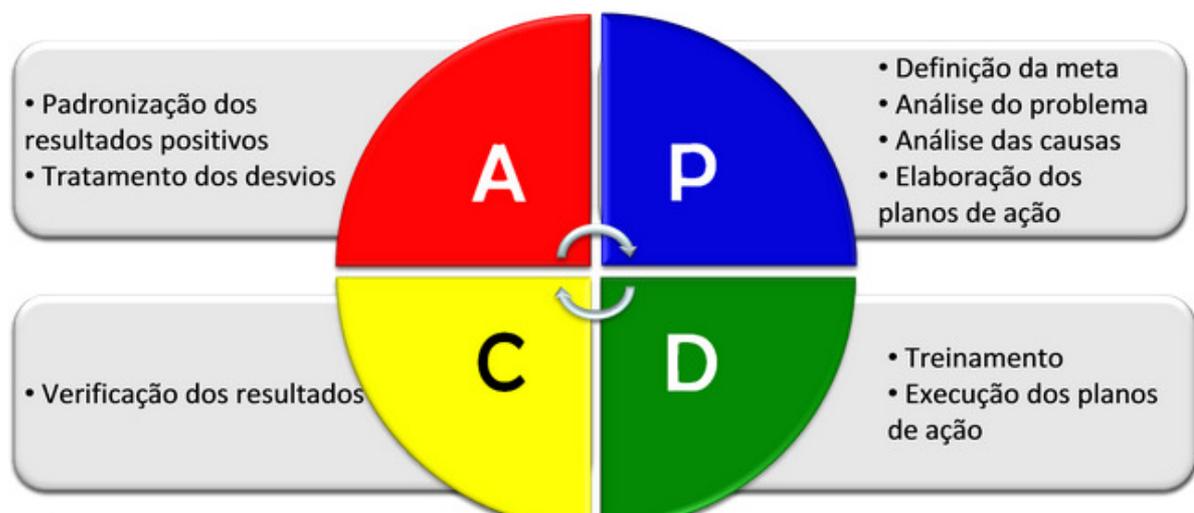


Figura 6: Ciclo PDCA. Fonte: Adaptado de Werkema (1995)

***Kaizen***: A palavra em japonês tem o significado de melhoria contínua (*Kai* = Modificar e *Zen* = Bem). Esta filosofia objetiva o contínuo melhoramento voltado para a maximização da produtividade e flexibilidade da manufatura, redução de desperdícios e custos de fabricação, envolvendo todo o contingente da empresa, desde os níveis hierárquicos mais superiores até a base da hierarquia.

O método *Kaizen* se edifica na eliminação de desperdícios por meio de alternativas de baixo custo, baseadas na criatividade dos colaboradores (BRIALES, 2005).

A implantação dessa filosofia facilita a quantificação de tempos e custos, gerando maior controle, que implica na melhoria da competitividade da empresa, devido à melhor manipulação dos produtos e ao melhor emprego do tempo.

Além dessas ferramentas, o pertinente estudo e desenvolvimento de pesquisas vêm descobrindo e otimizando cada vez mais as maneiras de se obter melhor *performance* na gestão da produção. É importante que os responsáveis por esta área se mantenham atualizados e interessados por novos e velhos conceitos, dedicando-se a sua implantação e melhor adaptação às peculiaridades de cada empresa e sistema produtivo.

### **Da teoria à prática**

Até o presente momento, foi definido o que é o planejamento estratégico e porque ele é importante para a sobrevivência das empresas. Foi explanado o que é a análise SWOT, uma forma simples e eficiente de traçar um plano estratégico para micro e pequenas empresas. Após estes conceitos de maior cunho administrativo, foram introduzidas definições, conceitos e ferramentas aplicadas à produção.

O micro e pequeno empreendedor que tenha concluído seu planejamento estratégico, neste momento, já possui as informações suficientes para utilizar seu setor produtivo como vantagem competitiva.

Tendo em vista o que precisa ser melhorado e potencializado internamente, a visão do que acontece no mercado e o que tem valor para o cliente, o micro/pequeno empresário tem uma lista farta de ferramentas para auxiliá-lo em sua busca pela diferenciação e sucesso.

Ferramentas como as que foram apresentadas podem trazer os mais diversos benefícios, como: aumento da qualidade, diminuição de custos e desperdícios e maior produtividade, entre outros. Dessa forma, basta manter-se atento às variações mercadológicas, ter em mente o que seu cliente necessita e planejar como sua empresa pode melhor atendê-lo.

Cada ferramenta possui características marcantes, do mesmo modo que cada sistema produtivo tem suas peculiaridades. Portanto, cabe aos envolvidos na direção e produção da empresa definir quais os melhores instrumentos para otimizar a produção, tornando um determinado produto mais qualificado para seu público alvo.

Uma vez traduzidos os anseios e as metas do planejamento estratégico em critérios qualificadores, para que a manufatura possa interpretá-los e mensurá-los, a função produção passa a contribuir de forma eficiente com o que foi proposto inicialmente.

## **Considerações Finais**

Para sobreviver ao competitivo mercado atual, os responsáveis pelas micro e pequenas empresas devem observar as particularidades de seus processos produtivos e manter-se atentos ao cenário econômico em que estão inseridos e suas variáveis.

É imprescindível que esses gestores sigam o plano estratégico traçado inicialmente e, além disso, é de suma importância que todas as unidades de negócios, em todos os níveis estratégicos empresariais, estejam em sintonia com a estratégia corporativa.

Dessa forma, após definir os objetivos e metas da organização, identificar os fatores internos e externos que podem interferir de maneira positiva ou negativa nas atividades empresariais, o micro/pequeno empreendedor pode fazer uso das ferramentas de gestão da produção destacadas e, dessa maneira, fazer da produção um fator de diferenciação em seu meio ambiente, podendo, assim, obter vantagens sobre seus concorrentes e procurar garantir sua permanência no mercado.

## **Referências**

- | ACKOFF, R. L. **The meaning of strategic planning**. McKinsey Quarterly, Summer, 1966.
- ANDREWS, K., **The concept of corporate strategy**: A glossary of essential tools and concepts of today managers, de Tim Hindle e Margaret Lawrence, Harvard Business School Press, 1994
- | ANSOFF, I. **Estratégia empresarial**. São Paulo, Atlas, 1997.
- BETHLEM, A. **Estratégia empresarial**: conceitos processos e administração estratégica. São Paulo, Atlas, 1998.

- BORTOLI NETO, A. **Tipologia de problemas das pequenas e médias empresas**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FEA-USP, 1980.
- BRIALES, J. A. **Melhoria contínua através do Kaizen**: Estudo de caso DaimlerChrysler do Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) Programa de Mestrado em Sistema de Gestão pela Qualidade Total. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- DANGAYACH, G. S.; DESHMUKH, S. G. **Practice of manufacturing strategy**: evidence from select Indian automobile companies. *International Journal of Production Research*, 2001.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 2010/2011.
- FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo, Atlas, 1990.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo, Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo, Atlas, 2008.
- HAYES, R. H.; WHEELWRIGHT, S. C. **Restoring our competitive edge**: competing through manufacturing. New York, John Wiley, 1984.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro central de empresas 2006-2011**.
- IMAI, M. **Kaizen**: a estratégia para o sucesso competitivo. 6. ed., São Paulo, Instituto IMAM, 2005.
- KOTLER, P. **Administração de marketing**. São Paulo, Atlas, 1975.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 2. ed., Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil, 1993.
- LEAN INSTITUTE. **Lean Thinking**. Disponível em: <[http://www.lean.org.br/o\\_que\\_e.aspx](http://www.lean.org.br/o_que_e.aspx)>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B., LAMPEL, J. **Safári de Estratégias**. Porto Alegre, Bookman, 2000.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 10. ed., São Paulo, Atlas, 1998.
- PIRES, S. R. I. **Gestão estratégica da produção**. Piracicaba, Editora Unimep, 1995.
- PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro, Campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desenvolvimento superior. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estratégias competitivas: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** Rio de Janeiro, Campus, 1986.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SP (2011). **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil.**

Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SHINGO, S. **Study of Toyota Production System from Industrial Engineering Viewpoint.** Tokyo, Japan Management Association, 1991.

SILVA, J. A.; CARMO, M. I. **Aplicação da Análise SWOT na Elaboração de Diagnóstico Organizacional de uma Editora Universitária.** Artigo Científico, 2009.

SKINNER, W. **Manufacturing-Missing Link in Corporate e Strategy.** Harvard Business Review, 1969.

\_\_\_\_\_. **The focused factory.** Harvard Business Review, 1974.

SLACK, N. et al. **Administração da produção.** São Paulo, Atlas, 1997.

SLACK, N. **Administração da Produção.** 2. ed., São Paulo, Atlas, 2002.

SOBANSKI, A. R. **Implementação de estratégias: estudo exploratório de alguns fatores críticos.** Dissertação (Mestrado). São Paulo, FEA-USP, 1995.

WHEELWRIGHT, S. C.; HAYES, R. H. **Competing through manufacturing.** Harvard Business Review, 1985.

WERKEMA, M. C. C. **As Ferramentas da Qualidade no Gerenciamento de Processos.** Belo Horizonte, Fundação Christiano Ottoni, 1995.

## DIFERENTES MANEJOS DE CORDA-DE-VIOLA EM ÁREAS DO CAMPUS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA<sup>3</sup>

Kênia Rezende e SILVA\*  
Amália Estela MOZAMBANI\*\*

### Resumo

Foi realizado o experimento com o objetivo de testar diferentes formas de controle das plantas daninhas, corda-de-viola (*Ipomoea* spp). O ensaio foi realizado em canteiros de 2 m<sup>2</sup> e os tratamentos foram distribuídos dentro de uma área já infestada por corda-de-viola, com 6 tratamentos e 4 repetições. Foram realizados os seguintes tratamentos: 1. Testemunha; 2. Semeadura de *Crotalaria juncea*; 3. Cobertura morta de palha de cana-de-açúcar equivalente a 8 t.ha<sup>-1</sup>; 4. Aplicação de 1,2 Kg ha<sup>-1</sup> de Boral em pré-emergência; 5. Aplicação de 4 L ha<sup>-1</sup> de 2,4-D amina + picloram em pós-emergência e 6. Semeadura de milho. Avaliou-se o grau de infestação de corda-de-viola antes e aos 120 dias após a instalação do experimento. O tratamento que obteve melhor controle mesmo após 120 dias da instalação do experimento foi o boral, usado em pré-emergência, e o milho é uma alternativa eficiente para o controle da planta daninha

**Palavras-chave:** *Herbicidas; Matocompetição; Cobertura Morta; Milheto; Crotalaria*

## DIFFERENT MANagements FOR MORNING GLORY IN AREAS OF THE MOURA LACERDA UNIVERSITY CAMPUS

### Abstract

The experiment was conducted in order to test different ways of controlling the weed Morning Glory (*Ipomoea* spp.). The test was carried out on 2 m<sup>2</sup> flower beds and treatments were distributed within an area already overrun by Morning Glories, with 6 treatments and 4 replications. The following treatments were carried out: 1. Witness; 2. Sowing of *Crotalaria juncea*; 3. Mulch of straw, sugarcane equivalent to 8 t. ha<sup>-1</sup>; 4. application of 1.2 Kg ha<sup>-1</sup>

<sup>3</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Aluna do curso de Agronomia do Centro Universitário Moura Lacerda E-mail: [kenia.p.p@hotmail.com](mailto:kenia.p.p@hotmail.com)

\*\* Doutora em Agronomia e docente do Centro Universitário Moura Lacerda- e-mail: [amaliamozamba@gmail.com](mailto:amaliamozamba@gmail.com)

Boral in pre-emergence; 5. application of 4 L ha<sup>-1</sup> of 2,4-D amine + Picloram in post emergency and 6. millet seeding. The degree of infestation of Morning Glories was assessed before and 120 days after implementation of the experiment. The treatment that obtained better control even after 120 days of implementation of the experiment was the boral used in pre-emergence and millet is an efficient alternative for weed control.

**Keywords:** *Herbicides; Weed competition; Mulch; Millet; Sunnhemp*

## **Introdução**

A presença de plantas daninhas em áreas cultivadas influencia o crescimento e o desenvolvimento das raízes da cultura, interferindo, por consequência, na utilização dos recursos do solo, ocorrendo competição entre plantas, tanto por água quanto por nutrientes. Os programas de manejo de plantas daninhas são importantes no sentido da racionalização de seu controle em culturas agrícolas.

Para a implementação desses programas é imprescindível estudar os períodos de convivência possível entre as plantas daninhas e a planta cultivada (RIZZARDI et al., 2001).

O grau de competição das plantas daninhas varia com a espécie, densidade populacional, duração da competição e com as condições de ambiente (SWANTON; WEISE, 1991). Assim, da mesma forma, o grau de interferência das plantas daninhas na cultura depende de diversos fatores relacionados à comunidade infestante, à própria cultura, à época e à duração do período de convivência (PITELLI, 1985; CONSTANTIN, 1993; KUVA et al., 2000).

A redução da infestação por plantas daninhas em sistemas consorciados com coberturas verdes, durante seu desenvolvimento, proporcionando cobertura mais completa ao solo, é citada por vários autores (FLECK et al., 1984; MOODY; SHETTY, 1979). Isso é evidenciado principalmente no final do ciclo e no período de pós-colheita (SKÓRA NETO, 1993).

Outro efeito importante que tem sido observado na supressão de plantas daninhas é a barreira física exercida por plantas de cobertura durante seus períodos de crescimento vegetativo (MACHADO, 1983; REIJNTJES et al., 1994; FAVERO et al., 2001). Além disso, as plantas, em relação às outras, estão sujeitas à competição, o que consiste na remoção de fatores de crescimento (água, luz, nutrientes etc.) necessários tanto às plantas daninhas quanto às culturas (FUERST; PUTNAN, 1983), as quais possuem habilidades de competição diferenciadas.

O milho é uma alternativa de controle de plantas daninhas, pois compete com as mesmas por água, luz e nutrientes. O milho é uma gramínea muito cultivada na entressafra, constituindo-se como a principal cobertura vegetal usada no sistema de plantio direto na região do cerrado, caracterizando sua grande importância na ciclagem de nutriente e conservação do solo (SILVA et al., 2003). O uso da cobertura de restos vegetais na superfície do solo, em sistemas de plantio direto, além de proteger o solo da radiação solar, protege também contra o impacto das gotas de chuva, reduz a evaporação de água, ajuda no controle de plantas daninhas e constitui uma reserva de nutrientes considerável, cuja disponibilização pode ser rápida e intensa, conforme a interação dos fatores climáticos (ROSOLEM et al., 2003).

O manejo adequado de plantas daninhas em uma lavoura qualquer se inicia por meio da identificação das espécies presentes na área, com destaque para as espécies de plantas daninhas que têm maior importância, levando-se em consideração os parâmetros de frequência, densidade e dominância. Posteriormente, é realizada a escolha do melhor manejo a ser adotado, seja ele cultural, mecânico, físico, biológico, químico ou integrado. Durante o manejo de plantas daninhas em uma lavoura, o levantamento fitossociológico é peça fundamental, pois a partir dele é que se pode definir o que será feito, como e quando no que se refere ao manejo das plantas daninhas, pois as condições de infestação são variadas e as possibilidades de manejo, diversas (OLIVEIRA; FREITAS, 2008).

Segundo Silva et al.(2009), as espécies de corda-de-viola são sensíveis ao estresse hídrico, sendo comum observar fluxos de emergência intensos após plantio ou colheita na época da primavera e verão; porém, quando na posterior ausência de umidade, as plantas entram em senescência.

As sementes das corda-de-viola apresentam grande quantidade de reserva e, ao germinarem, suas plântulas emergem sob camadas com quantidades variáveis de palha (MARTINS et al., 1999; AZANIA et al., 2002; GRAVENA et al., 2004). O desenvolvimento das plantas ocorre mesmo na fase de maior crescimento dos canaviais, e as plantas adultas se entrelaçam aos colmos e folhas, interferindo negativamente no desenvolvimento da planta, nas práticas culturais e na colheita (AZANIA et al., 2002). Por ocasião da colheita, seus frutos e suas sementes podem encontrar-se ainda ligados à planta-mãe, favorecendo a disseminação pela colhedora para médias e longas distâncias.

Conhecidas popularmente por cordas-de-viola, as espécies da família Convolvulaceae são plantas nativas da América do Sul, onde são encontradas infestando lavouras, especialmente em culturas anuais de verão das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

São caracterizadas por possuírem ciclo biológico longo, terminando após a maturação das culturas, o que tende a criar problemas na hora da colheita da maioria das culturas, pois seus ramos se fixam aos colmos das culturas (KISSMANN; GROTH, 1999). Segundo Kissmann e Groth (1999), a família Convolvulaceae encerra 55 gêneros, com 650 espécies. Apenas 6 gêneros, no entanto, apresentam espécies infestantes. São apreciadas como ornamentais por apresentarem flores vistosas e intensamente coloridas. Entretanto, essas plantas se tornam importantes infestantes em diferentes culturas.

A corda-de-viola é uma planta daninha bastante prejudicial em culturas perenes e anuais, canaviais, beira de estradas e terrenos baldios. Tem crescimento vigoroso e, além de competir com as culturas por água e nutrientes, impede a fotossíntese, pois apresenta hábito trepador. Dificulta a operação de colheita e confere alta umidade ao grão, sendo necessário o controle antes da implantação e durante todo o desenvolvimento da cultura.

A sociedade, de modo geral, tem se conscientizado da necessidade de preservar o meio ambiente, exigindo padrões de qualidade dos produtos consumidos e do meio ambiente como um todo. Nesse contexto, o manejo integrado de plantas daninhas vem auxiliar na sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos, mitigando e, até mesmo, eliminando os efeitos provocados pelo uso indiscriminado do controle químico, tendo como consequência a redução dos custos de produção e do impacto ambiental da cadeia produtiva (GARCIA, 2003).

## **Objetivo**

O objetivo deste trabalho foi testar diferentes formas de manejo da planta daninha corda-de-viola em áreas de grande infestação no campus do CUML.

## **Justificativa**

Considerando os prejuízos que a corda-de-viola causa a diversas culturas e também problemas em áreas não agrícolas (terrenos baldios e estradas), além da dificuldade de controle, pois não é uma planta que sofre com sombreamento promovido pelas culturas no estágio vegetativo devido ao seu hábito trepador, justifica o estudo de diferentes formas de manejo dessa planta, a fim de encontrar um método que possa causar a redução da infestação, em especial em áreas agrícolas.

## **Materiais e Métodos**

O ensaio foi instalado no campus do Centro Universitário Moura Lacerda, em área



com alta incidência de plantas de corda-de-viola. A instalação do experimento foi em um total de 24 canteiros de 2 m<sup>2</sup> para cada canteiro e 1 m entre canteiros (imagem 1).

Os tratamentos foram distribuídos dentro da área já infestada pelas plantas invasoras seguindo delineamento experimental de blocos casualizados, com 6 tratamentos e 4 repetições.

Imagem 1. Canteiros onde foi realizado o trabalho

Foram realizados os seguintes tratamentos:

- 1) Testemunha
- 2) Semeadura de *Crotalaria juncea*
- 3) Cobertura morta de palha de cana-de-açúcar equivalente a 8 t.ha<sup>-1</sup>
- 4) Aplicação de 1,2 Kg ha<sup>-1</sup> de Boral em pré-emergência
- 5) Aplicação de 4 L ha<sup>-1</sup> de 2,4-D amina + picloram em pós-emergência
- 6) Semeadura de milho

Nos canteiros que receberam o tratamento com *Crotalaria juncea*, a densidade da semeadura foi de 35 sementes por metro linear de sulco a 2 cm de profundidade e 30 cm entrelinhas, totalizando 7 linhas por canteiro.

No tratamento com milho as sementes foram distribuídas a lanço.

Antes da instalação dos tratamentos nos canteiros foi realizada a contagem de plantas de corda-de-viola, estimando o grau de infestação para posterior comparação com os resultados dos tratamentos, sendo esta a primeira avaliação.

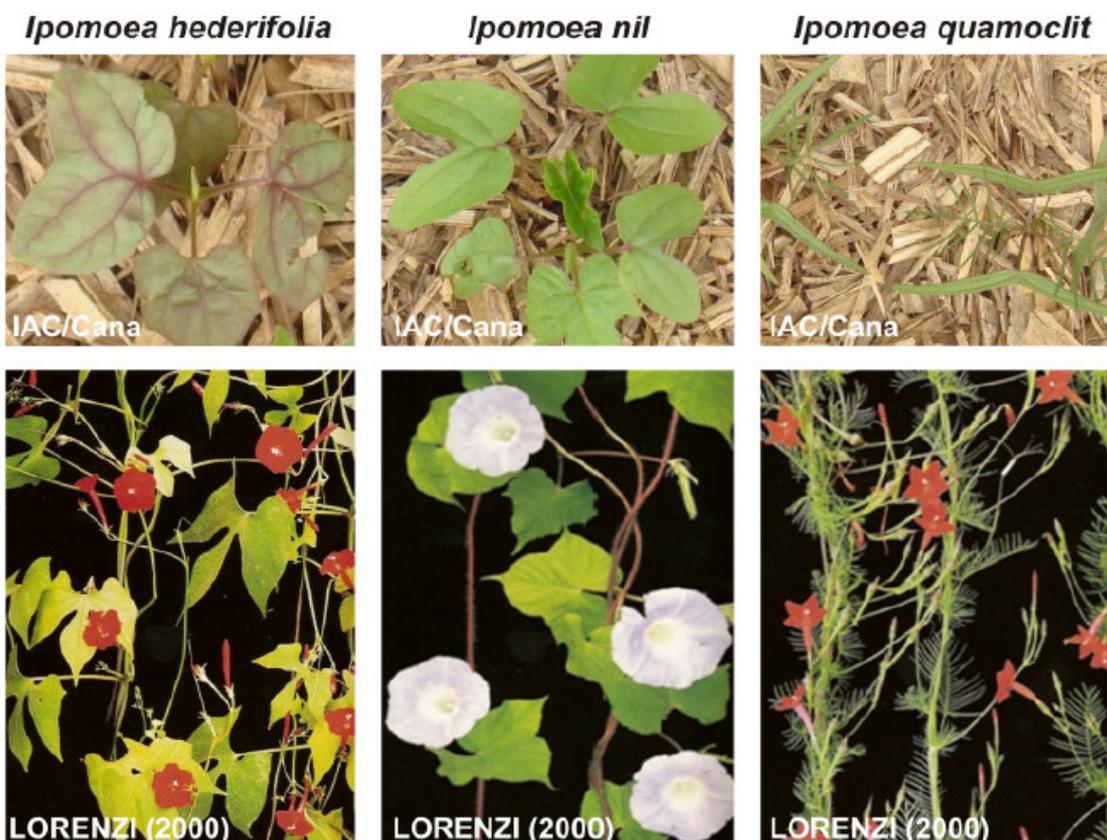
A 2ª avaliação foi realizada 15 dias após a instalação dos tratamentos, com seguidas avaliações feitas a cada 15 dias, sendo realizadas 8 avaliações por tratamento.

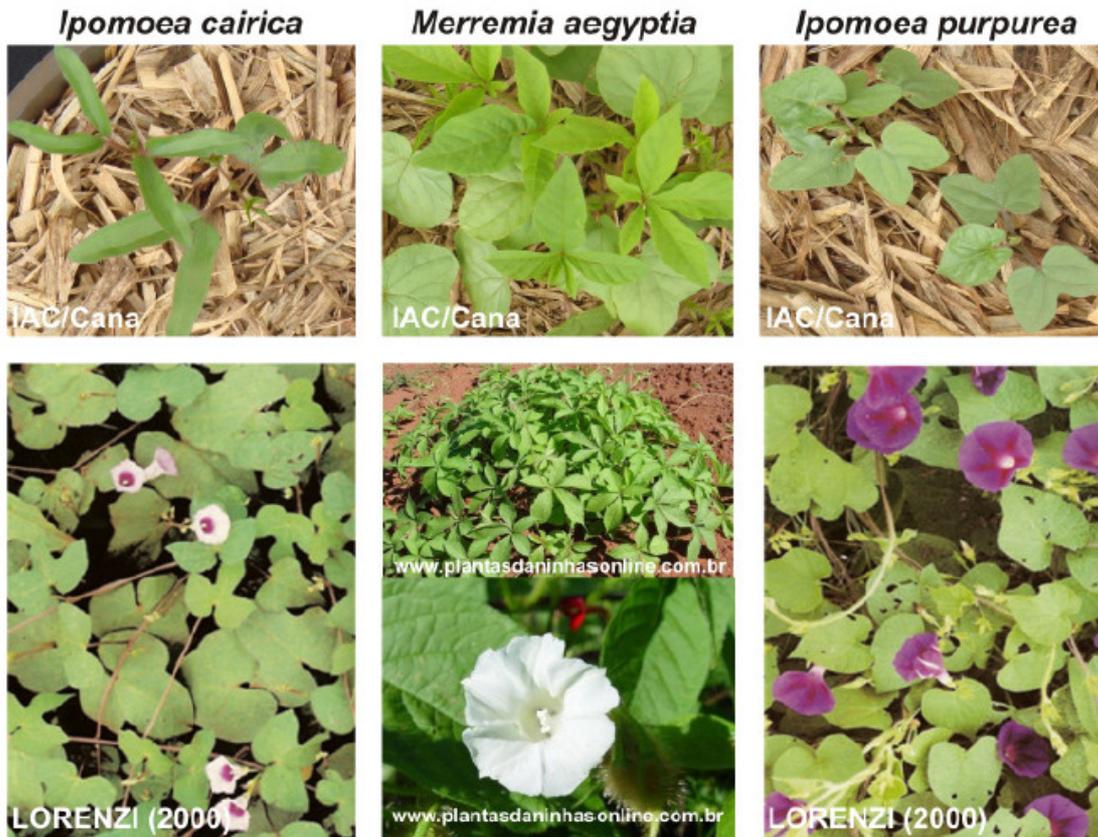
Após a última avaliação foi realizada a análise estatística para comparação dos resultados.

## CARACTERÍSTICAS DE DIFERENTES ESPÉCIES DE CORDA-DE-VIOLA

Na imagem 2 estão as diferentes espécies e características morfológicas de corda-de-viola que aparecem na área agrícola.

Imagem 2. Diferentes espécies e corda-de-viola





### CARACTERÍSTICAS DOS TRATAMENTOS UTILIZADOS

O uso da *Crotalaria juncea* pode suprimir significativamente o crescimento e o desenvolvimento de diversas plantas daninhas, por seu crescimento rápido e capacidade de competição por nutrientes, água e, principalmente, por espaço (MOREIRA J. A. A.).

A escolha desse tratamento foi pela capacidade de controle já nos apresentado por meio de outros trabalhos e pela capacidade de nutrir o solo; sendo também considerada um adubo verde, é também uma solução de controle para terrenos em áreas urbanas, onde não pode ser realizado tratamento químico de herbicidas. Na imagem 2, pode-se observar a incidência da corda-de-viola em terreno baldio.

Imagem 3. Incidência de corda-de-viola em área urbana; Fonte: *I. indivisa em terreno baldio, Jaraguá do Sul - SC*



A palha de cana-de-açúcar foi usada para simular o controle na cultura da cana, sendo que, em locais de plantio, é deixada a cobertura morta para controle das plantas daninhas.

A escolha do herbicida Boral (Sulfentrazone) foi por suas características de controle tanto de folhas largas quanto de folhas estreitas, e residualidade. É um herbicida da FMC com eficiência em uma grande quantidade de plantas infestantes, como a corda-de-viola, trapoeraba, leiteiro, guanxuma e tiririca, e ainda possui a classe toxicológica verde (AGROECOLÓGICA, 2015). Apesar de sua eficiência em relação ao controle e classe toxicológica, esse herbicida tem alto custo benefício para o pequeno produtor rural (embalagem apresentada na imagem 3 e rótulo imagem 4).

Imagem 4. Embalagem Boral (sulfentrazone). Fonte: <http://www.camda.com.br>



Imagem 5. Fonte: fmc.com

<b>FMC</b>		<b>RELATÓRIO DO PRODUTO</b>	
<b>Boral 500SC</b>		<b>Nº Registro: 07495</b>	
Composição	SULFENTRAZONA 500 g/L		
Grupo químico	TRIAZOLONA		
Classe	HERBICIDA		
Modo de ação	SELETIVO CONDICIONAL DE AÇÃO SISTÊMICA		
Formulação	SC - SUSPENSÃO CONCENTRADA		
Classif. toxicológica	II - ALTAMENTE TÓXICO		
Classif. ambiental	II - PRODUTO MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE		
Empresa	FMC		

O herbicida 2,4D+Picloran é um dos mais usados em controle das daninhas de folha larga. Em relação ao Boral, ele é mais acessível ao produtor; porém, apresenta maior toxicidade. Na imagem 5, é apresentada a embalagem desse produto, com sua tarja toxicológica.~

Imagem 6. Embalagem 2,4D+Picloram Fonte: www.vecol.com



## RESULTADOS

Tabela 1. Média da população de corda-de-viola (*Ipomoea* spp) 120 dias após a instalação dos tratamentos.

Tratamentos	<i>Ipomoea</i> spp
Testemunha (T)	9.45000 <b>a</b>
Crotalária (C)	4.35000 <b>bc</b>
Palha de cana-de-açúcar 8,0 ton.ha <sup>-1</sup>	3.55000 <b>c</b>
Herbicida Boral	1.00000 <b>d</b>
Herbicida de pós- emergência 2,4D amina + picloran	6.22500 <b>b</b>
Milheto	2.87500 <b>cd</b>
DMS	2.24045
CV	18.36

Na Tabela 1 estão contidas as médias da população de corda-de-viola após 15 avaliações aos 120 dias após a instalação do experimento.

Pode ser observado (Tabela 1) que o maior controle de corda-de-viola foi obtido no tratamento com herbicida Boral em pré-emergência, que não diferiu estatisticamente apenas do tratamento com milho.

O tratamento com milho apresentou o segundo melhor controle de corda-de-viola, diferindo estatisticamente da testemunha e do tratamento com herbicida de pós-emergência 2,4D amina + picloran. O terceiro melhor tratamento foi com palha de cana-de-açúcar 8,0 ton.ha<sup>-1</sup>, diferindo significativamente da testemunha e do herbicida de pós-emergência 2,4D amina + picloran, e não diferiu do milho. A cobertura com palha impede o desenvolvimento da planta daninha em estudo pelo efeito de sombreamento, concordando com Teasdale et al. (1991), que observaram redução de 78% de algumas espécies de plantas daninhas quando a densidade da cobertura morta foi superior a 300 g m<sup>2</sup> e a porcentagem de recobrimento do solo foi superior a 90%, interferindo na qualidade da luz e reduzindo a germinação das sementes, além de ter impedido fisicamente a emergência das plântulas. Egley e Duke (1985) mencionaram que a redução da amplitude térmica da superfície do solo pode interferir de modo decisivo na germinação de muitas espécies, e concordam também com Pitelli (1995), a qual cita que o efeito físico da cobertura morta pode reduzir as chances de sobrevivência das plantas daninhas.

O tratamento com o herbicida de pós-emergência 2,4D amina + picloran apresentou baixo controle de corda-de-viola, sendo mais eficiente apenas que a testemunha, o que sustenta a teoria de Hess (2000), o que descreve que, em função de algumas limitações do 2,4-D, pesquisadores têm buscado novos produtos para dicotiledôneas.

A planta daninha corda-de-viola é de difícil controle e pode infestar a área em pouco tempo após ter sido realizado o controle. Portanto, há necessidade de maior número de pesquisas com diferentes tipos de manejo dessa planta, testando diferentes grupos químicos de herbicidas, manejo cultural, manejo mecânico e manejo integrado.

Além de diferentes formas de controle seria interessante a semeadura ou plantio de culturas na área experimental, a fim de observar o tempo que essas plantas demorariam para se estabelecerem novamente nos diferentes tratamentos

## Considerações Finais

Nas condições em que o experimento foi conduzido, concluiu-se que:

- O melhor tratamento para controle de corda-de-viola foi com o herbicida Boral.
- O milho é uma alternativa eficiente para o controle da planta daninha.
- O herbicida 2,4 D não se mostrou muito eficiente para diminuir a intensidade de corda-de-viola.

## Referências

AZANIA, A. A. P. M. et al. **Interferência da palha de cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*) na emergência de espécies de plantas daninhas da família Convolvulaceae: Viçosa-MG: Planta Daninha**, 2002. v. 20, n. 2, p. 207-212.

CONSTANTIN, J. **Efeitos de diferentes períodos de controle e convivência da *Brachiariadecumbens* Stapf. com a cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*)**. 1993. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia)–Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 1993.

EGLEY, G. H.; DUKE, S. **Physiology of weed seed dormancy and germination**. In: DUKE, S. O. **Weed physiology**. I- reproduction and ecophysiology. Florida: CRC Press, 1985. p. 27-64.

FAVERO, C. et al. Modificações na população de plantas espontâneas na presença de adubos verdes. **Pesq. Agropec. Bras.**, v. 36, n. 11, p. 1355-1362, 2001.

FLECK, N. G.; MACHADO, C. M. N.; SOUZA, R. S. Eficiência da consorciação de culturas no controle de plantas daninhas. **Pesq. Agropec. Bras.**, v. 19, n. 5, p. 591-598, 1984.

FUERST, E.P.; PUTNAN, A.R. Separating the competitive and allelopathic components of interference: theoretical principles. **J. Chemical Ecol.**, v. 9, p. 937-944, 1983.

GARCIA, A. **Cenário da soja orgânica no Brasil**. In: CORRÊA-FERREIRA, B.S. Soja orgânica: alternativas para o manejo de insetos-pragas. Londrina: Embrapa Soja, 2003. 83p .

- GRAVENA, R. et al. **Controle de plantas daninhas através da palha de cana-de-açúcar associada à mistura dos herbicidas trifloxysulfuron sodium + ametrina.** Viçosa-MG:Planta Daninha ,2004. v. 22, n. 2, p. 419-427.
- HESS, F.D. **Light-dependent herbicides: an overview.** Weed Science,2000. v. 48, p.160-170.
- KISSMANN. K.G.; GROTH, D. **Plantas Infestantes e Nocivas.** 2.ed. São Paulo: BASF, 1999. 978p.
- KUVA, M. A. et al. Períodos de interferência das plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar. I — Tiririca. **Planta Daninha**, v. 18, n. 2, p. 241-251, 2000.
- MACHADO, C.M.N. **Eficiência da consorciação de culturas na utilização da terra e no controle de plantas daninhas.** 1983. 120 f. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- MARTINS, D. et al. **Emergência em campo de dicotiledôneas infestantes em solo coberto com palha de cana-de-açúcar:** Viçosa-MG: Planta Daninha,1999. v. 17, n. 1, p. 151-161.
- MOODY, K.; SHETTY, S. V. R. Weed management in intercropping systems.In: **INTERNATIONAL INTERCROPPING WORKSHOP**, 1979, Hyderabad. **Proceedings...**Hyderabad: ICRISAT, 1979. p. 229-375.
- OLIVEIRA, A.R., FREITAS, S.P. **Levantamento fitossociológico de plantas daninhas em áreas de produção de cana-de-açúcar.** Viçosa-MG: Planta Daninha, 2008. v. 26,n. 1, p. 33-46.
- PITELLI, R. A. Interferência de plantas daninhas em culturas agrícolas. **Inf. Agropec.**, v. 11, n. 129, p. 16-27, 1985.
- REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos.** Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 1994. 324p.
- RIZZARDI, M. A.; FLECK, N. G.; VIDAL, R. A.; JUNIOR, A. M.; AGOSTINETTO, D.. Competição por recursos do solo entre ervas daninhas e culturas. **Ciência. Rural**, v. 31 n. 4. Santa Maria July/ Aug. 2001.

ROSOLEM, C. A.; CALONEGO, J. C.; FOLONI, J. S. S. Lixiviação do potássio da palhada de espécies de cobertura de solo de acordo com a quantidade de chuva aplicada. *Revista Brasileira de Ciências do Solo*, Viçosa. v. 27, p. 355-362, 2003.

SKÓRA NETO, F. Controle de plantas daninhas através de coberturas verdes consorciadas com milho. **Pesq. Agropec. Bras.**, v. 28, n. 10, p. 1165-1171, 1993.

SILVA, G. F.; ERASMO, E. A. L.; SARMENTO, R. A.; SANTOS, A. R.; AGUIAR, R. W. S. Potencial de produção de biomassa e matéria seca de milheto (*Pennisetum americanum* Schum.), em diferentes épocas no sul do Tocantins. *Bioscience Journal*, Uberlândia. v. 19, n. 3, p.31-34, 2003.

SILVA, I.A.B. et al. **Interferência de uma comunidade de plantas daninhas com predominância de *Ipomoea hederifolia* na cana-soca.** *Planta Daninha*, 2009. v.27, p. 265-272.

SWANTON, C. J.; WEISE, S. F. Integrated weed management: the rationale approach. **Weed Technology**, v. 5, p. 657-663, 1991.

TEASDALE, J. R.; BESTE, C. E.; POTTS, W. E. **Response of weeds to tillage and cover crop residue.** [S.l.]: *Weed Sci*, 1991. v. 39, p. 195-99.

## HORTA SOCIAL<sup>4</sup>

Fernanda Maria VIEIRA\*

Mateus Marrofon NICALORE\*\*

### Resumo

A Horta Escolar tem sido referência para difundir a Educação Ambiental no sistema de ensino e fortalecer a relação escola-comunidade. A possibilidade de trabalhar o meio ambiente como tema transversal nas escolas foi fortalecida em 1999, com a promulgação da Lei n ° 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. O espaço da horta pode ser utilizado para o desenvolvimento de diversos conteúdos específicos e relacionados aos temas e disciplinas definidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Este projeto teve como objetivo principal dar as ferramentas para o aluno (educando) e o professor (educador) aprenderem a teoria e a prática relacionadas à produção de alimentos; para alcançar tal objetivo foram feitas palestras e a construção de uma horta escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Horta Escolar; Meio Ambiente; Educação Ambiental; Solo; Plantas.*

## SOCIAL GARDEN

### Abstract

The school vegetable garden has been reference to disseminate Environmental Education in the educational system and to strengthen the relationship between school and community. The possibility to work the environment as a cross-cutting theme in school was strengthened in 1999 with the enactment of Law No. 9,795, which established the National Environmental Education Policy. The garden space can be used for developing various specific contents and related to topics and subjects defined by National Curriculum Parameters (PCN). This project aimed to provide students and teachers to learn the theory and practice related to food production; to achieve this goal, lecturers were offered and a school garden was built.

**KEYWORDS:** *School Garden; Environment; Environmental Education; Soil; Plants.*

---

<sup>4</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Graduanda do curso de Agronomia do Centro Universitário Moura Lacerda. E-mail:

[fernanda.m.vieira@hotmail.com](mailto:fernanda.m.vieira@hotmail.com).

\*\* Mestre em Ciências – USP – Universidade de São Paulo e docente do Centro Universitário Moura Lacerda.

## **Introdução**

A Educação Ambiental pode ser utilizada como uma ferramenta importante para o alcance da coletividade entre os integrantes da escola, desde o processo de conscientização até as mudanças de atitudes necessárias. Os primórdios de discussão sobre o tema conceituaram Educação Ambiental como elemento integrador dos sistemas educativos de que dispõe a sociedade, para fazer com que a comunidade tome consciência do fenômeno do desenvolvimento e de suas implicações ambientais (Krasilchik, 1986). De acordo com os resultados da Conferência de Tbilisi (1977), Educação Ambiental é um processo que, sobretudo, encoraja uma mudança de valores, atitudes e hábitos que permitam a elaboração de um código de conduta no que diz respeito às questões relacionadas com o meio ambiente.

A Horta Escolar tem sido referência para difundir a Educação Ambiental no sistema de ensino e fortalecer a relação escola-comunidade. Segundo Rosa (2004), a Horta Escolar significa a existência de um espaço que pode auxiliar na administração e assimilação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais na direção de uma construção em Educação Ambiental. Dois grandes grupos de conteúdos devem ser trabalhados: o solo e as plantas, predominando como referenciais em torno dos quais serão desenvolvidos diversos outros assuntos.

O ensino das ciências naturais no ensino fundamental é restrito, muitas vezes, a aulas teóricas e expositivas, mas a importância de atividades práticas é inquestionável na Ciência e precisa ocupar lugar de destaque em seu ensino (Smith, 1998).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a participação ativa dos estudantes nos processos de aprendizagem com atividades práticas representa importante elemento para a compreensão ativa e conceitual. A Horta Escolar, nesse contexto, pode consistir-se num laboratório para o aluno corrigir-se e aprender com os próprios erros.

Segundo DANELON et al. (2006), a alimentação desempenha um papel fundamental durante todo o ciclo de vida dos seres vivos. Entre as diversas etapas da vida pode destacar-se a idade escolar, que constitui um período onde a criança apresenta um metabolismo muito mais intenso quando comparado ao do adulto. A escola aparece como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional das crianças (RAMOS; STAIN, 2000). A produção e o consumo de hortaliças podem ser desenvolvidos numa instituição de ensino com o envolvimento dos alunos, professores e funcionários. Os alunos aprendem o valor nutritivo das hortaliças, bem como os benefícios para sua saúde, além da satisfação de poder aproveitar em sua alimentação hortaliças

produzidas por eles mesmos. Levando em consideração a premissa de valorizar o trabalho prático em grupo, o SCFV – Núcleo da escola CAIC adotou o projeto Horta Social, objetivando melhor inserção da importância dos vegetais na vida dos alunos e o trabalho em grupo.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi desenvolvido no SCFV- Núcleo da Escola Municipal de Ensino Fundamental CAIC Antônio Palocci, localizada na Rua Antônio Fornieles, 248, José Sampaio Jr, Ribeirão Preto, SP.

Para a implantação da Horta Escolar foram seguidos os seguintes passos:

1. Discussão: desenvolvimento de ideias sobre o projeto a ser instalado, contando com a ajuda da coordenadora do núcleo, professores e alunos.
2. Escolha do Local: foi escolhida uma área aberta, localizada no fundo da escola, com luz do sol durante pelo menos cinco horas, não alagável, com paredes e cercas que protegem contra o vento, e sem nenhuma circulação de pessoas.



Fotografia 1 – Escolha da Área

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 2 – Escolha da Área

Fonte: Fernanda Maria Vieira

3. Apresentação em sala de aula: aula instrutiva, em que a graduanda explicou, por meio de apresentação em data show, as características e o valor nutricional das hortaliças que foram plantadas na horta e a função das vitaminas que estão contidas nelas, além de explicação sobre os diferentes tipos de hortas.

#### 4. Preparo do Terreno:

- Retirada de entulhos;
- Aplicação de Glifosato para acabar com plantas daninhas;
- Retirada da palha de dois canteiros que já existiam;
- Formação dos canteiros.



Fotografia 3 – Formação dos Canteiros

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 4 – Formação dos Canteiros

Fonte: Fernanda Maria Vieira

#### 5. Estrutura: foram preparados os seguintes canteiros:

- Um canteiro retangular de 1m de largura x 10m de comprimento;
- Dois canteiros retangulares, já existentes, de 1m de largura x 4m de comprimento.

6. Plantio: no canteiro retangular maior, foram plantadas duas variedades de alface (lisa e americana). Em um dos canteiros já existentes, foram plantadas rúcula, alface, cebolinha e salsinha. E no outro canteiro existente, foram plantadas beterraba, cebolinha e salsinha.



Fotografia 5: Plantio

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 6: Plantio

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 7: Plantio

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 8: Plantio

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 9: Plantio

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 10: Plantio

Fonte: Fernanda Maria Vieira

7. Manutenção: para bom resultado do plantio, foi feita uma correta manutenção da horta: rega duas vezes ao dia, uma às 8h e outra às 16h. Retirada de possíveis ervas daninhas, pragas, limpeza da área, etc.



Fotografia 11: Rega

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 12: Rega

Fonte: Fernanda Maria Vieira

8. Colheita: como cada espécie plantada requer diferentes dias para a colheita, foram efetuadas colheitas em quatro diferentes datas. No dia 07/04/15 foram colhidas a alface e a rúcula. No dia 29/04/15 foram colhidas a salsinha e a cebolinha. E, por fim, no dia 26/05/15 foram colhidas as beterrabas. Após os vegetais serem colhidos, foram lavados em tina de plástico e, depois, colocados em sacolas plásticas para que os alunos pudessem levar para casa.



Fotografia 13: Colheita

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 14: Colheita

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 15: Colheita

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 16: Colheita

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 17: Limpeza

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 18: Limpeza

Fonte: Fernanda Maria Vieira

9. Término: ao final do projeto, foi feita a entrega de certificados a todos os alunos que participaram.



Fotografia 19: Encerramento

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 20: Encerramento

Fonte: Fernanda Maria Vieira



Fotografia 21: Encerramento

Fonte: Fernanda Maria Vieira

## RESULTADOS e DISCUSSÃO

Tanto em relação à parte teórica quanto à parte prática, os alunos se mostraram extremamente interessados, participando de todas as etapas do projeto.

Quanto às palestras:

- foram ministradas quatro palestras sobre a importância dos vegetais e de uma alimentação saudável;
- foram ministradas quatro palestras sobre os tipos de hortas e conhecimento dos vegetais para a composição das mesmas.

Quanto à implantação da horta:

- os canteiros foram formados na semana do dia 16/02/15 e o plantio na semana do dia 09/03/15.

Os resultados foram bons, mas poderiam ter sido melhores, se não houvesse as dificuldades encontradas para a realização do projeto. Além do tempo relativamente curto com os alunos, tive dificuldade em algumas questões ligadas ao preparo da horta, como, por exemplo, a falta de mais recursos para seu preparo e manutenção. A água também foi um problema, pois no local disponível para a horta não havia torneiras e nem fontes de água perto. Para a rega diária, foram comprados quatro regadores manuais; durante a semana, os alunos se revezavam para regar, e durante os finais de semana eu mesma regava. Outro problema encontrado foi a falta de funcionários para o preparo da merenda escolar, uma vez

que não havia funcionários suficientes na cozinha da escola para realizar o preparo das hortaliças na merenda escolar; por esse motivo, foi decidido, juntamente com os professores do núcleo, que o melhor a fazer seria doar os vegetais colhidos para as crianças prepararem em casa, não haver a perda dos mesmos por passar o tempo de colheita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos se mostraram satisfatórios. Nas palestras ministradas os alunos foram bem participativos e interessados em saber cada vez mais. Em paralelo ao projeto de iniciação científica, foi desenvolvido, pelo próprio núcleo da escola, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, um concurso sobre alimentação saudável, que veio a calhar com o objetivo desse projeto.

Através do projeto, percebeu-se que a horta inserida no ambiente escolar pode ser uma ferramenta bastante eficaz na formação integral do aluno, pois, além de aprender o cultivo e a importância dos vegetais, os alunos também aprenderam o trabalho em equipe e responsabilidade. Os alunos acharam a experiência de poder plantar o próprio alimento superinteressante, e gostariam que o projeto tivesse continuidade; porém, infelizmente, na área em que a horta foi desenvolvida, caberá futuramente um parquinho para as crianças da escola. Por falta de outra área ideal para o desenvolvimento dos vegetais, o projeto foi encerrado.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília: MEC, 2001.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. *Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 13, n.1, p. 85-94, 2006.

KRASILCHIK, M.; *Educação Ambiental na Escola Brasileira – passado, presente e futuro*, São Paulo-SP, 1986.

KUREK, M.; BUTZKE, C. M. F. *Alimentação escolar saudável para educandos da educação infantil e ensino fundamental*. Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG. Santa Catarina, v. 3, n. 9, p. 139-144, 2006.

Lei nº 9.785, de 17 de abril de 1999.

Disponível em <<http://www.sabesp.com.br/legislacao/PDF/LF9795.pdf>.Microsoft>  
Acesso em: 19 fev.2014.

RAMOS M; STEIN, L. M. *Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil*. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, v. 76, supl. 3, p. 229-237, 2000.

ROSA, A. C. M. da; Instituto Souza Cruz. *Hortas escolares: o ambiente horta escolar como espaço de aprendizagem no contexto do ensino fundamental: livro do professor*. 2. ed. Florianópolis: Instituto Souza Cruz, 2004. 77 p.

SMITH, K. A. *Experimentação nas Aulas de Ciências*. In: CARVALHO, A. M. P.; VANNUCCHI, A. I. ; BARROS, M. A.; GONÇALVES, M. E. R.; REY, R. C. *Ciências no Ensino Fundamental: O conhecimento físico*. São Paulo: Scipione. 1998.

## **A FELICIDADE DE ACORDO COM ARISTÓTELES NA OBRA DE PETER WEISS, DE COMO LHE FOI EXTIRPADO O SOFRIMENTO AO SENHOR MOCKINPOTT<sup>5</sup>**

Gabriela Gazini Di MADEO\*  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liani Fernandes de MORAES\*\*

### **Resumo**

A peça de Peter Weiss, *De como lhe foi extirpado o sofrimento ao Senhor Mockinpott*, mostra, por meio da personagem principal, que a busca da felicidade, de acordo com o filósofo grego Aristóteles, é mais do que o anseio por um estado de espírito.

É, antes, buscar o equilíbrio nos vários segmentos da vida. Assim, a luta de Mockinpott reflete o sofrimento de todo homem na busca por tal equilíbrio. Essa luta é atemporal, não importando o contexto socioeconômico e a época cronológica, uma vez que os poderosos muitas vezes se utilizam de abusos para subjugar os mais fracos, como ocorre com a personagem-título.

A visão monológica dos opositores de Mockinpott choca-se, ainda, com as ideias propostas pelo Círculo de Bakhtin, em que o estudioso russo discute acerca da manipulação social a partir de discursos e atos opressores, em que não ocorre dialogismo, podendo-se afirmar, a partir da análise da obra, que a personagem principal se vê vitimada por tal exclusão dialógica.

**Palavras-chave:** Teatro-documento; Peter Weiss; Aristóteles; Felicidade; Exclusão Dialógica.

## **HAPPINESS, ACCORDING TO ARISTOTLE, FROM THE WORK OF PETER WEISS, HOW MR. MOCKINPOTT WAS CURED OF HIS SUFFERINGS**

### **Abstract**

The play written by Peter Weiss, *How Mr. Mockinpott was cured of his sufferings*, shows through its main character that the search for happiness, according to the Greek philosopher Aristotle, is more than the longing for a state of mind.

Above all, it is a search for balance in all sectors of life. Therefore, Mockinpott's struggle reflects every man's suffering in search for that balance. This fight can be considered timeless, no matter the social and economic context where it happens, as well as the chronological period, since the powerful have many times employed abuses to submit the weak, as it occurs with the main character.

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Aluna do curso de Letras do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto (SP). E-mail: [gagazini@yahoo.com.br](mailto:gagazini@yahoo.com.br) .

The monological view of Mockinpott's antagonists also clash with the ideas proposed by Bakhtin's Circle, in which the Russian scholar discusses about social manipulation from oppressive speech and actions, without dialogism and we can conclude, by means of the analysis of Weiss's work, that the main character becomes a victim of such dialogical exclusion.

**Keywords:** *Theater-document; Peter Weiss; Aristotle; Happiness; Dialogical Exclusion.*

### **A felicidade de acordo com Aristóteles, na obra de Peter Weiss, *De como lhe foi extirpado o sofrimento ao Senhor Mockinpott.***

Serão analisados, neste artigo, aspectos da obra de Peter Weiss, *De como lhe foi extirpado o sofrimento ao Senhor Mockinpott*, como o massacre político ideológico em massa ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, a busca da felicidade pela personagem título da peça, além de algumas ideias do Círculo de Bakhtin, sobre o discurso monológico.

Mockinpott, personagem título da peça em questão, é um indivíduo comum, que um dia vai comprar jornal e é preso sem razão aparente. Ao tentar recuperar sua vida, rotina, e costumes de volta, a personagem percebe que ninguém se importa com ele: nem sua esposa, seu ex-patrão ou as instituições a que recorre para saber sobre o motivo de seu sofrimento e das injustiças de que é vítima. Com a ajuda de Pepino, personagem que faz o papel de sua consciência, Mockinpott passa a ponderar sobre seu papel diante da sociedade que o rejeita, percebendo-se, afinal, como indivíduo único, praticamente uma exceção, que almeja viver de acordo com o que acha correto, e não segundo uma moral distorcida e falsa, que o mundo ocidental impõe como certa.

As questões discutidas na obra do filósofo Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, são o equilíbrio, a justiça e a felicidade. Por meio da mesma linha de análise, objetivamos discutir a busca da felicidade por Mockinpott, seus obstáculos e sofrimentos para alcançar um equilíbrio e, finalmente, expor a crítica feita pelo autor, em relação ao insucesso de tal busca diante da realidade enfrentada pela personagem, que busca acima de tudo viver bem. Para Aristóteles quem é feliz vive e age bem:

*O fim extremo são certas ações ou determinadas atividades, porque, deste modo, o fim diz respeito aos bens da alma humana e não aos que lhe são extrínsecos. De resto, concorda com o sentido segundo o qual quem é feliz vive bem e age bem, porque se pode dizer que a felicidade é quase um viver bem e um agir bem. (ARISTÓTELES, 2009, p. 29).*

Torna-se então possível perceber que a caminhada de Mockinpott em busca de si mesmo e, conseqüentemente, de sua felicidade, é semelhante à caminhada que Aristóteles propõe em sua obra, na qual se apresenta o conceito de *phronesis*. Segundo o Professor Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho:



*É pelo exercício da phronesis que o humano se levanta por sobre a necessidade simples e imediata para conformar sua própria vida, valorando cada situação em que se encontra e instituindo critérios sobre o agir que podem aquilatar o valor da própria vida. O valor já não reside simplesmente em viver, não vale qualquer vida, mas a vida boa mediada por critérios (fins) em honra dos quais, dependendo das circunstâncias, pode ser preferível morrer exatamente em homenagem*

*a bem viver (COELHO, 2009, p. 2).*

A personagem Mockinpott não quer apenas suprir suas necessidades básicas, típicas de todo ser humano. Ele almeja mais na vida, isto é, quer recuperar não só a felicidade perdida como também o direito de usufruir desse bem de maneira plena, tentando até mesmo descobrir por que perdeu a posse de bem tão precioso, o que segundo ele foi imotivado. Mockinpott reflete, indaga e pratica a *phronesis*, como um ser humano digno; afinal de contas, é um bom cidadão e possui bons valores.

Na verdade, a personagem principal é extremamente inocente, um homem dotado de candura e honestidade, qualidades essas raras no cenário em que vive. A corrupção e a malícia sempre estiveram presentes em sua vida, embora ele não percebesse. Trata-se de um indivíduo à parte do mundo, frágil, fácil de enganar e manipular com discursos rasos e bem articulados. É bem simples convencê-lo, bastando atingir seu ponto fraco: ao locutor mal intencionado, cabe aparentar ser um homem moralmente correto. Mockinpott não enxerga más intenções, pois não tem malícia suficiente, algo que só vai conseguir exercer após o exercício efetivo da *phronesis*, ou seja, a prudência. No trecho a seguir é possível verificar a bondade da personagem:

*Meu caro senhor guarda, olhe para mim.  
Um homem honesto eu sou. Sempre fui.*

*Nunca matei. Nunca roubei.  
Vivi sempre com modéstia. Nunca esbanjei.  
Tomo meu café, leio meu jornal,  
Acho a bebida um grande mal (WEISS, 1971, p. 56)*

Mockinpott, ao descobrir lentamente como o mundo em que vive é sujo, hipócrita e diferente daquele idealizado por ele, não muda seu caráter, ou seja, não se iguala por baixo, não trai, não rouba, não transgride. Percebe que seu próprio mundo é mais belo e correto, que sua sensibilidade ainda é pura e ele pode viver feliz consigo mesmo da maneira que entende, sem seguir as regras dos demais, carentes do caráter digno que dizem possuir. No trecho a seguir é possível perceber a busca pela manutenção do caráter, ainda segundo Coelho:

*O homem nunca se livra deste desafio e deste risco que o perfazem como humano (ou seria deus): a cada vez tem que descobrir o que é o bem[...] Tal tarefa ninguém a inaugurou – cada um vai recebê-la pela educação e por todos os modos de socialização – e pela phronesis deve reassumi-la, reafirmá-la sempre, porém, de um modo diferente, conduzindo sua vida em atenção aos cânones comunitários do viver bem, mas ao mesmo tempo transcendendo-os ao participar da determinação do sentido público de vida boa na medida em que decide (como é) (o que é) viver bem, a cada situação em que deve agir (COELHO, 2009, p. 4).*

Para Mockinpott, a busca da felicidade e a reflexão sobre o que é e como é viver bem, o levam a descobrir a dor. O mesmo acontece com todo ser humano. Para atingir a felicidade, Mockinpott conhece coisas novas sobre o mundo, e tais descobertas lhe causam sofrimento, tirando-o de sua zona de conforto e de sua rotina. Então, progressivamente, ele se acostuma a isso, ou ainda, o sofrimento vai pouco a pouco diminuindo, à medida que aprende a lidar com a vida de maneira diferente. No seguinte trecho é possível verificar, de acordo com Aristóteles, a busca universal da felicidade:

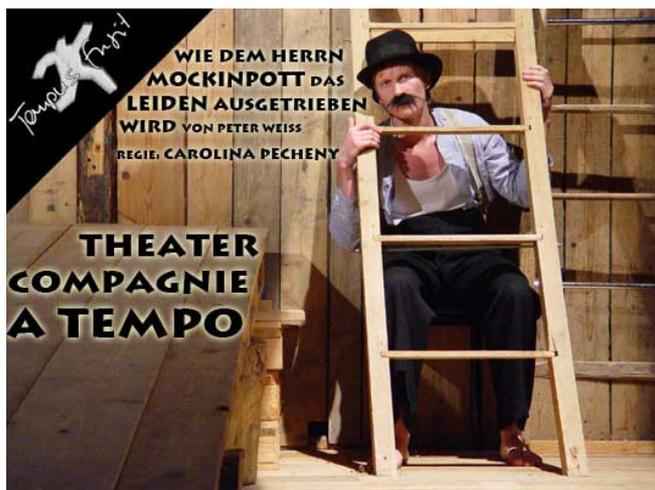
*Cuidamos que a felicidade é, de entre todas as coisas boas, a favorita, mesmo sem ser levada em consideração com as outras. Se fosse levada em consideração com todas as coisas boas, ela seria preferível quando acrescentada de um bem – porque, por mais ínfimo que fosse, constituirá sempre um acréscimo de bem, e um bem maior é sempre a melhor possibilidade de escolha. A felicidade parece, por conseguinte, ser de uma completude plena e autossuficiente, sendo o fim último de todas as ações possíveis. (ARISTÓTELES, 2009, p. 26).*



As personagens na peça de Peter Weiss são personagens-tipo, caricaturalmente construídas, não possuindo sequer nome. A esposa de Mockinpott é apresentada apenas como “Mulher”; o dono da empresa onde trabalhou é simplesmente nomeado como “Patrão”.

Além dos nomes das personagens secundárias assumirem suas características, é importante ressaltar que o nome de Mockinpott vai se alterando conforme evolui a peça. A base do nome é “mocking”, que faz alusão ao verbo *mock*, do inglês, significa caçoar. É nítido como a personagem-título não é valorizada nas várias situações em que está inserida, ou mesmo segundo os parâmetros de sua vida, tais como família, emprego, religião. Nenhuma personagem secundária pronuncia seu nome da maneira correta. É como se o protagonista fosse mais um no mundo, mais uma boca para o Estado alimentar, mais uma ovelha para a religião punir, mais um bandido para o guarda prender. Ele é tratado como uma deformação.

Quanto à personagem Pepino, indivíduo que ajuda Mockinpott a pensar sobre suas



diversas experiências, trata-se de um amigo que exerce um papel crítico em relação à personagem principal, isto é, o lado adormecido do anti-herói, ou seu contraponto crítico. Ou seja, é a consciência ainda que carnavalizada de Mockinpott, que ele é incapaz de exercer plenamente. Pepino é uma pessoa simples, porém pragmática, com noções da vida concreta e da natureza humana,

capaz de apontar os erros do amigo.

Mockinpott, ao perceber que é tratado pela sociedade como um indivíduo abaixo de um ser humano, acaba, ele próprio, por finalmente conscientizar-se, graças às interferências de Pepino, do fato de que sua insignificância é apenas o que ele é, na verdade, um indivíduo e ser único, parte importante de um todo que compõe o sistema. De acordo com Carlos Alberto Faraco, com referência à nova postura de Mockinpott,

*Ao se perceber único (de dentro de sua própria existência e não como um juízo teórico), este sujeito não pode ficar indiferente a esta sua unicidade; ele é compelido a se posicionar, a responder a ela: não temos alibi para a existência. Assume, desse modo, a responsabilidade por sua unicidade (“Eu sou concreto e insubstituível e, por consequência, devo realizar minha unicidade”) e compreende que deve realizá-la porque “aquilo que pode ser feito por mim não pode ser feito por outro alguém” (FARACO, 2006, p. 40).*

Mockinpott constitui o único ser íntegro dentro da narrativa e, por isso, não tem noção de nada que não seja íntegro, diferente de si. Só consegue enxergar seu entorno a partir de sua visão de mundo. É incapaz de ver a sociedade tal como é, corrupta e podre, pois não possui suficiente senso crítico e maturidade; tem espírito de criança, sem maldade; não é uma pessoa iludida, apenas ingênuo. Está inserido em um ambiente cru e hostil, sendo a única personagem honesta na peça, ao contrário das demais, torpes e fragmentadas.

São valores bons os que existem em Mockinpott, embora ele não tenha tido, por muito tempo, real consciência de si, já que não sabe lidar com os indivíduos vazios e corrompidos, desprovidos de valores morais. Nesse sentido, ao falar de integração social, diz Medvedv, participante do Círculo de Bakhtin, citado por Faraco:

*[...] nós, os seres humanos, não temos relações diretas, não mediadas, com a realidade. Todas as nossas relações com nossas condições de existência – com nosso ambiente natural e contextos sociais – só ocorrem mediadas semioticamente. Vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações (MEDVEDV apud Faraco, 2006, p. 48).*

Ou seja, Mockinpott não consegue penetrar nesse mundo simbólico e distanciado. Faltam-lhe sagacidade e capacidade analítica, qualidades que um adulto geralmente possui. É claro o antagonismo entre os valores presentes em Mockinpott e na sociedade em que vive. O vício e a virtude estão em lados opostos, e, ao mesmo tempo, caminham paralelamente, embora moralmente distanciados. O protagonista situa-se na fronteira que divide as duas realidades, ou seja, no limite entre a sociedade idealizada e a real.

Para Bakhtin:

*Nesse ponto, é importante deixar registrado que a reação ao caráter infinito (centrífugo) da semiose humana será parte inerente ao jogo dos poderes sociais. As vontades sociais de poder tentarão sempre estancar, por gestos centrípetos, aquele movimento: tentarão impor uma das verdades sociais (a sua) como a verdade; tentarão submeter a heterogeneidade discursiva (controlar a multidão de discursos); monologizar (dar a última palavra); tornar o signo monovalente (deter a dispersão semântica); finalizar o diálogo (BAKHTIN apud Faraco, 2006, p. 52).*

A voz de Mockinpott é única diante da sociedade poluída e doente. Podemos citar como exemplo algo semelhante, que ocorre na música *O Polichinelo* (1920), de Heitor Villa

Lobos, em que a harmonia é irritantemente dissonante; no entanto, se ouvirmos com atenção, perceberemos que o compositor introduziu a cantiga de roda “Ciranda, cirandinha” em meio ao turbilhão de notas que parecem não se encaixar. A voz do protagonista é como a cantiga “Ciranda, cirandinha” na obra *O polichinelo*, isto é, foi introduzida na pauta, mas não pertence a ela, em condição análoga à que ocorre com Mockinpott e as demais personagens.

Essas últimas possuem um discurso monológico, repetitivo, e o que ressalta seus defeitos são as atitudes contrastantes de Mockinpott, já que seus valores estão antagonicamente posicionados ante a ausência de valores sociais legítimos. Para Bakhtin, as vozes sociais estão em constante embate; no caso da peça, a sociedade segue um caminho e o protagonista segue outro, em posições diametralmente antagônicas.

O que é semiotizado são os papéis sociais das personagens secundárias, meras caricaturas das piores qualidades pessoais. De maneira geral, pode-se afirmar que são valores parecidos, ou até mesmo iguais, no entanto, relativos, ao serem praticados por cada indivíduo dentro de uma determinada cultura.

Mockinpott, ao final da peça, percebe que é levado a cometer o erro de acreditar em tudo e em todos e, só depois, em si mesmo. Primeiro é preciso acreditar na própria capacidade; descobrir o erro mais tendencioso para si é um passo a mais no caminho da felicidade, de modo a lhe extirpar o sofrimento, como se pode notar no trecho seguinte:

*Nós não censuramos quem se afasta apenas um pouco do caminho correto, tanto para o lado do que é de mais quanto para o lado do que é de menos. Quem nós censuramos é quem se afasta muito; porque este não consegue passar despercebido. Não é fácil determinar o limite a partir do qual alguém começa a ser censurável nem a extensão tolerável do desvio, porque nenhum dos objetos percebíveis é facilmente determinado. Isto é, os objetos percebíveis dependem das circunstâncias particulares, e a decisão reside na percepção. Isto é suficiente para poder mostrar que a disposição do meio é louvável em todas as situações que se podem constituir e que umas vezes se deve declinar o excesso, outras vezes, o defeito: assim é a maneira mais fácil de conseguirmos atingir o meio e o modo correto de agir. (ARISTÓTELES, 2009, p. 55).*

É necessário ressaltar que o autor da peça em questão, Peter Weiss, teve uma vida difícil. De origem judaica, nasceu na Alemanha, em Nowawes, perto da cidade de Berlim. Viveu durante o período da Segunda Guerra Mundial, sofrendo as conseqüências de não ser aceito em sua própria pátria. Ao retratar em sua arte, seja a pintura ou a literatura, o massacre e as desventuras de certas personagens, o teatrólogo alemão imita a realidade a que assistiu. Como diz Aristóteles, no trecho abaixo, a maior parte da interpretação é constituída por

imitações da realidade, tratando-se aí da *mimese* aristotélica, ou seja, todas as artes são baseadas em modelos da vida real: “A poesia épica e a trágica, bem como a cômica, a ditirâmbica e a maioria da interpretação com flauta e instrumentos de cordas dedilhados são todas, encaradas como um todo, tipos de imitação” (ARISTÓTELES, 2011, p. 41).

Pode-se deduzir, a partir disso, que a arte abre aí espaço para o absurdo, o irreal, como ocorre no caso do teatro-documento de Weiss, em que o absurdo é inspirado nos verdadeiros horrores vividos por milhões de indivíduos na vida real. Desse modo, quando os artistas imitam a realidade, nos representam acima ou abaixo de nosso nível dito normal ou, como realmente somos, sem exageros positivos ou negativos. Para Aristóteles, a comédia faz com que o caráter do homem seja ressaltado pelo lado negativo, inferior ao que o humano realmente é, enquanto a tragédia engrandece as virtudes. Weiss faz da peça *De como lhe foi extirpado o sofrimento ao Senhor Mockinpott* uma tragicomédia, assim como foi a vida do autor:

*Toda a dramaturgia de Peter Weiss está, de algum modo, vinculada à discussão de um dos problemas que a Segunda Guerra colocou em pauta: a destruição humana, o extermínio, a violência. A perspectiva socialista do escritor levou-o a enfocar tais questões sob um ponto de vista próprio, agudo, crítico (BABLET apud COHEN, 1977, p. 16).*



Weiss passou por várias dificuldades ao longo de sua vida, não somente devido à Segunda Guerra Mundial, mas também dentro de sua família. Antes mesmo de se descobrir escritor, Weiss pintava telas, o que não foi bem aceito por sua mãe, que almejava uma profissão diferente do ramo artístico para o filho. Quando Hitler toma o poder na Alemanha, a família de Weiss, por

ser de origem judaica, é ameaçada. Fogem da Alemanha nazista para a Inglaterra e, nesse episódio, a mãe do teatrólogo queima suas pinturas, o que o deixa extremamente triste. Além de passar um tempo na Inglaterra, a família de Weiss se muda, em certa ocasião, para a Tchecoslováquia (atual República Tcheca), onde o artista estuda pintura. Por fim, são obrigados a se mudar mais uma vez; vão para a Suécia, onde o escritor rompe com sua família e vive lá o resto de sua vida como cidadão sueco.

O isolamento de Mockinpott na peça, tal como o de Weiss na vida real, é notório, bem como a fragilidade de ambos. Não se sentem pertencentes a lugar nenhum, nem acolhidos pelas pessoas que os rodeiam. Por não possuírem raízes, artista e personagem vivem em um tempo fora do eixo, ou seja, há uma incompatibilidade e uma inadequação permanente entre eles e o meio. Para Bablet (1977),

*O teatro de Weiss é basicamente social e político, mesmo quando trata de questões colocadas ao nível de indivíduos. Estes, sejam Marat, Sade, Mockinpott, Trotsky ou Hölderling, são frutos de determinadas conjunturas históricas, contraditórios representantes de camadas sociais ou frações de pensamento e confronto (BABLET apud COHEN, 1977, p. XVI).*



Peter Weiss mostra por meio de suas obras que a violência é mais do que uma destruição individual ou em massa, é também um instrumento de dominação, utilizado pelos poderosos como uma maneira de manter a manipulação social, a ordem e o poder. O autor então nos mostra a voz dos oprimidos e excluídos:

*Mesmo nas obras de Weiss, cujo tema central não aponta diretamente para a destruição violenta em massa do homem, a questão da violência como instrumento de dominação não deixa de aparecer. Qual o sentido do assassinio de Marat e Trotsky senão a afirmação de uma ordem revolucionária recém-instaurada, contra formulações que pretendem maior avanço da revolução? Qual a razão da loucura de Hölderling, senão a destruição de suas propostas pela ordem constituída? E, por estranho que pareça, qual a razão da destruição do homem comum Mockinpott, senão a necessidade de violentar todo aquele que procura as verdades e os porquês de sua situação, mesmo que acredite nos valores e instituições vigentes (Idem, 1977, p. XVI).*

Em 1968, Weiss se filia ao partido comunista, tornando-se grande defensor de causas de igualdade: foi a favor do fim da guerra do Vietnã devido ao morticínio por ela causado; combatia a Guerra Fria e o capitalismo; era solidário com movimentos de liberação do 3º mundo; criticava a Alemanha Ocidental e as deformações que o socialismo sofreu a partir da ideologia perversa de Stalin. Do mesmo modo, sentia horror à violência e aos campos de concentração, tendo perdido muitos amigos ali. Dizia que Auschwitz era “um mundo de corpos”. Segundo Cohen, estudioso da obra de Peter Weiss, ao citar Hannah Arendt,

*In keeping with Weiss's intentions, the focus of this analysis was on the economic interests that brought about the concentration camps. It should be pointed out, however, that the expansionist necessity of capitalism by no means provides a complete explanation for the Nazi mass exterminations. In history there are indeed parallels for Auschwitz, and yet the industrial mass production of corpses by the Nazi remains without precedent. It is a complete “rupture in civilization”. One must recognize that any attempt at rational explanation runs up against that limit where “the word fails and the thought process breaks down” (COHEN, 1993, p. 95).<sup>6</sup>*



<sup>6</sup> Coerente em relação às intenções de Peter Weiss, o foco desta análise estaria nos interesses econômicos referentes aos campos de concentração. Deve-se pontuar, todavia, que a necessidade expansionista do capitalismo não consegue explicar por completo o extermínio em massa levado a cabo pelos nazistas. Há na história paralelos que podem ser feitos com relação a Auschwitz, e, ainda assim, a produção em massa de cadáveres levada a efeito pelos nazistas, permanece sem precedentes. Trata-se de uma total “ruptura na civilização”. Deve-se reconhecer que qualquer tentativa de explicação racional esbarra em um limite onde a “palavra falha e o processo de pensamento se esfacela” (Tradução livre da orientadora).

Tal visão do referido “amontoado de corpos” também aparece em algumas pinturas de Weiss, como é possível ver em *Die Maschinen greifen die Menschen*<sup>7</sup> ao lado.

Ao interpretarmos a tela percebemos um ambiente cru, com um fundo em que cores frias são misturadas e entram em contraste com a construção destruída ao fundo e as cores quentes das vestes das pessoas que parecem se lamentar, choram e se consolam. Talvez a construção em ruínas ao fundo fosse o lugar onde os trabalhadores da tela ganhassem seu sustento.

Já na pintura ao lado, Peter Weiss mostra mais uma vez um ambiente frio e o que dá vida à obra são os acessórios que compõem o cenário, como as cores quentes da construção e das vestes das pessoas. É característica do autor fazer com que seus cenários sejam pobres e os elementos da peça sejam ricos. Isso ocorre tanto em suas peças, com personagens bem trabalhadas, como em suas pinturas, em que se evidencia, por meio de cores variadas, o pouco de vida que ainda resta em meio a tanta destruição.

É possível notar que a tela *Staden*, vista abaixo, é ainda mais sem vida, na qual a única árvore representando a vegetação está seca, as casas são cinza, o céu é escuro, e há somente uma mulher sentada no chão, com uma paisagem horrenda atrás de si, como se o passado fosse somente uma memória de toda a história de luta construída e destruída por um presente de bombas e violência.



Em suas obras, Peter Weiss denuncia a violência, o abuso físico e mental a que estão submetidos os indivíduos pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, vítimas do nazismo, de guerras e perseguições envolvendo seus países. Em sua busca incessante pela verdade, Weiss nos faz refletir, colocando público e atores no mesmo nível, de modo a que possam vivenciar a problemática encenada em termos do impacto

psicológico. As personagens caricaturais da obra falam sob a perspectiva da visão humana acerca dos males de todos nós.

<sup>7</sup> *As máquinas de alcançar as pessoas.*

O escritor dizia que os tiranos eram exatamente como suas vítimas. Esses tiranos exerciam um papel sanguinário para com os inocentes, e, no entanto, eram homens honrados por suas famílias e pela sociedade. Segundo Cohen,

*Weiss's statement recalls Arendt's tenet of the "banality of evil". At the time of the Frankfurt trial she continued to maintain that the cruelties in the camps "[were] not committed by bandits, monsters, or raging sadists, but by some of the most respected members of an honorable society". Against Arendt's and Weiss's insistence on the banality of evil, one might point out that by no means must sadists always rage, that it is altogether possible that monstrous people can be members of an honorable society and lead an "average family life" (Idem, 1993, p. 93).<sup>8</sup>*

A definição de Hannah Arendt parte do princípio de que, em época de guerra, assim como o lado mais sensível, também a face mais sombria das pessoas entra em cena. O que significa que nem sempre o bondoso pai de família seja assim com seus prisioneiros, ou, ainda, o carrasco mais solidário deixe de ser gentil com sua família. Acontece que todos, sem exceção, são vítimas dessa disputa de poder, podendo desempenhar tanto o papel de vítima como o de carrasco.

*Many of those who were destined to play the part of prisoners had grown up with the same ideas, the same way of looking at things as those who found themselves acting as guards. They were all equally dedicated to the same nation, to its prosperity, and its rewards. And if they had not been designated prisoners they could equally well have been guards [...] (Idem, 1993, p. 87).<sup>9</sup>*

É característica do teatro-documento do escritor fazer com que o espectador se deixe arrastar pelos sentimentos, tornando aquele momento catártico em algo real, em vista das temáticas políticas e sociais abordadas. Por ser adepto da política socialista, o escritor aponta tais temas de maneira crítica, seja em âmbito social ou individual, como é o caso de Mockinpott, um homem comum que é violentado ao procurar a verdade nas instituições nas quais acredita. A destruição asfixiante e lenta causada pelos poderosos é o que faz com que aquelas (as instituições) sejam temidas e seus autores permaneçam no poder.

---

<sup>8</sup> A afirmação de Weiss retoma o princípio declarado por Arendt quanto à "banalidade do mal". Na época do julgamento de Frankfurt, ela continuou a afirmar que as crueldades dos campos "não foram cometidas por bandidos, monstros, ou sádicos irados, mas por alguns dos mais respeitados membros de uma honrada sociedade." Contra a insistência de Arendt e Weiss em falar sobre a banalização do mal, pode-se dizer que os sádicos nem sempre são movidos por raiva, sendo perfeitamente possível que monstros sejam membros de uma sociedade honrada, levando uma "vida familiar normal". (Tradução livre da orientadora.)

<sup>9</sup> Muitos daqueles destinados a desempenhar o papel de prisioneiros haviam crescido com as mesmas ideias, o mesmo modo de ver as coisas, como aqueles que trabalhavam como guardas; todos eram igualmente dedicados à mesma nação e à sua prosperidade, e às suas recompensas. E se eles não tivessem sido designados como prisioneiros, poderiam muito bem ter sido guardas (Idem.)

É possível ver fortemente a presença de Weiss em suas obras, quer como a representação ideológica de alguma personagem, quer como a própria personagem. Em sua obra *Night with guests – Noite dos visitantes*, é o próprio Peter Weiss quem fala de si mesmo, na figura de uma suposta personagem. Cabe observar que a alteração proposital do nome do autor/personagem segue os mesmos critérios,

*Where is Peter Wright?*

*His red shirt blazing bright*

*He's kind in word and deed*

*He helps all those in need*<sup>10</sup> (WEISS apud COHEN, 1993, p. 60).

Parte da peça, foco da análise em questão, foi escrita em 1963. Peter Weiss começava muitos de seus trabalhos e não terminava. Talvez fosse um período de maturação que o próprio escritor precisasse para fazer a obra com mais ímpeto. Após cinco anos, o autor termina de escrever a peça em que figura Mockinpott, isto é, em 1968, mesmo ano em que se torna comunista.

A peça de Weiss dialoga intertextualmente com a obra *O processo*, de Franz Kafka, em que um bancário, cuja alcunha é a letra K, é abordado e preso em sua casa por dois guardas, sem motivo aparente. Pensa ser brincadeira dos colegas, porém, ao indagar sobre a causa de sua inesperada prisão, os guardas sugerem que podem estar sendo subornados.

A dolorosa jornada de Josef K começa quando percebe que sua prisão não é uma brincadeira. Ele, então, contrata um advogado que não dá valor ao caso. Por possuir cargo elevado e de prestígio social, K tenta contatar o poder judiciário, porém tudo é em vão. Perde as esperanças, uma vez que todas suas tentativas de mostrar à justiça sua inocência são frustradas. Combina com dois guardas de o matarem, e é o que ocorre. Suas últimas palavras foram “Como um cão”, o que mostra que a personagem de Kafka também é rebaixada pela sociedade a ponto de se sentir como um bicho. Nesse caso, K ainda comete suicídio por mãos alheias, como se nem o poder de tirar sua própria vida lhe pertencesse.

A prisão e o processo, tanto no caso da personagem de Weiss como na de Kafka, são metáforas sobre a maneira pela qual o homem é vitimizado sem que saiba por quê. Trata-se de uma crítica aos regimes totalitários e ao poder judiciário, comandado por autoridades capazes de ações arbitrárias.

---

<sup>10</sup> Onde está Peter Wright? Sua camisa de um vermelho vibrante, ele é gentil em palavras e atos. Ele ajuda a todos que precisam. (Idem.)

A análise da obra em questão nos leva à reflexão quanto a conceitos sociais e políticos, como a justiça, a lei, as instâncias de poder, bem como os modos pelos quais os direitos dos cidadãos são aniquilados em nome de um suposto ideal abstrato e institucional, distante das aspirações dos cidadãos.

Do mesmo modo que ocorre com a personagem de Kafka, Mockinpott quer ser inocentado do processo injusto ao qual se vê submetido. Para ambas as personagens, a felicidade consiste em recuperar a vida anterior à prisão, com sua rotina sem grandes percalços, tal como antes. Para Mockinpott e K a felicidade não é viver com a falta ou o excesso de algo, mas sim com o meio termo de uma vida simples e em equilíbrio. Segundo Aristóteles, na obra *Ética a Nicômaco*,

*[...] acontecimentos bons, importantes e frequentes, fazem-nos bem, tornando a vida mais feliz (pois também isto não colora apenas a vida, mas pode servir para a transformarmos de modo magnífico e autêntico). Por outro lado, inversamente, o que acontece de mal oprime e desgraça a nossa disposição, traz sofrimentos e impede o deflagrar de muitas atividades. E, todavia, até nessas circunstâncias reluz o esplendor, caso sejamos capazes de suportar com facilidade muitas e frequentes desventuras, não porque não se sofra, mas por generosidade e magnanimidade (ARISTÓTELES, 2009, p. 34).*

Retomar tais temas, ainda que seja doloroso, tal como faz Peter Weiss em sua obra, nos obriga a rever momentos da história, nos quais foram violentamente caladas as vozes que clamavam por justiça. Tal é o papel da literatura: recuperar anseios e sofrimentos, expressando períodos e personagens que, mesmo fictícios, remetem a fatos históricos, lugares e pessoas dos quais não devemos nos esquecer.

Por ter sido vítima de uma época sangrenta, Peter Weiss foi um artista que denunciou vivamente a violência ocasionada no cenário que a Segunda Guerra gerou. De maneira crítica e direta o autor nos revela as atrocidades vividas de maneira interna ou externa pela sociedade, indo além, ao referenciar conflitos não só sociais como individuais. É o caso de Mockinpott, que, ao procurar a verdade, esbarra em uma série de abusos de autoridade, do Estado, da religião, das esferas judiciais e do trabalho.



Por fim, quanto ao aspecto da referência aristotélica feita ao conceito de *phronesis*, observa-se o estabelecimento da relação entre pensar, ser sensato e agir bem. Para ter felicidade é necessário agir corretamente, com sensatez. A *phronesis* é o desejo no meio termo, requisito sem o qual é impossível ser feliz.

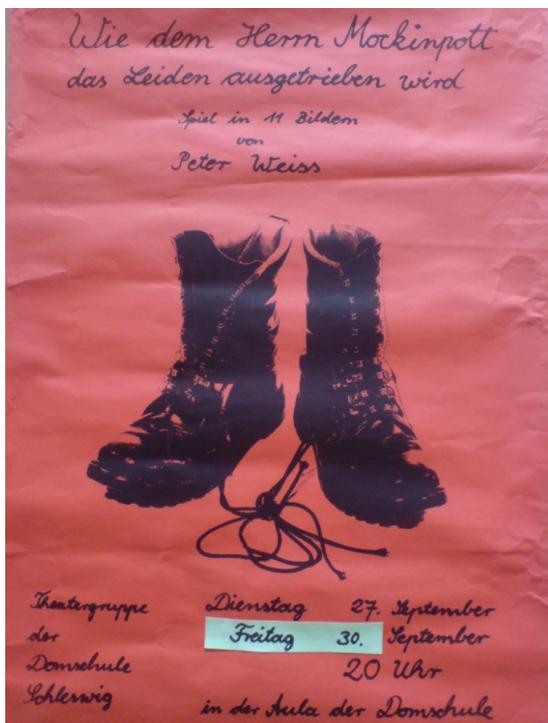
A obra de Peter Weiss contempla as vicissitudes do homem solitário, o caminhante que se defronta com problemas e tem de resolvê-los com seus próprios recursos, sem a ajuda de seus pares.

A solidão psicossocial que conduz ao trágico patológico permeia toda a obra pictórica e literária do autor. É quase contraditório esperar da parte das personagens o equilíbrio da *phronesis* de que fala Aristóteles. O próprio autor está distante desse ideal, constituindo-se ele

próprio em um exilado moral, expatriado de sua condição de cidadão nacional, em precário equilíbrio com relação às suas raízes originais.

Mockinpott se conscientiza aos poucos de que o reequilíbrio não ocorre de uma hora para outra, e que a felicidade é conquistada lentamente, leva tempo e custa suor e sofrimento. A *phronesis* de Mockinpott é a prudência potencial, a qual vai sendo aprendida nas situações práticas da vida por meio do protagonismo, ou seja, tornando-se a personagem dona de seu destino.

Na peça, os sapatos calçados de forma trocada por Mockinpott durante a encenação constituem metáfora do destino em desequilíbrio.



Mais para o final da peça, ao colocar os sapatos nos pés certos, a personagem conclui que sua felicidade depende dele mesmo: enquanto não estiver bem consigo, não ponderar suas ideias e ações, e não tiver prudência (*phronesis*), será vítima de qualquer um que perceba sua

ingenuidade, ou a possibilidade de tirar dela algum proveito. Ou seja, não atingirá a felicidade como fim último.



O ambiente hostil que paira na peça e em muitas de suas telas confronta a tecnologia árida, seres humanos desgarrados e angustiados, e tonalidades cruas e opressoras. Muitas vezes a fumaça compõe a metáfora do ar irrespirável que reflete, na verdade, uma realidade insuportável.

É possível ainda retomar a ideia da ausência de vegetação exuberante. Tudo o que há são galhos retorcidos, desprovidos de folhas, como braços que pedem socorro, tanto quanto as figuras humanas. Mockinpott e as vítimas do Holocausto não têm a quem recorrer. O próprio Deus dramaturgicamente da peça vira as costas para ele. A religião se tornou uma empresa na qual os homens são peças dispensáveis da engrenagem.

O mundo habitado por Mockinpott é, na verdade, um deserto de homens. Em todas as instâncias da vida e do trabalho restou à personagem conformar-se com o abandono. Não há mãos estendidas, nem mesmo por misericórdia. No máximo há a personagem-consciência Pepino, que se esforça para apontar caminhos norteadores mas sem qualquer compaixão. Trata-se de um universo sem lugar para a solidariedade, constituído por um tecido híbrido em

que as ideologias individuais mal costumam a trama. E é pelos vãos esgarçados desse tecido que escapa a integridade intacta de Mockinpott.

Ainda que seja um homem sem escolhas, resta a Mockinpott idealizar um futuro de retomada de vida normal, objetivo que ele persegue a todo custo e por seus próprios meios. Para Aristóteles,

*[...] nem todos os fins atingem uma completude absoluta[...] se houver apenas um único fim completo, será este o bem que é procurado; contudo, se houver uma multiplicidade de fins, será o que, de todos eles, for o mais completo. [...] entendemos ser mais completo aquele fim que nunca é escolhido por causa de outro por comparação com aqueles fins que são escolhidos simultaneamente em vista de si próprios e em vista de outros fins. [...] um fim deste gênero parece ser, em absoluto, a felicidade. De fato, nós escolhemos sempre a felicidade por causa dela mesma, e nunca em vista de outro fim para além dela. [...] cuidamos que uma coisa deste gênero é a felicidade; demais, cuidamos que a felicidade é, de entre todas as coisas boas, a favorita, mesmo sem ser levada em consideração com as outras.[...] A felicidade parece, por conseguinte ser de uma completude plena e autossuficiente, sendo o fim último de todas as ações possíveis (ARISTÓTELES, 2009, p. 25-26).*

O trecho de Aristóteles remete à vivência de Mockinpott no caminho do sofrimento. Sua busca tenta recuperar a felicidade perdida, não uma felicidade parcial, mas a felicidade em todos os aspectos: vida pessoal, profissional, amorosa, espiritual, política e de convívio humano. A angústia de não conhecer as razões do sofrimento reforçam a injustiça e o abandono, temáticas caras a Peter Weiss, ele próprio, alguém para quem o abandono e a carência de perspectivas foram lugares comuns em todo o seu percurso de vida.

Para Robert Cohen (p. 95), em coerência com a visão de Arendt, há que perceber a intenção constante de Peter Weiss em centrar outro aspecto de sua obra na questão dos interesses econômicos suscitados pelos campos de concentração. Poder-se-ia considerar, todavia, que a necessidade expansionista do capitalismo não consegue explicar totalmente os extermínios em massa levados a efeito pelos nazistas. Na verdade, os campos de concentração podem ser tidos como linhas de produção de corpos, num interminável turno fabril de 24 horas por dia, todos os dias do ano.

### **Considerações Finais**

Por ter sido vítima de uma época sangrenta, Peter Weiss foi um artista que denunciou vivamente a violência ocasionada no cenário que a Segunda Guerra gerou; de maneira crítica e direta, o autor nos revela as atrocidades vividas de maneira interna ou externa pela

sociedade, e vai além, ao afunilar os conflitos não só sociais como individuais. É o caso de Mockinpott, que, ao procurar as verdades, esbarra em uma série de instituições que abusam de seu poder e massacram ainda mais os indivíduos dominados.

Diz Norberto Bobbio acerca do tipo de discriminação de que Weiss foi vítima:

*[...] entendo por perseguição política o uso também da força para esmagar uma minoria de 'desiguais'. O extermínio dos judeus e de outras minorias, perpetrado pelo regime nazista, representa de modo dramático esta terceira fase (do processo de discriminação) (BOBBIO, 1998, p. 117).*

Por fim, quanto ao aspecto da referência aristotélica, a relação entre a felicidade e a *phronesis* se dá entre pensar, ser sensato e agir bem. Para ter felicidade é necessário agir corretamente, com sensatez. A *phronesis* é o desejo no meio termo; sem ela é impossível ser feliz. Não é de uma hora para outra que a felicidade é conquistada, leva tempo e custa suor e sofrimento. A *phronesis* de Mockinpott é a prudência que vai sendo aprendida nas situações práticas da vida e o próprio protagonismo, ou seja, é tornar-se o dono de seu destino.

Mockinpott conclui que sua felicidade depende dele mesmo; enquanto não estiver bem consigo, ponderar suas ideias e ações, não tiver sensatez, será vítima de qualquer um que perceber sua ingenuidade. Ou seja, não atingirá a felicidade como fim último. Tal caminho se apresenta a Mockinpott como um equilíbrio parcialmente pretendido, que ele só atinge quando consegue ponderar suas ações, pensar e agir por si mesmo, de forma autônoma.

Para Cohen (1993), a intenção de Weiss também foi a de mostrar, como ponto fulcral, que interesses econômicos geraram os campos de concentração. Ainda assim, tal expansão de ideais capitalistas de modo algum fornece a explicação final para os extermínios em massa perpetrados e executados pelos nazistas. O que ocorreu com a produção em massa de corpos foi sem precedentes, em comparação com qualquer cartilha econômica. Foi um total “rompimento com a civilização”, na visão de Cohen, sem qualquer possibilidade de gerar uma justificativa racional. Por isso, Weiss sempre procurou meios para explicar as atrocidades, denunciando-as em sua arte pictórica e dramática.

### **Principais obras de Peter Weiss**

- A noite dos visitantes (1963)

- A sombra do corpo do cocheiro (1952)
- Adeus aos pais (1960)
- Ponto de Fuga (1960-61)
- A perseguição e o assassinato de Jean-Paul Marat representados pelo Grupo Teatral do Hospício de Charenton sob a direção do Senhor de Sade (1981)
- O Interrogatório (1966)
- Oratório em 11 cantos (1970)
- A balada do fantoche lusitano (1970)
- Discurso sobre os preâmbulos e o desenvolvimento da interminável guerra de libertação do Vietnã, como ilustração da necessidade da resistência armada contra a opressão e as tentativas dos Estados Unidos da América para destruir os alicerces da Revolução (1970)
- De como lhe foi extirpado o sofrimento ao Senhor Mockinpott (1963, 1968)

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

COHEN, R. **Understanding Peter Weiss**. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1993.

FARACO, A. C. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2006.

KAFKA, F. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WEISS, P. **A perseguição e o assassinato de Jean-Paul Marat representados pelo Grupo Teatral do Hospício de Charenton sob a direção do Senhor de Sade**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1977.

\_\_\_\_\_. **De como el Sr. Mockinpott consiguió liberarse de sus padecimientos.** Barcelona-México, D.F.: Ediciones Grijalbo, 1971.

Site de Peter Weiss: [www.peterweiss.org](http://www.peterweiss.org)

## A TEMÁTICA AMBIENTAL NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO<sup>1</sup>

Glauber Santos AZEVEDO \*

Natalina Aparecida Laguna SICCA \*\*

### Resumo

Esta pesquisa, voltada ao ensino de ciências de crianças com idade entre seis e oito anos, tem a finalidade de compreender como é abordada a temática ambiental em livros didáticos de ciências da natureza, do ciclo de alfabetização, que foram recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático. A análise teve como referência o discurso oficial registrado no documento, de âmbito federal, o “Pacto da Alfabetização na Idade Certa”, especificamente a parte voltada para as ciências da natureza, no sentido de compreender como é tratada a questão ambiental. A pesquisa é de abordagem qualitativa e se deu por meio de análise documental e bibliográfica. Foram analisadas em três coleções de livros didáticos de ciências, os livros do segundo e terceiro anos do ensino fundamental, buscando compreender como traduzem o discurso oficial voltado para tal temática. As categorias de análise foram referentes aos objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, do eixo estruturante “Vida no ambiente”. Teve como subcategorias: imagens, contextualização, atividade prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação Científica; Livro Didático; Meio Ambiente; Educação Ambiental.*

### ENVIRONMENTAL ISSUES IN SCHOOL BOOKS FOR LITERACY CYCLE

#### Abstract

This research, focused on the teaching of sciences among children aged six to eight had as purpose to understand the approach of environmental issues in school books of natural sciences of the literacy cycle, which were recommended by the National School Book Program. The analysis was based on the official discourse registered in the document with federal scope, the "Pact of Literacy in the Right Age", specifically focused on natural sciences in order to understand the approach to environmental issues. The research has qualitative approach and was held through documentary and bibliographical analysis. Three collections of school books of sciences were analyzed, which were from the second and third years of Elementary School, seeking to understand how the official speech on this issue is understood. The analysis categories related to the learning objectives of the Literacy Pact in the Right Age, of the structural axis "Life in the environment." Its sub-categories were: images, contextualization and practical activity.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Graduando de Pedagogia – 2015. Aluno-participante do Programa de Iniciação Científica – CUML

\*\* Doutorado em Educação-UNICAMP \* Prof.a. do curso de Pedagogia do CUML e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda- CUML

**KEYWORDS:** *Science Education; School book; Environment; Environmental Education;*

## **Introdução**

A curiosidade sobre fenômenos da natureza fez parte de nossa trajetória de vida desde os anos de estudo no ensino básico. Com a entrada no curso de Pedagogia, as reflexões sobre o ensino de ciências para crianças foram aprofundadas a partir das disciplinas voltadas para tal ensino, como “Natureza e Sociedade na Educação Infantil” e “Conteúdo e Metodologia para o Ensino de Ciências”. Nestas disciplinas foram tratadas questões do ensino das ciências da natureza para crianças, envolvendo conteúdos e metodologias de ensino. Neste curso pudemos compreender a importância do livro didático na construção do currículo nas escolas e o papel fundamental do professor na construção do conhecimento escolar.

Questões surgidas no enredo das referidas disciplinas podem ser consideradas como o início deste trabalho. Neste sentido, esta pesquisa busca responder a indagações referentes a livros didáticos da área das ciências naturais: como tratam a temática do ambiente? Os livros didáticos incluem atividades que incentivam o respeito ao meio ambiente? Abordam temas voltados para a avaliação de diferentes impactos ambientais e processos voltados para a preservação ambiental? Sugerem discussões acerca das relações de riscos e benefícios da utilização de tecnologias? Relacionam a temática ambiental com o cotidiano do aluno?

Assumimos neste trabalho a concepção de que, para formar cidadão, temos de criar condições para que o aluno seja sujeito do conhecimento e, a partir do ensino das ciências da natureza, devemos capacitá-lo para compreender o ambiente em que vive e correlacioná-lo com outros ambientes mais distantes e amplos. Concebemos, ainda, que deve ser desenvolvida no aluno a consciência da preservação da natureza como parte essencial da vida do ser humano.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar livros didáticos de ciências da natureza utilizados nos anos iniciais da educação básica, particularmente referentes ao período denominado ciclo da alfabetização, e que tenham sido avaliados anteriormente pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Tal ciclo foi determinado num programa de âmbito nacional denominado “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” (BRASIL, 2012), que compreende a alfabetização de crianças com idade entre seis e oito anos.

Mais particularmente objetivamos analisar como os livros didáticos de Ciências da Natureza tratam a temática ambiental de modo a perceber se há uma correlação entre os livros didáticos e o discurso oficial voltado para essa fase da escolaridade.

### **Referencial teórico**

Vários autores defendem o ensino de ciências para crianças tendo em vista a constituição dos sujeitos, o direito da criança de aprender ciências e a educação ambiental.

Arce et al. (2011, p. 21) afirmam que:

*Ensinar ciências é permitir que as crianças se apropriem de uma das riquezas produzidas pelo homem, que, sendo fruto de nossa criação, traz em seus objetos e conhecimentos impressos formas de pensar humanas construídas no decorrer de nossa existência.*

As autoras, apoiadas em Saviani (1977, p.17), consideram que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens”. As autoras complementam que ensinar ciências para crianças é explorar suas curiosidades sobre o mundo e o homem.

Para Caixeta e Loureiro (2013, p. 15), o objetivo fundamental de ensinar ciências para crianças é:

*[...] cultivar o interesse natural desses estudantes pelo conhecimento, incentivando a leitura de textos variados, a formulação de perguntas, a ousadia em criar e inventar explicações e soluções para problemas apresentados, desenvolver atitudes autônomas, estimular o gosto pelas ciências, tentando explicar o mundo ao seu redor e propondo soluções para problemas concretos.*

O ensino de ciências para os diferentes níveis de escolaridade, iniciado na educação das crianças, tem sido defendido por diferentes autores.

Cachapuz et al. (2011, p. 17) apresentam a importância da educação científica na sociedade atual e sua contribuição para a formação da população:

*Assistimos atualmente a um debate importante sobre a conveniência, ou não, de promover a alfabetização científica da generalização da população. O objetivo deste primeiro é apresentar e discutir em profundidade os argumentos esgrimidos a favor e contra, para adoptar uma postura fundamentada sobre o papel da educação científica na sociedade atual.*

*Começaremos pelas razões habitualmente apresentadas a favor da referida alfabetização.*

Sendo assim, os referidos autores consideram que a Educação Científica deve ter primazia na formação do indivíduo, de modo que possa levar o aluno a compreender os conceitos das ciências da natureza e estabelecer relações com o meio social, possibilitando sua contribuição para a sociedade vigente. Colocam ainda em foco o debate atual na sociedade a respeito de consolidar ou não a alfabetização científica para toda a população. Os autores defendem a alfabetização científica e afirmam que a importância da alfabetização científica e tecnológica para o desenvolvimento global do futuro já vinha sendo defendida; entretanto, nos dias atuais, esse conceito vai mais à frente: é o elemento impreterível no curto prazo, para o processo do avanço das pessoas, da comunidade e dos povos. (CACHAPUZ et al., 2011)

Organismos Internacionais utilizam os mesmos argumentos para o ensino de ciências, como a National Science Education Standard (NSES) e a Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), por meio das Conferências Mundiais sobre a Ciência para o Século XXI, em Budapeste e Santo Domingo. Consta dos documentos que:

*Num mundo repleto pelos produtos da indagação científica, a alfabetização científica converteu-se numa necessidade para todos: todos necessitamos utilizar a informação científica para realizar opções que se nos deparam a cada dia; todos necessitamos ser capazes de participar em discussões públicas sobre assuntos importantes que se relacionam com a ciência e com a tecnologia; e todos merecemos compartilhar a emoção e a realização pessoal que pode produzir compreensão do mundo natural. (NATIONAL SCIENCE EDUCATION STANDARD, 1996)*

*Ter acesso contínuo à educação, desde a infância, é um direito humano, e que a educação científica é essencial ao desenvolvimento humano. (UNESCO, 2003)*

Dessa maneira, a National Science Education Standard (1996) defende que o ensino de ciências deve contribuir para que o aluno possa fazer escolhas baseadas em informações e que

tal conhecimento lhe permita participar de discussões públicas e conhecer o mundo natural. Fica claro o posicionamento desse documento a favor da alfabetização científica para todos.

Se nos voltarmos para os documentos da UNESCO encontramos a defesa do ensino de ciências, inclusive para crianças. Consta da “Conferência Mundial sobre Ciência para o século XXI” (Declaração de Budapeste, 1999) que:

*[...] o acesso ao conhecimento científico, a partir de uma idade muito precoce, faz parte do direito à educação de todos os homens e mulheres, e que a educação científica é de importância essencial para o desenvolvimento humano, para a criação de capacidade científica endógena e para que tenhamos cidadãos participantes e informados sobre a estratégia para o desenvolvimento dos países, para resolver problemas e satisfazer as necessidades da sociedade de um país. (UNESCO, 2003, p.29)*

Consta ainda da mesma que a estratégia para o desenvolvimento dos países para resolver problemas e satisfazer as necessidades da sociedade de um país está baseada nas ciências, assim como a tomada de decisões na sociedade sobre a aplicação do conhecimento científico. Desta forma, muitos países estão fazendo reformas educativas que contemplam a alfabetização científica como finalidade principal. (CACHAPUZ et al., 2011)

Arce et al. (2011, p. 05) defendem o ensino de ciências na educação infantil e sua contribuição para a formação das crianças, e assim se expressam:

*O ensino de Ciência designa um campo de conhecimentos e um conjunto de atividades que oferecem uma visão científica do mundo real e o desenvolvimento de raciocínio desde a mais tenra idade. O termo Ciência tem que ser estendido tanto no laboratório de pesquisa quanto em sala de aula.*

Nessa concepção, as autoras sugerem processos educativos que estimulem o interesse, a curiosidade e a investigação das crianças no ensino de ciências. Valorizam procedimentos educacionais voltados para a obtenção dos subsídios teóricos, como aquisição do procedimento da abstração, a linguagem científica, o método de analisar a natureza e o pensamento científico. Com isso, argumentam sobre a direção que o ensino de ciências na Educação Infantil deve ter, de modo a se privilegiar as experiências e os experimentos que podem ser apresentados nas salas de aula. (ARCE et al., 2011)

Oliveira et al. (2007, p. 472) abordam a relação entre educadores, pesquisadores e a forma como trabalham os conhecimentos científicos com as novas gerações, e assim se expressam:

*Diante das transformações sociais propiciadas pela evolução do conhecimento científico, a tecnologia tornou-se parte indissociável do fazer humano. Utilizando-se dos instrumentos tecnológicos produzidos a partir do conhecimento científico que foi construído e constituído no contexto das relações entre os homens e destes com a natureza, respeitadas as características históricas de cada época.*

Dessa forma, o texto apresenta as possíveis consequências: “Esse problema pode agravar-se ainda mais com a falta de comprometimento da prática pedagógica em relação à formação do educando.” (OLIVEIRA et al., 2007, p.472)

Arce et al. (2011, p. 20) ampliam a reflexão indicando a importância da dialética no ensino de ciências para as crianças:

*As crianças, em contato com as ciências, ampliam sua compreensão do mundo e de si mesmas enquanto membros da espécie animal humana. Ao aprender, compreender, e descobrir-se neste mundo em que vivemos, por meio do ensino das ciências. Cria-se uma delicada relação dialética entre a construção do novo e o exame cético [...]*

Pesquisadores da área de ensino de ciências têm defendido que este ensino assuma a perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) ou CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente), siglas que indicam que tal ensino deve relacionar conceitos da ciência com a tecnologia e sociedade e, ainda mais, ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

Se essas foram considerações sobre o ensino de ciências, encontramos também as que se referem à educação ambiental. As questões ambientais têm sido tratadas no ensino das ciências e numa perspectiva interdisciplinar, visto que a questão ambiental transcende tal disciplina.

Vilches et al. (2011) defendem que deve haver uma convergência entre o movimento CTSA e a Educação ambiental, tendo em vista um futuro sustentável. Neste sentido, deve-se formar o aluno que possa tomar decisões sobre a problemática socioambiental.

Oliveira et al. (2007, p. 472-473) fazem uma revisão sobre a ciência, o ensino de ciências e os debates acerca do ambiente:

*Particularmente a partir dos anos 1980, uma revisão do que é ciência e seu ensino tem proporcionado um campo mais fértil para debates sobre o meio*

*ambiente. É nesse contexto que a educação ambiental e o ensino de Ciências podem contribuir, tanto no ensino formal quanto em atividades do ensino não-formal. Dessa forma, o ensino de Ciências deve preocupar-se em relacionar os conhecimentos construídos e estudados com seu impacto na sociedade, principalmente no que diz respeito ao ambiente.*

Neste sentido os autores defendem uma perspectiva de ensino de ciências que reavalia as questões ambientais como possibilidade de formar indivíduos com habilitação para o melhor exercício da cidadania e “tomada de consciência quanto às questões socioambientais.” Indicam, ainda, que a compreensão de conceitos básicos de ciência devem ser seguidos de processos que possibilitem o desenvolvimento da “consciência das possíveis conseqüências que tal conhecimento produz”. (OLIVEIRA et al., 2007, p. 473)

Almeida e Strecht-Ribeiro (2013, p.482) desenvolvem a temática da educação ambiental de outra perspectiva, e assim se expressam:

*Esta temática ambiental foi certamente motivada pela situação de crise ambiental planetária que se agudizou a partir da década de sessenta do século XX. Com a chegada das preocupações ambientais aos campos político, econômico, social e ético, vários autores que escrevem para crianças viram aí um enorme potencial para construção dos seus textos literários (quer sejam narrativos, líricos ou dramáticos), apresentados com a intenção expressa de sensibilizar e conscientizar os mais novos para estes assuntos e na esperança de que novas atitudes e comportamentos mais consonantes com formas e estilos de vida com menos impacto no planeta sejam interiorizados. Alguns destes textos apelam mesmo ao exercício de uma cidadania ativa e as crianças surgem como atores principais das mudanças comportamentais necessárias, capazes de mobilizar adultos e de convencer os diferentes poderes instituídos (local, regional, estatal).*

Almeida e Strecht-Ribeiro (2013, p. 483) colocam, ainda, que: “[...] tem vindo a crescer o número de alunos envolvidos em EA, e que esta tem adquirido um carácter mais continuado, integrado e contextualizado [...]”. Os autores complementam que o estudo e teoria sobre este campo tem apresentado múltiplas ideias relacionadas ao meio ambiente, que expressam diferentes visões dos seres humanos sobre o planeta, apesar de estar distanciado de um consenso geral.

Pinhão e Martins (2012, p. 342-343) afirmam que, no decorrer do período histórico, o ensino de ciências no Brasil revela uma escassez das intervenções sobre os problemas sociais, sintonizando as abordagens acerca do ambiente e da saúde e a relação da transversalidade e os

estereótipos. As autoras defendem a relação do tema ambiente com a temática da saúde, e assim se expressam:

*Também consideramos que nossa opção por discutir o tema saúde e ambiente, ao invés de optar somente pela saúde ou pelo ambiente, significa um avanço para o tratamento de ambos os temas, uma vez que pautamos nossa discussão na abordagem ecossistêmica. Acreditamos que o uso de uma abordagem desse tipo seja potencialmente útil para se pensar formas concretas de inserção curricular do tema saúde e do tema ambiente, já contemplando o caráter transversal.*

Oliveira et al. (2007, p. 473) analisam as influências das ações do homem e os resultados na natureza:

*A ação do homem sobre a natureza trouxe muitas consequências para toda a humanidade, exigindo que a sociedade em geral repensasse tal problema. Esse repensar levou à instituição de uma educação ambiental, que no entanto ainda se efetiva, na maioria das vezes, de forma ineficiente em todo o sistema educacional.*

Nesse sentido, consideram que é prioritário obter uma sensibilidade reflexiva e ética, para compreender as ações humanas na utilização dos recursos da natureza e seus derivados.

Partindo desse pressuposto, apresentam a concepção de uma nova proposta pedagógica. Sobre um sistema global em crise e agravado pela crise educacional, Oliveira et al. (2007, p. 473) afirmam que: “A deficiência que se verifica no contexto educacional, e particularmente no ensino de Ciências quando se trabalha educação ambiental, se justifica, muitas vezes [...] por não haver uma clareza do que sejam meio ambiente e educação ambiental. Para além de toda definição de meio ambiente e educação ambiental [...]” .

Cachapuz et al. (2011, p. 20), apoiados em Marco (2000), apresentam os seguintes elementos para o ensino em educação ambiental: “alfabetização científica prática: utilizada na vida diária com o fim de melhorar as condições de vida; alfabetização científica cívica: para tomada de decisões sociais e a alfabetização científica cultural: natureza da ciência e tecnologia aplicáveis”

Os referidos autores, apoiados em Reid e Hodson (1993), afirmam que uma educação orientada para uma cultura científica básica deveria conter:

*[...] conhecimento da ciência (conceitos, fatos e teorias); aplicação do conhecimento, utilizar em situações reais; saberes técnicos: procedimentos e métodos de aparelhos e instrumentos; resolução de problemas: aplicação dos saberes técnicos; interação com tecnologia: resolução de problemas práticos, aspecto utilitário; questões sócio e econômicos, políticas e ético*

*morais; história e evolução histórica da ciência; estudo da natureza da ciência e a prática científica: considerações filosóficas e sociológicas centradas no método científico, no status da teoria e das atividades da comunidade científica.*

Para Cachapuz et al. (2011, p. 21), a alfabetização científico-tecnológica multidimensional é explicada por Bybee:

*[...] estende-se mais além do vocabulário, dos esquemas conceituais e dos métodos procedimentais, para incluir outras dimensões da ciência: devemos ajudar os estudantes a desenvolver perspectivas da ciência e da tecnologia que incluam a história das ideias científicas, a natureza da ciência e da tecnologia e o papel de ambas na vida pessoal e social. Este é o nível multidimensional da alfabetização científica (...). Os estudantes deveriam alcançar uma certa compreensão e apreciação global da ciência e da tecnologia como empresas que foram e continuam a ser parte da cultura.”*

Por esta explanação, amplifica-se para além do mapa conceitual e métodos, ou seja, os estudantes devem ser orientados a desenvolverem perspectivas que incluam o desenvolvimento histórico-cultural, apropriação da natureza e a relação entre ciência e a tecnologia, o papel de ambas na sociedade, pois fazem parte da cultura e da sociedade. (CACHAPUZ et al., 2011)

Os autores com quem dialogamos defendem o ensino de ciências da natureza para crianças no atual contexto de globalização, e indicam que se deve tratar de questões ambientais no sentido da formação da cidadania numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, mesma perspectiva indicada por organismos internacionais, como a UNESCO. Consideram, ainda, a importância de se levar em conta o conhecimento prévio das crianças e a importância de se perseguir o movimento CTSA.

### **Procedimentos de Pesquisa**

Esta pesquisa apresenta uma perspectiva qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994); mais especificamente se constituiu numa pesquisa documental.

Inicialmente foi procedido um levantamento bibliográfico sobre o ensino de ciências para crianças, incluindo a leitura de artigos de revistas nacionais e internacionais e dissertações sobre a temática ambiental no contexto de tal ensino.

Foi procedida uma análise documental (GIL,1999) do documento “Pacto da Alfabetização na idade certa”( BRASIL, 2012), no tocante à “Área de Ciências da Natureza”, no sentido de compreender como foi proposta a temática ambiental. Nesse documento, levantaram-se os objetivos de aprendizagem do eixo estruturante “Vida no Ambiente”.

Foram analisados os seguintes documentos internacionais, voltados para o ensino de ciências: “Declaração de Budapeste”, de 1999 e “A ciência para o século XXI- uma nova visão e uma base de ação”, ambos publicados no documento da UNESCO, de 2003. O referido documento é denominado “ Conferência Mundial sobre Ciência para o Século XXI: um novo compromisso” (UNESCO, 2003).

Foram analisadas três coleções de livros didáticos de ciências para crianças, aprovadas pelo PNLD (2013), referentes ao segundo e terceiros anos do ensino fundamental. Essas coleções foram por nós denominadas A, B e C, visando manter o sigilo.

Cada livro da coleção foi analisado separadamente. As categorias de análise foram estabelecidas a priori, ou seja, optou-se por utilizar como categorias de análise os objetivos de aprendizagem do eixo estruturante “Vida e ambiente”:

Quadro I: Categorias de análise referente aos objetivos de Aprendizagem do Eixo Estruturante Vida no Ambiente, do “Pacto da Alfabetização na idade certa” (BRASIL, 2012)

Identificar ações humanas que ameaçam o equilíbrio ambiental (desmatamento, queimadas, poluição, desperdício de água e de matéria-prima).
Identificar ambientes transformados pela ação humana e nomear ações de degradação.
Relacionar consequências provocadas pelas transformações e interferências dos seres humanos no ambiente.
Identificar atitudes de cuidados com o ambiente, como a limpeza da casa, da rua, da escola, do destino dos resíduos e da conservação do solo.
Reconhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos, de seu espaço de vivência.
Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos.
Reconhecer a importância dos animais e plantas no ambiente.
Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes.
Identificar variedades de plantas, as funções de suas partes e seus usos no cotidiano.
Identificar características de defesa de animais e plantas como, por exemplo: produção de substâncias tóxicas, garras, dentes, espinhos, produção de venenos.
Reconhecer as necessidades básicas, como alimentação, espaço e água nos cuidados com os animais de criação.

Fonte: Pacto da Alfabetização na idade certa (BRASIL, 2012). Adaptado pelo autor.

Na análise, verificamos a presença ou não dos objetivos de aprendizagem do eixo estruturante “Vida no Ambiente”, e analisamos as figuras, atividades práticas e a

contextualização, ou seja, se relacionam ou não os conceitos científicos com a aplicação dos mesmos na sociedade, na perspectiva do que tem sido proposto para o ensino de Ciências por meio do movimento CTSA.

## **Resultados**

Apresentamos a seguir o resultado de nossa análise de cada coleção e, no final, apresentaremos nossas considerações.

### **Coleção A**

#### **Livro do 2º ano**

No livro do 2º ano da coleção A, nos capítulos que incluíam a temática ambiental, apenas dois objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, voltados para o eixo estruturante “Vida no ambiente”, foram atingidos, ou seja: “Identificar ações humanas que ameaçam o equilíbrio ambiental” e “Reconhecer a importância da água, do ar, do solo e da luz para os seres vivos”.

O objetivo “Identificar ações humanas que ameaçam o equilíbrio ambiental”, no documento do Pacto, inclui as seguintes ações humanas que provocam interferência no ambiente, como desmatamento, queimadas, poluição, desperdício de água e de matéria-prima. Dessas ações, pudemos constatar que o livro aborda apenas o desmatamento.

O desmatamento é apresentado para os alunos por meio de duas figuras, seguidas por uma problematização que sugere que o aluno compare a figura que apresenta a paisagem com muitas árvores com a outra que apresenta a madeira cortada e a ausência de árvores. Requer dizer, ainda, que não houve apresentação do conceito de desmatamento por meio da linguagem escrita.

A poluição é apresentada, no livro, apenas por meio de uma figura contendo animais marinhos se alimentando de lixo constituído por saquinhos de plástico.

Pudemos perceber que o livro chama atenção para a ação do homem sobre a natureza, em dois episódios isolados, por meio de figuras; entretanto, não podemos afirmar que o livro contempla tal objetivo de aprendizagem plenamente, pois não trata das queimadas, dos diferentes tipos de poluição, nem do desperdício da matéria-prima e da água.

Ao compararmos com nossos estudos sobre tal temática, na disciplina de “Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências”, no curso de Pedagogia, compreendemos que o livro não contribui para um aprofundamento da questão, não propondo um trabalho de campo para que o aluno perceba as ações do homem que ameaçam o equilíbrio ambiental, não fornece

elementos para que o aluno possa perceber as diferentes transformações da natureza e as diferentes transformações do homem sobre a natureza, no sentido de comprometer o equilíbrio ambiental.

No tocante ao objetivo “Reconhecer a importância da água, do ar, do solo e da luz para os seres vivos”, o livro aborda a necessidade de água do ser humano e dos seres vivos de um modo geral; para isso usa dez imagens e três desenhos informando o uso e o consumo diário da água em diferentes atividades.

O livro indica os diferentes reservatórios de água na natureza, conceitua e exemplifica os estados físicos da água. Para tal objetivo de aprendizagem é introduzida uma atividade prática ligada diretamente com a vida do aluno. Tal atividade prática consta da apresentação de dois pedaços de tecido no varal, seguida da seguinte problematização: “- Em qual local as roupas secam mais rápido? Expostas ao Sol ou à sombra?”

Em sequência, apresenta o solo, indicando sua importância, a constituição dos solos e a composição dos nutrientes, estabelecendo correlação com a necessidade dos seres vivos. O capítulo aborda, ainda, o cuidado que devemos ter para a preservação do solo. Neste tema também foi incluída uma atividade investigativa sobre o solo. Contém duas fotografias e dois desenhos.

Do mesmo modo, o livro apresenta a importância do ar, seus elementos, suas características e benefícios, bem como a utilização pelos seres vivos. Por exemplo, apresenta que o ar é formado por diferentes gases e que o gás oxigênio é um gás importante para a respiração dos seres vivos. Pudemos concluir que o estudo do ar também contemplou a relação com os seres vivos, conforme indicado nos objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa. Tal temática foi apresentada por meio de onze desenhos e cinco fotografias; apresenta pequenos textos informativos de maneira sucinta. Quanto à proposta ou não de atividade prática, pudemos compreender que o livro propõe a construção de um modelo, ou seja, um paraquedas de brinquedo.

Por fim, apresenta o Sol como estrela, fonte de luz e de calor. O texto do livro aborda a dependência das plantas em relação à luz do Sol, para fabricar seu próprio alimento, e aborda ainda a alteração do comportamento de outros seres vivos, decorrente da luz do Sol.

Pudemos concluir que o objetivo de aprendizagem “Reconhecer a importância da água, do ar, do solo e da luz para os seres vivos” foi contemplado pelo livro, que propiciou as relações dos conceitos científicos com a vida do aluno, indicou atividades práticas e utilizou várias imagens para ilustrar os conceitos.

### **Livro do 3º ano**

No livro do 3º ano da coleção A foram contemplados parcialmente dois objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, voltados para o eixo estruturante “Vida no ambiente”: “Reconhecer a importância da água, do ar, do solo e da luz para os seres vivos” e “Identificar variedades de plantas, as funções de suas partes e seus usos no cotidiano”.

O objetivo “Reconhecer a importância da água, do ar, do solo e da luz para os seres vivos” foi contemplado pelo livro na temática sobre solo e sobre a água. O conteúdo sobre o solo foi desenvolvido de modo a ser apresentada a importância do solo, sua constituição e nutrientes do solo para os seres vivos, enfatizando a relação dos seres vivos com o solo. Também foi abordada a utilização do solo pelos seres vivos como abrigo, além de mostrar o processo da formação do solo.

Tal temática foi apresentada por meio de dez imagens e quatro fotografias. Com isso, o referente capítulo apresenta como atividade prática uma pesquisa de campo a ser realizada.

Quanto ao estudo da água, o livro aborda o uso da mesma no consumo diário, na indústria, na agricultura e nas casas. Apresenta os diferentes reservatórios de água, como os rios, lagos e nascentes, chamadas de mananciais. Contempla ainda o armazenamento da água pelo homem. Nesse item sobre a água são apresentadas duas fotografias e cinco desenhos. Essas imagens e ilustrações apresentam esquemas sobre o tratamento do esgoto e os dejetos das residências, destinados às redes públicas, além dos reservatórios das hidrelétricas.

O objetivo “Identificar variedades de plantas, as funções de suas partes e seus usos no cotidiano” é contemplado no livro do 3º ano por meio da apresentação da importância das plantas no cotidiano, na produção do gás de oxigênio. O livro aborda o estudo da fotossíntese. Tal objetivo é apresentado também por cinco desenhos, mas não contempla nenhuma atividade prática, pesquisa ou experiência científica.

Pudemos concluir que, nos livros do 2º e 3º anos da coleção A, dos onze objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa apenas foram contemplados quatro objetivos, mas de modo sucinto em alguns deles.

Se, num primeiro momento, comparamos os livros do 2º e 3º anos com os objetivos de aprendizagem do eixo estruturante “Vida no ambiente”, do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, num segundo momento comparamos nossa análise com a do PNL D, reconhecendo que os critérios de análise foram outros, mas certificaram essa coleção.

Para a realização dos trabalhos pedagógicos a coleção contém o “Manual do Professor”. Na referida análise consta que os livros valorizam os conhecimentos prévios dos estudantes, aplicam uma abordagem de ensino construtivista e apresentam a contextualização dos assuntos conforme a realidade geral enfrentada pelo educando. Os conteúdos são retrabalhados ao longo de um mesmo volume, embora segundo a análise hajam retomadas desnecessárias (PNLD, 2013).

Em nossa análise, pudemos concluir que os livros do 2º e 3º anos abordam sobre ambiente, seres vivos, animais, plantas e fenômenos naturais. A introdução de cada unidade apresenta uma problematização e contextualização do assunto a ser exposto, com a proposta de atividades práticas em apenas alguns capítulos, sendo que, em alguns deles, são propostos trabalhos de campo a serem desenvolvidos fora da sala de aula. Entretanto, o livro em si não contempla plenamente os conceitos das ciências previstos para tal faixa etária nos documentos oficiais. Os livros apresentam boa diagramação e impressão dos conteúdos a serem estudados.

A linguagem usada é aceitável, porém exige uma comunicação maior entre o professor e o aluno, no sentido de aprofundar as informações, de modo a construir conceitos científicos.

As ilustrações e representações são abundantes, compreensíveis, adequadas ao nível de desenvolvimento do aluno. Se, de um lado, são relacionadas ao cotidiano do aluno, de outro não apresentam relações suficientes para que o aluno compreenda conceitos científicos, e algumas dessas ilustrações estão presentes de modo supérfluo.

Os materiais a serem usados nas atividades extraclasse desenvolvidas incentivam o uso de materiais reciclados, arrecados nas residências dos alunos, sem extrapolar em gastos à família. Em quase toda sua totalidade os conteúdos são relevantes e os aspectos de contextualização e motivação dos alunos nos textos introdutórios são coerentes com o discorrer do tema nas páginas seguintes.

Pudemos concluir, pela análise, que os livros de ciências da natureza, dessa coleção, voltados para o ciclo de alfabetização, não contemplam de forma plena os objetivos de aprendizagem propostos para o eixo estruturante “Vida no ambiente”.

## **COLEÇÃO B**

Ao examinarmos os volumes do 2º e 3º anos da Coleção B, de modo a comparar o conteúdo da coleção com os objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, pudemos concluir que, dos onze objetivos de aprendizagem do eixo “Vida no Ambiente”, apenas alguns são contemplados.

## **Livro do 2º ano**

No livro do 2º ano foram contemplados parcialmente três objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, voltados para “Vida no Ambiente”: “Identificar ambientes transformados pela ação humana e nomear ações de degradação”, “Identificar atitudes de cuidados com o ambiente, como a limpeza da casa, da rua e da escola, e com o destino dos resíduos de conservação do solo”, “Reconhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos em seu espaço de vivência” e “Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos”.

No tocante ao objetivo de aprendizagem “Identificar ambientes transformados pela ação humana e nomear ações de degradação”, compreendemos que foi pouco contemplado. De certa forma, o objetivo foi abordado de forma sucinta, apenas comparando os ambientes que sofreram transformação. Contém 57 fotografias e dois desenhos, e não apresenta atividade prática para ser realizada.

No tocante ao objetivo “Identificar atitudes de cuidados com ambiente, como a limpeza da casa, da rua e da escola, e com o destino dos resíduos de conservação do solo”, o livro faz apenas menção, estabelecendo comparações entre diferentes tipos de construção, como prédios, favelas e casas com quintal, e relata as condições em áreas de risco. No sentido de introduzir uma atividade prática, propõe um debate com os alunos, sobre as imagens apresentadas, contendo oito fotografias. Entretanto, não menciona o destino dos resíduos, a conservação do solo e as atitudes e cuidados com a limpeza de casa e da escola.

Dando continuidade à análise, reconhecemos que o objetivo “Reconhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos em seu espaço de vivência” é contemplado parcialmente pela apresentação, em forma sucinta, da diversidade dos seres vivos em seu espaço de vivência no Brasil. Tal temática é apresentada por meio de 17 fotografias. Neste item, o aluno é desafiado a pesquisar sobre esses seres vivos.

Em relação ao objetivo “Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos”, o livro aborda a necessidade dos seres vivos em relação à água, ao ar e ao solo. Contém 57 fotografias e dois desenhos, mas poucos conceitos são introduzidos, e não contempla atividades práticas.

O livro do 2º ano da coleção B não aprofunda de maneira satisfatória o conteúdo a ser estudado.

### **Livro do 3º ano**

No livro do 3º ano foram contemplados parcialmente cinco objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, voltados para “Vida no ambiente”: “Identificar ações humanas que ameaçam o equilíbrio ambiental: desmatamento, queimadas, poluição, desperdício de água e desperdício de matéria-prima” “Reconhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos do seu espaço de vivência”, “Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos”, “Reconhecer a importância dos animais e plantas no ambiente” e “Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes”.

O objetivo “Identificar ações humanas que ameaçam o equilíbrio ambiental: desmatamento, queimadas, poluição, desperdício de água e desperdício de matéria-prima” foi parcialmente contemplado no livro. Dentre as diferentes ações humanas que ameaçam o equilíbrio ambiental apenas foi tratada a poluição do ar.

A poluição do ar é apresentada por meio de 21 imagens problematizadas e contextualizadas. A queima dos combustíveis, resíduos industriais, as queimadas e os elementos tóxicos causados pela queima do lixo também são apresentadas nas figuras.

O livro apresenta os efeitos do ar poluído sobre a agricultura, apresenta a prática dos agroquímicos nas plantações, a poluição atmosférica, os problemas respiratórios e a chuva ácida devido aos gases em contato com a água. Com isso, aborda as doenças que são transmitidas pelo ar e, no final do capítulo, aborda a higienização pessoal e os cuidados médicos.

No tocante ao objetivo “Reconhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos em seu espaço de vivência”, apenas apresenta a classificação dos seres vivos e a diversidade de ambientes. Contém 54 imagens, e nesta classificação aborda os animais invertebrados e vertebrados, relacionando-os com as regiões onde vivem. Há uma questão temporal presente, pois inclui animais que já viveram na terra.

Quanto às plantas, o capítulo se resume em apresentar como elas produzem em sua energia.

O objetivo “Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos” é contemplado no livro por meio da apresentação da importância do ar, seus elementos, características, benefícios e sua utilização pelos seres vivos, incluindo a questão da pressão atmosférica e suas variações, as altitudes, a experiência fora da atmosfera terrestre

(viagem espacial) e as relações sobre o nitrogênio, o oxigênio, o gás carbônico e o vapor d'água. Os outros elementos citados não são mencionados.

O objetivo “Reconhecer a importância dos animais e plantas no ambiente” apenas é apresentado no livro por meio da classificação das plantas e dos seres vivos invisíveis. O capítulo contempla informações sobre as características das plantas e suas especificidades, como plantas que têm sementes, flores e frutos e outras que não apresentam esses elementos. Em seguida, o capítulo introduz sobre os seres vivos invisíveis. Contém 20 fotografias e um desenho. E propõe como atividade uma pesquisa acerca dos animais e plantas e sua diversidade.

No tocante ao objetivo “Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes”, o livro faz menção à estrutura do corpo, alimentação desses animais e as regiões onde moram, de forma sucinta. Apresenta a reprodução diferente dos animais, insetos e plantas. Contém 20 fotografias e um desenho. Os conceitos científicos não foram contemplados por meio da linguagem escrita. Como atividade prática sugere uma pesquisa de campo.

Com isso, o livro do 3º ano, analisado, não contempla todos os objetivos de aprendizagem propostos pelo Pacto da Alfabetização da Idade Certa como direito de aprendizagem para o Ciclo de Alfabetização, voltados para o eixo estruturante “ Vida no ambiente”.

O PNLD-2013 apresenta a seguinte análise da coleção referida:

*A coleção apresenta os conteúdos de acordo com conhecimentos científicos atualizados, de forma adequada à faixa escolar a que se destina. Ela considera as concepções prévias dos estudantes e sugere a realização de experimentações sobre os assuntos tratados, propondo formas progressivas de abordagem e respeitando as características intelectuais e cognitivas dos alunos.[...]. Uma falha que pode ser observada é que as referências não incorporam os documentos oficiais mais recentes. O projeto editorial facilita a utilização da coleção, permitindo rápido acesso aos conteúdos, tanto ao aluno quanto ao professor. (BRASIL, 2012, p.84)*

Além de apontar a abordagem do conteúdo:

*A obra, de uma maneira geral, está atualizada e em consonância com o conhecimento científico.[...] Um dos aspectos mais importantes é o desenvolvimento dos conteúdos a partir da experimentação e das concepções prévias dos estudantes sobre os assuntos tratados. Muitos dos conteúdos são desenvolvidos progressivamente ao longo dos quatro anos visados, sempre respeitando as características intelectuais e cognitivas dos alunos. As atividades, ilustrações ou imagens, não só desenvolvem como, também, buscam aplicar os conceitos, informações e procedimentos desenvolvidos na obra. É importante destacar que a obra faz aproximações com a terminologia científica de forma adequada, sem ferir o princípio da acuidade conceitual.*

*Outros aspectos positivos da coleção são a riqueza e o tratamento dado aos experimentos e atividades práticas (na sua maioria, sempre com materiais simples e de baixo custo), a adequação dos aspectos gráficos (organização do texto escrito, tamanho das letras, equilíbrio de cores) e o respeito à diversidade cultural, étnico-racial e de gênero da sociedade. (BRASIL, 2012, p.85)*

Assim, após a análise da coleção, em face do discurso oficial, apresentamos a avaliação da mesma pelo PNLD-2013, para que possamos completar nosso olhar sobre a mesma.

## **COLEÇÃO C**

A análise dos volumes do 2º e 3º anos da Coleção C nos indica que, ao compararmos o conteúdo da coleção com os objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, podemos concluir que, dos 11 objetivos de aprendizagem do eixo “Vida no Ambiente”, foram contemplados na coleção apenas oito, e a maioria de modo parcial.

### **Livro do 2º ano**

No livro do 2º ano foram contemplados parcialmente quatro objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, voltados para o eixo “Vida no ambiente”: “Identificar ambientes transformados pela ação humana e nomear ações de degradação”, “Identificar atitudes de cuidados com o ambiente, como a limpeza da casa, da rua e da escola, e com o destino dos resíduos de conservação do solo”, “Reconhecer a

diversidade de ambientes e de seres vivos do seu espaço de vivência”, “Reconhecer a importância dos animais e plantas no ambiente” e “Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes”.

O objetivo “Identificar ambientes transformados pela ação humana e nomear ações de degradação” é contemplado por meio de um texto explicando as mudanças do ambiente causadas pelo homem. Em sequência é apresentada como atividade prática um conjunto de questões comparativas sobre as mudanças causadas no ambiente, acompanhadas de seis fotografias, para análise do aluno.

O objetivo “Identificar atitudes de cuidados com o ambiente, como a limpeza da casa, da rua e da escola e com o destino dos resíduos de conservação do solo” está contemplado no livro do 2º ano da coleção C por meio da inclusão de dois textos. O primeiro texto aborda a redução do lixo; o segundo texto se refere aos 4 Rs, ou seja, reutilizar, reciclar, reduzir e repensar. No mesmo capítulo encontramos seis fotografias ilustrando a questão do lixo, não acompanhadas por textos.

Em referência ao objetivo “Reconhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos do seu espaço de vivência”, o livro apresenta um pequeno texto, ilustrado por meio de 26 fotografias, para contextualizar o conteúdo referente a diferentes ambientes e hábitos dos animais terrestres.

Sobre o objetivo “Reconhecer a importância dos animais e plantas no ambiente”, o livro apresenta um pequeno trecho referente aos vegetais e seus ambientes, apresentando como ilustrações nove fotografias e um desenho.

Prosseguindo, em relação ao objetivo “Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes”, o capítulo aborda o tema de forma resumida, por meio de um pequeno texto acerca dos revestimentos e suas funções. Apresenta, ainda, habilidades dos animais carnívoros para conseguir seu alimento. Apresenta uma problematização por meio de questões acerca das 30 fotografias incluídas no texto, referente às diferenças entre os animais.

Com isso, o livro analisado apresenta apenas quatro objetivos de aprendizagem de forma pouca aprofundada, deixando de incluir trabalhos de campo, atividades práticas de laboratório e introdução de textos de diferentes gêneros.

### **Livro do 3º ano**

No livro do 3º ano foram contemplados parcialmente quatro objetivos de aprendizagem do Pacto da Alfabetização na Idade Certa, voltados para “Vida no ambiente” : “Identificar atitudes de cuidados com o ambiente, como a limpeza da casa, da rua, da escola, e com o destino dos resíduos de conservação do solo”, “Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos”, “Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes” e “Identificar variedades de plantas, as funções de suas partes e seus usos no cotidiano”.

Por exemplo, o objetivo “Identificar atitudes de cuidados com ambiente, como a limpeza da casa, da rua e da escola, e com destino dos resíduos de conservação do solo” é apresentado no livro por meio da importância do saneamento básico e dos cuidados com o meio ambiente. O texto exemplifica como é feito o tratamento de água e aborda os conceitos como: captação, floculação, decantação e filtração, além de apresentar um modelo de tratamento do esgoto.

O objetivo “Reconhecer a importância da água, do solo, do ar e da luz para os seres vivos” é contemplado no livro por meio da introdução dos seguintes itens: a importância da água, do ar e do solo, seus elementos, suas características, seus benefícios e sua utilização pelos seres vivos. Apresenta água para o uso e consumo diário e outras atividades, além de abordar suas características, como o ciclo da água e as nascentes.

Apresenta o solo e suas características, e composições como infiltração, condensação, lençol freático e camada permeável. Apresenta a importância do ar, seus elementos, suas características e seus benefícios, e sua utilização pelos seres vivos, mostrando que o ar é formado por diferentes gases e que o gás oxigênio é importante para a respiração dos seres vivos. São propostas atividades práticas e pesquisa em campo.

Em relação ao objetivo “Identificar a diversidade de animais em relação aos modos de locomoção, revestimento do corpo, alimentação, reprodução e modos de se abrigar nos ambientes”, o capítulo apresenta a reprodução diferente dos animais e insetos. Contém 17 fotografias, que não são acompanhadas de texto informativo. São apresentadas questões avaliativas em relação ao conteúdo apresentado.

Por fim, o objetivo “Identificar variedades de plantas, as funções de suas partes e seus usos no cotidiano” é contemplado no texto do livro por meio da apresentação de uma variedades plantas e suas funções e o uso no cotidiano, mas de forma sucinta.

A coleção referida, segundo o PNLD, apresenta a seguinte abordagem:

*O conteúdo se alicerça em um referencial conceitual que pode ser considerado, em geral, correto, atualizado e adequado à faixa etária dos estudantes, abordando áreas temáticas essenciais para este nível escolar e utilizando estratégias diversificadas de apropriação dos conteúdos em diferentes espaços educativos da coleção, por meio de textos, imagens, exercícios, entre outros. A coleção traz conhecimentos das diferentes áreas das Ciências a Natureza, com forte ênfase nas Ciências Biológicas, embora busque, em diversos momentos, relacioná-los aos conteúdos de Química e Física. Os conhecimentos das Ciências são apresentados em diálogo com o contexto maior da vida em sociedade dos alunos, discutindo sua relação com outros aspectos da cultura e da sociedade.*

*O professor deverá estar atento, entretanto, a algumas imprecisões conceituais ou emprego problemático de algumas expressões. Sobretudo nos capítulos dedicados à evolução. (BRASIL, 2013, p. 93)*

O livro apresenta a relação entre ciência, sociedade e ambiente, contextualizando os conceitos científicos apresentados em alguns dos objetivos de aprendizagem no eixo “Vida no Ambiente”.

Pudemos concluir que as três coleções analisadas contemplam parcialmente os objetivos de aprendizagem previstos para o ciclo de alfabetização. Consideramos, entretanto, que a formação de professores deve estar voltada para propiciar autonomia aos professores, de modo que sejam capazes de utilizar o livro didático e o discurso oficial apenas como ponto de partida para o ensino das ciências da natureza.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho permite nos perceber que a alfabetização tem se resumido em muitos programas oficiais, a leitura e a escrita. Num mundo globalizado e diversificado, é fundamental pontuar a necessidade de se incluir também o ensino da Ciências da Natureza nas séries iniciais do ensino fundamental, como parte do processo de alfabetização, conforme indicam a literatura por nós levantada, os documentos internacionais por nós analisados e também o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa, de âmbito federal.

Este trabalho também nos revelou que livros didáticos analisados pelo PNLD não contemplam a maioria dos objetivos de aprendizagem indicados pelo Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa, também um programa oficial, no tocante ao eixo temático “Vida no ambiente”.

Compreendemos que o professor polivalente, formado em Pedagogia, em suas aulas de ciências da natureza deve ultrapassar os livros didáticos, introduzindo atividades investigativas e trabalhos de campo, ampliando as atividades por meio de leituras de revistas, jornais, textos, artigos e acesso à internet para dialogar sobre as ciências e suas relações com o meio social, além de promover inter-relações com outros componentes curriculares, como música, literatura e teatro.

Em termos gerais, podemos concluir que a alfabetização científica é um processo contínuo, devendo começar nos anos iniciais na educação básica, em face do contexto mundial por nós vivido.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, António; STRECHT-RIBEIRO, Orlando. Literatura para a infância com mensagem ambiental: sua influência nas ideias das crianças acerca da relação entre o ser humano e a natureza. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo: ES, Vol. 12, Nº 3, 481-499, 2013

ARCE, A. et al. **Ensinando ciências na Educação Infantil**. Campinas: Alínea, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental**. Brasília: CNE, 2012.

BRASIL. **Guia de Livros Didáticos: PNLD 2013- Ciências**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

CACHAPUZ, António et al. (Org.). 3. ed. **A necessária renovação do ensino de Ciências**. São Paulo: Cortez, 2011. 264p.

GIL, A. C. **Pesquisa social: métodos e técnicas da pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, J. C. O ensino das didáticas, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Vol. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010.

OLIVEIRA, A. L.; OBARA, A. T.; RODRIGUES, M. A. Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias,**Vol. 6, nº3, 471-495, 2007.

PINHÃO, Francine; MARTINS, Isabel.O discurso sobre saúde e ambiente no livro didático de ciências brasileiro. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias,** Vigo: ES, Vol. 11, Nº 2, 342-364 (2012)

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 1997.

SICCA, N. A. L ; FERNANDES, S.A. S. As articulações entre o grupo de pesquisa colaborativa e as didáticas específicas no curso de Pedagogia: as dinâmicas da natureza em questão. In: MARQUES, M.A. R. B.; DAVID, A. **As interfaces da profissão docente: formação, trabalho, práticas, currículo, avaliação.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2012. p. 117-137.

UNESCO. Declaração sobre Ciências e a Utilização do Conhecimento Científico (Declaração de Budapeste, 1999) . IN: UNESCO: **Conferência Mundial sobre Ciência para o Século XXI: um novo compromisso.** UNESCO, ABPT, 2003.

VILCHES, A. et al. De CTS a CTSA: educação por um futuro sustentável. In: SANTOS, W.L. P.; AULER, D. (org). **CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa.** Brasília: Ed. UNB, 2011.

## A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NO PROCESSO EDUCACIONAL NA VISÃO DOS ALUNOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA<sup>1</sup>

Rithielle TOLENTINO \*

Prof. Dr. José Eduardo Costa de OLIVEIRA \*\*

### Resumo

Cada vez mais, os esportes vêm apresentando-se como um instrumento educacional que visa ao desenvolvimento integral das crianças, jovens e adolescentes, capacitando o sujeito a lidar com suas necessidades, desejos e expectativas, bem como com as necessidades, expectativas e desejos dos outros, de forma que possam desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas essenciais ao seu processo de desenvolvimento individual e social (OLIVEIRA, 2013). Assim, há intenção de conhecer e analisar se os futuros profissionais de Educação Física, formados nos cursos de Licenciatura, veem o esporte educacional como um instrumento de auferir novos talentos esportivos futuros ou como instrumento de educação e formação humana. Para tanto, recorreu-se à abordagem qualitativa para o delineamento do estudo, baseando-se no interesse em analisar e compreender o fenômeno do esporte educacional, não vinculado apenas a dados estatísticos e quantitativos acerca deste fenômeno social (ANDRÉ, 1995). Foram entrevistados 50 (cinquenta) alunos de graduação, dos cursos de Licenciatura em Educação Física das diferentes instituições de ensino superior do município de Ribeirão Preto, SP, mediante um conjunto de questões elaboradas de forma semiestruturada, previamente agendadas com os atores sociais; posteriormente, as respostas foram gravadas e transcritas, compostas por perguntas destinadas a conhecer e analisar como os futuros profissionais de Educação Física, formados nos cursos de Licenciatura, veem o esporte educacional. Por fim, depreendeu-se, das análises realizadas, que o esporte, infelizmente, não é utilizado pelas instituições educacionais na proporção que deveria, deixando de promover a socialização, a rotina, o cumprimento de regras, o respeito, a persistência, o saber competir, o aguardar sua vez, o romper limites, o saber ganhar, o saber perder e muitos outros conceitos éticos e morais tão importantes para a formação do indivíduo, sendo que o Professor de Educação Física, enquanto representante legítimo da única área do saber escolar que pode trabalhar com essas questões, muitas vezes desconhece a importância desses aspectos e acaba ratificando valores negativos durante suas práticas pedagógicas, reforçando a competição exacerbada, a segregação dos menos aptos às práticas esportivas.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica – PIC do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Discente do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Moura Lacerda.

\*\* Profissional de Educação Física e pesquisador, membro da equipe da USP, do Núcleo de Estudos, Ensino e Pesquisa do Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar – PROASE, e Docente do Centro Universitário Moura Lacerda.

**Palavras-chave:** *Esporte Educacional; Licenciatura; Educação Física; Profissionais de Educação Física; Graduação.*

## **THE IMPORTANCE OF SPORTS IN THE EDUCATIONAL PROCESS IN THE VIEW OF UNDERGRADUATE STUDENTS OF PHYSICAL EDUCATION**

### **Abstract**

Sports increasingly stand as an educational tool aimed at the comprehensive development of children, youth and adolescents, enabling the students to deal with their needs, desires and expectations as well as with the needs, expectations and desires of others, in order to develop technical, social and communication skills essential to their individual and social development process (OLIVEIRA, 2013). Thus, the intention to know and analyze how future professionals of Physical Education, with master's degree, see educational sports as a tool to find new future sport talents or as education or human formation tool. Therefore, we used a qualitative approach to delineate the study, based on the interest in analyzing and understanding the phenomenon of educational sport, not only linked to statistical and quantitative data on this social phenomenon (ANDRÉ, 1995); fifty (50) undergraduate students were interviewed, of Master's degree courses in Physical Education from different graduation schools, in city of Ribeirão Preto, SP, with a set of semi-structured questions previously scheduled with the social actors; later the answers were recorded and transcribed, consisting of questions aimed to understand and analyze how future professionals of Physical Education with Master's degree see educational sports. The analyses concluded that unfortunately sports are not used by educational institutions in the proportion they should, failing to promote socialization, routine, compliance with rules, respect, persistence, learning to compete, wait for the turn, break boundaries, learn to win, lose and many other ethical and moral concepts as important to the formation of the individual, and Professor of Physical Education, as the legitimate representative of one area of school knowledge that can work with these issues are often unaware of the importance of these aspects and end up confirming negative values during their teaching, reinforcing the heightened competition, segregation of less apt to sports.

**Keywords:** *Educational Sports; Master's Degree; Physical Education; Physical Education Professionals; Graduation.*

## **Introdução**

Cada vez mais, os esportes vêm apresentando-se como um instrumento educacional, que visa ao desenvolvimento integral das crianças jovens e adolescentes, capacitando o sujeito para lidar com suas necessidades, desejos e expectativas, bem como com as necessidades, expectativas e desejos dos outros, de forma que o mesmo possa desenvolver as competências técnicas, sociais e comunicativas, essenciais ao seu processo de desenvolvimento individual e social (OLIVEIRA, 2013).

Mas, para tanto, o esporte, como instrumento pedagógico, precisa integrar-se às finalidades gerais da educação, ao desenvolvimento das individualidades, à formação para a cidadania e à orientação para a prática social. O campo pedagógico do esporte é um palco rico para a exploração de novos sentidos e significados, permitindo que se explorem as ações dos educandos envolvidos nas diferentes situações, além de ampliar o campo experimental do indivíduo, pois cria obrigações, estimula a personalidade intelectual e física e oferece chances reais de integração social, pois o esporte tem a capacidade de integrar o sujeito, independentemente de sua classe social, raça ou religião. Desenvolve no indivíduo a capacidade de trabalhar em grupo, de cumprir horário, de saber ouvir, de conhecer o próprio limite, de conhecer o próprio corpo, de admitir que precise melhorar, respeitar as diferenças, respeitar as regras e as figuras de hierarquia (professor, árbitro), de lidar com a derrota, a vitória, o medo, as frustrações e tantos outros aspectos tão difíceis de serem conscientizados, além de evitar o sedentarismo tão comum nos dias de hoje (BRACHT, 2003).

Não obstante, esporte e educação devem ser aliados, pois, juntos, promovem o desenvolvimento integral do sujeito social, de forma harmoniosa e sadia, despertando para a cidadania e formando pessoas de bem, por funcionar como um diferencial na formação do cidadão e na construção de uma sociedade mais saudável em todos os sentidos.

O corpo e a mente exercem influência mútua; sendo assim, sempre se deve cuidar de um para manter o outro saudável, vendo no esporte um futuro melhor para as crianças.

O conceito de Esporte Educacional surge a partir da Carta Internacional da Educação Física, elaborada pela UNESCO, que renovou os conceitos do esporte em função da reação mundial pelo uso político do esporte durante a Guerra Fria, desenvolvido nos sistemas de educação formal e não formal de maneira desinstitucionalizada (não segue padrões das federações internacionais das modalidades esportivas), adaptando regras, estrutura, espaços,

materiais e gestos motores, de acordo com as condições sociais e pessoais. O esporte educacional deve, portanto, procurar transcender a visão do esporte como *performance* e como busca por resultado, fundamentando-se em valores como coeducação, emancipação, participação e cooperação (ZALUAR, 1991).

Entre alguns de seus princípios estão o da totalidade, que representa o fortalecimento da unidade do homem (consigo, com o outro e com o mundo), considerando a emoção, a sensação, o pensamento e a intuição elementos indissociáveis dessa mesma unidade, favorecendo o desenvolvimento do processo de autoconhecimento, autoestima e autossuperação; o princípio da coeducação, que se baseia na concepção da educação como um processo unitário de integração e modificação recíproca, considerando a heterogeneidade (sexo, idade, nível socioeconômico, condição física, etc.) dos atores sociais envolvidos, fundamentando-se nas experiências vividas de cada um dos participantes e estruturando a atuação pedagógica apoiada na ação, reflexão e emancipação.

Outro princípio é o da busca da independência, que deve conferir autonomia e liberdade ao homem, fundamentando-se nos princípios da educação transpessoal, em que o aprendiz é encorajado a despertar, a se tornar autônomo, a questionar, a explorar todos os cantos e frestas da experiência consciente, a procurar o significado, a testar os limites exteriores, a verificar as fronteiras e as profundidades do próprio eu; o princípio da participação, que valoriza o processo de interferência do homem na realidade em que está inserido, fundamentado nos princípios de cogestão, corresponsabilidade e integração e favorecendo seu comprometimento como ator-constitutor dessa mesma realidade; o princípio da cooperação, fundamentado na união de esforços, no exercício constante da busca do desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de objetivos comuns, motivada no potencial cooperativo e no sentimento comunitário de cada um dos participantes do processo; o princípio do regionalismo, alicerçado no respeito, na proteção e valorização das raízes e heranças culturais, como sinergias constitutivas do todo, considerando a singularidade inerente aos diversos mundos culturais, surgidos da relação intrínseca entre seus elementos, de forma a resgatar e preservar sua identidade cultural, no processo de construção do coletivo (BRACHT, 2003).

De acordo com as Nações Unidas, apesar do reconhecimento do impacto positivo que o esporte tem no desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, a Educação Física, como a área de conhecimento responsável pelo seu fomento no ambiente escolar, está cada

vez mais sendo marginalizada do sistema de educação. “Em 2003, 58.1% das escolas públicas estaduais no Brasil possuíam alguma instalação esportiva. Já na rede municipal de ensino, apenas 12% das escolas possuíam alguma instalação esportiva”; e com o término da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, realizada no Brasil, em 2014, ainda é possível observar que, especificamente nas capitais que sediaram jogos nas regiões Norte e Nordeste do país, apesar dos grandes investimentos nos estádios, 40% das escolas públicas sequer possuem quadras poliesportivas ou qualquer ambiente adequado à prática de esportes em suas instalações.

Nesse sentido é que urge a necessidade de que o esporte seja compreendido em suas três dimensões: educacional, de participação e lazer e de rendimento, e assim se compreender que o esporte escolar, na atual estrutura, deve ser reformulado, tornando-se um questionador de valores sociais como o individualismo e a hipercompetitividade, que precisam ser constantemente combatidos (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

As manifestações da individuação (indivíduo em ação) e da competição a favor e não contra o humano devem ser incentivadas e promovidas de forma didática e educacional, garantindo-se a permanência de valores éticos no decorrer da vida, pois o esporte escolar é ainda restrito a crianças e adolescentes considerados talentos esportivos, sendo predominantemente compreendido como base para o esporte de rendimento e desenvolvido a partir desta compreensão (BRACHT, 2003). Esta é uma realidade que distancia a prática do esporte da perspectiva educacional, gerando exclusão nas práticas escolares e desigualdade de oportunidades, pois é um processo que já se inicia sendo oferecido para poucos; sabendo que no decorrer dos anos haverá exclusão e desistência por uma série de fatores, chega-se ao esporte de rendimento com um número baixo de talentos esportivos (BETTI, 2208).

Portanto, compreender que o esporte escolar deve ser reformulado torna-se imprescindível, bem como destacar que tais princípios do esporte de rendimento podem manifestar-se no esporte educacional, no nascimento do esporte na criança. Os professores de Educação Física conhecem tais princípios; entretanto, precisam compreendê-los melhor. O estranhamento no esporte pode ser muito forte na formação inicial das crianças, e poderia conduzi-las à passividade da mera torcida pelos colegas considerados mais “aptos”. Tais divisões e fragmentações estranham as possibilidades educacionais no esporte e precisam ser revistas pelos professores. O individualismo e a hipercompetitividade precisam ser constantemente combatidos, por serem expressões máximas de quem deseja negar uma sociedade efetivamente fraterna e democrática. As manifestações da individuação e da

competição a favor e não contra o humano devem ser incentivadas e promovidas de forma didática educacional, garantindo-se a permanência de valores éticos no decorrer da vida.

Bracht, advogando princípios de uma pedagogia crítica para a área, enumera as seguintes posturas:

*“Os professores de Educação Física precisam superar a visão positivista de que o movimento é predominantemente um comportamento motor. O movimento é humano, e o Homem é fundamentalmente um ser social (...) precisam superar a visão de infância que enfatiza o processo de desenvolvimento da criança comonatural e não social. Fala-se da criança em si, e não de uma criança situada social e historicamente (...) devem buscar o entendimento de que, o que determinará o uso que o indivíduo fará do movimento (na forma de esporte, jogo, trabalho manual, lazer, agressão a outros e a sociedade etc.) não é determinado em última análise, pela condição física, habilidade esportiva, flexibilidade, etc., e sim pelos valores e normas de comportamento introjetados, pela condição econômica e pela posição na estrutura de classes de nossa sociedade (...) Superar a falsa polarização entre diretividade e não-diretividade (...) um outro equívoco que precisa ser superado, é o de que devemos simplesmente ignorar a cultura dominante, que nesse entendimento não serve à classe dominada” (BRACHT, 2003, p. 65).*

Ao superar uma série de condicionamentos pertinentes à formação tecnicista em Educação Física, os professores precisam entender que o esporte educacional e escolar deve ser o esporte da escola e não o esporte na escola. Da escola, por ser próprio de cada manifestação individual e coletiva, por ser próprio de cada localidade, e, principalmente, por carregar a perspectiva da autonomia. Não deve ser um esporte na escola, isto é, um esporte de rendimento, olímpico e de treinamento, injetado na escola por determinação de uma dada cultura dominante, televisiva e mercadológica. As interfaces entre o esporte na escola e o esporte da escola tornaram-se visíveis na medida em que o esporte puder ser democratizado, isto é, ensinado a todos. Reafirma-se a ideia de que não há por que ser contra o esporte de rendimento; afinal, ele tem um porquê e um para quê, além do para quem de sua existência (BETTI, 2208).

Assim, as divisões entre Educação Física escolar e “não-escolar” contribuem para uma visualização da cultura corporal de forma ampla, complexa e dialética. Todas as manifestações dos jogos, das brincadeiras, do esporte, da dança, das lutas, da capoeira e de inúmeras formas de movimentar-se estão presentes nessas duas subáreas. Ocorre que as mudanças neoliberais da década de 1990 imputaram à educação formal um sentido restrito à Educação Física. Somam-se a isso o abandono e o sucateamento dos espaços públicos, dos equipamentos e da qualidade profissional que não pode ser imposta por um simples registro, mas deve ser formulada e articulada historicamente (VAZ, 1999).

A atual estrutura do Ministério do Esporte está baseada na Constituição Brasileira e sugere as seguintes divisões, de acordo com a constituição de um Ministério próprio com três Secretarias (Educativa, de Desenvolvimento, Participação e Lazer, e de Rendimento). Ajudam a compreender o esporte como prática social historicamente construída e culturalmente desenvolvida. As nítidas fronteiras entre as três dimensões do esporte foram resultado das mudanças processadas na sociedade brasileira nos últimos trinta anos, bem como das mudanças internas na área de Educação Física (BRACHT, 2003).

## **Objetivos**

Diante do exposto, fica evidenciada a necessidade da investigação, assim como uma melhor compreensão de alguns aspectos no momento de conhecer e analisar a importância do esporte dentro do processo educacional das crianças em idade escolar, e, para tanto, formularam-se os seguintes objetivos:

**Objetivo Geral** - Conhecer e analisar como os futuros profissionais de Educação Física, formados nos cursos de Licenciatura, veem o esporte educacional: como um instrumento de auferir novos talentos esportivos futuros ou como instrumento de educação e formação humana?

**Objetivos Específicos** – Com o término da presente proposta de investigação, que se possa compreender melhor a relação entre esporte e educação, e, fruto disto, propor ações que possam contribuir com a maximização dos aspectos que compõem as interfaces dessas duas importantes instituições (Esporte e Educação).

## **Metodologia**

**Método** - Na presente pesquisa, recorreu-se à abordagem qualitativa para o delineamento do estudo, baseando-se no interesse em analisar e compreender o fenômeno do esporte educacional, não vinculado apenas a dados estatísticos e quantitativos acerca desse fenômeno social (ANDRÉ, 1995). Essa mesma abordagem, segundo Minayo; Deslandes e Gomes (2007), visa a uma maior proximidade do pesquisador com a realidade que se quer conhecer, investigar e analisar, sendo ela capaz de aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos específicos de grupos, mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem atingidos de forma mais intensa, capaz de incorporar a questão do significado e da intenção como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, visando à transformação e à construção humana significativas. Este estudo foi configurado, também, como pesquisa estratégica, possibilitando entender a realidade e adequá-la aos objetivos propostos, pois essa modalidade se baseia em teorias oriundas das ciências sociais, tendo como finalidade principal lançar luz sobre determinados aspectos de uma realidade, utilizando-se de instrumentos básicos de qualquer pesquisa, tanto no que diz respeito aos aspectos teóricos como aos metodológicos, almejando, porém, a ação como finalidade primária, e, portanto, adequada, segundo ponto de vista do autor deste trabalho (ANDRÉ e LÜDKE, 1995).

**Procedimentos de Pesquisa** - Visando potencializar as chances de alcançar os resultados esperados, alguns procedimentos foram utilizados: a) a documentação indireta (pesquisa bibliográfica); b) a documentação direta (entrevista formal), pois o estudo qualitativo prevê maior flexibilização, capacidade de reflexão e de interação do pesquisador com os sujeitos e, portanto, direcionando ao processo de comunicação entre os sujeitos, estabelecendo estratégias e procedimentos que permitem considerar as experiências do ponto de vista do informador (ANDRÉ, 1995).

**As entrevistas** - As questões foram elaboradas de forma semiestruturada, previamente agendadas com os atores sociais; posteriormente, foram gravadas e transcritas, compostas por um conjunto de perguntas destinadas a conhecer e analisar como os futuros profissionais de Educação Física, formados nos cursos de Licenciatura, veem o esporte educacional. Para Minayo; Deslandes e Gomes (2007), a entrevista perfaz uma das estratégias mais utilizadas dentro dos processos de pesquisa de campo, sendo, sobretudo, uma conversa a dois, e/ou entre vários interlocutores, sempre realizada por iniciativa do próprio pesquisador, que, por sua vez, deve ter por finalidade levantar informações pertinentes para um determinado objeto de pesquisa. No caso específico da modalidade conhecida como semiestruturada, utilizada neste

estudo, os mesmos autores asseveram ser essa modalidade aquela que combina, concomitantemente, perguntas fechadas e perguntas abertas, sendo que o entrevistado, por sua vez, tem a possibilidade de discorrer e argumentar sobre o próprio tema, sem que, necessariamente, tenha que se prender apenas às questões que foram formuladas.

**As questões** – 1) Como futuro professor de Educação Física Escolar, qual a importância da prática esportiva na escola? 2) Você conhece quais são as três possibilidades de prática esportiva na sociedade, de acordo com o Ministério do Esporte brasileiro? 3) Que benefícios uma criança tem ao praticar esportes na escola? 4) Como a prática do esporte pode auxiliar as outras áreas do saber (disciplinas) na escola? 5) Quais são os valores positivos e os negativos que o esporte carrega consigo e aos quais o Professor de Educação Física tem que estar atento para saber ratificar ou refutar, durante suas práticas pedagógicas?

**Os sujeitos de Pesquisa** - Segundo Bardin (1977); Minayo; Deslandes e Gomes (2007), a definição amostral em uma pesquisa qualitativa não se encontra vinculada à representatividade numérica, ou seja, nesse tipo de abordagem metodológica preconiza-se a amostra capaz de indicar as irregularidades presentes nos enunciados, escritos, falados ou observados, assim como capaz de apontar suas peculiaridades, direcionando a atenção ao aprofundamento da compreensão do problema de pesquisa, e não à generalização.

Considerando o fato de o cenário das Instituições de Ensino Superior, formadoras dos profissionais de Educação Física que atuarão no ambiente de aprendizagem da escola, e, portanto, diretamente com o processo ensino aprendizagem e suas interfaces com o Esporte, o recorte será composto de 50 (cinquenta) alunos de graduação, dos cursos de Licenciatura em Educação Física das diferentes instituições de ensino superior do município de Ribeirão Preto, SP, pelo fato de se acreditar que eles poderão tornar-se importantes agentes no fomento do processo educacional, após seu ingresso no mercado de trabalho escolar.

**Critérios de Exclusão/Inclusão dos Sujeitos** - Os sujeitos foram escolhidos aleatoriamente, tendo apenas como critério o fato de estarem matriculados em qualquer um dos períodos do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Moura Lacerda, de Ribeirão Preto, desconsiderando-se outros critérios, como idade, período letivo cursado no momento da entrevista, gênero, etc.

**Riscos e Benefícios da Participação dos Sujeitos de Pesquisa - Riscos** – Mesmo não havendo riscos previsíveis, todos os dados e informações coletadas serão confidenciais, visando à minimização de que qualquer dano, de qualquer natureza, seja causado,

principalmente relacionado a qualquer gasto financeiro, com a participação, constrangimento ou exposição da pessoa, dados e informações. **Benefícios** – Facilitar o processo de formação profissional em Educação Física.

**A Análise de Dados** - Para a realização da análise dos dados encontrados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, modalidade de Análise Temática que, de acordo com Bardin (1977), é fundamentada no tema, o qual pode ser representado graficamente por meio da palavra, frase e resumo, além do fato de se definir tema como a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo certos critérios relativos à teoria e que serviram de guia à leitura. A Análise Temática de um determinado texto resume-se em descobrir os núcleos de sentidos que fazem parte da comunicação, estudam a tendência, valores, opiniões e atitudes, cuja presença tem alguma representação para o objeto definido (MINAYO, 1996).

**Procedimentos Éticos para a Realização da Pesquisa** - A presente pesquisa foi norteada pelos procedimentos estabelecidos nas recomendações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em 06/11/2014; vide CAAE 37486614.4.0000.5659. Em relação aos sujeitos de pesquisa, foi utilizado um TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, alertando-os sobre todas as bases que norteavam a investigação, assim como sobre a importância e os riscos da participação de cada um; uma via ficou em posse do pesquisador, e outra em poder dos sujeitos do estudo.

## **Considerações Finais**

O Esporte Escolar é ainda restrito a crianças e adolescentes considerados talentos esportivos, compreendido como base para o esporte de rendimento e desenvolvido a partir dessa compreensão. É uma realidade que distancia a prática do esporte da perspectiva educacional, gerando exclusão nas práticas escolares e desigualdade de oportunidades, pois é um processo que tem início sendo oferecido para poucos. Sabe-se que, no decorrer dos anos, haverá exclusão e desistência por uma série de fatores, chega-se ao esporte de rendimento com um número baixo de talentos esportivos.

No entanto, o esporte, infelizmente, não é utilizado pelas instituições educacionais na proporção que deveria, deixando de promover a socialização, a rotina, o cumprimento de regras, o respeito, a persistência, o saber competir, o aguardar sua vez, o romper limites, o saber ganhar, o saber perder e muitos outros conceitos éticos e morais tão importantes para a formação do indivíduo, sendo que o Professor de Educação Física, enquanto representante legítimo da única área do saber escolar que pode trabalhar com essas questões, muitas vezes desconhece a importância desses aspectos e acaba ratificando valores negativos durante suas práticas pedagógicas, reforçando a competição exacerbada e a segregação dos menos aptos às práticas esportivas.

Portanto, depreende-se das análises realizadas que a prática do Esporte é de extrema importância para a inclusão social. Entretanto, como qualquer sujeito social pode ser incluído, praticando esporte e sem uma educação de qualidade? Fica esse questionamento!

A ONU (Organização das Nações Unidas), em 2012, observou que o esporte, mesmo que tenha como princípio o desenvolvimento físico e o da saúde, serve também para a aquisição de valores necessários para coesão social e mundial, pois vai muito além das disputas dentro das arenas esportivas, e cada vez mais cresce sua importância como ferramenta de educação e de inclusão social.

O esporte, aliado à educação, é um poderoso instrumento na área da proteção social e resgate de crianças e jovens em situação de risco, pois os manterá ocupados com atividades prazerosas e não estarão ociosos, nas ruas, ocupando seu tempo aprendendo o que não devem aprender.

Assim, a educação, por meio da escrita, da leitura, da sala de aula, da arte, etc., tem a capacidade de formar aquele que participa da vida política, econômica e social de sua comunidade e, conseqüentemente, de seu país. É neste ponto que se entende o papel decisivo do esporte, juntamente com a educação, na busca por princípios e valores sociais, morais e éticos.

Ao aliar Esporte e Educação de qualidade é possível permitir que crianças e jovens se sintam participantes da sociedade, além de possibilitar que eles desenvolvam habilidades de concentração e coordenação motora, fundamentais para o desenvolvimento físico e psicológico, e para o processo educacional.

## Referências

ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BETTI, Mauro. Corpo, cultura, mídias e educação física: novas relações no mundo contemporâneo. **Revista Digital EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 10, n. 79, dez. 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd79/corpo.htm>. Acesso em: 18 mai, 2008.

BRACHT, Valter. 2003. **Sociologia Crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Unijuí.2.ed. 2003.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. Ed. São Paulo, HUCITEC ABRASCO, 1996.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**. 9ª Ed. Ampliada e aprimorada, São Paulo: HUCITEC, 2006.

\_\_\_\_\_. DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. revista e atualizada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, José Eduardo Costa de. **Educação Física, Esporte e Sociedade**. Editora Biblioteca 24 horas. São Paulo, SP: 2013.

VAZ, Alexandre Fernandez. 1999. "Treinar o Corpo, dominar a Natureza: notas para uma análise do esporte a partir do treinamento corporal". **Cadernos Cedex**. Campinas, SP n. 48: 89-108.

ZALUAR, Alba. O Esporte na Educação e na Política Pública. **R. Educação & Sociedade**. Ano XII abril. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

## TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE EM PRESTAÇÕES DE CONTAS EMITIDAS PELO TERCEIRO SETOR<sup>11</sup>

Letícia Marcelino CHEREGATO\*

Vivian Caroline Rocha LAPINI\*\*

### Resumo

As Organizações não Governamentais – ONGs – são entidades sem fins lucrativos, que prestam serviços à sociedade. Para isso, elas recebem recursos financeiros por meio de projetos municipais, estaduais e federais. Por outro lado, essas entidades devem prestar contas de todos os valores recebidos dos órgãos concessionários ao Tribunal de Contas, que fiscaliza os repasses, bem como as devidas aplicações realizadas por essas organizações. Entretanto, muitas entidades se fazem passar por ONGs apenas para receberem repasse de verbas públicas, prejudicando, assim, as entidades idôneas.

**Palavras-chave:** *Terceiro Setor; Tribunal de Contas; Fiscalização; Desvio de Verba Pública.*

## TRANSPARENCY AND CREDIBILITY ON ACCOUNTS RENDERING ISSUED BY THIRD SECTOR

### Abstract

Non-governmental organizations – NGOs - are non-profit organizations that provide services to society. To do so, they receive funding through local, state and federal projects. On the other hand, these entities should account for all amounts received from granting agencies to the Court of Auditors, which oversees the transfers and the due investments made by these organizations. However, many entities pretend to be Non-governmental organizations only to receive transfer of public funds, thereby harming reputable entities.

**Keywords:** *Third Sector; Court of Auditors; Inspection; Public Money Diversion.*

---

<sup>11</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Aluna do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto (SP). E-mail: [leticiacheregato@yahoo.com.br](mailto:leticiacheregato@yahoo.com.br)

\*\* Mestre em Controladoria e Finanças pela Universidade de São Paulo USP – Docente do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto (SP) e orientadora da pesquisa. E-mail: [vivianlapini@yahoo.com.br](mailto:vivianlapini@yahoo.com.br)

## Introdução

Com a deficiência do Estado perante tantos problemas e assuntos sociais, tem-se no Brasil o crescimento contínuo das ONGs, que visam atuar por meio de ações assistenciais nas áreas em que o Estado não atua.

Pessoa jurídica de direito privado, as ONGs são entidades sem fins lucrativos, que buscam desenvolver projetos e serviços com ênfase social em um sentido geral, em que há pouca intervenção do Estado.

Na era da escassez em educação, saúde, cultura, política, de qualidade para a sociedade brasileira, as ONGs visam levar à população tudo aquilo que o Estado por si só deveria cumprir de maneira geral e eficiente.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC 10.19.1.4 , as entidades sem finalidade de lucros exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas e interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária. (NBC 10.19.1.4).

Devido à grande falha do Estado, o número dessas organizações tem aumentado no Brasil de maneira rápida e significativa. De acordo com o IBGE, entre 1996 e 2005 o número de ONGs no Brasil mais que dobrou, aumentando em 215,1%. Em 2008, o IBGE diagnosticou a existência de 338 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no país.

Como o aumento de ONGs, nos últimos 15 anos, foi reconhecidamente alto, surgem nesse cenário as chamadas “ONGs Fantasmas”, que são entidades jurídicas organizadas por pessoas com o intuito de desviar dinheiro para fins particulares.

Dessa forma, surge o seguinte questionamento: como o Tribunal de Contas pode melhorar sua atuação, evitando o surgimento e crescimento de ONGs fantasmas?

## Desenvolvimento

A expressão terceiro setor, traduzida do inglês, usado nos Estados Unidos, é utilizada com outras expressões, como “organizações sem fins lucrativos”, nonprofit organizations, ou até mesmo “setor voluntário”, *voluntary sector*.

De acordo com Oliveira (2009), o terceiro setor tem grande relevância social e política na sociedade, visto que assiste segmentos da população carente nos mais diversos aspectos da necessidade humana, complementando as atividades típicas do Estado. Ele se distingue do primeiro, que é composto pelo Estado, e do segundo, que são as empresas privadas. Todavia, para que as entidades do terceiro setor possam sobreviver, é necessária interferência tanto do primeiro como do segundo setor, para custear, fiscalizar, divulgar e apoiar seus projetos e programas.

Apesar de também receber repasses do segundo setor, e podendo ter recursos próprios através de venda de produtos e ou serviços, as principais fontes de recurso do terceiro setor são originadas do primeiro setor, ou seja, originadas de cofres públicos.

Apesar do termo “sem fins lucrativos”, por questão de sobrevivência, uma receita é necessária para cobrir as despesas. O lucro não é o objetivo final de uma entidade do terceiro setor, porém se faz necessário para sua própria continuidade.

Por desenvolverem atividades de cunho social sem conotações lucrativas, as ONGs não geravam recursos financeiros próprios. A continuidade e execução dos trabalhos necessitavam de financiamento, para a viabilidade material de sua efetivação. O acesso aos fundos públicos no país não estava disponível para essas instituições devido ao caráter de suas ações num regime marcadamente ditatorial.

Com a necessidade de ter uma receita maior que suas despesas, para dar continuidade aos projetos, as ONGs necessitam de verbas de terceiros, que neste caso será o Estado, denominado primeiro setor, podendo originar verbas federais, estaduais e municipais.

Para conseguir verbas públicas, é necessária a existência de um projeto apontando as causas que levaram à existência do mesmo, à importância que este terá para a sociedade e os resultados qualitativos e quantitativos que trará.

O projeto é apresentado ao órgão concessor, ao qual cabe decidir se aprova ou não determinado projeto, subvenção ou termo de parceria.

Após um projeto firmado, a ONG tem o dever de cumprir à risca seu plano de trabalho proposto ao órgão concessor, e tem por obrigação executar o projeto de maneira transparente e legal, de acordo com o que for proposto por meio de um plano de trabalho.

### **Modelo de Plano de Trabalho Terceiro Setor**

## PLANO DE TRABALHO

### 1 – DADOS CADASTRAIS

Entidade Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Dados bancários para repasses:

Banco, Agência ,Conta Corrente

Praça de Pagamento:

Nome do Responsável:

CPF:

### 2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Período de Execução:

Identificação do Objeto:

Justificativa da Proposição:

### 3- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1 – Aquisição de materiais	1	Criação do material de marketing do projeto	Mês	1		
	2	Definição e estudos de adequação dos espaços utilizados para aplicação das aulas.	Mês	1		
2 - Divulgação	3	Abertura das Inscrições e Convocação	Mês	1		
3 - Abertura	4	Aula Inaugural	Dia	3		

4 – Oficina para Crianças e Adolescentes (manhã e tarde)	5	Aplicação das Aulas	Hora	16/Mês		
8. Espetáculos de Conclusão	6	Apresentação pública dos resultados obtidos nas oficinas	Dia	8		

#### 4 - PLANO DE APLICAÇÃO

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
001	Recursos Humanos	30.800,00	30.800,00	
002	Contratação de Artista para Aulas Inaugurais	2.000,00	2.000,00	
003	Mídia impressa	400,00	400,00	
004	Materiais	4.870,00	4.870,00	
005	Transporte	660,00	660,00	
006	Custos Operacionais	2.750,00	2.750,00	
<b>TOTAL GERAL: 41.480,00</b>				

#### 5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

##### CONCEDENTE

1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º
11.290,00	3.110,00	3.110,00	3.110,00	3.110,00	3.110,00	3.110,00	5.310,00	3.110,00	3.110,00

\*Planilha disponibilizada pela controladoria do município de Cravinhos.

Uma vez recebido um valor originado de um fundo público, municipal, estadual ou federal, é dever da organização administrá-lo da melhor maneira possível, sendo excessivamente fiel à proposta feita ao órgão concessor.

É necessário, portanto, prestar contas dos recursos recebidos e aplicados de todas as verbas públicas que foram recebidas com o intuito de custear determinado projeto.

Para o CFC (2004), prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizadas pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

O que acontece muitas vezes é a falta de transparência, credibilidade, ética e competência, tanto na elaboração do projeto quanto na hora de sua execução. Isso ocasiona dúvidas ao Tribunal de Contas na hora de examinar uma prestação de contas, devido ao crescente aumento de desvios de dinheiro por ONGs fantasmas, prejudicando organizações que realmente cumprem e fazem jus ao seu estatuto.

Atualmente, é possível verificar, pelos noticiários, a crescente intolerância dos brasileiros com relação à corrupção. Só no ano de 2011 e 2012 foram fechadas por meio de denúncias mais de 700 ONGs, alvos de investigação.

Seja por lavagem de dinheiro ou desvios de verbas públicas, o fato é que a corrupção prejudica o país em todos os setores: saúde, educação e qualidade do serviço público, entre outros.

No desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas visitas ao Tribunal de Contas para entender os procedimentos adotados na fiscalização das contas do terceiro setor, bem como suas ferramentas e as maiores dificuldades encontradas.

Após as visitas ao TC de Ribeirão Preto, foram realizadas visitas à controladoria do município de Cravinhos para conciliar as informações obtidas por meio da pesquisa ao Tribunal de Contas e buscar soluções para complementar as fiscalizações, visto que ambos os órgãos precisam estar em constante aperfeiçoamento, pois se tratam de verbas públicas.

Atualmente, o Tribunal de Contas e os municípios utilizam dois sistemas com bases distintas, porém que se interligam e cruzam informações: sistema AUDESP e SisRTS (Sistema de Repasses Públicos ao Terceiro Setor).

O AUDESP surgiu por iniciativa do Tribunal de Contas do estado de São Paulo, com a finalidade de obter o máximo de informações possíveis com mais eficiência, transparência e

agilidade no que se refere às contas públicas. O SisRTS tem por objetivo fiscalizar as prestações de contas emitidas pelo terceiro setor.

Por meio desses sistemas, os municípios informam ao Tribunal de Contas os valores quantitativos das contas públicas, bem como os valores repassados às instituições sem fins lucrativos.

As organizações enviam, em um primeiro momento, os relatórios das prestações de contas devidamente assinados pelo representante da instituição ao município responsável pelos repasses recebidos. Uma vez nas mãos do órgão concessor, este os encaminhará, por meio do SisRTS, ao Tribunal de Contas.

### **Papel do Tribunal de Contas**

Previsto na Constituição Federal, o Tribunal de Contas é uma instituição brasileira para fiscalizar as contas e o patrimônio da União e das administrações públicas. Segundo o artigo 71 da Constituição Federal, inciso II, cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Além disso, é também função do Tribunal de Contas, segundo o Inciso VI, “fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Artigo 71, inciso VI).

Os Tribunais de Contas (TCs) dividem-se em: Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados, Tribunal de Contas do Distrito Federal e Tribunais de Contas dos Municípios.

Os Tribunais de Contas se deparam com um trabalho amplo para poderem analisar de maneira sólida todos os valores de origem pública, repassados para órgãos do terceiro setor. Com credibilidade, responsabilidade e ética perante os cofres públicos, os profissionais dos TCs precisam estar em constante aprimoramento, a fim de evoluir os métodos de análise em busca de melhores resultados.

## **Transparência e Credibilidade**

A transparência é evidenciada pela prestação de contas aos diversos *stakeholders*, como, por exemplo, conselhos, diretorias, empregados, clientes, fornecedores, doadores, voluntários, governo e comunidades. (LEAL, Edvalda, FAMA Rubens, 2007)

A partir de análises feitas pelos Tribunais, são emitidos pareceres ou rejeições que são enviados aos Parlamentares, com relação às receitas e despesas, na maioria das vezes referentes ao exercício anterior.

É importante ressaltar que, para a observação das atividades das organizações no mercado, é preciso que as informações estejam disponíveis aos interessados, e a transparência, nesse caso, seria proporcional ao nível de disponibilidade e disseminação de informações, sendo importante considerar a capacidade da organização de produzir, recolher, validar e disseminar informações às partes interessadas (BUSMAN, Robert, PIOTROSKI, 2004).

Vale ressaltar também que, por meio de demonstrações e relatórios transparentes, as instituições do terceiro setor podem e devem adquirir certificados, qualificações e títulos que concedem à ONG caráter de credibilidade e seriedade, dando oportunidade de novos repasses e emendas parlamentares, sem contar que também concedem isenções e imunidades. Exemplo: Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) pode ser adquirido por entidades que prestam serviços em áreas da educação, saúde ou assistência social. Para requerê-lo, a entidade precisa fazer uma solicitação aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação ou da Saúde.

Segundo Lisboa e Faria (2014), uma organização que possui uma gestão profissional também tenderá a apresentar um elevado nível de transparência em seus processos de prestação de contas, visto que a gestão profissional exercida com base em princípios éticos e transparentes faz com que a organização assuma o compromisso com uma gestão de qualidade, responsabilidade e respeito para com os objetivos em que foi criada.

Com informações contábeis interligadas à transparência, credibilidade, ética, responsabilidade e coerência, é possível realizar uma prestação de contas favorável para a entidade.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), um importante instrumento de transparência na gestão das entidades sem fins lucrativos é a prestação de contas mediante relatórios da administração, normalmente compostos por elementos que identificam aspectos históricos da instituição, missão e objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades

desenvolvidas no período, principais administradores, descrição de convênios, parcerias e contratos, pessoas atendidas e planejamento para a gestão do período seguinte, entre outros.

Sobre as demonstrações financeiras referentes às entidades do terceiro setor, Araújo (2005) afirma que existem normas de preparação e apresentação de demonstrações contábeis, bem como de divulgação, e que essas devem ser seguidas pelos profissionais que lidam com a contabilidade.

Para Oliveira (2009), o Sistema de Contabilidade pode ser entendido como o primeiro filtro para se combater a corrupção, uma vez que todos os fatos administrativos contabilizáveis são registrados pelos Departamentos / Setores de Contabilidade, por ocasião do registro desses fatos o contador analisa, por exemplo, a legalidade, a legitimidade, a veracidade e a idoneidade dos documentos.

É necessário abrir uma conta corrente exclusivamente para determinado projeto, encerrando-a assim que o mesmo terminar, e não é recomendável a utilização da mesma conta para outro projeto futuro, como rege a NBC 10.19.2.6: As receitas de doações, subvenções e contribuições recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias segregadas das demais contas da entidade.

É necessário, também, fazer no mínimo três orçamentos para cada compra realizada, todos devidamente carimbados e assinados, para provar a legitimidade do documento, e liberar pagamentos somente mediante nota fiscal.

Além disso, ter um plano de contas elaborado devidamente de acordo com o estatuto da entidade é fundamental para a contabilização.

Os lançamentos das chamadas “gratuidades” também são importantes, e não podem ser feitos de qualquer forma, pois se tratam de um ícone fundamental na contabilização e demonstração de transparência. É necessário, para a contabilização das gratuidades, seguir a Resolução CFC nº 877/2000, que aprova a NBC-T-10.19 “Entidades sem finalidades de lucro”.

Para Medeiros e Vasconcelos (2002), um dos principais motivos para utilizar a informação contábil no terceiro setor é em razão do processo de prestação de contas, pois a maior fonte de recursos dessas organizações é derivada de terceiros, e os terceiros querem saber como está o funcionamento da entidade e onde o recurso repassado está sendo aplicado.

Segundo Lima e Silva (2013), a transparência das prestações de contas realizadas pelas ONGs juntamente com os órgãos públicos é essencial para a sociedade, visando à apresentação de resultados das ações das atividades físicas e financeiras.

É necessário que o Tribunal de Contas entenda todos os processos, desde a criação do projeto até sua devida prestação de contas. Para que isso seja claro, devem também ser feitas notas explicativas para maior análise e esclarecimento dos TCs.

Se, por ventura, não ficarem transparentes as demonstrações contábeis e relatórios, o Tribunal de Contas pode exigir a devolução da verba pública.

Em 2011, o Tribunal de Contas da União condenou a então presidente da Associação de Inclusão Social da Bahia (Aisba), Iriane dos Reis Fróes, a devolver R\$ 502.409,53 aos cofres do Tesouro Nacional, valor destinado à execução de convênio para a formação de alfabetizadores, assim como para a alfabetização de jovens e adultos. Ao longo das investigações, não foi encontrado um jovem sequer, ou adulto, alfabetizado pela Aisba. A verba pertence ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

**Em 2012, o Tribunal de Contas condenou a ONG Viva Vila a devolver R\$ 48.000,00 por não cumprir o plano de trabalho e notas fiscais emitidas com retidão de valor para custear outras despesas de que não há comprovação.**

Isso tudo se faz necessário para evitar fraudes e lavagem de dinheiro, uma vez que somente no ano de 2013 o dinheiro repassado nos convênios, auxílios e subvenções aproximou-se de R\$ 180.000.000,00 sendo que 28,5% tiveram suas contas apresentadas de maneira irregular.

Para Lutif Junior(2011), a busca de novas formas de gerenciamento e controle, tanto do Estado quanto dos fomentadores de recursos das organizações sem fins lucrativos, tem sido um grande desafio a ser alcançado, pois o objetivo é que os recursos empregados sejam utilizados de maneira eficiente, com o máximo de transparência, privilegiando as entidades que realmente queiram trabalhar em prol da melhoria da sociedade.

## **Resultados**

Nesta pesquisa, pode-se observar que, apesar das eficientes ferramentas que os Tribunais de Contas possuem atualmente, estes acabam tendo seu trabalho comprometido, pois ficam sobrecarregados, devido à falta de controle e fiscalização por parte das prefeituras, em um primeiro momento.

Atualmente, os relatórios de prestações de contas são entregues aos órgãos concessionários e os mesmos encaminham aos Tribunais de Contas. Esses relatórios possuem um formato padrão e devem seguir os requisitos segundo o próprio Tribunal de Contas.

Devido à ausência de informação e controle das prefeituras, os Tribunais de Contas, sobrecarregados, acabam analisando as documentações entregues pelas ONGs pelo método de amostragem, facilitando o desvio de dinheiro, pela falta de fiscalização rígida e eficaz.

Por outro lado, se as prefeituras fiscalizassem melhor seus repasses os Tribunais de Contas conseguiriam analisar documento por documento emitido pelo terceiro setor e apurar mais afundo sua transparência e legalidade.

Ainda é grande o número de ONGs que não são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas e pelo órgão conessor de seus repasses, o que leva à facilidade de desvios de dinheiro dos cofres públicos.

É necessária uma fiscalização muito maior dos órgãos conessores, isto é, as prefeituras precisam passar informações corretas e com certa frequência aos Tribunais de Contas e, logicamente, precisam ter um setor que cuide somente do terceiro setor e que possa auxiliar as ONGs em suas dúvidas.

É comum que colaboradores de ONGs acabem utilizando o dinheiro de forma errada por não terem conhecimento de certas regras impostas pelos Tribunais de Contas e não possuírem das prefeituras um acompanhamento.

### **Considerações Finais**

A partir da pesquisa realizada, conclui-se que, para uma eficiente e satisfatória fiscalização, os Tribunais de Contas e os órgãos conessores não podem limitar-se somente às ferramentas de sistemas integralizados, que por si só não são suficientes, embora sejam extremamente necessárias.

Como visto por meio da presente pesquisa, os Tribunais de Contas ficam sobrecarregados por falta de apoio dos órgãos conessores que, na maioria das vezes, estão mais próximos das instituições que recebem valores públicos.

Assim como os métodos de fiscalização evoluíram, os meios de desviar verbas públicas também progrediram. Há algum tempo os desvios eram feitos por meio de notas frias; contudo, com a chegada das notas fiscais eletrônicas, os meios encontrados para desvios vão muito além. Por exemplo, uma ONG que atua na área do esporte, pode anexar em sua prestação de contas uma nota de compra de equipamentos esportivos e uniformes no valor de R\$ 150.000,00, e o valor real pode ser de R\$ 50.000,00. Como afirmar com certeza se esses valores são reais ou são frutos de superfaturamento? E como comprovar isso em uma fiscalização?

Não muito raramente, os orçamentos apresentados aos Tribunais de Contas são fraudados; muitas vezes os orçamentos apresentados são do mesmo fornecedor ou prestador, com CNPJs diferentes.

As ferramentas on-line detectam a existência de fato dos fornecedores e prestadores de serviço, e cruzam informações entre órgão conessor e instituição; porém, limitar-se a elas não basta.

Os excelentes sistemas e as planilhas bem elaboradas não comprovam a exatidão da aplicação do valor em determinado projeto; muito menos detectam valores considerados inviáveis em caso de compras e contratação de prestação de serviços.

O que deve ser adotado por frequência são visitas, no mínimo anuais em cada organização, ou pelo menos de acordo com a demanda de projetos proporcional aos valores solicitados.

No caso de uma instituição na área da educação, que elabora um projeto e um plano de trabalho com o intuito inserir em determinado município aulas gratuitas de informática, ela elabora seu plano de acordo com os gastos e desembolsos, discriminando a quantidade de materiais e valores que serão necessários para implantar o projeto.

Uma visita teria que ser realizada no decorrer da execução do projeto, para constatar se realmente foram realizadas tais compras e se tais valores coincidem com o valor público recebido.

É necessário que os municípios criem um setor interno voltado somente para o terceiro setor, com profissionais capacitados para analisarem os projetos enviados aos órgãos concessionários, bem como sua legalidade e transparência, de acordo com a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaca-se a importância dos municípios criarem esse tipo de departamento, uma vez que repassam valores públicos para diversas entidades.

Sem esse departamento, as contas e execução dos projetos misturam-se com rotinas administrativas da administração pública, acabam passando despercebidas e vão direto para o Tribunal de Contas.

Os municípios emitem pareceres conclusivos para o Tribunal de Contas, dando ciência e fé que os repasses destinados a instituições sem fins lucrativos foram executados de acordo com plano de trabalho e projeto composto. Contudo, esses pareceres, em sua grande parte, são emitidos sem que ao menos tenha sido feita uma análise simples dos documentos originais, como extratos bancários, notas fiscais e orçamentos.

Em uma das visitas ao Tribunal de Contas de Ribeirão Preto, constatou-se que os Tribunais de Contas estão solicitando há algum tempo que os municípios criem esse departamento. Todavia, foi realizada uma pesquisa nas cidades de Ribeirão Preto, Cravinhos, Jardinópolis, Brodowski e Sertãozinho, e nenhum desses municípios possui ainda um departamento voltado ao terceiro setor e profissionais capacitados e especializados na área.

No mais, ainda é muito difícil combater a corrupção, não somente no terceiro setor, mas em todos setores em nosso país, visto que este sofre de um problema cultural, há mais de 500 anos, em que a lei que impera é a do mais esperto, em que se busca tirar vantagem de tudo.

Todo tipo de avanço nas fiscalizações ainda é muito pequeno, comparado aos desvios de verbas públicas que encontramos por todo o Brasil.

Infelizmente, a corrupção no nosso país é uma crônica doença cultural; as pessoas querem tirar vantagem, enchendo o bolso às custas de uma causa, de um projeto, de um ideal e de uma nação.

As organizações do terceiro setor surgiram com a falta de estrutura do país para atender à população nos âmbitos sociais e que interligam diretamente a cultura dos brasileiros; porém, esse setor virou uma fábrica de dinheiro para muitos.

## **Referências**

ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para organizações do terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2005.

BUSMAN, Robert, PIOTROSKI. What Determines Corporate Transparency? - Journal of Accounting Research, Printed in U.S.A. v. 42, n. 2, May 2004.

CAMARGO, Mariangela Franco et al. Gestão do terceiro setor no Brasil : estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CITADINI, R. Antonio. A atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. São Paulo. 2013. 15 p. Discurso proferido pelo Presidente na abertura da 11ª Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CONSELHO Federal de Contabilidade. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. 2. ed. Brasília: CFC, 2004.

Constituição Federal: Artigo 71, inciso II. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 05 ago.2014.

DE ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. Terceiro setor: história e gestão de organizações. Summus Editorial. 2006.

Diretoria de Comunicação Social:TCE identifica irregularidades em um terço dos repasses públicos a entidades privadas. Disponível em: <<http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-identifica-irregularidades-em-um-terco-dos-repasses-publicos-a-entidades-privadas/2321/N>> acesso em: 09 jul.2014.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. As ONGs e o espaço público no Brasil. **Revista Presença**, n. 2, p. 26-36, 2002.

G1: Número de ONGs mais que dobrou entre 1996 e 2005 no Brasil, diz IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/numero-de-ongs-mais-que-dobrou-entre-1996-e-2005-no-brasil-diz-ibge.html>> acesso em 20 jul.2014.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 05 ago. 2014.

JUNIOR, Jorge Assef Lutfi. Auditoria como Estratégia de Certificação de Transparência das Organizações sem Fins Lucrativos. CONNEXIO-ISSN 2236-8760, v. 1, n. 1, p. 63-80, 2011.

LEAL, Edvalda, FAMA Rubens. Governança nas Organizações do Terceiro Setor: Um estudo de caso. In: X SEMEAD - SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 10, 2007, São Paulo. Anais. São Paulo: FEA/USP, 2007.

LENICE, Raul: Tribunal de Contas condena ONG Viva Vila a devolver R\$ 48 mil. Disponível em: <<http://www.gazetabragantina.com.br/cotidiano/tribunal-de-contas-condena-ong-viva-vila-a-devolver-r-48-mil/>> acesso em: 07 jul. 2014.

LIMA, Marcilene Barros; SILVA, Klicia Maria. Processo de Prestação de Contas de Projetos Firmados com as ONGs do DF por meio do Governo Federal. In: Anais da Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (CIEGESI). 2013. p. 210-237.

LISBOA, Kleyton A S., FARIAS, Manoel R. S. Profissionalização da Gestão e Nível de Transparência das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. São Paulo. Jul.2014

MEDEIROS, Priscilla Milfont, VASCONCELOS, Ana Lúcia, F, S. Prestação de Contas Aplicadas Às Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo da Conformidade Com A ITG 2002.

OLAK, Paulo Arnaldo, NASCIMENTO, Diogo, T, N. Contabilidade para Entidades sem fins Lucrativos – Terceiro Setor. 3ª edição. Atlas. São Paulo. 2010.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. Uma Investigação Sobre a Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor Brasileiro. Recife. 2009.

OLIVEIRA, Robson Ramos. Contabilidade, controle Interno e controle externo: trinômio necessário para combater a corrupção. PENSAR CONTÁBIL, v. 8, n. 31, 2008.

PACHECO, Leonilde: TCU exige que ong baiana devolva R\$ 500 mil ao Tesouro.Bahia.2011.Disponível em <[http://www.bahiatodahora.com.br/destaquesesquerda/noticia\\_destaque3/tcu-exige-que-associacao-baiana-devolva-r-500-mil-aos-cofres-publicos-2](http://www.bahiatodahora.com.br/destaquesesquerda/noticia_destaque3/tcu-exige-que-associacao-baiana-devolva-r-500-mil-aos-cofres-publicos-2)> Acesso em: 02 jul.2014.

Portal CFC: Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TE) ENTIDADESEM FINALIDADE DE LUCROS. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2012/12/Entidadesemfinalidadedelucro.pdf>> Acesso em: 02 ago.2014.

**ANEXO 27 -  
ÁREA  
MUNICIPAL**

**DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS**

**CONVÊNIO**

**ÓRGÃO PÚBLICO CONCESSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS**

**ENTIDADE CONVENIADA:  
CNPJ:**

**ENDEREÇO E CEP:**

**RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE:  
CPF:**

**OBJETO DO CONVÊNIO: CONVÊNIO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ESTADUAL**

**EXERCÍCIO: 2014**

**ORIGEM DOS RECURSOS: ESTADUAL**

**ANEXO 1**

DOCUMENTO		DATA	VIGENCIA	VALOR R\$
		ANUAL	2014	R\$ -
<b>DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONIVEIS NO EXERCICIO</b>				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE	VALORES PREVISTOS R\$	DATA DO REPASSE	Nº DO DOCUMENTO DE CREDITO	VALORES REPASSADOS R\$
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				R\$ -
REPASSES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO				R\$ -
RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANC. DOS REPASSES PÚBLICOS				
OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE				R\$ -
TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS				R\$ -
RECURSOS PRÓPRIOS DA ENTIDADE CONVENIADA				
TOTAL DE RECURSOS DISPONIVEIS NO EXERCÍCIO				R\$ -

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da entidade conveniada:

Vem (vêm) indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício aplicação dos rec. recebidos no exercício de 2014, bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO**

<b>ORIGEM DO RECURSO: MUNICIPAL</b>				
<b>CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE</b>
Recursos humanos (5)				
Recursos humanos (6)				
Medicamentos				
Material médico e Hospitalar				
Gêneros alimentícios				
Outros materiais de Consumo				
Serviços médicos				
Outros serviços de Terceiros				
Locações de imóveis				
Locações diversas				
Utilidades públicas				
Combustível				
Bens e materiais Permanentes				
Obras				
Despesas financeiras e bancárias				
Outras despesas				
Total				

<b>DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO</b>				
<b>ORIGEM DOS RECURSOS: MUNICIPAL</b>				
<b>CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO</b>	<b>DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS EM EXERCÍCIOS SEGUINTE</b>
R.H (5) SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS				
DESPESAS FINANCEIRAS E BANCÁRIAS				
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao órgão Convenente.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO**

**ANEXO 3**

<b>ANEXO 27 - ÁREA MUNICIPAL</b>	
<b>DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS</b>	
<b>CONVÊNIO</b>	
<b>DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO	
RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO	
VALOR DEVOLVIDO AO ORGÃO PÚBLICO	
VALOR AUTOIRIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE	R\$ -

\*Anexo disponibilizado pelo Tribunal de Contas, de acordo com a Resolução 06/2014.

## ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E SUAS FERRAMENTAS OPERACIONAIS EM MARCENARIAS<sup>1</sup>

Caroline Colombari BRUNO\*  
Paola Pamela Silveira SOUZA\*\*  
Silvana Mello BARALDI\*\*\*  
Marcela Soares PACHECO\*\*\*\*

### Resumo

A administração da produção trata da maneira pela qual as organizações produzem bens e serviços. Raramente houve um período em que a administração da produção esteve mais presente nas mudanças culturais e na essência dos negócios. Ela se ocupa da criação de produtos e serviços de que todos nós dependemos. E a criação de produtos e serviços é a principal razão da existência de qualquer organização, seja empresa grande, pequena, de manufatura ou serviço, que visa ao lucro ou não. A administração da produção é importante, porque ela oferece potencial para aumentar receitas, reduzir os custos e produzir os bens de forma mais eficiente. Ela é também desafiadora. Promove a criatividade, que permite às empresas responder às mudanças exigidas pelo mercado. Felizmente, a maior parte das empresas reconhece a importância da produção.

**Palavras- chave:** *Produção; Bens; Receita; Custos; Eficiência na Operação.*

## ADMINISTRATION OF PRODUCTION AND ITS OPERATIONAL TOOLS IN WOOD WORKSHOP

### Abstract

The production management approaches the way in which organizations produce goods and services. Rarely there has been a time when production management was more present in the cultural changes and in the core of business. It creates products and services that we all depend on. Moreover, the creation of products and services is the main reason for the existence of any organization, whether large or small, manufacturing or services company, which aims at profit or not. Production management is important because it offers the potential to increase revenues, reduce costs and produce goods more efficiently. It is also challenging. It promotes creativity that allows companies to respond to the changes demanded by the market. Fortunately, most companies acknowledge the importance of production.

**Keywords:** *Production; Goods, Revenue; Costs; Operation-efficiency.*

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Centro Universitário Moura Lacerda

\* Graduada do curso de Administração do Centro Universitário Moura Lacerda – e-mail: [carolinecbruno@gmail.com](mailto:carolinecbruno@gmail.com).

\*\* Graduada do curso de Administração do Centro Universitário Moura Lacerda – e-mail: [pamelaiurd@hotmail.com](mailto:pamelaiurd@hotmail.com)

## **Introdução**

O mercado de marcenaria, segundo pesquisa realizada pela Sebrae, mostra que, em 2012, o varejo de móveis apresentou crescimento de 4,5% em peças e 8% em faturamento, com previsão de crescimento de 6,8% nos produtos e 9,7% no faturamento, para 2013. Resultados até julho de 2013 revelam alta de 4,8% nos volumes vendidos e 7,1% nos valores, confirmando a expectativa de crescimento. Na produção, o crescimento previsto para 2013 era de 5,5%. Até julho o crescimento foi 4,5%.

A diferenciação e a incorporação de design aos móveis, assim como o desejo dos consumidores, cada vez mais exigentes, de criar ambientes mais personalizados, aliados às perspectivas de crescimento do setor de móveis, geram oportunidades para as marcenarias, que podem desenvolver e executar projetos sob medida, tanto para residências quanto para hotéis, pousadas, bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais.

Em locais como marcenaria, o mais comum é trabalhar com móveis sob medida, onde o marceneiro projeta o móvel de acordo com a medida do imóvel. Cada peça possui um corte específico para o perfeito encaixe no espaço. Essa técnica sob medida permite que os móveis sejam trabalhados de forma mais adequada, as molduras são mais elaboradas, além de preencher todos os espaços. E nesse aspecto a administração da produção tem sua importância pois, segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 22), “todas as atividades da administração da produção podem contribuir significativamente para o sucesso de qualquer organização, ao utilizar seus recursos de forma eficaz para produzir bens e serviços de modo a satisfazer seus consumidores”. Dessa forma, o presente trabalho visa abordar o tema “móveis planejados”, que consiste em uma modulação padrão de medidas, ou seja, para um projeto, são utilizados módulos pré-fabricados em dimensões padronizadas que se encaixam entre si, sendo finalizados com peças de acabamento. O móvel planejado trabalha com a fabricação de modulados, onde todas as peças são feitas em medidas padrão. A partir das peças já determinadas pela fábrica, as lojas do ramo desenvolvem o projeto, desenhando através de programas computadorizados, atendendo às necessidades customizadas de cada cliente.

### **1. Definições: Macrofluxo e Fluxograma**

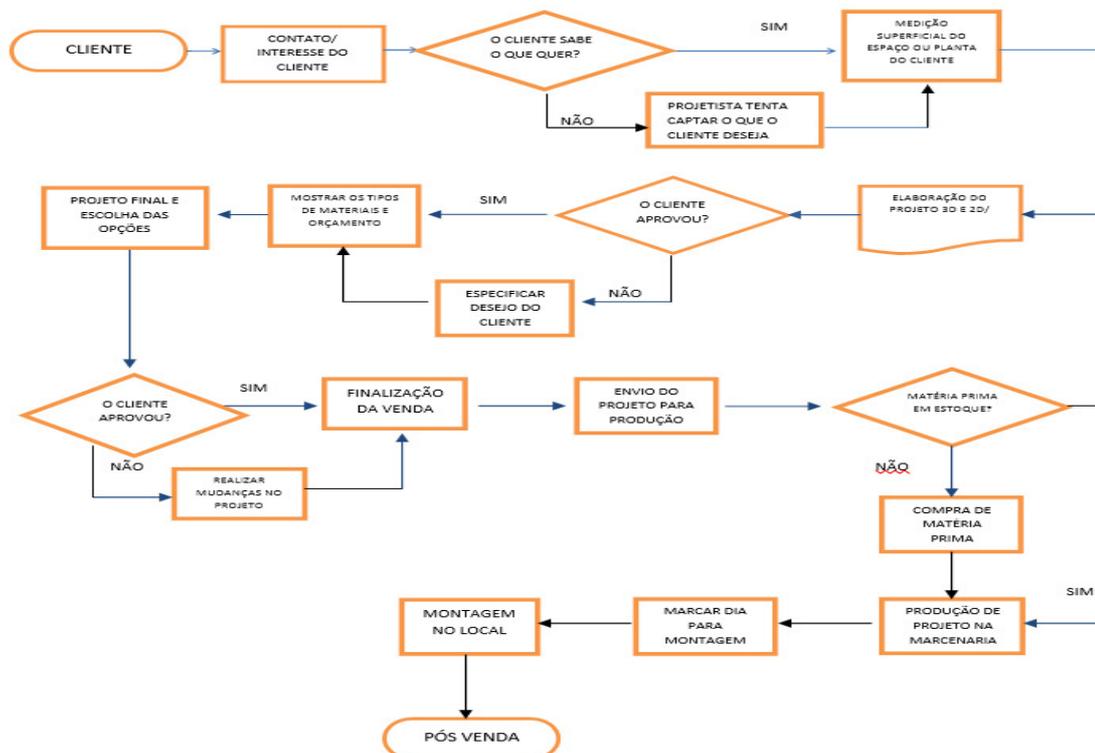
Macrofluxo é uma visão geral da Organização, mas sem o detalhamento de cada processo. Esse tipo de fluxograma mostra apenas as relações existentes entre os processos.

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 583), “os mapas de processo (algumas vezes chamado de fluxogramas nesse contexto) podem ser usados para obter um entendimento detalhado antes do melhoramento”. Fluxograma reconhece processos e encontra pontos de melhoria. Eles são utilizados em atividades de melhoramento.

O ato de registrar cada estágio do processo rapidamente faz aflorar fluxos mal organizados. Esses mapas também podem tornar claras as oportunidades de melhoramento e esclarecer a mecânica interna ou a forma de trabalhar de uma operação. E, o mais importante, podem destacar áreas problemáticas, em que não existe nenhum procedimento para lidar com um conjunto particular de circunstâncias. Ainda falando de fluxograma, existem os símbolos de mapeamento de processos (fluxograma), e Slack, Chambers e Johnston (2009) comentam que esses símbolos são usados para classificar os diferentes tipos de atividades. Embora não exista um conjunto universal de símbolos utilizados em todo o mundo para um tipo de processo, existem alguns que são comumente usados.

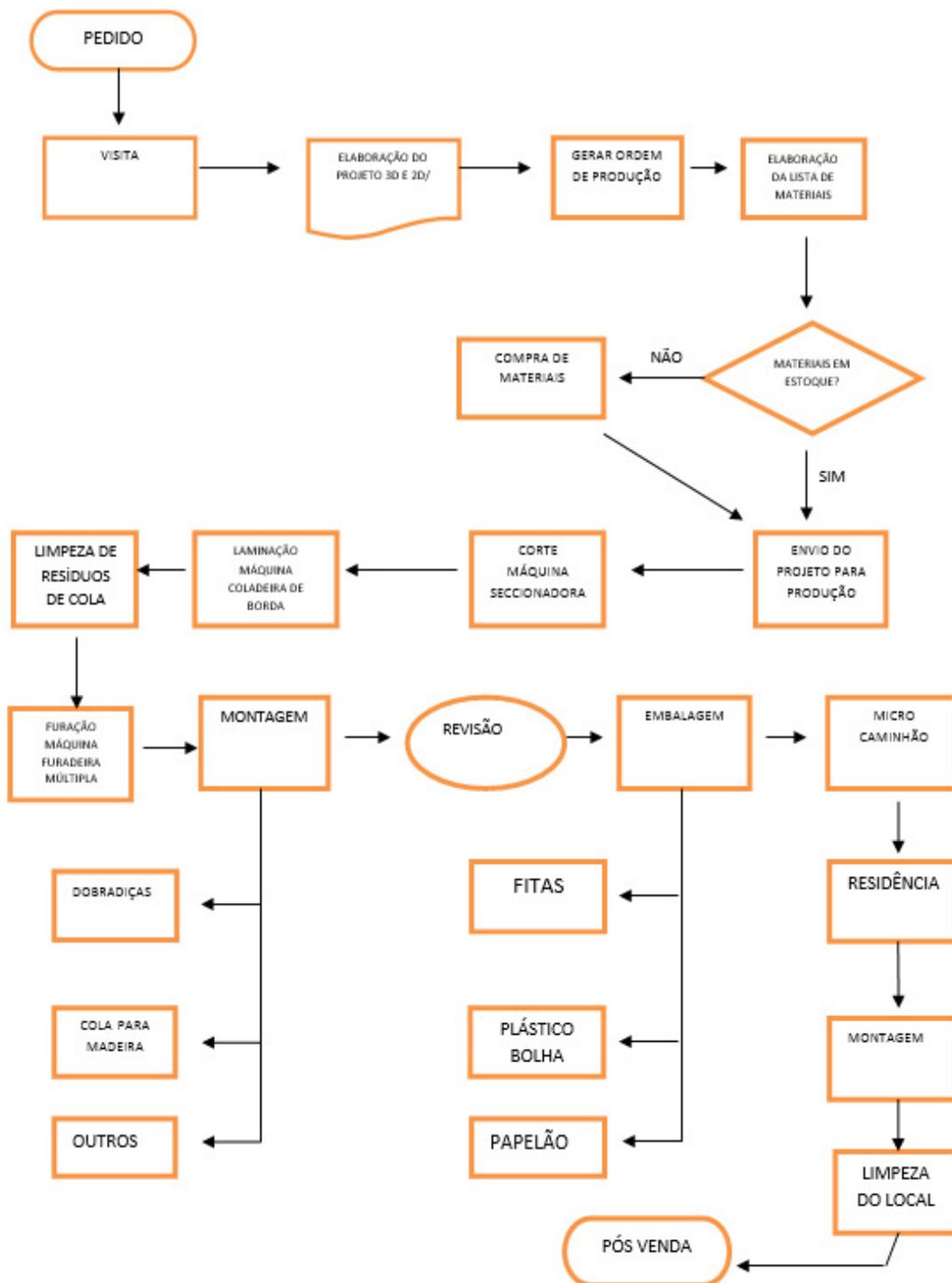
### 1.1 Macrofluxo de Informações do Negócio

O macrofluxo apresentado abaixo mostra a visão geral de um negócio de marcenaria, que tem início no cliente/consumidor e termina no pós-venda e sua respectiva avaliação.



## 1.2 Fluxograma de Fabricação

O fluxograma desenhado mostra com detalhamento as atividades, envolvendo a descrição de processos de como elas se relacionam umas com as outras dentro do processo de fabricação de uma marcenaria.



## 2. Diferenciais de materiais

Os móveis planejados oferecem praticidade, qualidade e, principalmente, a personalização de ambientes de acordo com sua necessidade, seu estilo e seu perfil. É um investimento que cabe tanto em locais pequenos quanto nos amplos. Proporcionam o aproveitamento completo dos espaços, e, o que torna isso possível é a infinidade de acabamentos, texturas e cores disponíveis para esse tipo de mobiliário. Esse tipo de operação possui o objetivo de desempenho, flexibilidade, e, segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 45), “um dos efeitos externos benéficos da flexibilidade é a maior habilidade de uma operação, é fazer coisas diferentes para diferentes consumidores”.

Alguns diferenciais se destacam como móveis de qualidade, com boas ferragens, com boas correções e que promovam a facilidade do usuário. Outra grande vantagem para o cliente é a agilidade, é a rapidez na execução. Em média, o processo de compra e a execução dos móveis planejados envolvem desde a visita à loja até a finalização da montagem, 15 a 60 dias; o prazo de entrega é fixo, independentemente do tamanho do projeto. Os diferenciais destacados integram outros dois importantes objetivos de desempenho, a qualidade e a velocidade (agilidade), e, segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 40), “qualidade é a conformidade, coerente com as expectativas do consumidor; em outras palavras, significa “fazer certo as coisas”. E em relação ao objetivo de desempenho velocidade (agilidade), segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 46), “agilidade é a combinação de todos os cinco objetivos de desempenho, especialmente flexibilidade e velocidade”.

É importante o consumidor prestar atenção na matéria-prima dos móveis e dos acabamentos para comparar qualidade e preço. Se o armário for usado para guardar objetos pesados, será necessária espessura maior das placas (de 25 mm a 30 mm). Para divisórias e prateleiras que não comportam peso, os tamanhos variam de 3 mm a 9 mm.

De acordo com a pesquisa realizada, o MDF é constituído por micropartículas de madeira aglutinada. É o material mais indicado para superfícies lisas, como portas, e para receber pintura. Já o MDP é constituído por cavacos (lascas) de madeira aglutinados, suporta mais peso e não enverga.

O primeiro passo é desenhar o modelo de acordo com as necessidades dos clientes. As portas de correr são indicadas para ambientes pequenos, pois ocupam menos espaço, mas seu preço se torna o dobro do preço das portas comuns. Os modelos mais sofisticados percorrem trilhos de alumínio, sem fechamentos bruscos. Neste caso, o custo pode ser de até três vezes o da porta convencional. Os acessórios dão conforto ao dia a dia, mas encarecem os projetos.

Nesse aspecto se encontra outro objetivo de desempenho, o custo, que depende da empresa, do ramo escolhido e de sua operação. Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 54), “externamente, custos baixos permitem às empresas reduzir seus preços de modo a ganhar com volumes mais altos, ou, de forma alternativa, aumentar sua lucratividade nos níveis de volume atual”.

## 2.1 Materiais

Existem vários tipos de materiais utilizados na fabricação de móveis planejados, materiais derivados da madeira, mas o uso de madeira está se restringindo cada vez mais à produção de móveis, devido ao alto custo do material e também da preservação do meio ambiente. Entre os materiais mais utilizados se encontram:

- Aglomerado: painel feito com partículas de pinus aglutinadas com adesivo sintético. Material de baixo custo, com pouca durabilidade e pouca resistência à umidade.



Figura 3: Placa de Aglomerado

- Compensado: painel feito de lâminas de madeira, geralmente pinus e virola, coladas e prensadas para formar chapas com espessura de 04 a 20 mm; existem o compensado laminado e o compensado sarrafeado, ambos fabricados da mesma forma, e o que os diferencia é que no compensado sarrafeado as placas internas são coladas em um sentido e as externas em outro sentido, o que deixa a placa mais resistente.



Figura 4: Placa de Compensado

- Medium Density Particleboard – MDP: painel de aglomerado constituído de madeira aglutinada entre si com resinas uréicas, mediante a ação de temperatura e pressão; é fabricado em três camadas, uma grossa no miolo e duas finas na superfície, com grande uniformidade das partículas.



Figura 5: Placa de MDP

Os materiais citados, apesar de já terem sido muito usados em produção de móveis, atualmente, não perderam espaço para um novo material, o Medium Density Fiberboard – MDF.

## 2.2 Placa de MDF

O MDF é uma placa de fibra de madeira de média densidade, fabricado mediante aglutinação de fibras de madeira com resinas sintéticas e outros aditivos. Durante a fabricação das placas de MDF a madeira é desfibrada, os aditivos são cozidos no vapor e pressão, separando-se uniformemente, e posteriormente são ligados com resinas e passam por um processo de calor e prensagem que lhe dá o tamanho desejado. O MDF tem aspecto uniforme, plano e denso; a homogeneidade proporcionada pela distribuição uniforme das fibras possibilita ao MDF acabamentos do tipo envernizado. Com grande capacidade de absorção de tintas, o MDF possui consistência e algumas características mecânicas que se aproximam às da cortiça; é um material com várias aplicações e substitui com vantagens a própria [madeira](#) em muitas delas.

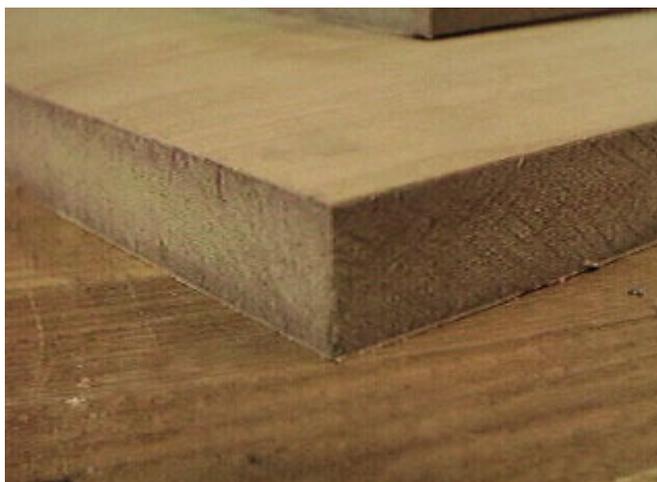


Figura 6: Placa de MDF

O MDF é oferecido ao mercado basicamente com três acabamentos: placas cruas, placas com revestimento laminado de baixa pressão e placas com revestimento Finish Foil:

- As placas cruas são fornecidas ao usuário principiante de forma que possa ser realizado o acabamento das peças através de pintura, revestimento com PVC ou estamperia;
- As placas com revestimento de laminado de baixa pressão são produzidas mediante pressão de um laminado sobre o MDF (Papel Melamínico), disponíveis nos padrões madeirados e unicolores, fundidas mediante pressão e temperatura ao painel de MDF, resultando em placas já pré-acabadas. Pode-se revestir ambas as faces ou apenas uma,

permitindo ao usuário usinar a face não revestida e acabá-la através de pintura acolchoamento;

- As placas com revestimento Finish Foil são produzidas por adição de uma película de papel de fotografia, resultando em um produto já acabado. Essa película pode ser impressa com padrões madeirados ou em cores. Algumas placas contêm partículas de sal.

As placas de MDF são fabricadas com o tamanho padrão de 2750x1850 mm e com diferentes características, que variam em função de sua utilização final. Além das placas normais, existem as placas resistentes ao fogo e as placas resistentes à água; existem também placas fabricadas com maior quantidade de plástico, o que lhes permite aplicações que requeiram maior resistência à flexão ou a choques. As espessuras das placas variam de 03 mm até 60 mm, sendo as placas de 06 mm, 15 mm, 18mm e 25mm as mais utilizadas no processo de fabricação de móveis planejados.

Os preços das placas de MDF variam de acordo com a cor, acabamento, espessura da placa e número de faces em que é aplicado o laminado. Abaixo segue uma tabela com alguns tipos de MDF e seus respectivos preços de mercado:

<b>Descrição do Produto</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>
MDF BRANCO 1F 2750X1840X6MM	75,00
MDF BRANCO 2F 2750X1840X15MM	105,50
MDF BRANCO 2F 2750X1840X18MM	115,00
MDF WENGUE 1F 2750X1840X6MM	125,00
MDF WENGUE 2F 2750X1840X15MM	200,00
MDF NOGAL MALAGA 1F 2750X1840X6MM	125,00
MDF NOGAL MALAGA 2F 2750X1840X15MM	200,00
MDF AMADEIRADA 1F 2750X1840X6MM	105,00
MDF AMADEIRADA 2F 2750X1840X15MM	145,00
MDF AMADEIRADA 2F 2750X1840X18MM	175,00
MDF BRILHANTE 1F 2750X1840X6MM	140,00
MDF BRILHANTE 2F 2750X1840X15MM	190,00
MDF BRILHANTE 2F 2750X1840X18MM	220,00
MDF NOCE MARÉ 1F 2750X1840X6MM	131,16
MDF NOCE MARÉ 2F 2750X1840X15MM	202,58
MDF NOCE MARÉ 2F 2750X1840X18MM	228,43

MDF NOCE CALIFÓRNIA 1F 2750X1840X6MM	131,16
MDF NOCE CALIFÓRNIA 2F 2750X1840X15MM	202,58
MDF NOCE CALIFÓRNIA 2F 2750X1840X18MM	228,43

Figura 7: Descrição e preço unitário do produto

### 3. Preços do móvel planejado

Os preços dos móveis fabricados com o MDF, além de incorporar os preços do material em seu orçamento, são acrescidos os preços dos acabamentos, como dobradiças, correições e puxadores; além disso, consideram-se a função do móvel e o local onde o mesmo será instalado. No caso de um armário, por exemplo, o preço do m<sup>2</sup> pode variar se o mesmo for instalado em uma cozinha ou em um dormitório. De acordo com as pesquisas feitas no mercado, os preços variam de R\$ 750,00 o m<sup>2</sup> de um armário para dormitório a R\$ 850,00 o m<sup>2</sup> de um armário para cozinha.

### 4. Equipamentos

Laugeni e Martins (2005) comentam que um dos objetivos mais evidentes para qualquer empresa é satisfazer o mercado que está tentando servir. Diante disso, sem compreender o que o mercado requer, é impossível garantir que as operações estejam obtendo a prioridade certa entre seus objetivos de desempenho (qualidade, velocidade, confiabilidade, custo e flexibilidade). Pensando em satisfazer o mercado e seus respectivos consumidores, as operações que buscam a produção de móveis planejados procuram investir em equipamentos e, com isso, garantir sua competitividade no mercado atual.

Através da pesquisa em campo realizada na loja de maquinários Madena Comércio de Máquinas, os equipamentos, em uma empresa de móveis planejados, são parte muito importante do negócio, já que a qualidade dos maquinários interfere muito na qualidade do produto final, e também otimiza o processo, dependendo do grau de automação de cada equipamento, através disso tornando possível o atendimento requerido pela demanda.

Atualmente, no mercado, é possível encontrar inúmeros tipos de equipamentos, cada um com uma função específica para atender à necessidade de cada tipo de processo. Dentro das limitações propostas neste trabalho, foram definidos os seguintes equipamentos a serem utilizados pela empresa de móveis planejados:

- **Seccionadora:** executa cortes no sentido vertical e horizontal, pode executar cortes inclinados, de acordo com a inclinação feita na serra, geralmente no máximo de 45°. A seccionadora pode ser acoplada a um computador que passa as coordenadas dos cortes para a mesma através de um software para otimizar o processo;



Figura 8: Seccionadora Horizontal

- **Coladeira de Borda:** tem a função de dar acabamento às laterais da placa de MDF, através da colagem de uma fita;



Figura 9: Coladeira de Borda

- **Furadeira de Bancada:** também conhecida como furadeira vertical, executa furos vazados e não vazados;



Figura 10: Furadeira de Bancada

- **Furadeira Múltipla:** executa furos múltiplos verticais nas peças, ideal para a instalação de dobradiças e corrediças, devido à precisão da distância entre furos;



Figura 11: Furadeira Múltipla

- **Serra de Fita:** é uma máquina ferramenta cuja fita de serra se movimenta continuamente, pela rotação de volantes e polias acionadas por meio de um motor elétrico;



Figura12: Serra de Fita

- **Serra Circular:** tem função de abrir cortes nas peças, a fim de facilitar o trabalho de outros equipamentos; pode também ser para realizar cortes de peças inteiras, porém não com a mesma precisão de outras máquinas, como a Seccionadora e a Esquadrejadeira;



Figura 13: Serra Circular

- **Tupia:** indicada para fazer ranhuras, furos, arestas nas peças, ou seja, responsável por executar partes côncavas e convexas;



Figura 14: Tupia

- **Compressor de Ar:** o compressor é um equipamento industrial indicado para aumentar a pressão de um fluido em estado gasoso;



Figura 15: Compressor de Ar

- **Coletor de Pó:** é um equipamento responsável por coletar o pó resultante das operações de outros equipamentos.



Figura16: Coletor de Pó

Além dos equipamentos fixos, serão utilizados alguns equipamentos portáteis para a execução das operações na empresa de móveis planejados, principalmente na área de montagem dos móveis e durante o processo de instalação no local indicado pelo cliente. Abaixo segue um quadro com os equipamentos portáteis a serem utilizados pela empresa:

<b>Equipamentos Portáteis</b>	
Pinador	Tupia de Mão
Serra Circular	Serra tico-tico
Parafusadeira Angular	Furadeira

Figura 17: Equipamentos portáteis utilizados na operação

Com os equipamentos a serem utilizados já definidos, foi elaborada uma tabela com as quantidades e os preços para se calcular o custo de aquisição dos mesmos pela empresa. Segue a tabela de equipamentos:

<b>Equipamento</b>	<b>Marca/Modelo</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Qde.</b>	<b>Custo (R\$)</b>
Seccionadora	Verry/Max	34 900,00	1	34 900,00
Coladeira de Borda	Verry/Top Master	54 900,00	1	54 900,00
Furadeira de Bancada	Motomil/FBM-160	1054,00	2	2 108,00
Furadeira Múltipla	Inmes/IF-6	1 990,00	2	3 980,00
Serra de Fita	Starrett/S2510	2 290,00	1	2 290,00

Tupia	Baldan/TU-2	3 811,00	1	3 811,00
Compressor de Ar	Pressure/ATG2-15/175	2 694,00	4	10 776,00
Serra Circular	Baldan/SCM-4	4 405,00	1	4 405,00
Coletor de Pó	Inmes/EM-300T2	4 300,00	1	4 300,00
Pinador	AT-Plus/EF1835	249,90	5	1 249,50
Tupia de Mão	DWT/Profissional	199,90	5	999,50
Serra Tico-Tico	Hitachi/65mm	230,00	5	1 150,00
Furadeira	Hitachi/1/2”	179,90	5	899,50
Parafusadeira	Hitachi/DB3DL2	349,00	5	1 745,00
Serra Circular de Mão	Hitachi/7.1/4”	399,90	2	799,80
<b>TOTAL</b>				<b>128 313,30</b>

Figura 18: Equipamentos e o valor total de aquisição

## 5. Gestão dos Funcionários

Sobral e Peci (2008) afirmam que organizações são grupos estruturados de pessoas que se juntam para alcançar objetivos comuns. Surgem como resposta à necessidade dos indivíduos de alcançar metas que, isoladamente, não conseguiriam atingir em virtude da complexidade e da variedade das tarefas inerentes ao trabalho a se efetuar. A gestão de operações é frequentemente apresentada como um assunto cujo foco principal está em tecnologia, sistemas, procedimentos e instalações. Em outras palavras, nas partes não humanas da organização. Porém, isso não é verdade, pois a forma como os recursos humanos são gerenciados tem impacto profundo sobre a eficácia de sua operação.

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 248), “as condições sob as quais os trabalhos são desenvolvidos podem ter um impacto significativo sobre a eficácia, o conforto e a segurança das pessoas”.

Os funcionários são parte importante dentro de qualquer organização. Através da qualificação profissional, é possível que a empresa alcance melhores resultados, gerando maior lucro e melhorando a qualidade de seus produtos/serviços. A demanda por profissionais qualificados no segmento de móveis planejados é cada vez maior, devido às exigências do mercado, onde os consumidores buscam pela qualidade e maior nível de personalização nos produtos; a menor diferença entre a qualificação profissional dos funcionários de uma

empresa desse segmento em relação a seus concorrentes pode gerar o insucesso da organização no mercado.

Neste trabalho, a empresa de móveis planejados trabalhará com um total de 18 funcionários diretos e indiretos, com o processo de produção dos móveis. De acordo com as exigências foi definido o quadro de funcionários da organização da seguinte forma:

- **Administrador:** tem como função gerenciar as áreas da empresa; fiscalizar os processos administrativos; planejar metas e objetivos a serem cumpridos; verificar a necessidade de materiais; comprar materiais dos fornecedores.

Salário: R\$ 2 500,00

Quantidade: 1

- **Secretária:** tem como função auxiliar o administrador em suas tarefas; entrar em contato com os fornecedores para cotação de preços de materiais; entrar em contato com o cliente pós-compra.

Salário: R\$ 1 250,00

Quantidade: 1

- **Projetista:** tem como função projetar os móveis de acordo com a necessidade do cliente; visitar o local do projeto para tirar as medidas do ambiente.

Salário: R\$ 2 200,00

Quantidade: 1

- **Vendedor:** tem como função recepcionar os clientes; fazer os orçamentos dos projetos e apresentá-los aos clientes.

Salário: R\$ 1 800,00

Quantidade: 2

- **Marceneiro:** tem como função a produção e o controle do processo de fabricação dos móveis.

Salário: R\$ 2 200,00

Quantidade: 4

- **Ajudante de Produção:** tem como função auxiliar no processo produtivo.

Salário: R\$ 1 300,00

Quantidade: 4

- **Montador:** tem como função fazer a montagem dos móveis para a conferência do marceneiro; instalar os móveis no local do pedido.

Salário: R\$ 1 800,00

Quantidade: 4

- **Auxiliar de Limpeza:** tem como função a limpeza da loja em geral (escritório, área de vendas, área de produção).

Salário: R\$ 950,00

Quantidade: 1

Em relação aos salários de cada funcionário é aplicado o valor dos encargos sociais que devem ser pagos pela empresa. De acordo com a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, os encargos sociais resultam na porcentagem abaixo, conforme a tabela:

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	
<b>Encargos Trabalhistas</b>	
13º Salário	8,33 %
Férias	11,11 %
<b>Encargos Sociais</b>	
INSS	20,00 %
SAT/RAT até	3,00 %
Salário Educação	2,50 %
INCRA/SEST/SEBRAE/SENAT	3,30 %
FGTS	8,00 %
FGTS/Provisão de Multa por Rescisão	4,00 %
Total Previdenciário	40,80 %
Previdenciário s/13º e Férias	7,93 %
<b>Total de Encargos Sociais</b>	<b>68,17 %</b>

Figura 19: Encargos sociais de acordo com a CLT

Com o quadro de funcionários definido (salários e os encargos de acordo com o mercado e a legislação), elaboramos uma tabela que consolida o custo mensal da folha de salários dos funcionários da empresa de móveis planejados. Segue abaixo a tabela com os custos mensais:

<b>Cargo</b>	<b>Salário (R\$)</b>	<b>Encargos (68,17%)</b>	<b>Sociais</b>	<b>Qde.</b>	<b>Custo Mensal (R\$)</b>
Administrador	2 500,00	1 704,25		1	4 204,25
Secretária	1 250,00	852,13		1	2 102,13
Projetista	2 200,00	1 499,74		1	3 699,74
Vendedor	1 800,00	1 227,06		2	6 054,12
Marceneiro	2 200,00	1 499,74		4	14 798,96
Ajudante de Produção	1 300,00	886,21		4	8 744,84
Montador	1 800,00	1 227,06		4	12 108,24
Auxiliar de Limpeza	950,00	647,62		1	1 597,62
<b>TOTAL</b>					<b>53 309,90</b>

Figura 20: Gastos mensais com funcionários

## 6. Layout da área de Fabricação

O arranjo físico de uma operação produtiva diz respeito ao posicionamento físico de seus recursos transformadores. Isso significa decidir onde colocar todas as instalações, máquinas, equipamentos e pessoal da operação. O arranjo físico é geralmente aquilo que a maioria de nós nota primeiro ao entrar em uma unidade produtiva, porque ele determina a

aparência da operação. Também determina a maneira segundo a qual os recursos transformados, materiais, informação e clientes, fluem da operação. Mudanças relativamente pequenas dos produtos em um supermercado, ou a mudança de salas em um centro esportivo, ou mudanças na localização de uma máquina numa fábrica podem afetar o fluxo de operação, o que, por sua vez, pode afetar seus custos e a eficácia em geral. O layout é de extrema importância para uma indústria; através da implantação de um layout adequado, o processo de produção se torna mais otimizado devido à melhor disposição dos equipamentos e materiais, e minimiza a ocorrência de acidentes, já que o layout adapta também o fluxo de circulação de pessoas dentro do ambiente, a fim de evitar cruzamentos. Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 182;183), “ o “arranjo físico” de uma operação ou processo é como seus recursos transformadores são posicionados uns em relação aos outros e como as várias tarefas da operação serão alocadas a esses recursos transformadores”.

## 6.1 Tipos de Layout

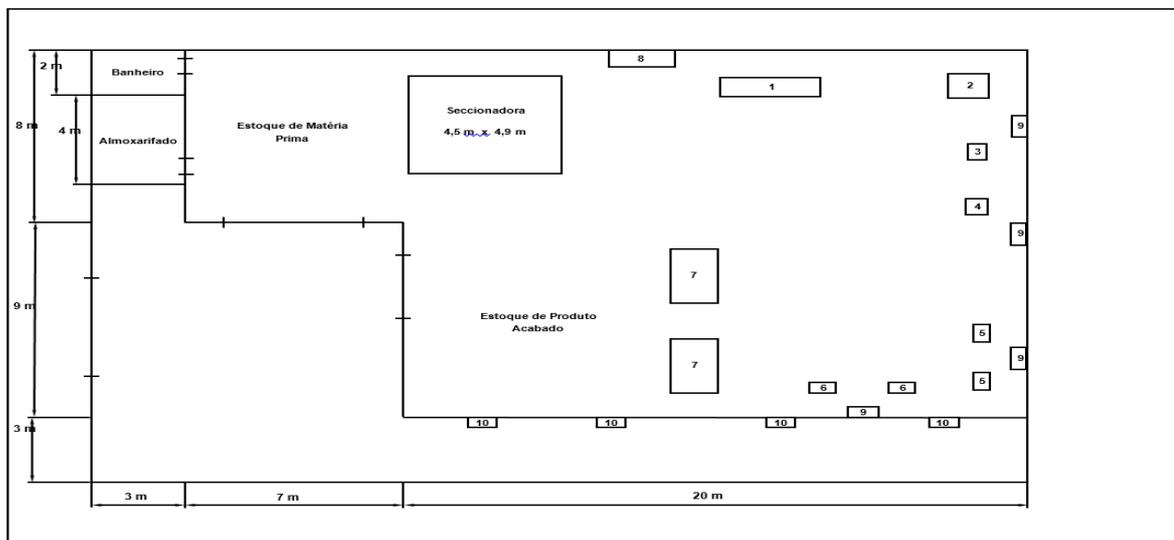
Existem vários tipos de layout, e cabe à empresa avaliar qual será o melhor modelo a ser adotado em sua planta, como, por exemplo:

- **Por produto ou linear:** as máquinas são organizadas de acordo com a sequência de operações a se realizarem. O material se desloca, enquanto as máquinas permanecem fixas;
- **Por processo ou funcional:** as máquinas são agrupadas de modo a realizar operações análogas, em um mesmo local. O material desloca-se através de seções especializadas,
- de acordo com a necessidade de fabricação do produto final;
- **Posicional:** o produto fica, enquanto operadores e máquinas se movimentam;
- **Celular:** caracteriza-se por conter em sua estrutura todos os recursos transformadores necessários para atender às necessidades imediatas de processamento.

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009), um bom arranjo físico depende dos objetivos estratégicos de uma operação, mas existem alguns objetivos gerais que são relevantes a todas as operações: segurança inerente (todos os processos que podem representar perigo, tanto para a mão de obra quanto para os clientes; deve ter acesso liberado somente a pessoal autorizado); extensão do fluxo (o fluxo de materiais, informações ou clientes deve ser canalizado pelo arranjo físico, de modo a atender aos objetivos da operação); clareza de fluxo (todo fluxo de materiais e clientes deve ser sinalizado de forma clara e

evidente para funcionários e clientes); conforto para os funcionários (os funcionários devem ser localizados longe das partes barulhentas ou desagradáveis da operação); coordenação gerencial (supervisão e comunicação devem ser facilitadas pela localização dos funcionários); acessibilidade (todas as máquinas, instalações e equipamentos devem apresentar um nível de acessibilidade suficiente para limpeza e manutenção adequadas).

Na empresa de móveis planejados, deste trabalho, o *layout* utilizado é o do tipo por produto ou linear. Para facilitar o processo de produção dos móveis, as placas passam pelas máquinas que estão organizadas de acordo com a ordem dos processos até gerar o produto final, que será estocado em uma área da empresa até o momento de ser expedido para o local do pedido. Segue abaixo o layout da empresa:



Legenda do Layout		
1 - Coladeira de Borda: 3,2m X 0,9m	5 - Furadeira de Bancada: 0,82m X 0,5m	8 - Coletor de Pó: 2,12m X 0,77m
2 - Serra Circular: 1,33m X 1,10m	6 - Furadeira Múltipla: 0,84m X 0,48m	9 - Bancada: 0,5m X 1,0m
3 - Tupia: 0,74m X 0,6m	7 - Bancada para Montagem: 1,5m X 2,5m	10 - Compressor de Ar: 0,45m X 0,94m
4 - Serra de Fita: 0,72m X 0,7m		
<b>Escala:</b> 1 x 100 cm	<b>Data:</b> ___/___/___	<b>Assinatura:</b>

## 7. Planejamento e Controle da Produção (PCP)

O projeto físico de uma operação produtiva deve proporcionar recursos capazes de satisfazer as exigências dos consumidores. O planejamento e controle de produção (PCP) ocupa-se de operar esses recursos no nível diário, de modo a fornecer bens e serviços que preencherão as exigências dos consumidores.

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 283), “planejamento e controle diz respeito à conciliação entre o que o mercado requer e o que as operações podem fornecer”. Em uma organização, para se fazer o planejamento de seus recursos, de sua capacidade produtiva, tem-se como auxílio o PCP (planejamento e controle da produção), que consiste em um processo utilizado no gerenciamento das atividades de produção. É um sistema de gerenciamento dos recursos operacionais de produção de uma empresa, com funções envolvendo planejamento (o quê e quando será produzido), programação (recursos utilizados para a operação, com início e término de todo o fluxo de trabalho) e controle (monitoramento e correção de desvios da produção), bem como a determinação das quantidades que serão produzidas, qual o *layout* da planta, para melhor aproveitamento do fluxo de insumos, quais as etapas de cada processo de manufatura e designação de mão de obra, seja ela humana ou mecânica, para a transformação das matérias-primas, passo a passo.

Com a consolidação de todos esses dados, será criada a carta mapa da produção, o chamado PMP – Plano Mestre da Produção, em que estão expostas as diretrizes do processo em geral.

Outra característica marcante da evolução do PCP como um todo é a transcendência de tal atividade, do nível operacional para outros níveis essenciais da administração, como, por exemplo, o nível tático, onde a aplicação do PCP determina a aquisição de novos insumos, sejam eles as quantidades de matérias-primas, máquinas ou pessoal, no nível de vendas, onde a provisão de produção torna-se importante na previsão de oferta e demanda, e no nível financeiro, onde a programação de gastos e receitas ajuda em uma visão mais ampla do gerenciamento empresarial. Quem não planeja, programa e controla o que produz, provavelmente terá dificuldades em alcançar os índices de produtividade e qualidade que o mercado exige; logo, está fadado ao desaparecimento. Para que isso não ocorra, o empresário deve buscar gerenciar sua empresa de maneira mais objetiva, dinâmica e eficaz.

## 8. Objetivos do PCP

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 283), eis a diferença entre planejamento e controle: “planejamento é a formalização do que se pretende que aconteça em determinado momento no futuro”, e “controle é o processo de lidar com essas variações”. O planejamento pressupõe a necessidade de um processo decisório que ocorre antes, durante e depois de sua elaboração e implementação na empresa.

Portanto, a função do PCP requer um modo de pensar que objetive responder a indagações referentes aos diversos questionamentos sobre o que será feito, como, por quem e com que recursos, bem como onde e quando será executado. O planejamento de produção define todos esses fatores, a partir do projeto de desenvolvimento do produto que vai ser manufaturado, fornecendo os dados básicos para o estabelecimento da programação.

O trabalho de planejamento, direta ou indiretamente, afeta toda a organização, por meio de documentos e planos: roteiro de produção, ferramentas e estimativas, etc. O objetivo global do PCP não envolve somente o planejamento, mas também a programação (definição de quando fazer) e o controle do que foi estabelecido, não deixando que o objetivo final seja desviado do plano, ou, ainda, decidindo sobre quaisquer mudanças que possam ocorrer, caso defeitos ou falhas do planejado passem a atuar no sistema. O PCP vem para dar suporte à gerência na tomada de decisão, já que estão nela os maiores problemas de produção, sendo seu objetivo maior sempre esquecido, o de gerenciar os meios planejados e não as metas de produção.

As empresas que possuem maior preocupação com seu PCP ou efetuam algum PCP, conseguem melhores resultados finais, além de estarem sempre com seus planos de melhoria voltados para onde suas produções prioritariamente exigem. O PCP consegue dar informações à gerência, e esta tem capacidade de decidir melhor, além da empresa conseguir uma melhor compatibilização dos produtos entre a produção e as vendas, levando a um produto capaz de atender ao cliente e à produção, já que nesse setor esse fato é de suma importância, devido à diversificação que os modelos podem alcançar. Em suma, o PCP tem como função a organização, padronização e sistematização do processo, levando a empresa a produzir com mais perfeição, segurança, rapidez, facilidade, correção e menor custo.

## **8.1 Etapas do PCP**

O planejamento envolve diversas atividades, destacando-se:

- Previsão da demanda: os métodos estatísticos e subjetivos de previsão de demanda auxiliam os gerentes de produção no dimensionamento da produção e dos recursos

materiais e humanos necessários. A previsão de demanda assume um papel ainda mais importante quando a empresa adota uma estratégia de produção para estoque.

- Planejamento da capacidade de produção: a partir da previsão de demanda de médio e longo prazo e da análise da capacidade instalada, determina-se a necessidade de adequação (aumento ou redução) da capacidade de produção para melhor atender à demanda no médio e longo prazo.

- Planejamento agregado da produção (PAP): visa determinar a estratégia de produção mais adequada para a empresa. No plano agregado, estão as decisões de volumes de produção e estoque mensais, contratação (ou demissão) de pessoas, uso de horas extras e subcontratação, contratos de fornecimento e serviços logísticos. Usualmente, o horizonte de planejamento é anual, com revisão mensal dos planos. Neste nível de planejamento, as informações de demanda e capacidades são agregadas para viabilizar a análise e tomada de decisão.

- Programação mestra da produção (PMP): trata-se da operacionalização dos planos de produção no curto prazo. No programa mestre são analisados e direcionados os recursos (máquinas, pessoas, matérias-primas) no tempo certo para produzir a quantidade necessária para suprir a demanda de determinado período. Nessa etapa, temos uma definição mais precisa dos itens e quantidades de produção e estoques, com um grau de detalhamento maior que o utilizado no planejamento agregado, incluindo não apenas previsões de demanda, como também pedidos firmes e ordens abertas de produção e compras.

- Programação detalhada da produção (PDP): é a operacionalização propriamente dita no “chão da fábrica”. Define como a fábrica irá operar no seu dia a dia. As atividades que envolvem a programação da produção são: administração de materiais, sequenciamento das ordens de produção, emissão e liberação de ordens.

- Administração de materiais: planeja e controla os estoques, define o tamanho dos lotes, a forma de reposição da matéria-prima e os estoques de segurança.

- Sequenciamento: é a determinação da sequência de execução das operações de produção nas máquinas, visando minimizar atrasos, ociosidades e estoques em processo.

- Emissão de ordens: implementa o programa de produção, emitindo a documentação necessária para o início das operações e liberando-a quando os recursos estiverem disponíveis.

- Em sistemas de produção repetitiva (alto volume, baixa variedade), a programação detalhada é orientada por regras mais simples e visuais, como os sistemas de

produção puxada tipo Kanban. Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 466), “o controle kanban é um método de operacionalizar o sistema de planejamento e controle puxado. Kanban é a palavra japonesa para cartão ou sinal”. Por outro lado, em empresas de produção intermitente (baixo volume, alta variedade), a atividade de programação detalhada torna-se mais complexa, dificultando a sincronização das operações para redução de custos, atrasos e tempos de fluxo das ordens. Nesse ambiente, a atividade de programação pode ser apoiada em software específico de programação da produção.

- Controle da produção: é a última etapa do PCP e consiste no acompanhamento dos processos produtivos a fim de verificar o andamento da produção conforme o planejado, ou seja, verificar se o que foi decidido no plano agregado, programa mestre e programação detalhada está sendo realizado. A partir do apontamento da produção (tempos e rendimentos do processo), o PCP acumula dados atualizados dos processos, para utilização nas decisões futuras.

## **9. Gráfico de Gantt**

O diagrama de Gantt é um gráfico usado para ilustrar o avanço das diferentes etapas de um projeto. Os intervalos de tempo representando o início e o fim de cada fase aparecem como barras coloridas sobre o eixo horizontal do gráfico. Desenvolvido em 1917 pelo engenheiro mecânico Henry Gantt, esse gráfico é utilizado como uma ferramenta de controle de produção. Nele podem ser visualizadas as tarefas de cada membro de uma equipe, bem como o tempo utilizado para cumpri-las. Assim, pode-se analisar o empenho dos membros no grupo, desde que estejam associados à tarefa, como um recurso necessário ao seu desempenho.

Associado a essa ideia, está o fato da forma de representação gráfica, das atividades de um projeto, permitir, ainda, avaliar seus custos, resultantes do consumo de recursos necessários à conclusão de cada uma de suas tarefas.

### **9.1 Análise da Decisão**

Através do gráfico de Gantt realizamos o planejamento da empresa de Móveis Planejados no mês de novembro, tendo como demanda um total de pedidos de 450 m<sup>2</sup>, distribuídos da seguinte forma:

Cliente:

- Márcio: projeto de 30 m<sup>2</sup>
- Bravo: projeto de 30 m<sup>2</sup>
- Murilo: projeto de 50 m<sup>2</sup>
- Lincoln: projeto de 80 m<sup>2</sup>
- Lucas: projeto de 15 m<sup>2</sup>
- Marcela: projeto de 10 m<sup>2</sup>
- Dechandt: projeto de 110 m<sup>2</sup>
- Brandão: projeto de 25 m<sup>2</sup>
- Valéria: projeto de 40 m<sup>2</sup>
- Rodolfo: projeto de 45 m<sup>2</sup>
- Nicotari: projeto de 5 m<sup>2</sup>
- Draúcio: projeto de 20 m<sup>2</sup>

As escolhas para atender a esses pedidos sem exceder a data prometida, ou seja, no mês de novembro, foram: realizar a produção, primeiramente, dos projetos menores, de forma que em um único dia mais de um projeto consegue ser atendido. Somente depois de finalizados os projetos menores é que tiveram início os maiores, porque, diferentemente de móveis modulados (onde o tempo de entrega é o mesmo, tanto para projetos maiores quanto para projetos menores), os móveis planejados possuem tempos distintos, ou seja, para um projeto menor, a produção e a entrega são em tempo menor, e para um projeto maior, a produção e a entrega demandam mais tempo. Assim, decidimos primeiramente começar pelos projetos menores. Outro ponto importante e de grande ajuda foram as horas extras que ocorreram durante 10 dias no mês de novembro, não ultrapassando as duas horas que são orientadas pela lei e sem utilizar horas excedentes no sábado, para evitar altos custos para a organização. A empresa conta com a colaboração de 12 funcionários diretos, e as horas extras tiveram início em 17 de novembro e término em 28 de novembro, com um total de duas horas por dia, conseguindo produzir, dentro dessas duas horas extras, a quantidade de 4,5 m<sup>2</sup>.

Trabalhando apenas com a capacidade produtiva, sem contar com as horas extras, a empresa tem como capacidade apenas 405 m<sup>2</sup>, deixando de atender a 45 m<sup>2</sup>. Para que isso não ocorra e o cliente não perca a confiabilidade, optou-se pelo trabalho através das horas extras, o que fez com que todos os projetos fossem entregues na data certa e combinada.

## 10. Kanban

Slack, Chambers e Johnston (2009) afirmam que o kanban é uma ferramenta de controle do fluxo de materiais no chão de fábrica. É um sinal visual que informa ao operário o que, quanto e quando produzir, sempre de trás para frente, puxando a produção. Ele também evita que sejam feitos produtos não requisitados, eliminando perdas por estoque e por superprodução.

Os sinais visuais podem variar, desde sua forma mais clássica, que é um cartão, até uma forma mais abstrata, como o kanban eletrônico. O fundamental é que o kanban transmita a informação de forma simples e visual e que suas regras sejam sempre respeitadas.

De acordo com seu idealizador, Ohno, 1997, as funções do kanban são:

- Fornecer informação sobre apanhar ou transportar;
- Fornecer informação sobre a produção;
- Impedir a superprodução e o transporte excessivo;
- Servir como uma ordem de fabricação afixada às mercadorias;
- Impedir produtos defeituosos pela identificação do processo que os produz;
- Revelar os problemas existentes e manter o controle dos estoques.

A utilização de um sistema Kanban permite um controle detalhado de produção, com informações sobre quando, quanto e o que produzir. O método Kanban foi inicialmente aplicado em empresas japonesas de fabricação em série e está estreitamente ligado ao conceito de “*just in time*”. Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 452), “o just-in-time (JIT) é uma abordagem, que visa aprimorar a produção global e eliminar os desperdícios”.

A empresa japonesa de automóveis Toyota foi a responsável pela introdução desse método, devido à necessidade de manter um eficaz funcionamento do sistema de produção em série.

O Kanban eletrônico (e-Kanban) é utilizado em substituição ao método físico, evitando alguns problemas, como a perda de cartões, e proporcionando mais rapidez na atualização do quadro de tarefas.

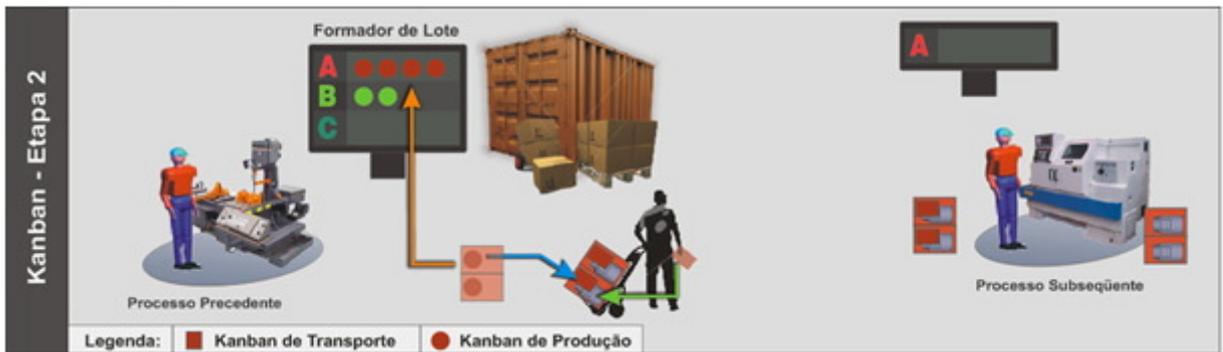
## 10.1 Funcionamento do Kanban

Empresas diferentes possuem necessidades diferentes e produzem, de modo diferente, produtos diferentes. Então, é de se esperar que os kanbans estejam adaptados às realidades locais de onde estão sendo usados e variem sua forma, cor e método de uso. Não só o gestor, mas todos os funcionários podem sugerir como os cartões devem ser implementados, qual o melhor material para confeccioná-los, quais campos precisam existir, etc. A única restrição é o cumprimento de todas as regras estabelecidas por Ohno, 1997.

**Etapa 1:** à medida que vai consumindo os produtos, o operário do processo seguinte retira os kanbans de movimentação fixados na embalagem do produto e os coloca no quadro, gerando um aviso para o transportador de materiais. Ao visualizar tal sinal, o transportador retira os kanbans de transporte do quadro, verifica qual produto está sendo requerido e vai para o local especificado, de onde deve retirá-lo.



**Etapa 2:** no processo precedente ou no armazém indicado, o transportador retira um e somente um container do produto discriminado para cada kanban que possui. Esse container possui um kanban de produção, o qual é fixado no quadro formador de lote, logo em seguida. Observe que o produto em movimentação está sempre com um cartão, o de produção, durante seu período de armazenagem, ou o de requisição, a partir do momento em que foi retirado até sua consumação.



**Etapa 3:** com a colocação de mais dois kanbans de produção no quadro, o lote que é de 4 unidades fica completo e o processo precedente começa a produzir os itens solicitados. Caso esteja fabricando outro produto, o mesmo é colocado numa fila, para aguardar o processamento. Enquanto isso, o operador do processo seguinte continua realizando suas atividades.



**Etapa 4:** o operário do processo precedente repõe o estoque intermediário com os itens que manufacturou, colocando dentro de cada container seus respectivos kanbans de produção. O ciclo é terminado com o transportador de materiais entregando as peças solicitadas no processo de onde retirou os kanbans de transporte.



Os estoques intermediários são proporcionais ao número de kanbans; quanto mais cartões, mais estoques e mais custos. Por esse motivo, existe a última regra que determina a redução do número de cartões em circulação. Uma prática comum nesses sistemas é retirar um kanban de circulação uma vez por semana ou por mês, o que reduz os estoques gradativamente, até seu nível ótimo.

## 11. Estudo de Caso

A loja Home Office localizada em Ribeirão Preto–SP, na rua Antônio Diederichsen, 706, no bairro Jardim São Luiz, concedeu uma visita e entrevista no dia 14-08-2014, e relatou sua forma de trabalho.

A empresa de móveis planejados não trabalha por metro quadrado, e sim por projeto. Normalmente, é marcenaria que trabalha por metro quadrado. Dentro de um projeto o preço é influenciado pela altura, profundidade, os acessórios de vidro, espelho ou acessórios de led. A quantidade de madeira utilizada no projeto também possui grande influência na modalidade preço. As matérias-primas trabalhadas em um projeto são o MDF e o MDP, sendo que a mais utilizada é o MDP, por ser uma matéria-prima mais fácil de trabalhar, de dar acabamento. O MDF é mais utilizado por marcenarias, pois trabalham de forma manual.

Por mais que o MDP seja a matéria-prima mais utilizada, tudo depende do projeto. Se existe a necessidade de cortes arredondados, por exemplo, o melhor material para se usar é o MDF, que permite essa alteração. Porém, se a necessidade do projeto é de algo que agüente peso, o material a ser utilizado é o MDP.

O funcionamento do processo consiste no fornecimento da planta pelo cliente, o projeto é desenvolvido em um programa específico, PROMOB, que também é responsável pelo orçamento, e, após a finalização do projeto, ele é apresentado ao cliente em 3D, sendo discutido o prazo de entrega, finalizando com a instalação. O cliente participa da montagem do *layout* com as cores escolhidas, com as medidas feitas, com o tipo de madeira escolhida e os acessórios, tudo de forma documentada. O tempo para a produção de um móvel planejado é muito variável. Varia de projeto para projeto, mas a média se encontra entre 15 e 60 dias. A loja Home Office não trabalha com estoques; como o trabalho é personalizado, vem direto da fábrica.

## **Considerações Finais**

É possível considerar, com este estudo, que as ferramentas da produção são de fundamental importância para qualquer organização que tem como objetivo seu planejamento e controle. Vale ressaltar que, em uma empresa ou você controla ou é controlado.

O principal intuito é atender bem o cliente, satisfazendo, suas necessidades, além do intuito de otimizar o processo produtivo, garantindo qualidade e agregando valor.

Essas ferramentas proporcionam às empresas que delas fazem uso, a minimização dos custos e redução de estoques; com isso, a empresa elimina a superprodução, como também a produção de materiais não requisitados, fazendo com que a organização consiga melhores resultados e se destaque no atual mercado competitivo.

## Referências

LAUGENI, Fernando Piero, MARTINS, Petronio Garcia. **Administração da Produção**. 2ª. ed. Saraiva: São Paulo, 2005.

MADENA, Madena Comércio de Máquinas. Disponível em: <http://www.madena.com.br>. Acesso em: 18/08/2014.

OHNO, Taiichi. **O sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. Editora Bookman, 1997.

PORTAL MTE, Portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte>. Acesso em: 18/08/2014

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em: 18/08/2014.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebraemercados.com.br>. Acesso em: 26/08/2015.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSON, Robert. **Administração da Produção**. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Teorias da Administração**. Editora Pearson, 2008.

## MULHERES E MOVIMENTO: A PRESENÇA DO FEMINISMO NA AÇÃO E NA COMUNICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013<sup>1</sup>

Daniele Barreto dos SANTOS\*

Silas NOGUEIRA\*\*

### Resumo

Este artigo se preocupou em analisar aspectos dos movimentos sociais no Brasil, com ênfase nos movimentos feministas, e apurar os indícios de suas atualidades a partir das manifestações ocorridas no país em junho de 2013. Procura entender a presença das lutas históricas das mulheres brasileiras e sua presença, suas bandeiras, lutas e experiências nas manifestações contemporâneas. Para isso, recorre ao estudo tanto das manifestações ideológicas quanto das formas de comunicação de tais movimentos, em especial o uso e a ação das novas tecnologias de informação, as chamadas “redes sociais”. São analisados, num primeiro momento, aspectos históricos e políticos dos movimentos, suas histórias e trajetórias no cenário de lutas sociais; na sequência, busca-se entender, no cenário das manifestações, se as lutas femininas ainda conseguem dar continuidade à busca pela igualdade e respeito, mesmo com as fragmentações já constatadas nos movimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Feminismo; Manifestações; Mulheres; Junho 2013;*

## WOMEN AND MOVEMENT: THE FEMINISM PRESENCE IN ACTION AND COMMUNICATION OF BRAZILIAN PROTESTS IN JUNE 2013

### Abstract

This article search elements to analyze aspects of social movements in Brazil, with emphasis in feminist movements, and examines new evidences of their reality from protests held in the country in June 2013. It tries to understand the presence of historic fights of Brazilian women and their presence, their cause, fights and experiences in contemporary protests. To do so, it resorts to the study both of ideologic postures as for the communication methods of such movements, especially the use and action of new information technologies, the so-called “social networks”. It analyzes, in a first moment, historic and political aspects of the movements, their histories and experiences in the scenario of social fights; then it tries to understand, in the scenario of protests, if the women’s fights can still continue to seek equality and respect, even with the divisions already observed in the movements.

**Keywords:** *Feminism; Protests; Women; June 2013;*

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Discente de Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda e-mail: [sdaanny@hotmail.com](mailto:sdaanny@hotmail.com)

\*\* Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/Usp e orientador da pesquisa e-mail: [solsing@uol.com.br](mailto:solsing@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

Movimentos sociais sempre existiram. No caso do Brasil e da América Latina, a presença dessas lutas é realidade desde as primeiras revoltas de povos, etnias e diferentes grupos explorados e escravizados. Posteriormente, já na modernidade, as lutas por direitos, melhores condições de vida e trabalho são também protagonizadas por sindicatos de diferentes categorias trabalhistas, organizações estudantis e, num cenário mais atual, aumenta a participação de grupos ligados a direitos femininos, homossexuais, negros, indígenas e trabalhadores rurais sem terra. Esses movimentos consistem em mecanismos das classes, etnias, grupos e indivíduos para reivindicar seus interesses, direitos sociais, políticos e anseios coletivos. Estão, de alguma forma, presentes em grande parte dos acontecimentos históricos e conquistas sociais. (GOHN, 2004).

É no âmbito da sociedade civil, no sentido amplo do termo, que os movimentos sociais atuam para conquistar direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado ou grupos hegemônicos e dominantes. Geralmente são mais expressivos e fortes em contextos de grandes desigualdades sociais, de fortes carências, de exclusão e ausência de condições básicas para o exercício mínimo da cidadania. Nesses contextos se situam e se desenvolvem as práticas cotidianas de movimentos sociais que, ainda com certas limitações, são meios impulsionadores de novas formas de se fazer política, de participação social organizada, de construção de processos democráticos e de transformação social. Essas constatações permitem dizer “que os movimentos sociais são tentativas coletivas e organizadas que têm a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social”. (CORREIA apud. AZEVEDO, 2010).

No entanto, tais movimentos mudam e renovam-se ao longo do tempo e de acordo com as mudanças nos contextos históricos, alteram-se pautas, estratégias, conceitos e valores políticos-ideológicos. Com mudanças no contexto e nas relações sociais, movimentos que em dado período histórico não se destacavam ganham dimensões diferentes, mais importância e visibilidade. Nos dias atuais, observa-se que movimentos sociais que trazem também um cunho identitário ou não se formam a partir de valores e bandeiras estritamente econômicos ganharam visibilidade e, de certa forma, foram fortalecidos. Segundo Santos (2011, p. 84), “Esses movimentos lutam pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas” que podem ter caráter amplo que ultrapassa barreiras de classe e mesmo ideológicas. “Assim, acabam tocando em temáticas importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade”; só que, acrescenta-se

aqui, por caminhos e mecanismos diferenciados, diferentes, por exemplo, dos mecanismos partidários ou sindicais. “Isso aconteceu, por exemplo, com o movimento feminista, que provocou uma revisão a respeito da hierarquia e diferenças entre os gêneros”, e ainda contribuiu para a politização de espaços que antes não eram considerados espaços de lutas políticas; o cotidiano e as diferentes formas das relações de poder que nele se manifestam passaram a ser valorizados.

Na contemporaneidade, mais especificamente a partir da primeira década do século XXI, surgiram no mundo toda manifestações sociais e grupos ativos nem sempre ligados aos movimentos sociais mais tradicionais ou a partidos políticos, mas que protagonizaram grandes manifestações. As mais conhecidas se deram nos EUA, na Espanha, na França e na Grécia. Em território brasileiro, essas manifestações se tornaram mais conhecidas a partir do momento em que colocaram como uma de suas pautas principais o aumento da tarifa no transporte público, uma bandeira comum à grande parcela da população trabalhadora. No entanto, em 2013, a partir das primeiras grandes manifestações públicas, ligaram-se e incorporaram insatisfeitos afetados por diferentes problemas sociais. Abrangeram um campo extenso que uniu explorados de toda ordem, descontentes com rumos da economia e diferentes contestadores da hegemonia capitalista mundial e nacional. Também ingressaram nas fileiras que foram às ruas aqueles que, no campo da esquerda, desacreditavam e repudiavam os rumos neoliberais assumidos pelo governo brasileiro. Grupos e entidades identificados com o ideário conservador e mesmo de extrema direita também tentaram ocupar brechas no espaço físico e midiático criado pelos descontentes, mas não obtiveram grande sucesso, foram residuais naquele momento. Devido a essa pluralidade, compreensível pelas circunstâncias e formas de organização, as manifestações, ocorridas principalmente no mês de junho de 2013, ficaram caracterizadas pela aparente desordem ideológica em função da multiplicidade de bandeiras levantadas, mas não esconderam que, pela quantidade mais que pela qualidade, havia, sim, ainda que multifacetada, a presença temida da insatisfação popular. A partir desse momento, os grupos e movimentos ganharam mais visibilidade na sociedade brasileira e surgiram, ou foram recriadas, renovadas, pautas, reivindicações, bandeiras e ideias, dentre estas aquelas próprias ou próximas dos movimentos feministas. Nesse processo, particularmente o aspecto relacionado à visibilidade e à comunicação para a organização, as denominadas “redes sociais” tiveram importante participação, uma participação que muitos entendem como decisiva. (PERUZZO, 2013).

Apesar de “conectados” por essas redes e, portanto, de não se informarem, não se divertirem e não se expressarem (prioritariamente) por meio da velha mídia, os jovens que detonaram as manifestações ainda dependem dela para alcançar visibilidade pública, isto é, para serem incluídos no espaço formador da opinião pública. [...].

Aspectos ou fragmentos do movimento feminista ressurgem, então, num momento onde os movimentos denunciam as formas de opressão para além da esfera chamada, de forma reduzida, de “econômica”. Pode-se, assim, afirmar que o próprio feminismo retoma suas bandeiras e valoriza as lutas que o fizeram ganhar força ao longo do tempo, aquelas que estimularam significativas mudanças sociais, como maior capacidade e direito à participação política, que remonta às lutas pelo direito das mulheres ao voto; luta pela igualdade de tratamento e remuneração, associado ao direito à educação e trabalho e, de forma mais incisiva e deliberada hoje do que antigamente, o direito ao prazer e à autonomia sobre seus corpos. Essa retomada, e seus ecos nas manifestações de 2013, associada ao uso das novas tecnologias de comunicação, motivou esta pesquisa.

Importa aqui ressaltar que, no que se refere ao aspecto metodológico, de caráter bibliográfico predominante, recorreu a uma leitura histórica e crítica dos fenômenos sociais e da própria sociedade, das relações e manifestações sociais. Análise, portanto, se deu a partir de uma dialética que considerou as contradições da realidade social assim como o movimento das forças sociais em confrontos de interesses, necessidades e lutas pela hegemonia, pela direção da sociedade na história.

### **A Cultura em Movimento: Novos Movimentos Sociais**

Para Touraine, os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva:

*“Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios”.* (TOURAINÉ apud GOHN, 2012, p. 99).

Os movimentos sociais sempre existiram, mas começaram a se tornar objetos de estudos e a ter amplo reconhecimento social com as revoltas e revoluções que acompanharam a Revolução Industrial e a consequente formação da classe operária. Por isso é perceptível que no começo de suas atividades estivessem estritamente ligados a esses fenômenos e assim fossem vistos apenas da esfera dos conflitos políticos e lutas históricas tradicionais.

Como afirma Santos (2011, p. 82), *A antiga conceituação caracteriza os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil*. Mas a partir da década de 1960 esses movimentos começaram a tomar novas formas, a se formarem a partir de outras questões e a se organizar na perspectiva de transformações em diferentes esferas sociais. Converteram-se em organizações mais complexas. Contribuíram para essas mudanças tanto a crise do chamado *socialismo real* quanto a permanência da desigualdade, o desgaste e a destruição promovidos pelo capitalismo em âmbito internacional, além dos processos revolucionários que eclodiram em várias partes do mundo.

De acordo com Santos (2011, p. 82),

*Em torno da crise do socialismo real, da crítica da teoria marxista e da revisão de paradigmas das Ciências Sociais, surge nos anos 60 e 70, do século XX, os chamados “novos” movimentos sociais culturais, feministas, pela livre orientação sexual, antirracistas, ambientalistas e outros. Nesse período exercem forte influência sobre os movimentos sociais as lutas de libertação nacional e, em particular, as revoluções chinesa e cubana.*

As mudanças, tanto de práticas como de interpretações teóricas, são também consequência do desgaste dos mecanismos tradicionais de participação e ação política, como partidos políticos, parlamentos e sindicatos, assim como da percepção dos limites das teorias que sustentavam política e ideologicamente esses movimentos. Conforme Melucci (1980 apud GOHN, 2012, p. 29), “[...] *os movimentos ofereciam um modo diferente para designar os conflitos do cotidiano e desafiavam os códigos culturais a partir de bases simbólicas, construindo identidades próprias [...]*”. Esse vínculo com as identidades e com as formas de pertencimento oferecem um campo maior, mais abrangente e com capacidade de atrair grupos, etnias e setores outros das populações que não viam suas perspectivas, suas necessidades e nem seus problemas atendidos pelos agentes que integravam o modo tradicional de se fazer política, nem mesmo eram considerados como problemas propriamente políticos.

Em seminário temático apresentado no 31<sup>o</sup>. Encontro Nacional da ANPOCS, em 1997, Maria Glória Gohn (2007) apresentou texto que posteriormente se transformaria em livro (GOHN, 2012), no qual já afirmava que foi só em 1980, nas ciências políticas, que a temática dos movimentos sociais passou a ser um campo de estudo mais amplo e com mais destaque, posteriormente sendo dividido em três correntes teóricas: histórico-estrutural, culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista.

Segundo a autora, a primeira corrente se caracteriza pela presença de abordagens calcadas no marxismo, especialmente o pensamento de Antônio Gramsci e H. Lefèvre, incluindo alguns autores da Escola de Frankfurt, constituindo o que pode ser considerada como *clássica ou tradicional sobre os movimentos sociais* e que privilegiou, inicialmente, o estudo do movimento operário, tendo o conceito de classe trabalhadora como central. Posteriormente, autores dessa linhagem, como E.Hobsbawn, E.P. Thompson, G. Rude, R. William, Kutz, T.Eagleton, Mészáros, Skocpol, M. Mayer, Octávio Ianni e F. Oliveira, renovaram as análises, a partir da década de 1970 do século passado, diante da complexidade que as relações sociais assumiram na contemporânea:

*[...] representam um dos eixos principais de um pensamento que se posiciona como de esquerda e que alimenta a prática de inúmeros militantes e movimentos sociais da atualidade. Eles têm feito uma releitura de categorias marxistas postulando que conceitos como classe trabalhadora e proletariado são ultrapassados por não darem conta da complexidade dos conflitos atuais envolvendo etnia, raça, gênero e classes da contemporaneidade. (Gohn, 2007).*

A segunda corrente teórica, aculturalista-identitária, ainda segundo Gohn, tem uma formação bem mais complexa de influências ideológicas, formação que vai do idealismo de A. Kant, passando pelas “teorias utópicas e as libertárias do século XIX, pelo individualismo nietcheziano”, incluindo, também, a Escola de Frankfurt, a chamada “teoria crítica”. Nessa corrente estão Foucault, G. Habermas, H. Bobbio, H. Arendth, A. Giddens, P. Bordieu e, mais recentemente, A.Touraine e Melucci.

A terceira corrente é denominada, por Gohn, de “institucional, organizacional ou comportamentalista”, e desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos, com base nas teorias liberais clássicas.

Se o quadro acima tem enorme significado para uma leitura mundial acerca dos movimentos sociais, para a América Latina e para o Brasil, a teoria de Antônio Gramsci teve um significado bem mais marcante, embora autores como Foucault, A. Giddens, P. Bordieu e A. Touraine também entraram nas construções teóricas que buscavam interpretações para a complexidade que os movimentos sociais foram assumindo ao longo da história até a contemporaneidade.

O aspecto mais significativo da contribuição de Gramsci para os movimentos sociais foi justamente seu questionamento em relação à ortodoxia que marcava, e ainda marca, grande parte do pensamento de esquerda, em particular do marxismo. Nesse importante marco teórico da Modernidade, Gramsci apontou e criticou o que ele chamou tanto de

“reducionismo” quanto de *economicismo*, por um lado, e de *mecanicismo*, por outro. Os dois primeiros termos referem-se ao que também ficou conhecido por *economicismo*, a redução de toda a complexidade das relações sociais, um conceito estreito de *econômico* e mesmo da economia. Já o *mecanicismo*, embora também resultante de reduções, é mais apropriado para designar a leitura não dialética das categorias *infra* e *supraestrutura*. Mecânica seria, de acordo com Nogueira (2010), a concepção segundo a qual a infraestrutura determina, incondicionalmente, a supraestrutura de forma inquestionável e imutável.

Segundo Nogueira (2005, p. 23),

*As contribuições de Gramsci na reformulação de conceitos fundamentais, como o conceito de Estado, sociedade civil e revolução (luta política, transformação social) passam necessariamente pela sua leitura dos conceitos marxistas de “infra” e “superestrutura”. Fugindo da leitura mecanicista presente nos manuais de doutrinação política, Gramsci ressalta o caráter dialético da relação proposta por Marx, funda novas categorias, como a de hegemonia, e amplia conceitos como o de política, classes sociais, cultura e ideologia.*

A entrada, ainda que tardia e lentamente, do pensamento gramsciano na América Latina, possibilitou grande visibilidade de suas influências em função dos movimentos sociais estarem, em vários momentos históricos, em grande ebulição no continente. Foi a crítica ao reducionismo que permitiu tanto uma nova leitura das ações coletivas e históricas quanto uma nova reorientação política das mesmas. Essa (re)leitura permitiu também que o pensamento de esquerda incorporasse em seu desenvolvimento uma concepção de cultura que fosse além do campo das artes e da ideologia e atingisse as dimensões políticas inerentes às práticas e construções sociais que a aproximam do conceito de hegemonia, ou seja, das construções objetivas e subjetivas que, nas relações sociais, são capazes de dar direção intelectual e moral para os rumos da sociedade, de assumir o comando em uma condição que é ao mesmo tempo política e cultural. Para Dagnino (2010, p. 62), essa religação, essa recuperação da relação cultura/política promovida por Gramsci foi fundamental para as lutas sociais no continente latino-americano:

*(...) o impacto mais renovador de seu trabalho carregou no seu bojo, desde logo, uma contribuição significativa para alterar o estatuto teórico-político dessas relações. A base para o impacto renovador do pensamento gramsciano encontra-se em sua crítica poderosa ao reducionismo econômico. Essa crítica afirma uma imbricação profunda entre cultura, política e economia e estabelece uma equivalência entre formas materiais e elementos culturais dentro de uma visão integrada de sociedade como um todo.*

Ao contribuir para a superação, ou, pelo menos, para a crítica, do reducionismo econômico, o pensamento gramsciano contribuiu também, na mesma proporção, para a superação do reducionismo naquele campo delimitado pela noção política, no sentido tradicional e restrito. A desconstrução da distância entre economia, política e cultura, por consequência, favoreceu, primeiro, o entendimento e, segundo, o reconhecimento dos movimentos sociais como instâncias e mecanismos legítimos e efetivos de ação e participação política de povos, indivíduos, grupos, setores específicos das populações, classes e facções de classe.

Com essas constatações, é possível afirmar que os movimentos sociais, em particular na América Latina, herdaram tanto as contribuições da corrente chamada por Gohn de “histórico-social”, de forte teor marxista, quanto daquela que a mesma autora denominou de “culturalista-identitária”. Da primeira, a herança aparece nos aspectos relacionados às lutas pela transformação social, pela busca de mudanças que podem atingir toda a sociedade frente as desigualdades, a opressão e a exploração, inerentes ao modelo capitalista de produção e organização. Da segunda, o que transparece e se efetiva nas práticas é o reconhecimento das diversidades e da importância política das lutas pelas identidades. Afirma Azevedo (2010, p. 215):

*A influência dos movimentos sociais vai muito além dos efeitos políticos produzidos por eles, pois suas ações determinam a modificação de comportamentos e de regras por parte do sistema político. E, além do mais, há uma dimensão simbólica muito mais complexa sobre a qual os movimentos sociais exercem grande impacto, que é a transformação social. Hoje, a partir dessas novas mobilizações, os cidadãos e as sociedades conjugam a gramática da igualdade de gênero, preocupações ecológicas, conservação do meio ambiente, direitos dos nascituros, impensáveis antes da emergência de movimentos sociais com essas novas agendas.*

E é tanto na perspectiva de transformação quanto no reconhecimento da diversidade que os movimentos femininos, ou os movimentos feministas, continuam atuando diante das grandes diferenças sociais, da desigualdade e das diferentes formas de violência e de exploração presentes na maioria das sociedades contemporâneas.

### **Movimento Feminista**

Os movimentos femininos, feministas ou de mulheres sempre estiveram presentes nos diferentes contextos e períodos históricos. Assim, é difícil estabelecer um momento preciso de surgimento. Segundo Alves e Pitanguy (1991, p. 8),

*[...] o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim, o movimento feminista não se organiza de uma*

*forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. Os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um “monopólio da verdade”, mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres.*

No início o feminismo era baseado nas vivências e experiências das mulheres e criticava, principalmente, a desigualdade entre sexos e a sociedade organizada de forma patriarcal; essas eram as bases do início do feminismo radical. Entretanto, sofreu diversas transformações ao longo do tempo, passando por momentos de novas identidades e multiplicidade dos grupos.

De acordo com Alves e Pitanguy (1991, p. 52),

*Surge, nesse contexto, Simone de Beauvoir, que escreve no final da década de 40 o livro O Segundo Sexo e denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata de questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história e à educação, para o desvendamento desta questão. Afirma ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição, como ela a vivencia, qual é o universo ao qual está circunscrita.*

Importa ressaltar que a contribuição do pensamento, do qual Simone Beauvoir é representante mais conhecida, não substituiu a leitura econômica e política na busca das raízes da desigualdade, mas acrescentou, ampliou o significado e trouxe novos elementos para sua compreensão ao ressaltar “as raízes culturais da desigualdade”, ao mesmo tempo que acentua seu sentido histórico.

A partir da década de 1960, e adentrando a década seguinte, principalmente nos Estados Unidos e na França, começam a emergir as lutas das mulheres incorporando renovações tanto em seu ideário quanto nas formas de ação e participação. Eclodem as passeatas, os protestos, as manifestações e o movimento passa a ser denominado *feminismo*. Entra, segundo diferentes autores, em sua segunda fase. Nesta, conhecida como “a fase do *feminismo radical*”, o foco da ideologia do movimento estava na problemática das diferenças, na opressão e nas diferentes orientações sexuais. É nessa época que surgem figuras importantes na luta das mulheres, atuantes nas mais diversas áreas, nas universidades, nas artes em geral, no cinema, no teatro e na moda. Assim, as mulheres passam a agir em

coletivos e unem-se às lutas de outras minorias, como os movimentos negros e os movimentos estudantis.(GOHN, 2007).

Segundo Alves e Pitanguy (1991, p. 48),

*É neste momento histórico de contestação e de luta que o feminismo ressurgiu como um movimento de massas que passa a se constituir, a partir da década de 70, em inegável força política com enorme potencial de transformação social. Surgem assim inúmeras organizações que atuam como núcleos congregadores de grande número de mulheres. Desenvolvem atividades permanentes – grupos de trabalho, pesquisas, debates, cursos, publicações – e participam das campanhas que levaram milhares de mulheres às ruas por suas reivindicações específicas.*

Se, como concorda a maioria dos autores aqui consultados, a partir da obra de Simone de Beauvoir construiu-se um marco para o ressurgimento da reflexão feminista na década de 1960, que marca a segunda fase do movimento feminista, outra importante contribuição veio juntar-se a essa retomada. Identificada com os ideais de Beauvoir, Betty Friedan inicia um denso trabalho de pesquisa. A pesquisadora recolhe, nos Estados Unidos, depoimentos de mulheres que corresponderiam à “rainha do lar”, e publica os resultados e a análise no trabalho que recebeu o título de *A Mística Feminina (1963)*.

De acordo com Alves e Pitanguy (1991, p. 53),

*Para Friedan, é o papel tradicional da mulher que esta insatisfação questiona. Paralelamente a esses depoimentos, analisa a veiculação, pelas revistas femininas do pós-guerra, da ideologia que se oculta sob a mistificação da “feminilidade” e que propõe como realização plena da condição feminina a dedicação exclusiva à vida doméstica.*

De acordo com Gohn (2012), na década de 1980 surge o termo *gênero*, que se contrapõe à ideia biológica de que o homem é superior à mulher, teoria sustentada e defendida por anos. O termo fomentou por muitos anos as discussões sobre a ideologia feminista, chegando a ser discutida pela psicanálise, e é usado por grande parte dos movimentos feministas atuais.

Segundo Vera Soares apud GOHN (2012, p. 140),

*Gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo, enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser mulher. O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino, portanto, o estudo de um é o coadjuvante do outro. O conceito de gênero é*

*uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia e a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos.*

Inegável a ampla dimensão que aceitação e uso de gênero como categoria de análise amplia tanto o universo teórico quanto as possibilidades políticas da ação do movimento, ou dos movimentos feministas, a luta das mulheres. Ao mesmo tempo, oferece perspectivas de aproximação com outras lutas identificadas por outras categorias socialmente construídas, facilitando a aproximação de outros setores que também enfrentam, a sua maneira, a desigualdade, a opressão, o machismo, o racismo e as violências. E essa aproximação não significa, necessariamente, a perda ou esquecimento das especificidades ou das identidades.

No Brasil as organizações das mulheres e os movimentos feministas há muito tentam ocupar espaço, tanto no âmbito institucional, nos governos, quanto nas diferentes instâncias da sociedade civil. Essa atuação é permeada por conflitos teóricos, contradições e disputas ideológicas. Isso implica situação de atuação sem uma organização única ou centralizada, mas mostra também que não é impossível construir avanços com uma multiplicidade de ideias, diferentes formas de manifestações. Mesmo com mudanças e revisões, a luta feminina tem mostrado que não perdeu, em sua essência, suas raízes históricas, aquelas que procuram estabelecer a igualdade entre homens e mulheres, dentro de um contexto de amplas desigualdades, violência e discriminação, que ainda permeiam o cotidiano feminino e se firmam como fontes de confrontos, de lutas travadas em diferentes cenários e instâncias.

De acordo com Alves e Pitanguy (1991, p.74),

*O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher, e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas.*

Essa condição de *movimento vivo*, ao lado da permanência das violências, da discriminação e da exploração, faz o feminismo marcar presença, de diferentes formas, sempre que algo se move no sentido das transformações e mobilizações sociais.

### **As manifestações de junho de 2013**

Os estudos sobre o que ficou conhecido como *manifestações de junho de 2013* ainda são inconclusos, novos, e ainda carregam dúvidas de vários quilates e procedência. No

entanto, mesmo que o que se seguiu em termos de ocupação das ruas no país tenha tomado outros rumos e sentidos, o *junho de 2013*, segundo analistas, teve importante significado para as tentativas de compreensão da participação política, e dos movimentos sociais, da e na sociedade brasileira.

A insatisfação e a vontade de interferir nos rumos políticos são percebidas, já naquele momento, como principais motores daqueles protagonistas, predominantemente jovens e adolescentes. Importa ressaltar que aquelas manifestações, de algum modo, estão conectadas, em amplo sentido, ao que ocorreu no mundo todo, envolvendo particularmente jovens, muitos dos quais pela primeira vez se reconhecendo e se assumindo como atores políticos. Há de se lembrar que a primeira manifestação semelhante, com grande visibilidade e de grande porte, foi feita por jovens negros na cidade de Paris, em 2005, contra o racismo, a exploração e a desigualdade a que são submetidos imigrantes e seus filhos nos subúrbios das cidades francesas. E, apesar das particularidades locais, quer na França, nos EUA (*Ocupe Wall Street* e outros) e na Espanha (*indignados*) ou nos muitos países árabes, em todas havia, em maior ou menor grau, a condenação a hegemonia do neo-liberalismo exacerbado, ao hiperconsumo e à destruição da natureza pelo desenvolvimentismo predador contemporâneo que impera na maioria dos países do planeta.

Manifestações de rua tão amplas não eram vistas no Brasil desde 1992, e o cenário era de lutas de pequenos grupos de ativistas sociais que eram ignorados pelas agências tradicionais da ação política e sequer chegavam a ter visibilidade. De todo modo, pode-se afirmar que o aumento da tarifa dos ônibus urbanos foi uma referência para a organização, não hierárquica, diga-se, e para a eclosão das manifestações. Vale ressaltar a ação do Movimento Passe Livre (MPL), há tempos atuando na busca pela redução da tarifa e da realização dos *catracaços*, ações pontuais de não pagamento das referidas tarifas. Em seu endereço eletrônico, o MPL se define *autônomo, apartidário, horizontal e independente e mostra sua trajetória de atuação e participação no país desde 2003*:

*O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do*

*Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades, ocorreu o 4º Encontro Nacional. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015). (os destaques são do texto original)*

Sobre sua definição e identidade, o que fica claro é que o MPL contou com pelo menos dez anos de experiência em algum tipo de mobilização e atuação política. Conclui-se, também, que as anteriores não contaram com participação tão expressiva e nem tiveram tanta visibilidade midiática. Em 2013, após as primeiras convocações, o que se seguiu foi uma *verdadeira multidão* nas ruas, em manifestação que causou de surpresa a indignação, de condenação a louvação apressada, mas mostrou que algo estava se movendo na história do país e envolvia uma parcela da população geralmente tratada ou entendida como uma juventude sem anseios e preocupações políticas e sociais.

Segundo Rolnik (2013, p. 8),

*Podemos pensar essas manifestações como um terremoto – uma metáfora mais adequada do que o trovão mencionado no editorial do semanário francês –, que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo – e isso é o mais importante –, fez renascer entre nós a utopia... No campo imediato da política, o sismo introduziu fissuras na perversa aliança entre o que há de mais atrasado/excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta contra a ditadura e o processo de redemocratização; uma aliança que tem bloqueado o desenvolvimento de um país não apenas próspero, mas cidadão.*

Ainda que um tanto idealista, com certo grau de subjetividade, a afirmação de que as manifestações fizeram *renascer a utopia* ganha intenso significado político no cenário brasileiro contemporâneo. Não se pode esquecer, ou ignorar, que o Estado brasileiro tem no comando um partido que nasceu e se desenvolveu alimentando e sendo alimentado por alguma dose de utopia, no que se refere aos ideais socialistas, aos movimentos ecológicos e a diferentes concepções de condenação da supremacia do capitalismo, em sua versão contemporânea identificada como neoliberalismo. O exercício do poder, os desgastes provocados por diferentes forças, as alianças com setores conservadores e a não implementação, talvez inexistência, de um projeto de mudanças estruturais contribuíram efetivamente para o aumento da insatisfação de setores politizados, críticos e, de certa forma, utópicos, que também ocuparam as ruas ao lado de outros componentes nem tão críticos ao capitalismo, mas também descontentes.

Em seus aspectos mais visíveis e práticos, as manifestações podem ser divididas em três momentos, como fez Singer (2013, p.24), que as descreveu:

*Os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo, nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho. Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia. Foi isso que aconteceu na primeira (avenida Paulista) e na segunda (zona oeste paulistana) jornada, com a cifra de presentes subindo, ao que parece, de 2 mil para 5 mil pessoas.*

Nessa primeira etapa é possível ressaltar a localização apenas na cidade de São Paulo, a presença das chamadas *redes sociais*, as novas tecnologias da comunicação, na forma de convocação, o aumento significativo de um momento para outro da mobilização, assim como os confrontos com as forças policiais.

Prossegue Singer:

*Na terceira convocação do MPL, para a terça, 11, outra vez reuniram-se 5 mil pessoas, mas houve verdadeira batalha campal com as legiões da ordem. Muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportadas pelos jornais. A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas — a Polícia Militar (pm) calculou 5 mil, segundo os organizadores havia 20 mil — marchou pacificamente do centro da cidade até a rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à avenida Paulista.(2013, p.24).*

A presença de forte repressão, somada à atitude agressiva de grupos em relação ao patrimônio público e privado, talvez até mais contra este último, somada ao “endurecimento” da parte do governo estadual e sua polícia, evidenciam um caráter mudancista, contra- hegemônico e a rebeldia diante das formas de poder estabelecidas. Ainda que de forma não homogênea, ou seja, trata-se de um caráter que se aproxima das históricas lutas e da tradição dos movimentos sociais organizados. Ainda o relato de Singer:

*A partir daí, inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra” a céu aberto. O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora outras frações da sociedade entram*

*espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas. De milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares. Na segunda, 17, quando o MPL chama a quarta jornada, que juntou em São Paulo 75 mil pessoas, ela é replicada nas maiores capitais do país da maneira espontânea. [...]. Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos.(2013, p.24).*

Junto ao expressivo crescimento numérico aparecem a diversificação, a espontaneidade, as diferentes propostas e necessidades, ecos de muitos anos sem que aparecessem as condições adequadas e propícias para a expressão das vozes individuais e coletivas. Nesse instante, o aproveitamento da oportunidade para grupos conservadores também foi maior, a fragmentação e os conflitos ideológicos começam a mostrar o enfraquecimento e a ausência de uma formação política mais sólida e, talvez, o arrefecimento da utopia nos jovens rebeldes que iniciaram o expressivo momento político.

Singer (2013) ressalta, ainda, que é na segunda fase que surgem pautas diferentes e distantes da inicial, as pessoas nas ruas levam cartazes expondo outras e inúmeras demandas e o centro das manifestações já não é mais o aumento da tarifa, mas uma gama de problemas econômicos e sociais do país, reivindicados por indivíduos, grupos e mesmo movimentos e tendências diferentes.

A reivindicação inicial das manifestações é atendida e o aumento da tarifa é revogado no dia 19. Assim, o MPL se retira das convocações dos atos, mas as manifestações continuam; já separadas por demandas diferentes começam a se dividir e ganhar outros componentes, outros integrantes, outro caráter.

A convocação dos atos pelo MPL iniciou uma chamada social para a ação política, para a cidadania, como bradavam nas ruas os integrantes, com a frase “não é só por 20 centavos”. Em seu auge, o que ficou ressaltado é que as grandes proporções assumidas tinham motivos em apelos de caráter popular somados ao ativismo e à rebeldia, que andavam adormecidos, mas não mortos, nos jovens contemporâneos. A mídia tradicional teve significativo papel nessa grande mobilização “de massa”. Inicialmente, em uma postura condenatória, muito comum quando se trata de fenômenos com algum caráter de contestação da ordem hegemônica e dominante, os jornais e revistas impressos ou eletrônicos, pertencentes aos grandes grupos econômicos que controlam a comunicação industrializada e comercial no Brasil, passaram, diante da dimensão assumida pelas manifestações, a encará-las como espetáculo e a tentar dirigir o olhar do público para essa ótica do consumo. No entanto, mesmo que, no início, as manifestações tenham contado fundamentalmente com as

chamadas “redes sociais”, foi através delas que as pessoas em casa se assustaram com a força política dos movimentos, das mobilizações e, ao mesmo tempo, com a atuação violenta e desproporcional da polícia.

Segundo Gohn (2014, p. 86),

*As manifestações de junho fizeram eclodir novos modos de organização política. Expressaram-se via narrativas novas, diferentes das convencionais/tradicionais advindas em passado recente da esquerda ou dos grupos “politicamente corretos”. Ocupam ruas e praças sem uma direção definida. Isso é parte de uma onda mundial dos jovens na cena pública. Uma onda em que liberdade individual é vista como empreendedorismo para construir e guiar-se em redes virtuais; onda em que a política exerce a ocupação de espaços públicos, sem regras institucionais de entidades coordenadoras. Há desconstrução da política e problemas pessoais cotidianos (dificuldade na mobilidade urbana, por exemplo) que ocupam a arena da ordem pública pela dimensão que tomam.*

Essas características das mobilizações, entendidas como “novos modos de organização política” e mantidas pelo menos até o final de junho de 2013, impediram sua imediata absorção pela indústria da comunicação, pela mídia tradicional, e dificultaram sua rápida transformação em mercadoria a ser consumida na forma de espetáculo. Mesmo que as demandas tenham sido muitas, e nem todas atendidas, a insatisfação foi vista, assustou e demonstrou que os espaços podem ser ocupados por todos. Política voltou a ser discutida longe das eleições, por pessoas alheias a qualquer participação em congressos, parlamentos ou mesmo movimentos sociais.

### **Mídia tradicional e poder**

Um início de discussão sobre o comportamento dos meios de comunicação tradicionais, tratados aqui também como “mídia tradicional”, pode se dar a partir da reflexão feita por Nobre (2013, p. 4):

*O sistema político ficou atônito, perguntando-se com quem deveria negociar. Acossado pelas ruas, saiu em busca de uma organização hierárquica, com lideranças e reivindicações claras, com quem poderia debater planilhas de custos e leis orçamentárias. Não encontrou. Não entendeu, nem podia entender, o que acontecia. Ao longo de vinte anos, esse sistema cuidou tão bem de se blindar contra a força das ruas que não podia mesmo entender como as ruas o tinham invadido com tanta sem cerimônia essa blindagem do sistema político contra a sociedade.*

Nessa análise, embora o autor não mencione diretamente, é necessário entender que o “sistema político” conta, tradicionalmente, com o apoio das grandes corporações que dirigem a mídia tradicional. Tratado como um sistema de poder, e não apenas como o

sistema partidário ou parlamentar, o sistema político vigente vai além do Estado e inclui o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia” (Nogueira, 2010). Inclui, necessariamente, a mídia tradicional e seus interesses comerciais, econômicos e políticos. Aqui aparece a importância do que Nobre chama de “catalisadores das redes sociais” e de “boca a boca das mensagens de textos”, clara referência ao uso de novas tecnologias de comunicação como alternativa a um aparato midiático tradicional avesso a contestações e críticas ao poder em todas as vertentes, econômica, política, cultural.

*As revoltas de junho de 2013 não tiveram lideranças ou palanques, as passeatas se formaram, se dividiram e se reuniram sem roteiro estabelecido. Foi difícil até mesmo prever onde iriam surgir ou ganhar corpo. Organizaram-se a partir de catalisadores nas redes sociais e no boca a boca das mensagens de texto. Não foram revoltas dirigidas contra este ou aquele partido, esta ou aquela figura política, mas revoltas contra o sistema, contra “tudo o que está aí”. (NOBRE, 2013, p.4)*

Para rememorar, é necessário reafirmar que, inicialmente, as grandes corporações da mídia tradicional (jornais, rádio e TV) retrataram as manifestações como um pequeno ato de grupos, com depredações e vandalismo, transmitindo uma imagem totalmente controversa do movimento. Mas, segundo Martins (2013, apud LORENZOTTI, p. 24), “subitamente, essa visão se transformou em uma abordagem que procurava direcionar os alvos da manifestação contra instituições políticas, demonstrando certa empatia pelo movimento, mas vinculando suas demandas exclusivamente à questão do transporte público”; somente quando o governo revogou o aumento das tarifas, a imprensa passou a transmitir a pluralidade das manifestações.

Para o pesquisador Leal Filho (apud. GOHN, 2014, p. 72), em análise feita já em 2013, a grande mídia, ou mídia tradicional, teve o seguinte comportamento:

*Embora apanhada de surpresa, como a maioria dos brasileiros, a mídia acabou tendo papel central no desenrolar das manifestações de rua ocorridas em todo o país. Nos primeiros dois dias o tom era de repúdio total. Editoriais dos grandes jornais pediam uma ação enérgica das autoridades para pôr fim aos protestos. No rádio e na TV os jovens que saíam as ruas, sem atos de violência, eram chamados de vândalos.*

E essa constatação de Leal Filho, quanto à importância política da postura midiática, fica evidente quando o discurso predominante passa do simbólico para as práticas sociais, para ações efetivas de repressão e mesmo violência.

*A Polícia Militar de São Paulo atendeu aos pedidos da mídia e desfechou uma série de ações cruéis, combinando truculência com despreparo. Atingiu a todos que estavam na rua, inclusive jornalistas trabalhando. A resposta foi dada também nas ruas de São Paulo, com passeatas que não*

*eram vistas desde a queda do Presidente Collor. De uma bandeira restrita ao preço das passagens dos transportes públicos, as manifestações ganharam corpo com os milhares de indignados que saíram às ruas para protestar contra a violência policial. A partir daí a mídia mudou o tom. De vândalos os manifestantes passaram a ser protagonistas de um “belo espetáculo democrático”. (FILHO, apud GOHN, 2014, p. 72)*

A mudança “de tom”, no entanto, não parece visar apenas ao belo espetáculo democrático. Forças de diferentes origens e propósitos, estranhas tanto ao MPL quanto à maioria dos jovens presentes nas fases iniciais das manifestações, começam a ampliar sua participação e a colocar como alvos tanto o governo federal quanto tudo o que pudesse ser identificado como “de esquerda”. A esses brados conservadores a mídia tradicional no Brasil, por sua história e forma de organização, sempre foi mais afeita e simpática. Isso foi bem claro no que se seguiu, em termos de ocupação das ruas, no ano de 2015, quando uma das reivindicações “democráticas” foi o pedido de intervenção militar, de volta da ditadura.

Quanto a alternativas, se assim for entendido o recurso de uso das novas tecnologias nas manifestações, Lorenzotti (2014) mostra, com certo otimismo, a leitura feita por uma empresa de comunicação digital, a Inter Agentes, que realizou um estudo que analisou as citações referentes às manifestações feitas no Facebook. De acordo com a Inter Agentes (apud LORENZOTTI, 2014, p. 29),

*As manifestações de junho mostraram o poder das pessoas, fora das instituições políticas, de criar redes de opinião distribuídas. Também mostraram que as corporações da mídia se viram obrigadas a alterar suas linhas editoriais de cobertura, tentando reconfigurar as redes e pautar amplas parcelas das massas. A tendência que emana desse momento híbrido é que, cada vez mais, redes de opinião enfrentarão outras redes de opinião.*

### **Redes, mídias “sociais” e alternativas**

A nomenclatura usada no senso comum para designar os novos mecanismos de comunicação eletrônica e virtual é um tanto confusa e contraditória, mas “todos se entendem”, como dizem usuários nesses espaços e instrumentos de troca de informações de forma rápida e abundante. O conceito de rede, por exemplo, ganha o adjetivo de “social” como se existisse rede, feita por humanos, que não é social. O mesmo ocorre com “mídias”, no plural mesmo, pressupondo que outros mecanismos que formam a mídia, no amplo sentido, não sejam “social” ou histórico. Independente desses equívocos semânticos, o fato é que esses mecanismos, apesar de desenvolvidos, controlados e dirigidos por grandes empresas, como o Google, adentraram o cotidiano das pessoas, em todo o planeta. E, como

toda tecnologia e resultado de ciência, possuem suas contradições, seus antagonismos internos e externos que aparecem, em diferentes contextos, em seus usos, nas finalidades próprias de quem os utiliza, nos propósitos de cada usuário individual ou coletivo. Chamados por Muniz Sodré (2006) de “próteses mercadológicas”, para acentuar seu caráter industrial e seu vínculo umbilical com a lógica de mercado e do capital, a contradição mais evidente que carregam reside em suas possibilidades técnicas de comunicação rápida, de disseminação massiva de mensagens, todas em tempo real. Isso foi intensamente explorado pelos protagonistas das manifestações de 2013.

As convocações vieram pela internet, majoritariamente das chamadas “mídias sociais”, e se propagaram por intermédio delas quando foram utilizados sites, blogs, páginas e contas diversas de diferentes aplicativos para divulgar e organizar os atos. Isso já acontecia há tempos, uma vez que movimentos contestatórios são franqueados nos meios tradicionais e hegemônicos, o que fez, então, com que as jornadas de junho tomassem tanta proporção, começando ‘apenas’ como uma chamada do MPL ao aumento das tarifas?

Para Fernandes e Rosseno (2013, p. 15), o tratamento dado inicialmente às manifestações pela chamada mídia tradicional destoava claramente do que era divulgado e compartilhado nas redes. Nelas, as pessoas passaram a compartilhar as informações que chegavam em tempo real através de outros movimentos sociais ou fontes independentes, como o Mídia Ninja, e páginas e blogs de ativistas. Então, “de repente, as redes sociais tornaram-se um palanque de discussões e uma ferramenta eficaz para a convocação de manifestantes pelo Brasil, com um poder incontrolável que crescia a cada dia”.

Nobre (2013, p. 8) afirma que:

*A internet foi decisiva na construção e organização das manifestações porque são espaços em que a própria opinião vai se construindo em diálogo e em contraste com outras e não apenas como o a favor ou contra próprios de um artigo de jornal ou reportagem de TV. A mesma pessoa postava uma opinião de manhã e outra oposta à tarde. Os acontecimentos se sucediam e mudavam de sentido e eram acompanhados por mudanças de opiniões e perspectivas. A própria ideia do que tinha “acontecido” mudava conforme novos relatos surgiam e se espalhavam”. Dessa forma, “de um lado, tiraram da mídia tradicional o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações. Não por acaso, a mídia tradicional foi atacada em muitas palavras de ordem dos protestos. E, de outro lado, criaram seus próprios canais de enfrentamento do sistema, levando a revolta para as ruas”.*

Foram essas condições, e contradições, dos novos mecanismos de comunicação que chamaram a atenção de movimentos mais experientes e criados muito antes de 2013.

Conscientes dos limites e mesmo da rejeição a qualquer indício de ato ou postura revolucionária dos meios tradicionais, esses antigos movimentos, ou partes deles, entenderam que outras possibilidades de dar voz e divulgação a seus anseios e ideologias surgiram com as novas tecnologias. Entre esses movimentos está o movimento feminista.

Para os propósitos desta pesquisa, a definição da postura das mobilizações, expressa na frase “contra tudo o que está aí”, dada por Nobre (2013), se pensada em termos de poder vigente e de aspectos da hegemonia, inclui no “tudo que está aí” o machismo, a violência contra as mulheres e o próprio patriarcalismo. Parte das militantes dos movimentos feministas, como se verá mais abaixo, concorda com a análise, apesar de apontar uma certa pulverização de suas lutas diante da descentralização das pautas e bandeiras dentro das manifestações.

### **Aspectos atuais das lutas das mulheres**

De acordo com Santos (2011), num primeiro momento, o chamado feminismo radical considerava a sociedade patriarcal como a causa de todos os problemas; no entanto, foi se moldando e caracterizando através de estudos teóricos das feministas, e atualmente se caracteriza como um movimento que procura estabelecer a igualdade entre homens e mulheres, e esclarecer temas sociais vividos e que há décadas são fontes de inesgotáveis discussões, mas ainda permeiam o cotidiano feminino, tais como a liberdade e autonomia de seu corpo, direitos reprodutivos e direito ao aborto, direitos de proteção contra a violência doméstica, contra o abuso e o estupro.

Nesse sentido, torna-se importante para o entendimento dessa complexidade a observação de Sonia Alvarez (apud GOHN, 2012, p. 146), que usa duas nomenclaturas diferentes para movimentos de luta das mulheres, os “movimentos feministas e movimentos de mulheres”.

*Entende-se que as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais. Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, presentes em ONGs, passeatas, protestos, levam à frente campanhas, lutas e reivindicações centradas nas mulheres, tais como doenças que atingem mulheres, violência e discriminação, questões sobre aborto e sexualidade etc. Elas também lutam por outros ideais e pelo exercício pleno da democracia, à medida em que a igualdade e a liberdade são horizontes da ação coletiva. Já o “movimento de mulheres” é algo mais numeroso, mas também quase invisível enquanto movimento, dando visibilidade apenas às suas demandas, como creches, melhorias ou vagas nas escolas, saúde etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas por mulheres.*

Duas vertentes dos movimentos feministas que mais têm tomado as ruas e levantado a bandeira da igualdade de gênero e mudanças sociais são a “Marcha das Vadias” (MdV) e a “Marcha Mundial das Mulheres” (MMM), que estão se consolidando em diversos pontos do país e possuem participação, mesmo que discreta, e, de certa forma, diferente do estilo mais tradicional das feministas, nas manifestações contemporâneas.

Segundo Woitowicz (2013, p. 2),

*A Marcha das Vadias é considerada uma das manifestações de maior sucesso dos últimos vinte anos, tendo repercussão expressiva mesmo em países considerados culturalmente machistas. No Brasil, a Marcha já ocorreu em mais de duzentas cidades. Cartazes, tambores, cornetas e gritos de guerra auxiliaram, durante a marcha, o objetivo de atrair a atenção da sociedade à discriminação, violência e abuso contra as mulheres.*

Em seu blog, a Marcha das Vadias do Distrito Federal se define assim:

*Somos vadias: mulheres feministas, que lutamos em marcha contra as discriminações de raça, sexualidade, gênero, credo e classe. Temos direito a nossas vidas, e a vivê-las como quisermos, e livres de qualquer forma de violência.*

*Acreditamos que o fim da violência contra a mulher está diretamente ligado à transformação dos valores conservadores e hegemônicos em nossa sociedade, assim como à superação do patriarcado, de todos os fundamentalismos, da lesbofobia, da bifobia, da transfobia, da homofobia, do machismo, do racismo e do capital.*

*Defendemos que todas nós temos o direito de escolher sobre nossos corpos.(MARCHA DAS VADIAS DO DISTRITO FEDERAL, 2015).*

O grupo de origem ucraniana *Femen*, por exemplo, pouco conseguiu no país e não se consolidou como movimento legitimamente feminista dentro do contexto social brasileiro. O grupo, que tinha como uma de suas lideranças a brasileira Sara Winter, fechou sua filial no país em 2013, após várias polêmicas que geraram conflitos entre as bases do grupo em outros países. O grupo também enfrentou dificuldades por sua atitude libertária, pelas formas utilizadas pelo grupo e o modo como são feitos os protestos organizados pelo mesmo, o uso do próprio corpo como suporte para mensagens e conscientização. Embora careça de um estudo mais profundo, aqui, diante dessa trajetória, é possível afirmar que o corpo, em particular o feminino, ainda enfrenta enorme quantidade de tabus, medos e outros estigmas ligados ao preconceito e ao machismo.

A despeito desses embates, essas novas expressões de luta pela emancipação e contra a violência praticada contra as mulheres motivam novas discussões e colocam em pauta, particularmente nas chamadas “redes sociais”, aspectos de uma discussão que poderá se aprofundar, ou seja, conseguem alguma visibilidade e ocupação de espaço midiático para

discussão em torno do corpo e dos direitos femininos. Uma discussão que, a sua maneira, a Marcha da Vadias conseguiu provocar e, até mesmo, mostrar as contradições de um espaço muitas vezes considerado, unilateralmente, como libertário, que é a internet. Importa lembrar, também, que as manifestações promovidas pela MdV antecederam as manifestações de julho de 2013.

Segundo Ferreira (2013, p. 35),

*A internet passa a ser uma importante ferramenta, não só de divulgação, mas também de crítica, debate, reação e diálogo com os mais diferentes setores da sociedade, possibilitando enfrentamentos com a grande mídia sobre os temas do feminismo, gênero e violência. Assim, ela se constrói como um espaço de publicação feminista alternativa, que possibilita uma maior difusão dos materiais produzidos e também de retorno e construção de debates. Mas apesar de possibilitar maior liberdade de divulgação das ideias e lutas, também é um espaço de repressão, censura, onde as pessoas rebatem a nudez feminina, a desconstrução heteronormativa e a representatividade das reflexões.*

Hoje, as mulheres reivindicam suas participações na esfera social, nas lutas dos movimentos sociais, no levantamento de debates políticos e culturais, e a busca não só por igualdade de gênero ou condições sociais adequadas à mulher, mas também por outras lutas e bandeiras. Dessa forma, a participação dos movimentos feministas em outras lutas é massiva, seja na busca por visibilidade ou mesmo à frente de manifestações e marchas. É possível notar que alguns movimentos de cunho feminista, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), ampliaram a voz das manifestações do início ao fim e participaram ativamente, enquanto movimento social e feminista, da propagação de notícias, das chamadas às ruas e de forma particular atentando ao abuso de poder de autoridades em relação às mulheres. A MMM foi eficaz no papel de transmitir o que vinha das ruas, de propagar as demandas e convocar à luta, fazendo a todo momento chamadas através da sua *Fanpage* do *Facebook* (atualmente com mais de 20 mil pessoas conectadas) ou analisando cada ato e atentando a pautas específicas em seu *micro blog* na rede.

Em carta publicada no *Blog da MMM*, Thandara Santos (2013), cientista social e



militante da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo, descreve em detalhes como foi o dia 13 de junho nas ruas, a ação truculenta da Polícia Militar em repressão à manifestação que seguia pacificamente pelas ruas de São Paulo. No relato, ela descreve a sensação de medo que tomou conta das pessoas em meio ao caos que se seguiu,

*Eu nunca tive medo da polícia. De nenhuma polícia. Quando passo por uma ronda policial, não tenho medo de tomar um tiro no rosto que depois será classificado como “resistência” ou “em confronto”; quando vejo uma viatura da polícia com sirene ligada não temo que eles estejam indo em direção à minha casa, não temo que possam invadi-la e quebrar tudo que eu tenho; quando vejo um helicóptero da polícia passar, não temo que ele esteja indo em direção ao meu bairro, para atirar a esmo em quem estiver passando pela rua. Eu não sou pobre, não sou negra, não moro em uma favela e consigo acessar a Justiça. O acesso a direitos no Brasil é mediado por nossa classe social e cor. Direitos humanos são para humanos direitos (que possam, diretamente, pagar por eles). Eu faço parte de uma classe média universitária que, diferente da gigantesca maioria da população desta cidade, pode não ter medo de ser presa arbitrariamente, de ter seus direitos tomados à força, sem voz para reclamá-los, de ser agredida injustamente por uma corporação pública. Ontem, eu tive medo. Na terça-feira, quando um amigo que andava sozinho foi espancado por oito policiais e preso por formação de quadrilha, eu tive medo. Ontem, quando eu vi repórteres tomarem tiro no rosto, de uma viatura que passava devagar, eu tive medo. Na quarta-feira, quando um jovem diabético preso no último ato foi impedido de ter acesso ao seu medicamento, eu tive medo. Ontem, quando eu vi a polícia atirar contra um grupo de manifestantes desarmados, deitados no chão, gritando “Sem violência!”, eu tive medo.*

A MMM realizou ainda, durante os dias de manifestações, em conjunto com o MPL, um debate sobre os atos realizados, análises e reflexões sobre o momento de mobilizações que o país vivia, através de um viés feminista, com uma mesa formada apenas por mulheres de vários movimentos. Os assuntos discutidos variavam o tempo todo e foram do início dos atos e reforma política até as ações violentas sofridas por mulheres e pelo próprio movimento, que teve uma bandeira queimada dentro das manifestações. A bandeira que dizia “*Transporte Gratuito Aborto Livre*” foi queimada no dia 20 por manifestantes que questionavam a presença do tema nas ruas e, segundo Mariana Toledo (2013, apud VICENTE, 2013), integrante do MPL, “isso é sinal do conservadorismo presente”, do machismo da direita, que tentava pautar ideais nas manifestações.

Terezinha Vicente (2013), em texto que transcreve o debate para o *Blog da MMM*, afirma, ainda, que,

*Se o transporte coletivo é péssimo, caro e insuficiente, a mulher sofre ainda o assédio sexual anônimo e o desrespeito quando está grávida, carregada, com crianças. As soluções que se apresentam nunca desqualificam o machismo. “A Assembleia Legislativa aprovou vagão para as mulheres, e nós não queremos”, disse Sonia Santos, da MMM, “os homens devem ser coibidos, não nós”. A desqualificação enquanto feministas é algo que acontece inclusive dentro dos movimentos. “É necessário processo mais amplo de questionamento das nossas manifestações”, falou Sara. “Nós, feministas, questionamos a ordem e as relações de poder estabelecidas”.*

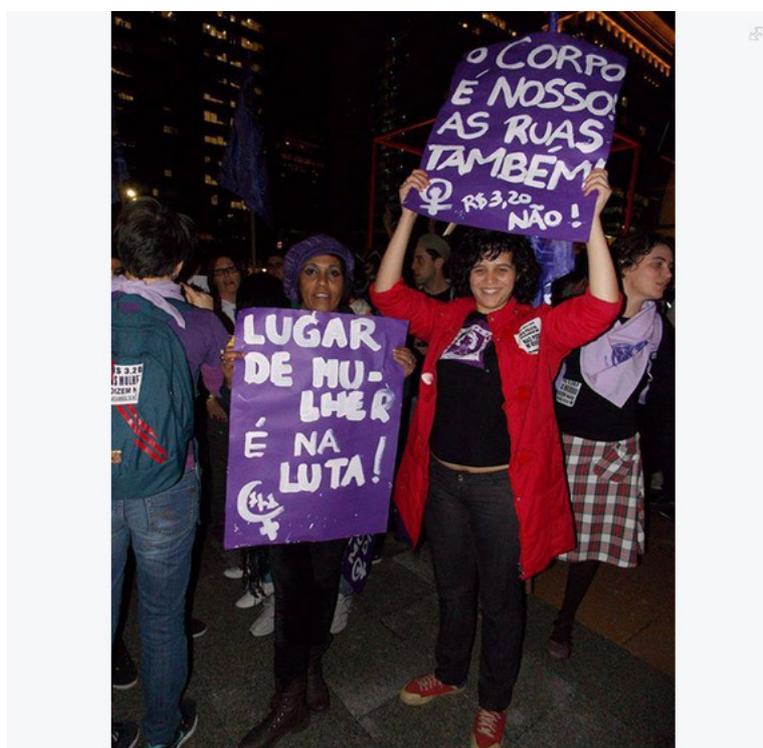
Durante o debate, discutiu-se, também, o papel da grande mídia tradicional durante as manifestações, desde o começo totalmente contrário à súbita mudança de comportamento. Ao ser questionada sobre isso, Tica Moreno (2013, apud VICENTE, 2013), da ala jovem da MMM, afirma que “As imagens produzidas pelas pessoas mostraram bem o que aconteceu. Temos que produzir conteúdo para circular, construir nossas mídias”, e comemora o “aumento de jovens feministas que se articulam e colocam as nossas pautas”.

Questionou-se, ainda, o papel que a internet teve nesse aspecto, ao ser o principal meio de comunicação entre os movimentos e a sociedade civil e palco principal de debates e propagação do que acontecia nas ruas. Bruna Provazi (2013, apud VICENTE, 2013), feminista da MMM, afirma que “A disputa é nas ruas, mas também na internet, que é um espaço a ser ocupado. Devemos usar a tecnologia de forma militante; o importante é a organização permanente”.

Mesmo após a revogação do aumento das tarifas, a MMM não parou de chamar atenção para as manifestações e convocar as pessoas a irem às ruas, a criarem debates nas

redes e continuarem na luta, não só pelo transporte, mas também por outras pautas, pertinentes ao próprio movimento ou aos semelhantes.

Assim, é possível notar que a ação (e participação) dos movimentos feministas nas manifestações foi massiva e decisiva, tanto na convocação para as ruas, disseminação de conteúdo e levantamento de informações quanto na participação efetiva nas ruas, chamando ao movimento, pautando sua participação e efetivando a luta que começou em outro movimento. É necessário que se faça presente enquanto movimento de lutas sociais, não só na busca por suas próprias bandeiras, mas na participação efetiva em busca de um contexto social e político mais positivo a todos e todas, na luta por mais espaço aos movimentos dentro da sociedade civil e dentro da mídia. O movimento feminista esteve presente nas ruas em junho, conquistou mais visibilidade dentro e fora da rede para se posicionar, e ampliou seus espaços de discussões. É perceptível que as Jornadas de Junho deixaram um legado de possibilidade de luta e mudança, assim como deram aos movimentos sociais, especialmente aos feministas, novas frentes, e aumentaram suas vozes dentro da sociedade, criando debates dentro e fora dos movimentos, nas ruas, nas mídias, nas casas e nas escolas. O feminismo chegou a todos os lugares para ser discutido e articulado, entre meninas e mulheres.



Marcho Mundial das Mulheres  
17 de junho: Marcho Mundial das Mulheres presente!

Foto: Preta Pretinha.

Album: Timeline Photos  
Shared with: Public

## Considerações

A partir dos estudos, pode-se perceber que os movimentos feministas ainda são permeados pela multiplicidade de bandeira e possuem atualmente diversas frentes de luta, algumas resgatadas de seu início e outras surgidas atualmente; assim, ainda luta para ocupar lugar nos debates sociais, porque cresce em meio a outros movimentos de maior proporção. A luta das mulheres, apesar de avanços, ainda não conseguiu superar a desigualdade e a violência na sociedade. É importante ressaltar que os movimentos de mulheres vêm há muito tentando espaço e força política na sociedade, e estão presentes em diversos dos momentos históricos de lutas e conquistas sociais. Atualmente, estava presente nas manifestações ocorridas em vários lugares do mundo, e mesmo que não houvesse bandeiras, de início, propriamente feministas, existiu a participação destes e algumas de suas pautas estavam inseridas no contexto das discussões.

Nota-se que os movimentos ganharam força e ampliação de sua voz por intermédio da internet que, como mostraram as manifestações de junho de 2013, possibilitou uma comunicação muito mais rápida e fiel aos acontecimentos, servindo muitas vezes como fonte de informações, mobilizações e debates.

Para Castells (2013, apud Gohn 2014, p. 146),

*São esses movimentos sociais, e não políticos, que realmente mudam a história, visto que realizam uma transformação cultural, base para qualquer transformação de poder. Movimentos que começam na internet, mas que se tornam visíveis e passam a existir de fato quando tomam as ruas. São movimentos emocionais e que se unem pela recuperação de uma dignidade que se perdeu, que começam pequenos e parece que se mobilizam por pouca coisa, mas funcionam como uma gota a mais em meio a uma indignação social. Esses movimentos podem ter saído das ruas, mas não desapareceram, continuam on-line, rediscutindo suas demandas e posições, tendo a capacidade de resistir e renascer a qualquer momento.*

Portanto, nota-se que as manifestações ocorridas em junho e analisadas neste trabalho, contribuíram com a capacidade de reinventar a democracia e reorganizar a participação social. Trouxeram aos movimentos sociais, e aqui se incluem os movimentos feministas, novas frentes de lutas, novas vozes, novas oportunidades. Os espaços de discussões aumentaram depois das Jornadas de Junho, as ruas voltaram a ter, além de reconhecimento social e midiático, o sentido de um local público de expressão política e, de alguma forma, os movimentos se fortaleceram diante das novas formas de se comunicar, reivindicar e reinventar suas lutas. Confome Gohn (2014, p. 160),

*O movimento de mulheres é amplo, composto de lutas do movimento feminista e de feministas independentes, de movimentos de gênero, ONGs e entidades que compõem partes de seu universo. Mas é também composto de múltiplos outros movimentos sociais que demandam melhores condições de vida e trabalho, reconhecimento de direitos sociais, políticos e culturais etc., com presença majoritária das mulheres. [...] Dar visibilidade a elas, em suas demandas específicas ou mais amplas, que dizem respeito às condições de vida e trabalho delas, de seus familiares e grupos de pertencimento, é fundamental para o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres e é uma urgência para o avanço do processo democrático do país.*

Apesar de todas as dificuldades e contradições, a participação de setores dos movimentos nas manifestações de 2013 efetivamente contribuiu, tanto para a visibilidade quanto para o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres, que se mostram, mais uma vez, em luta.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CORREIA, F. João Carlos apud. AZEVEDO, Daviane Aparecida de. **Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil**. In: Revista multidisciplinar da Uniesp: Saber Acadêmico - n.º 09 - jun./2010. Disponível em <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/index.asp>> Acessado em 18/02/14.

DAGNINO, Evelina. **Cultura, Cidadania e Democracia. Transformações dos discursos e práticas na esquerda latino-americana**. In.: ALVAREZ, Sonia., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo.(orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DUARTE, M. Y. M. **Estudo de caso**. In: DUARTE, J.; BARROS, A (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 215-235.

FERNANDES, Edson & ROSENO, Ricardo de Freitas. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. 1. ed. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDES, Sandro. “**Femen é uma empresa, não um movimento social...**” In: Opera Mundi, 2013. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/>> Acessado em 19/02/14

FERREIRA, Gleidiane. “**Feminismo e Redes Sociais na Marcha das Vadias no Brasil**”. In: Revista Ártemis, Vol. XV n.º 1 jan./jul. 2013 – p. 33-43. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/>>Acessado em: 19/08/14.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. 2007. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>>Acessado em 26/08/15.

\_\_\_\_\_. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LIMA, Venício A. de. **“Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”**. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial e Carta Maior, 2013.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo século XXI: O modelo #MídiaNINJA**. 1 ed. E-Galáxia, 2014.

MARCHA DAS VADIAS DO DISTRITO FEDERAL (MDV – DF). **Carta De Princípios Da Marcha Das Vadias Do Distrito Federal**. Disponível em <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com>> Acessado em 25/08/15.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). **Sobre o movimento**. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>> Acessado em: 26/08/2015.

NOGUEIRA, Silas. **Cultura, política e transformação em Gramsci**. In: FIRMIANO, F. Daia. e GONÇALVES, M. A. (orgs.). *Horizontes da luta social – os sujeitos da política*. Belo Horizonte: Bookjuris Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Participação Política**. 2005. Tese de Doutorado – Escola de Comunicações e Artes, Centro Latino-Americano de Comunicação e Cultura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NOBRE, Marcos. **Choque da Democracia: Razões da Revolta**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PEDRO, Joana Maria. **“Novos tempos, antigas questões...”**. In: PEDRO, Joana Maria (org.). *Práticas proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

\_\_\_\_\_. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.

PERUZZO, Cicilia. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”**. In: Matrizes Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013 - São Paulo - Brasil –p. 73-93. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br>> Acessado em 15/01/14.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **“Novos Movimentos Sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero”**. In: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 9, p. 81-91, Fevereiro/2011. Disponível em <<http://www.reid.org.br/>> Acessado em 17/02/14.

SANTOS, Thandara. **“Sobre a manifestação de ontem (ou Carta aberta a todos os seres humanos)”**. In.: *Blog da Marcha Mundial das Mulheres*, 2013. Disponível em: <marchamulheres.wordpress.com> Acessado em: 09/05/15.

SARDENBERG, Cecília M. B. **“Feminismo no Brasil, atual e atuante”**. In: *Revista Brasileiros*, 2010. Disponível em <<http://www.revistabrasileiros.com.br/>> . Acessado em 19/02/14.

SINGER, André. **“Flores de inverno”**. In.: *Folha de S.Paulo*, 2013. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)> Acessado em 07/05/15.

VICENTE, Terezinha. **“As Manifestações, pelo viés feminista”**. In.: *Blog da Marcha Mundial das Mulheres*, 2013. Disponível em: <marchamulheres.wordpress.com> Acessado em: 09/05/15.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Folkcomunicação e ativismo midiático: Lutas feministas e estratégias de visibilidade na Marcha das Vadias**. Disponível em <<http://www.intercom.org.br>> Acessado em 04/02/15.

## IDENTIDADES FLUTUANTES: A CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES PELAS REDES VIRTUAIS DE RELACIONAMENTO\*

Catarina Carneiro de Andrade LIMA\*

Silas NOGUEIRA\*\*

### RESUMO

O estudo investiga as implicações da onipresença das redes virtuais de relacionamento, mais conhecidas por “redes sociais”, nas relações sociais contemporâneas. O fenômeno não é entendido como “revolução”, mudança estrutural que pressuporia novos horizontes ético-políticos, mas como atualização tecnológica dirigida por interesses de governos e conglomerados empresariais, dentro do contexto capitalista globalizado. Foram analisadas, a partir duma perspectiva histórico-crítica e de conceitos como mediatização, hegemonia, identidades e espetacularização, a *tecnificação* das relações e práticas sociais, bem como as perdas identificáveis que essa prática acarreta, no que tange à sociabilidade, construção de subjetividades sob a ótica do capital, consequências na vida cotidiana e no aprendizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Facebook; Redes Sociais; Subjetividades; Identidade; Mediatização

### FLOATING IDENTITIES: THE SUBJECTIVITY CONSTRUCTION BY ONLINE SOCIAL NETWORKS

### ABSTRACT

This study investigates the implications of the omnipresence of online social networks to contemporary social relations. The phenomenon is not understood as a “revolution”, structural change that would assume new ethical-political horizons, but a “technological update” driven by government and business conglomerate interests, inside the globalized capitalist context. Having a historical-critical perspective and concepts such as mediatization, hegemony, identities, performativity, and spectacularization in mind, we analyzed the *technification* of relations and social practices, as well as identifiable losses that the practice entails, especially regarding sociability, subjectivity construction under the perspective of the capital, consequences in daily life, and learning.

**KEYWORDS:** Facebook; Social networks; Subjectivity; Identity; Mediatization.

---

\* Pesquisa realizada com o apoio financeiro do PIC – Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Graduanda em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. E-mail: [al.catarina@yahoo.com.br](mailto:al.catarina@yahoo.com.br)

\*\* Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (2005). Mestre em Sociologia pela UNESP/ CAR (1998). Professor do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Moura Lacerda. E-mail: [solsing@uol.com.br](mailto:solsing@uol.com.br)

## Introdução

A sociedade contemporânea, marcada por altos níveis de desenvolvimento técnico, tecnológico e científico, é conhecida também por sua imensa relação com as novas tecnologias de comunicação e informação, fato que possibilitou que fosse também denominada “sociedade midiaticizada”. Essa denominação advém do conceito ampliado de “mídia”, que engendra outro conceito contemporâneo relacionado à comunicação, ao fluxo de informação e à ação das tecnologias: “mídiação”, desenvolvido por Muniz Sodré (2013) que, basicamente, descreve a relação dos indivíduos com os aparatos tecnológicos e midiáticos dentro do que o autor denomina de “tecno cultura”, um novo *ethos*\* no qual as relações são, de forma predominante, mediadas pelos recursos tecnológicos.

A presença das redes virtuais de relacionamento no cotidiano de todos produz um relevante espaço de sociabilidade e constituição das subjetividades. Abarcando diversas idades, nacionalidades, gêneros, posições sociais, ideologias e etnias, são espaços de vivências e convivências que oferecem infinitas possibilidades, onde os sujeitos podem, inclusive, ter a impressão de acolhimento e de pertencimento, o senso grupal inerente à condição humana.

Segundo Marina Magalhães (2009), essa necessidade de sentido grupal, que acompanha os humanos “desde o início dos tempos”, não ocorre mais, exclusivamente, no plano real, pois tem sido cada vez mais absorvida pelo que ela chama de *cibercultura*, aspecto da globalização que *após eliminar a distância espaço-temporal, vem proporcionando novas formas de socialização entre os indivíduos.*

Assim, são espaços para construção de identidades, pois permitem não somente a conexão entre pessoas em um ambiente virtual, separadas por fronteiras geográficas, mas o contato com inúmeros e diferentes artefatos culturais para além de suas realidades concretas.

Na busca de entendimento desses aspectos mais significativos da realidade contemporânea, que se revela, entre outras características, capaz de reunir, ao mesmo tempo, altos índices de desenvolvimento tecnológico e desigualdade, significativas possibilidades de vida plena e exploração, grande capacidade de preservação da vida e destruição ecológica e, por fim, imenso potencial para a comunicação e a solidão, impõe-se a necessidade da contextualização das formas de desenvolvimento e das opções político-ideológicas que se tornaram hegemônicas nos últimos anos.

---

\* Palavra grega que designa o conjunto de costumes e práticas de um povo, em uma determinada época ou região.

## **Globalização e avanços nos meios de comunicação: da televisão às redes virtuais de relacionamento**

A popularização da televisão nos lares brasileiros aconteceu simultaneamente à aceleração da globalização, na década de 1960, como parte do processo que envolvia mudanças políticas, econômicas e culturais que aconteciam em todo o mundo e também no âmbito nacional. Esses acontecimentos começaram, de forma paulatina, a colocar, com mais ênfase, os questionamentos em torno da Modernidade e de sua pretensa e anti-dialética eternização. Iniciam-se transformações tecnológicas e científicas nas estruturas das formações sociais, ao mesmo tempo em que, no campo da filosofia, da cultura e das ciências políticas, cresce o pensamento crítico e intensificam-se os questionamentos relativos às heranças iluministas, positivistas evolucionistas e ao caráter eurocêntrico do arsenal teórico e filosófico que mantinha o monopólio do que seria a verdade e a ciência no mundo. As ortodoxias teóricas se sentem obrigadas a buscar novas respostas aos novos problemas ou a reformularem estratégias e métodos diante das mudanças concretas e supraestruturais que desafiam o pensamento, o conhecimento e o próprio sentido de transformação e ação política. Na mesma medida, as forças hegemônicas se reorganizam para a manutenção do capitalismo em sua totalidade e da preservação do ideário da velha escola liberal, com a supremacia do mercado e do consumo sobre todos os outros valores criados nos processos civilizatórios ao longo da história. Tecnologia, conhecimentos econômicos e políticos, sob a égide do mercado e do capital, inauguram nova fase que passa a ser conhecida como neoliberalismo. Com possibilidades tecnológicas de altíssimo nível técnico e científico, somados à sofisticação dos instrumentais teóricos e práticos do marketing, dos psicologismos e do design alteram-se o próprio conceito e significado de mercadoria (HAUG, 1996).

Para a consolidação política desse novo estágio do capitalismo, o campo da comunicação foi decisivo. O próprio sentido de comunicação foi abalado e sua complexa teia de significados humanos foi sufocada por um de seus elementos, a informação (SODRÉ, 2013). E é a informação o elemento do processo de comunicação que mais fácil e eficazmente se transforma na grande e valiosa mercadoria contemporânea. Predominantemente, as formações sociais contemporâneas entram, com suas contradições, negações e forte capacidade destrutiva, no estágio em que a própria Modernidade, ou o que restou dela, passa a ser tão controversa, multifacetária e plural quanto a quantidade de nomes que se atribuem a ela: pós-modernidade, modernidade tardia, hipermodernidade, turbocapitalismo...

A modernidade tardia é marcada pela aceleração de fluxos informacionais, pela rapidez exacerbada, por uma supremacia do neoliberalismo no plano político, pela incerteza herdada dos tempos anteriores e agora mais intensificada, pelo desenvolvimento da técnica e da ciência, junção de mercados, blocos econômicos, relativização de antigos ideais e velhas certezas, intenso êxodo rural e inchaço ou colapso das cidades. Nos primeiros momentos da era da velocidade, a caminho do hiperconsumo hoje predominante, a televisão era a tecnologia da vez que serviria bem a este momento histórico no qual era necessário travestir e transmitir a mensagem da liberdade ligada ao consumo e de todos os valores desse novo mundo que se configurava rapidamente, seja em forma de propaganda política, de telejornalismo ou de entretenimento, como novelas, filmes e todo o sofisticado aparato de propaganda e publicidade.

Entretanto, a televisão ainda enquadra-se em um meio de comunicação de massa, em sua forma tradicional, portanto unilateral e verticalizado (em contraposição à internet, que, em potencial, é colaborativa e horizontal), mas sua linguagem permanece até hoje na internet e em suas “redes sociais”. A TV foi imprescindível para a implantação de novos costumes e experiências mediadas, tornando-se um novo aparato para a construção das identidades, sonhos e visões de mundo.

Comumente, o sucesso das redes virtuais e da internet tem sido comparado à invenção da imprensa e sua “Revolução”. Muniz Sodré contrapõe-se à ideia de que a internet é, por si, uma “Revolução”. Para ele, essa afirmação é um “slogan tecnicista”. O pesquisador defende que uma verdadeira revolução pressupõe mudanças estruturais nos campos ideológico, político, econômico e jurídico. Já que a internet surgiu dentro das estruturas burocráticas existentes, e apenas otimizou os processos de circulação de informações e mercadorias, ele a classifica como uma “maturação tecnológica”, que serve aos velhos propósitos liberais e também ao jogo de expansão e dominação do capital.

*As novas tecnologias apoiam e coincidem, em termos econômicos, com a extraordinária aceleração da expansão do capital ( o “turbocapitalismo”), esse processo tendencial de transnacionalização do sistema produtivo e de atualização do velho liberalismo de Adam Smith a que se vem chamando de ‘globalização’ e cuja autopropaganda, atravessada pela ideologia do pensamento único, lhe atribui poderes universais de uniformização. (SODRÉ, 2013, p.11)*

O autor defende que a artimanha do discurso que elogia exacerbadamente as novas tecnologias é exatamente essa: ocultar o contexto econômico-político, a origem bélica e os abismos sociais que a corrida pela acumulação capitalista engendrou ao longo da história.

Nesse sentido, a comunicação via internet não é uma “revolução”, pois foi criada para otimizar um sistema em permanente movimento de ascensão que resultou na hibridização de mercados e países, chamado de globalização.

### **Identities contraditórias e representações culturais para consumo**

O conceito de identidade, tão complexo e controverso, foi questionado por Hall (2015) no processo globalizante da pós-modernidade ou modernidade tardia. Antes, fixa e estável, restrita ao local do nascimento, limitada às fronteiras geográficas e sociais da comunidade na qual o indivíduo estava inserido, foi passando por diversas transformações no campo simbólico de sua representação, sobretudo com o processo globalizante que caracteriza a chamada modernidade tardia. Segundo o autor, as identidades, embora nunca tenham sido plenamente unificadas como se acredita, apontam peculiaridades nos descentramentos de suas representações, provocadas pela globalização, fazendo emergir, dentro de um único indivíduo e em suas relações com o meio externo, inúmeras identidades contraditórias, que ao mesmo tempo se cruzam e se deslocam mutuamente.

*Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas temporariamente. (HALL, 2015, p. 12)*

Partindo da visão de que a globalização marca o início da modernidade tardia, cujo marco é a década de 1960 (HALL, 2015, p. 27), torna-se possível analisar a emergência das redes virtuais de relacionamento, como o *Facebook*, como um desdobramento (portanto uma extensão e uma consequência) do contexto político-econômico e social desse período histórico, assim como a televisão foi, e não como um acontecimento revolucionário capaz de romper isoladamente com a era anterior e inaugurar um novo marco.

Nesse cenário de globalização intensificada, pleno de significados consumistas e em processo de esvaziamento de significados humanos, é que surgem as redes virtuais. As redes

virtuais de relacionamento, popularmente chamadas de “redes sociais”, são, basicamente, espaços *on-line* que favorecem interação entre amigos, local onde ocorre troca de mensagens e imagens, músicas, compartilhamento da vida pessoal e do cotidiano em perfis; e também a interação entre empresas e marcas com seus públicos. Elas foram se alterando em um curto espaço de tempo, em seus usos, formatos e significados. Nota-se uma crescente convergência de mecanismos (ou de “mídias” como é costume dizer), que adaptam cada vez mais seus produtos de entretenimento e informação à plataforma móvel e multifuncional do *smartphone*.

Vai muito além da função primordial de telefonar, trazendo consigo aplicativos utilitários para entreter e auxiliar o dia a dia das pessoas de diversas idades e estilos de vida, conferindo uma certa liberdade na qual o usuário pode escolher quais dos inúmeros aplicativos podem trazer praticidade ao seu cotidiano e mais satisfação nos momentos de lazer.

Apesar das melhorias na vida que as novas tecnologias proporcionam, como a valorização da escolha pessoal, comunicação que ultrapassa fronteiras e possibilidade de construir/aprimorar relações de contatos profissionais e de amizade, a prática do relacionamento virtual flexibilizou limites das regras de conduta que eram bem mais claros em um passado não muito distante. Disponibilizando o indivíduo 24 horas por dia, fazendo com que ele receba alertas e notificações a todo momento, os diversos aplicativos de celular, como comunicadores instantâneos e redes virtuais de relacionamento, alteraram importantes noções presentes nos costumes, como a da presença e da ausência, da intimidade e da privacidade. Procurando explorar essas afirmações, escolheu-se, para este trabalho, priorizar nas análises a rede virtual *Facebook*, sem dúvida a rede mais popular e expressiva e que, em julho de 2015, atingiu a marca de 1,49 bilhão de usuários conectados em todo o mundo ( G1, 2015 ). Ela possui, inclusive, integração com outros aplicativos/plataformas de compartilhamento de vídeos, fotos, imagens e mensagens, como *Instagram*, *Twitter*, *Whatsapp* e *Youtube*, que otimizam a experiência virtual e agregam valores e significados dentro da *cybercultura*.

É entendida pela maioria das pessoas como um espaço cuja função primordial é aproximar pessoas distantes geograficamente e/ou com interesses comuns, oferecer liberdade de interação entre os indivíduos, rápido e fácil compartilhamento de informações diversas que vão desde banalidades até materiais didáticos (antes com limitado e difícil acesso). Além de proporcionar condições técnicas de interação com os produtos midiáticos e a possibilidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo com rapidez, as redes virtuais têm

sido louvadas sobremaneira por diversos teóricos que exaltam as qualidades das novas tecnologias de comunicação. A esses teóricos contrapõem-se a visão crítica dos que contextualizam as tecnologias nas relações de poder, para além dos limites da técnica e do pragmatismo inerente aos seus usos. São vozes dissonantes em meio aos discursos de exaltação exacerbada às novas tecnologias, que denunciam suas origens bélicas, expõem suas contradições e suas interferências sociais, suas ações ideológicas nas interações sociais, e ressaltam seu caráter político e sua estreita ligação com a ideia de “sociedade do controle”. Denis Moraes (2006) defende que as novas tecnologias deveriam ser importantes ferramentas imbuídas de caráter humanístico, emancipador, onde se pode manifestar diversidades, confrontar pontos de vista e buscar conhecimento de qualidade, não meramente grande volume informações, alta velocidade e infindável quantidade de dados. Moraes denuncia que, nas mãos dos grandes conglomerados empresariais que controlam o campo econômico e ideológico nesse avançado estágio do capitalismo globalizado, os novos mecanismos usam as informações pessoais dos internautas e elementos das subjetividades como ideias, pensamentos, fotos, gostos, amizades e até a localização geográfica para a criação de verdadeiros universos de identificação, controle e consumo. Ao mesmo tempo em que se tenta saciar a necessidade humana de vinculação com seus iguais dentro de um grupo de afinidades, são sugeridos, sutilmente, modos de vida, formas ideológicas de ver e ler o mundo, além, é evidente, de produtos e serviços atrelados às inúmeras possibilidades de ser e estar no mundo.

*A partir de uma retórica que demonstra sutil sensibilidade para lidar com símbolos abrangentes, a mídia extravasa emoções que suscitam identificações sociais e psíquicas. Regula-se a ação entre desejo, necessidade e satisfação, removendo-se aquilo que retarde o ímpeto de consumir ou protele a extinção dos impulsos. No culto ao fugaz, querem convencer-nos de que o que perdemos em durabilidade, ganhamos em intensidade. (MORAES, 2006, p. 36)*

Deve-se considerar, também, o aspecto do controle e vigilância exercido nessas redes, para o qual não se costuma atentar, dando à banalidade com que se colocam grandes quantidades de informações pessoais na rede, todos os dias. As próprias sugestões de páginas que o *Facebook* direciona para cada usuário de forma personalizada, para que ele se filie por meio do botão “curtir”<sup>\*</sup> é tão assertiva que às vezes assusta, pois a impressão que se

---

<sup>\*</sup> Botão que sinaliza a aprovação ou simpatia por alguma atividade, causa, pessoa ou empresa, representada pelo sinal gráfico do dedo polegar levantado, dentro do ambiente virtual do *Facebook*.

tem é que uma tecnologia, uma máquina com autonomia, nos conhece melhor do que nós mesmos.

As pretensões de captar cada passo e cada rastro deixado nas redes pelos usuários, escondidas pelos fascínios de uma infinidade de informações, imagens, velocidade e aparente sensação de liberdade, são apontadas por Julian Assange, ativista que denuncia a apropriação e o controle de informações particulares por grandes empresas:

*O Google sabe o que você estava pensando. E sabe o que você pensou no passado, porque quando você quer saber algum detalhe, busca no Google. Sites que têm Google Adds, ou seja, todos os sites, registram sua visita. O Google sabe todos os sites que você visitou, tudo o que você buscou. Ele te conhece melhor que você. Você sabe o que você buscou há dois dias ? Não. Mas o Google sabe. Alguém pode dizer: o Google só quer vender publicidade. Mas, na realidade, todas as agências de inteligência dos EUA têm acesso ao material do Google. (ASSANGE, apud CHADE, 2013)*

Dessa maneira, as redes virtuais, inseridas nessa integração de plataformas comunicacionais, dentro dessa lógica da mercadoria que movimenta o sistema político, econômico e ideológico, revelam que não são inocentes e inertes meios para veiculação de publicidade ( que por si só já revela pontos de vista e valores no processo de persuasão ), nem apenas um imparcial meio de conectar e agrupar pessoas distantes que poderiam ter afinidades emocionais ou profissionais. Tampouco têm a pretensão pura e simples de ajudar na busca do crescimento pessoal e do conhecimento libertador. Assim, torna-se imperioso estudar como essas redes parecem exercer decisivo papel direcionador nos processos políticos, no amplo sentido do termo, de sociabilidade e construção das identidades, das subjetividades, da criação de vínculos e pertencimentos e, por conseguinte, dos comportamentos.

### **Mediatização e a simulação da experiência – fugacidade e angústias na contemporaneidade**

Neste novo ambiente de sociabilidade, no qual pessoas, empresas e instituições públicas se relacionam virtualmente, a diferença entre ficção e realidade parece não fazer mais sentido, e o ato de “compartilhar” ganhou outros contornos, delineando maneiras de relacionamento bem peculiares, caracterizadas pela fugacidade, velocidade e quantidade inumerável de informações, que mesclam imagens, pequenos textos, vídeos e desenhos nos

chamados *posts*<sup>\*</sup>, transmitidos a uma grande quantidade amigos, ao mesmo tempo e até “ao vivo”. Importa ressaltar, aqui, que o sentido de amigos e amizade tornou-se também mais complexo ou obscuro, mesmo, na conformidade com transformações de outros valores inerentes a relações sociais e humanas.

Esse ato de “compartilhar” uma informação, fotografia ou arquivo é tão fundamental nas redes que passa a organizar o cotidiano e a experiência de milhões de pessoas, ganhando valor ritualístico. Ele imita a própria lógica das relações humanas não-virtuais, e por isso mesmo é que teóricos o caracterizam como “simulacros”, isto é, em sentido mais simples, uma simulação da realidade, um processo no qual as representações, imagens ou símbolos não possuem um correspondente real, caracterizando-se como representação da representação, com perdas e confusões de sentidos e significados (BAUDRILLARD, 1991). Assim, pessoas interagem – ou tecnointeragem, como diria Sodré (2013) – a partir das velhas mensagens escritas, agora relegadas a uma importância secundária e reformuladas em microtextos e *hashtags*<sup>†</sup>, perdendo espaço para imagens, vídeos curtos, *gifs*<sup>‡</sup> animados e as *selfies*<sup>§</sup> de cada dia.

São inúmeras as qualidades positivas que os próprios usuários da internet, das redes virtuais de relacionamento e até correntes acadêmicas defendem, como: a troca rápida de informações entre pessoas distantes; a possibilidade de colocar em pauta *temas tradicionalmente ausentes do espaço público mediatizado* (CARVALHEIRO *et al.*, 2013); condição de promover participação política através de uma comunicação horizontalizada; capacidade de “democratizar a informação”, “dar a voz” (como se costuma falar no *Facebook*) a milhões de pessoas e movimentos sociais desprivilegiados pelo poder público e suas instituições tradicionais, etc.

Para além dos encantos “mágicos” do mundo virtual, que numa primeira análise parece descentralizado e despolitizado, teóricos, estudiosos e ativistas têm procurado dialogar criticamente. Muniz Sodré tornou-se referência fundamental nesse aspecto. Elaborou uma teoria sobre a comunicação em rede, com conceitos como “sociedade mediatizada” e “mediatização”, necessários para pensar criticamente as situações cotidianas

---

\* Publicações de mensagens instantâneas por um usuário do *Facebook*, transmitidas a um grande número de pessoas, simultaneamente, podendo conter textos, imagens e vídeos.

† Palavra-chave precedida pelo símbolo gráfico #, que as pessoas incluem em suas mensagens nas redes sociais, com o objetivo de enfatizar alguma ação, emoção ou dado importante contido nas mesmas. É também utilizada para amplificar o alcance das mensagens para os potenciais seguidores, visibilizando-as nos resultados de buscas dentro do *Facebook*.

‡ Pequenas e curtas animações compartilhadas na web, legendados ou não, geralmente de cunho humorístico.

§ Fazer uma fotografia de si mesmo com a câmera frontal do *smartphone*.

que envolvem a navegação em rede. É importante ressaltar que, à época da publicação da obra **Antropológica do Espelho**, no início dos anos 2000, a internet, no Brasil, embora despertasse fascínio e a imaginação da população, ainda se restringia a ambientes corporativos e classes sociais de mais elevado poder aquisitivo. Mal se falava no que hoje chamamos de “redes sociais”. Mas os conceitos trabalhados na obra mostram-se extremamente atuais, mesmo com todas as mutações sofridas pela internet nos últimos anos.

O autor defende que as novas tecnologias não são apenas suportes, aparatos técnicos ou meios neutros e inertes que auxiliam a vida acelerada da atualidade. Para ele, vivemos em uma “sociedade midiaticizada”, conceito que descreve a relação dos indivíduos com os novos aparatos tecnológicos e as experiências vividas dentro das telas e das redes, no sistema capitalista em seu estágio mais avançado. A midiaticização é a própria comunicação entre pessoas, instituições e cultura, só que com os novos aparatos tecnológicos e dentro de uma realidade fabricada que tanto cria como recria a cultura e as relações. Operando por meio de uma “prótese tecnológica” ou “prótese mercadológica da realidade sensível”, isto é, o suporte físico e mental que permite/ auxilia a comunicação entre os seres humanos ( de forma similar a um órgão do corpo humano e seus impulsos nervosos ), mas que também é fabricado, as pessoas tornam-se “médiums”, incorporando e retransmitindo os valores da cultura capitalista, marcada pela lógica do consumo e do mercado e regida pelos princípios e interesses neoliberais. Entretanto, ressalta, exemplificando o uso do espelho e seu reflexo exato da realidade sensível, que o médium *simula o espelho, mas não é jamais puro reflexo, por ser também um condicionador ativo daquilo que diz refletir* (SODRÉ, 2013, p. 21). Dessa maneira, é questionada e relativizada aquela ideia da manipulação das consciências feita por um algoz, um ditador facilmente identificável, que atua de forma irrestrita, eficaz e com poderes absolutos, presente no imaginário popular e no livro **O grande irmão**, de George Orwell. Nesse novo contexto, o médium retransmite mas ressignifica os valores, confrontando-os com sua própria realidade. Essa ação, por si só, ilustra um princípio da internet, e é, ao mesmo tempo, o que a torna tão insuspeita para boa parte dos usuários: a coexistência de várias verdades em harmonia, possibilitando falar, adquirir e ser o que e quem quisermos – mesmo que tudo não passe de uma simulação digital.

Essa condição ultrapassa o sentido mais simples de manipulação, já que o envolvimento tanto dissimula quanto promove a coexistência, a alternância entre sujeitos, máquinas e simulações de poder e autonomia. “Empoderamento”, palavra inventada e já desgastada na moda virtual, e autonomia, tornam-se também simulacro na medida em que o poder real e mesmo as formas de contestá-lo estão sob controle do grande capital. A

construção de sujeitos supostamente empoderados pode ser questionada a partir de um detalhe aparentemente inocente: as próprias grandes empresas, como Google e Facebook, oferecem as “armas” de contestação, como molduras e filtros para foto de perfil que expressam associação a movimentos políticos ou causas humanitárias, por exemplo. Por uma ótica crítica, que não desdenha a necessidade de politização das manifestações, isso aproxima-se da banalização do que seria um protesto e o transforma num jogo infantilizado no qual o real poder do capital permite a “brincadeira”, que não o assusta nem o ameaça.

A influência dessa “revolução informacional” é tão grande que Sodré defende a existência de um *bios*<sup>\*</sup> midiático, que é uma nova esfera da existência humana que engloba os prazeres, a sociabilidade e a aquisição de conhecimentos. Aqui, o autor faz uma ponte com a teoria de Aristóteles, presente na obra **Ética a Nicômaco**, na qual ele descreve as três esferas da existência humana que regem a vida em sociedade dentro da pólis grega: *Bios theoretikos* (esfera do conhecimento), *Bios politikos* (esfera da sociabilidade política), *Bios apoloaustikos* (esfera do prazer, dos sentidos e da sensibilidade). Para Muniz Sodré, na realidade contemporânea, as relações sociais são presididas pelo *Bios* midiático, pois a comunicação é totalmente dependente da tecnologia, alterando nossas percepções, sentimentos, capacidade de apreender conhecimentos e ressignificar experiências, já que esse ambiente permite movimentação e interação (ainda que virtuais), graças aos *hiperlinks*<sup>†</sup> e *hipertextos*<sup>‡</sup>, algo que não era possível na mídia tradicional.

*No espelhamento de parte da mídia tradicional ou ‘linear’ (cinema, televisão), ainda se mostra ou se aponta com imagens ‘paraespetaculares’, para um espaço externo [...] que se busca representar realisticamente. Ou seja, ainda há na representação um efeito irradiado do referente externo. Já nos ambientes digitais da nova mídia, porém, o usuário pode ‘entrar’ e mover-se, graças à interface gráfica, trocando a representação clássica pela vivência apresentativa. (SODRÉ, 2013, p. 23)*

Por “vivência apresentativa” pode-se inferir que é a interação social ou “tecnointeração” por meio de dispositivos técnicos numa comunicação entendida como mera troca de informações. Ela é possibilitada pela mobilidade dentro da interface gráfica,

\* Radical grego que significa “vida”.

† Qualquer coisa que se coloca na web que, ao ser clicada, abre uma página com conteúdos diferentes. Pode vir representado por um sinal gráfico ou texto colorido e sublinhado (link).

‡ Forma de leitura e escrita não linear, característicos da internet, que, juntamente com os hiperlinks, permitem interação outras páginas.

interação, o “passeio” em várias páginas mediante cliques, algo que não era possível nos meios de comunicação de massa, lineares e fechados. Dessa maneira, nos meios de comunicação como a televisão, por exemplo, ficava mais claro que aquilo que se via nas telas era uma representação, uma simulação da realidade sensível, e que, por mais que nos absorvessem, nos prendessem a atenção e nos provocassem emoções e reações sensoriais, não se podia ter uma experiência de imersão, pois não se podia interagir diretamente com a tela nem com o enredo do programa.

*A partir do computador, a simulação digitaliza-se [...] Daí decorre a conformação atual da tecnocultura, uma cultura da simulação ou do fluxo, que faz da ‘representação apresentativa’ uma nova forma de vida. Saber e sentir ingressam num novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas. (SODRÉ, 2013, p.17)*

Mas saber e sentir através de máquinas ganha expressão máxima dentro da *cybercultura*, que transforma em simulacros fabricados os valores e significados humanos inerentes à comunicação, principalmente as experiências práticas e sentimentos individuais e coletivos. Os significados aprendidos com o tempo, esforço, raciocínio, a experiência concreta, são reduzidos a mera apresentação e apreensão de informações e dados, em detrimento da compreensão do conhecimento e de todo o longo processo de aprendizado na prática.

Esta ideia pode ficar mais clara se aproximarmos esse conceito da conhecida primeira tese de Guy Debord (1997, p. 13), na qual ele afirmava que *Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação.*

Experimentando o mundo em vivências sensoriais intensas e à base de “representações apresentativas” que a navegação pelas interfaces gráficas proporciona e, mais recentemente, dentro das redes virtuais de relacionamento, caracterizadas pelo excesso informacional e visual, pela rapidez e fugacidade, o indivíduo pode ir perdendo algumas capacidades essenciais para o aprendizado, como concentração e retenção de informações, capacidade crítica que lhe permitia diferenciar a representação de sua realidade concreta, sentimento de constante solidão, incerteza e até depressão.

### **Alterações psicossociais, perda de concentração e prejuízos no processo de aprendizado. A incapacidade de distinção entre o real concreto e o discurso midiático publicitário**

O sociólogo Bauman, em entrevista realizada no Brasil (YOUTUBE, 2015), mostra a preocupação com as perdas cognitivas sofridas pelos jovens, faixa etária familiarizada com as novas tecnologias e com a prática do relacionamento virtual. Ele alerta para perda da concentração, perda da capacidade de retenção de informações relevantes, perda de reflexão crítica, e ainda para o sentimento de incerteza diante das inúmeras possibilidades oferecidas pelos mecanismos virtuais, como o Google.

Uma notícia (AVELAR, 2016) mostra os resultados de um estudo feito nos Estados Unidos pela Universidade de Stanford, que avaliou a capacidade de distinção de notícias falsas de verdadeiras de 7.804 estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. A constatação foi que a maioria conseguia diferenciar as chamadas para notícias de anúncios tradicionais, mas que 80% era incapaz de diferenciar as chamadas para notícias de jornais das de conteúdos patrocinados por anunciantes, publicidade, mesmo com a devida indicação de que a reportagem era comprada por anunciantes. Em um outro experimento, os estudantes analisaram uma publicação que mostrava a foto de flores supostamente modificadas pelo acidente nuclear de Fukushima; entretanto, a publicação não tinha fonte conhecida e as imagens não continham claras nem suficientes evidências que confirmassem a veracidade dos fatos anunciados. Mesmo assim, 40% dos jovens afirmaram que havia elementos suficientes para confirmar a veracidade das informações apresentadas. Esperava-se que ao menos os universitários questionassem a credibilidade do *site*.

Sobre a alteração nos estados de humor, bem-estar e concentração, a divulgação de uma pesquisa (NADAL, 2016) mostra um estudo realizado pelo The Happiness Research Institute. Os pesquisadores concluíram que as pessoas que deixam de usar o *Facebook* sentem-se mais felizes e menos preocupadas. Foram 1.095 participantes, divididos entre dois grupos: um grupo deveria se desconectar da rede por sete dias, e o outro, pertencente ao grupo-controle, deveria continuar usando normalmente. A partir das respostas dos questionários aplicados, foram medidos estados de ânimo, tristeza, preocupação, raiva, solidão e depressão. Os resultados demonstraram que os que haviam deixado de usar a rede sentiam-se mais felizes, menos tristes e menos solitários, aumentaram a atividade social presencial, apresentaram menor dificuldade de concentração e diminuíram a sensação de desperdício de tempo na rotina de estudos. É importante citar que, durante o estudo, foi pedido aos participantes que desinstalassem os aplicativos do *Facebook* de seus

*smartphones*, mas que, mesmo com essa precaução, 13% não resistiu à verificação das notificações.

### **Identities, as narrativas de si, tempo de incertezas e sociedade do controle**

Que as redes virtuais de relacionamento são importantes aparatos para a construção das identidades, não há dúvidas. Há muito tempo que as referências e a sociabilidade do indivíduo não se restringem mais aos ambientes tradicionais como o familiar, a escola, centro religioso, vizinhança, círculos sociais e, em vários casos, *shoppings* e centros destinados ao consumo.

Sobre a mudança nas identidades na modernidade tardia, aqui serão entendidas e analisadas como desdobramentos do processo de globalização. Autores como Stuart Hall e Anthony Giddens, simpáticos à ideia de uma “crise de identidade”, se debruçam sobre o tema e descrevem os descentramentos, a relatividade, as contradições que perpassam as identidades, e o quanto são marcadas pela incerteza, consequências das mudanças estruturais causadas pela globalização que marca o período.

Stuart Hall (2015) defende que as mudanças que marcaram o final do século XX foram diferentes e estruturais, ocasionando a perda do “sentido de si”, provocando rupturas na centralidade do sujeito, produzindo contradições que são sentidas e percebidas tanto dentro dele quanto fora.

*Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (HALL, 2015, p. 10)*

O autor lista, como algumas das consequências do processo globalizatório, as perdas e fragmentações geradas pelo desencaixe das relações sociais de seus contextos locais, a

destruição espaço-tempo e a multiplicidade “desconcertante” e “cambiante” de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar, temporariamente, com cada uma delas.

Esses fatores desestabilizaram os fortes sentidos de identidade e cultura que, de certa forma, definiam os sujeitos dentro do espaço social, abrindo caminhos para novas referências, novos sentimentos de lealdade e de “ser”, desterritorializados e sob o signo do mercado, determinados pelos “centros gestores do consumo”, como aponta o pesquisador Denis Moraes (2006), em consonância com as ideias de Hall:

*Os consumidores são visualizados em função de padrões similares de comportamento e estilos de vida – categorias de análise que diluem vínculos com zonas geográficas e facilitam planos mundializados. Em torno de símbolos deterritorializados [...] agregam-se grupos sociais de diferentes continentes, países, etnias, raças, crenças e idiomas. Os sentidos de pertencimento descolam-se de lealdades nacionais e são delineados por centros gestores do consumo. (MORAES, 2006, p. 39)*

Ainda, a própria noção de “eu” unificado, conceito arraigado na cultura e na filosofia Ocidental, a partir da qual as pessoas organizam as experiências que dão sentido à vida numa ideia de trajetória, é posta em cheque pela nova configuração da sociedade globalizada. Hall procura mostrar que “sujeito” e “identidade” não são essências nem nascem com o indivíduo, tampouco vão revelando sua “verdade” ao longo da vida, derrubando a ideia cartesiana, soberana na filosofia Ocidental e que influenciou esta cultura, a sociedade e as ideias sobre sujeito e subjetividades, mas que ainda permanece no imaginário social.

Vive-se em um mundo de muitas possibilidades e isso ficou mais evidente com as redes virtuais de relacionamento. Dentro desses ambientes, ainda que em questionáveis níveis de consciência e autonomia, pode-se mais facilmente fazer as escolhas que tragam mais satisfação – inclusive a escolha de quem queremos ser. E a autoconstrução da identidade, hoje, no relativo e flutuante espaço de autonomia que pode ser identificado nesse aspecto, encontra-se atrelada às referências de “estilos de vida”, aos imperativos de “se experimentar” e “se descobrir” e à ideia de um ser autêntico e diferente dos demais. Ou seja, algo muito próximo e com valores herdados da velha noção Ocidental e liberal de indivíduo. Nesse sentido, identidades são construídas a partir das escolhas que proporcionam mais satisfação, mas que produzam um sentido pessoal para a vida. Essa lógica é semelhante ou mesmo herdeira da lógica de mercado, de consumo e da meradoria.

O sentimento de incerteza, segundo Giddens (2002), foi tecido ao longo da Modernidade, em um longo processo de reorganização do tempo e do espaço, nos quais as relações sociais descolam-se de seus contextos locais a grandes distâncias, gerando perdas de importantes significados culturais e iniciando a produção de contradições, transformando a natureza e os sentidos que regem a vida social cotidiana.

*Além de sua reflexividade institucional, a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombina-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. (GIDDENS, 2002, p. 10)*

Na ótica do autor, vivemos em uma sociedade pós-tradicional, caracterizada pela dúvida que permeia tanto a vida cotidiana quanto a consciência filosófica, transformando toda a forma de conhecimento em hipótese, passível de abandono e revisão. As múltiplas fontes de autoridade contribuem para tanto. Assim, também, é o processo de construção identitário, do “eu” : deve ser construído reflexivamente, *em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades* ( GIDDENS, 2002, p. 11 ).

Ainda, em outra obra mais antiga, ele defende que as sociedades tradicionais veneravam os símbolos e o passado, estruturando uma narrativa coerente em torno do passado e perpetuando as experiências adquiridas. Com o decorrer da Modernidade e do processo de globalização, significativas mudanças na relação espaço-tempo provocaram mudanças rápidas e abrangentes, fazendo com que as práticas sociais sejam continuamente examinadas e mudadas à luz das novas informações, alterando o caráter e dificultando a formação de sólidas experiências.

*[...]as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter. [...] à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da Terra. (GIDDENS, 1990 apud HALL, 2015, p. 13)*

Esta pode parecer uma maneira um tanto generalista de enxergar a história do mundo, mas não perde sua validade ao ser aplicada ao contexto das redes virtuais, dotadas

de velocidade e fluxos grandes de informações recebidas todos os dias. Ao tomar conhecimento de tantas “verdades” novas e efêmeras, o indivíduo pode sentir-se confuso e desgastado em sua busca por estruturar a “narrativa do eu“, ao ter de se examinar, se questionar e se reinventar em curtos períodos de tempo. Ao ser interpelado sem cessar por tantos sistemas de significação, por tantas diferenças, que não faziam parte de sua realidade concreta nem de sua cultura, o “eu” e seu lugar no mundo social e cultural é constantemente revisto. E ao tomar contato com diferentes ideias via redes virtuais, que tanto podem ser músicas, religiões, ideologias, imagens, vídeos, fóruns on-line de discussão, obras literárias, símbolos, estilos de vida, vê-se tentado ou obrigado a questionar suas práticas vividas até então, ao conhecer movimentos sociais de diferentes matizes e ideais, discursos e bandeiras dos quais nunca tinha ouvido falar.

*Na ordem pós tradicional da modernidade, e contra o pano de fundo de novas formas de experiência mediada, a autoidentidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. (GIDDENS, 2002, p. 12 - 13)*

Se, no passado, a subjetividade era estruturada a partir do saber tradicional, adquirido mediante experiências e transmitido pelas narrativas que organizavam a experiência coletiva e que data dos tempos imemoriais, assim como era estreita ligação entre a idade e a acumulação de conhecimento, como lidar agora com a passagem do tempo e com a formação dos saberes, práticas e experiências em um contexto tão rápido e mutável? Como podemos organizar reflexivamente nosso “eu” com uma base sólida, se todo o conhecimento pode ser refutado e aberto a revisões em curtos períodos de tempo ?

Uma das maneiras de, ao mesmo tempo, resgatar aquele sentimento de fazer parte de um grupo, lidar com a passagem do tempo e com a solidão, adquirir e compartilhar saberes é participando de uma cultura coletiva e aberta, na qual há lugar para todos e as diferenças são bem-vindas. Isso, não sem alto grau de ilusão e simulação, pode ser conseguido pela socialização via redes virtuais de relacionamento, que propiciam, mesmo que em um plano

diferente do real concreto, algum afastamento da solidão e conferem sentido às práticas de vida dentro do plano coletivo, ou, em outras palavras, permitem que o indivíduo faça parte de uma grande comunidade cujos membros são ligados por características ou causas comuns, mas sem deixar de lado sua individualidade, sua singularidade. Por meio do contato com diversos estilos de vida, que aparecem e desaparecem tão rápido como modismos, o indivíduo encontra grande variedade de recursos para sua autoconstrução, na busca insaciável por mudar e experimentar. Esse jogo, em praticamente toda a sua experiência, assemelha-se ao jogo e às práticas do mercado e do consumo, incluindo aí os valores, o caráter de mercadoria dos sujeitos e sua exposição nas vitrines virtuais.

O sucesso dessas redes é atribuído, entre outras razões, à integração que promove entre a vida concreta e a virtual, a qual engloba trabalho, estudo, entretenimento, relacionamentos amorosos, de amizade e familiares, conectando-os dentro dessa imensa “aldeia global”, vencendo, assim, as barreiras da distância e desafiando os limites da presença-ausência. Ao postar uma foto de um momento ou de si em sua página pessoal do *Facebook*, por exemplo, ao mesmo tempo em que o indivíduo quer mostrar a si mesmo e sua singularidade, estruturando uma narrativa coerente de seu “eu”, sua intenção é orientada pela audiência que o observa, isto é, seus amigos virtuais e reais, as pessoas que são importantes para ele, já que é comum encontrar familiares de diversas idades e pessoas do círculo social no âmbito virtual.

Entretanto, o inocente costume de escrever e fotografar sobre o próprio cotidiano nas redes não escapa ao aspecto do controle exercido nesses ambientes. Um controle complexo que é, ao mesmo tempo, técnico, policial, psicológico, ideológico e subliminar. Ao exporem suas vidas dessa maneira, inúmeras pessoas se esquecem ou simplesmente não cogitam a parcialidade das redes virtuais, ignorando que as mesmas não são ambientes apolíticos e nem isentos de interesses de empresas e governos. Instado a falar de si, pela própria estrutura do *Facebook*, o indivíduo se dá a conhecer, colaborando para o cumprimento dos desígnios de uma estratégia que permite e valoriza a liberdade para a redução das incertezas que permeiam o indivíduo e o coletivo, uma estratégia para a conformação da “sociedade de controle” deleuziana, a qual suplanta a lógica e a dinâmica das sociedades disciplinares foucaultianas da era industrial, como aponta o pesquisador Silveira (2010):

*No contexto disciplinar o corpo deve ser moldado, no cenário de controle, os corpos precisam ser livres para que possam ser modulados. As*

*sociedades disciplinares exigem limites claros dos espaços físicos, as sociedades de controle não se importam com a dispersão espacial, com a liberdade de movimento, elas buscam nos viventes a captação de suas necessidades de redução das incertezas. Esta busca tipicamente informacional requer conectividade, portanto, exige acesso e presença na rede. A existência na rede só é possível aceitando seus protocolos, portanto, seu controle. (SILVEIRA, 2010, p. 1 – 2)*

O pesquisador lembra que *toda arquitetura contém uma estética de controle*, questionando, assim, a neutralidade e a liberdade da própria estrutura da internet e das redes virtuais de relacionamento, que nos deixam aparentemente tão livres para dizermos e opinarmos sobre o que quisermos.

*É importante resgatar que toda arquitetura contém uma estética de controle. Ela delimita e muitas vezes aprisiona. A arquitetura da internet, que contém o ciberespaço, é uma arquitetura composta de protocolos de comunicação. Por isso, Lessig afirmou que os códigos têm papel de leis no ciberespaço. Eles condicionam e muitas vezes proíbem determinadas ações, sendo que tais limitações equivalem a barreiras físicas que não podem ser quebradas. Assim, a arquitetura da internet que assegura a liberdade de comunicação é também um arranjo cibernético, ou seja uma arquitetura de controle. Seus controladores são os protocolos e não as pessoas. Apesar disto, tais protocolos concentram decisões humanas carregadas de ideologias, visões de mundo, perspectivas e esperanças. (SILVEIRA, 2010, p. 1 – 2)*

### **Fazendo *selfies*: separação público-privado, singularidade do ser, performance e o “problema da audiência”**

As novas tecnologias estão inseridas nos costumes, a ponto de alterar algumas noções importantes de condutas que estruturam a própria cultura no Ocidente, como a antiga noção de público-privado.

Encarada por alguns como o cúmulo da inconveniência, e por outros com bastante naturalidade, lá está a câmera fotográfica do *smartphone*, registrando desde situações mais banais até aquelas que outrora se enquadravam dentro do que se chamava de intimidade, noção que trazia em sua essência as ideias de sigilo e privacidade.

Obedecendo aos imperativos da instantaneidade e da exibição, o registro fotográfico do momento deve ser compartilhado sem demora nas redes virtuais. Eis algumas situações

comuns, diariamente vistas nas infindáveis *timelines*<sup>\*</sup> do *Facebook*: *selfies* de pessoas que acabaram de acordar, de pijama e com a cama “amarrotada”; fotos e *hashtags* dos amigos antes ou durante uma avaliação escolar, bem como da própria prova; num dia de trabalho, chefes e funcionários resolvem registrar com a câmera e pequenos textos a “espontaneidade” de um dia comum; uma mulher faz *check-in*<sup>†</sup> nas redes do momento de sua chegada ao hospital, ou de sua saída, fala da doença que teve e até coloca a foto de sua estada na sala de observação; antes de o tráfego congestionado de carros reabrir, um condutor compartilha suas irritações com palavras e *emojis*<sup>‡</sup>; fotos de uma turma “na balada”, em mesas de bar ou pistas de dança, como a reproduzir as antigas “colunas sociais” mostrando as qualidades físicas e a suposta alegria dos envolvidos. Já outras situações, um pouco mais privadas que aquelas, mas nem tanto para merecerem o sigilo completo, são expostas em comunicadores instantâneos, como *whatsapp*, e aplicativos destinados à paquera, como *Tinder*: exposição de partes do corpo e filmagens de atos de intimidade entre um casal são tão banais quanto dizer “oi” por mensagem de texto a um desconhecido.

Fica evidente, através dos exemplos dados, que nas redes virtuais ocorre a valorização do “eu” e dos atos banais de qualquer um, da transformação do cotidiano em show e espetáculo, da necessidade de aprovação das pessoas que são importantes para esse “eu”, e de um certo apagamento da noção de público e privado, concepções ainda presentes no imaginário da cultura Ocidental, mas em clara decadência pela naturalização da exposição da intimidade nas redes. A hiper-valorização do “eu” associa-se também às noções de narcisismo, egoísmo e individualismo, conceitos que, embora se aproximem da análise aqui exposta, não serão utilizados em sua inteireza e profundidade nesse momento.

Essas situações de exposição de si por meio das novas tecnologias que contestam as noções fundamentais de intimidade e privacidade serão relacionadas a conceitos como o de espetacularização, de Debord (1997), à leitura do contexto histórico e social das noções de público e privado, suas origens e influências no imaginário da cultura ocidental, feitas por Richard Sennet e presentes na obra de Paula Sibilia (2016) e Carvalheiro, Prior e Morais (2013). A análise comporta também o uso do conceito de Performance, de Erwin Goffman, aqui utilizado a partir do que foi explicitado e esboçado por Lima (2013).

---

\* Também chamada de “linha do tempo”, é uma lista de publicações que aparece na página inicial do Facebook, exibindo as principais atualizações dos amigos. Refere-se, também, à ordem cronológica de publicações da página pessoal de um usuário dessa rede.

† Ferramenta do Facebook que permite marcar o seu local atual e publicar para que seus amigos vejam em tempo real.

‡ Desenho que transmite a ideia de uma palavra, frase completa, estado emocional ou ação. Muito utilizada em mensagens para as redes sociais e comunicadores instantâneos.

O costume de exposição da própria imagem e da intimidade nas redes virtuais, que adquiriu importância quase ritualística na sociedade Ocidental, é estudado por Paula Sibilia (2016). Um dos aspectos abordados pela autora é a celebração do cotidiano e a separação das fronteiras do público-privado, ambientes outrora bem delimitados com regras claras, às quais homens e mulheres, de certa forma, deveriam obedecer. Embora resistam em diversos aspectos, essas fronteiras estão se relativizando e isso fica muito perceptível com as novas práticas que acontecem dentro das redes virtuais. Recorrendo aos estudos do sociólogo Richard Sennet sobre a história dos costumes e práticas europeus e seus desdobramentos na construção das subjetividades, num período extenso que se inicia na pré-modernidade, Sibilia (2016) constata que muitas concepções e crenças que regem o comportamento social até hoje, presentes no imaginário popular, advêm desse remoto tempo. Ainda, constata que há muita influência da cultura que se tornou hegemônica e modelo ideal nas sociedades ocidentais desde a era industrial: o modelo burguês europeu. Esse modelo baseava-se nessa rígida separação público-privado e na concepção do “eu” portador de uma interioridade, de uma essência que emerge com o nascimento e se revela ao longo da vida.

*A separação entre os âmbitos público e privado da existência é uma invenção histórica e datada, uma convenção que em outras culturas não existe ou se configura de modos diferentes. Inclusive entre nós, essa distinção é bastante recente: a esfera da privacidade só ganhou consistência na Europa dos séculos XVIII e XIX, ecoando o desenvolvimento das sociedades industriais modernas e das formas de vida urbanas. Foi precisamente nessa época que um certo espaço de refúgio para o indivíduo e a família nuclear começou a ser criado, no seio do mundo burguês[...] (SIBILIA, 2016, p. 91 – 92)*

Essas duas esferas da vida cotidiana pressupunham normas comportamentais distintas. Público era tudo o que estava porta afora, onde os comportamentos deveriam ser maneirados, de certa forma teatralizados, adequados às convenções sociais. Já no ambiente privado, o indivíduo poderia ser ele mesmo, sem máscaras e adaptações, deixando à mostra sua “verdade” obscura e perigosa para uma sociedade industrial habitada por “corpos dóceis”, nas palavras de Foucault (1999).

Assim, a “verdade” sobre o sujeito deveria ficar encerrada dentro das quatro paredes, no recôndito e seguro lar, escondida em diários secretos, únicos lugares onde o “eu” poderia ser totalmente livre. Nos ambientes públicos, o comportamento e as vestimentas deveriam

seguir as boas maneiras e a etiqueta. O homem público deveria portar-se adequadamente em suas funções de trabalho, nos espaços para exercício da cidadania e nos lugares destinados a divertimentos, como cafés, teatros e bailes, que “proliferavam” em toda a Europa, principalmente nas metrópoles (SIBILIA, 2016).

No âmbito público, uma preocupação com os significados da aparência para a definição do próprio caráter e das impressões que o “eu” provocava nos outros já se fazia presente. Richard Sennet, citado por Carvalheiro, Prior e Morais (2013, p.103 - 104), constata que já havia, nas metrópoles europeias, na transição da pré-modernidade para a modernidade, uma preocupação com a exposição de si. Em um contexto em que os símbolos que organizavam o mundo e identificavam as velhas hierarquias dos grupos sociais encontravam-se enfraquecidos, as roupas, os adereços e a manipulação da aparência e dos comportamentos integravam o conjunto de símbolos que identificava as pertenças coletivas dos indivíduos numa sociedade heterogênea que circulava nos espaços urbanos. Surge, assim, “o problema da audiência”.

*O argumento de Sennet é, portanto, que, no universo urbano de finais do Antigo Regime, a estrutura das representações praticadas pelos sujeitos privados era propriamente pública, no sentido em que predominava uma expressividade de atores sociais: os indivíduos apresentavam-se expondo suas pertenças coletivas, investidos nos seus papéis dentro de uma lógica de theatrum mundi, de dramaturgia social. (CARVALHEIRO et al. , 2013, p. 104)*

Com a emergência do capitalismo industrial e a crescente produção de bens de consumo em massa, o vestuário adquiriu novos significados para a burguesia do século XIX: deixou a função distintiva para associar-se a aspectos da personalidade do indivíduo. Assim, o modo de vestir-se diversificou-se, e agora representava *atos de revelação involuntária do interior através do exterior*, resultando em uma crença generalizada de que a aparência era um *indicador de caráter*. Portanto, vestir-se era, agora, um ato de expressão pessoal, da interioridade, o que demandava certo cuidado com o despertar das impressões daquela “audiência”. (CARVALHEIRO et al. , 2013, p. 104)

Dessa maneira, os objetos, adereços e vestuário, além de diferenciarem a burguesia dos demais segmentos sociais, nas cidades crescentemente habitadas por povos e grupos sociais completamente distintos, mostravam a singularidade de cada indivíduo,

complementando a coerência do “eu”, um ser dotado de caráter, de uma essência, mas cuja “verdade” perigosa e obscura, uma ameaça à sociedade disciplinar, deveria ficar no âmbito privado, pois em público deveria seguir as convenções sociais e controlar a impressão que causava nos outros.

A preocupação com as audiências parece ter atravessado séculos, resistindo nas atuais redes virtuais de relacionamento. Percebe-se, também, que esse costume não foi inaugurado pelas novas tecnologias. Antes, foi incorporado à nova hiperrealidade, ao novo modo de se comunicar. Preocupados com a coerência de suas imagens perante o outro, algo que já acontecia fora das telas, todos os usuários dispõem de uma infinidade de recursos estilísticos para lustrar suas *selfies* e uma enorme quantidade de informações disponíveis na rede para aprimorar a narrativa de si, conferindo coerência e singularidade ao “eu”, como trechos de poemas e frases bonitas, de poetas famosos, cantores ou mesmo de autoria desconhecida. Esse comportamento explicita a busca pela coerência do “eu” no olhar alheio, buscando aprovação em forma de “curtidas”. O mesmo vale para o compartilhamento de conteúdo, comentários redigidos em páginas de notícias públicas, de personalidades, de empresas, de causas humanitárias/ políticas, as quais o usuário “segue”<sup>\*</sup> e “curte”. As redes virtuais de relacionamento dão vazão a essa necessidade de aparecer, e oferecem ferramentas para estruturar uma narrativa coerente sobre o indivíduo, para ele próprio e para os outros.

Sobre as identidades construídas em perfis virtuais, com toda a comunicação verbal e não verbal que os usuários utilizam em sua autoconstrução, embora orientadas pela noção do “eu” singular e essencial da concepção cartesiana que continua a organizar as experiências e subjetividades do mundo Ocidental (SIBILIA, 2016, p. 128), nas redes devem ser entendidas como representações. Assim, nesta perspectiva, a ideia de verdade ou mentira não se adequa às análises de perfis pessoais do *Facebook*, já que as identidades aqui são entendidas como construções narrativas.

Para explicar esse empreendimento de autoconstrução de si em perfis virtuais e *online*, dirigido, ao mesmo tempo, pela ideia coerente e essencial que se tem de si próprio e também pela preocupação com o olhar da audiência, vale a pena recorrer às ideias de Goffman sobre a performance na relação entre os sujeitos, aqui explicitadas por Lima (2013, p. 6 - 7). Performance é um comportamento diferente para cada relação intersubjetiva. Não

---

\* “Seguir” é um mecanismo do *Facebook*, sinalizado por um botão com a palavra escrita por extenso, localizado em páginas de perfis pessoais, de causas, figuras públicas, marcas, empresas ou políticos. Ao “seguir” alguma página, o usuário passa a receber notificações sobre as atualizações da mesma.

se trata de mentira ou encenação, mas sim mostrar várias faces da verdade, a fim de controlar a impressão do outro, para que se obtenha respeito, admiração, ganhos, prestígio, poder etc. É feita através do gerenciamento da autoimagem, buscando controlar a ideia que o outro construirá dele. Importa registrar, aqui, que esses são valores e princípios semelhantes aos do *marketing*.

Assim, na construção de si e na gestão das impressões, o indivíduo pode valer-se de toda a forma de expressão e comunicação verbal e não-verbal para afirmar sua singularidade e, ao mesmo tempo, corresponder às expectativas sociais, como roupas, acessórios, palavras cuidadosamente escolhidas e adaptadas a cada situação, comportamento diferenciado... Como assinalam Carvalheiro *et al* (2013), seguindo Goffman:

*A arte de administrar as impressões assenta na fabricação e produção de uma identidade baseada numa disciplina dramática que salvaguarda quer o “desempenho” , quer a integração societal e a correspondência às expectativas sociais. Os gestos involuntários, os “passos em falso” e outras acções que podem comprometer o desempenho devem ser eliminados da representação.* (CARVALHEIRO *et al.* 2013, p. 106 – 107)

Predominantemente, a lógica que impera tanto no funcionamento das redes virtuais de relacionamento quanto na própria construção de si nos perfis é a lógica da visibilidade, em consonância calculada ou não com a lógica do consumo e do mercado. A necessidade de aparecer para grandes públicos, historicamente presente no conjunto de práticas sociais do mundo Ocidental, incorporou-se ao mundo paralelo e simulado das redes virtuais de relacionamento, de maneira generalizada. Aparecer não possui nenhuma finalidade além de aparecer. Não é necessário realizar um empreendimento grandioso e inovador que mereça admiração e aplausos: basta ser visível e ter o maior número de “curtidas” e “seguidores” . Talvez isso explique a grande quantidade de conteúdo que mostra atos banais e íntimos (como os citados no início deste capítulo) que se multiplicam sem cessar na internet e no *Facebook* , e que se estendem para os meios de comunicação tradicionais, como o rádio e a TV, responsáveis por elevar ainda mais os denominados artistas da internet em direção ao sucesso.

É necessário ser visível para confirmar a existência, a validade das experiências, momentos, e ações. Se a pessoa não aparece, não é. Se foi a algum evento, não registrou e não compartilhou com os amigos virtuais/reais no mesmo minuto, é como se não tivesse ido.

Se não compartilhar os detalhes de sua vida, em forma de *selfies*, *check-in* dos lugares que visitou, frases e *hashtags*, o indivíduo sequer existe.

Essa lógica da visibilidade que hoje parece ter alcançado expressão máxima com as “redes sociais”, capazes até mesmo de engendrar importantes mudanças na produção e circulação de informação, serviços e entretenimento (embora servindo aos mesmos propósitos da acumulação financeira) foi descrita e profetizada por Debórd, em sua tese 12, integrando a lógica do espetáculo que caracteriza a vida social contemporânea, na qual tudo é vivido dentro da simulação e da imagem.

*O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo monopólio da aparência. (DEBÓRD, 1997, p. 17)*

Um exemplo que ilustra bem a performance de si, a exposição da intimidade exacerbada e a diluição das fronteiras público-privadas são as *selfies* em academias. Esse costume é alvo de polêmicas, gerando confusões e brigas, tanto virtuais, nas dependências do *Facebook*, como corpo a corpo. Uma notícia (FELITTI, 2016) mostra que academias em todo o Brasil encontram dificuldades para controlar as *selfies* em suas dependências, sendo que algumas até mesmo tentam se adequar ao costume que virou uma “necessidade”. Segundo um analista de mídia digitais, um dos temas que mais gera interação nas redes virtuais é o de treinos de exercícios de musculação, por meio de *hashtags* com a palavra-chave *#treino*, uma das mais compartilhadas no *Instagram*. Assim, enquanto algumas academias seguem a “tendência” e auxiliam os alunos a tirar a melhor *selfie* com a melhor performance de si e do exercício, como a paulistana Les Cinq Gym, por exemplo, que possui decoração temática que lembra um teatro, com espelhos de bronze e até telões, outras, como a Bio Ritmo e a Smarth Fit enfrentaram situações desagradáveis relacionadas ao uso de câmeras em suas dependências. A Bio Ritmo foi palco de brigas entre os frequentadores, que se sentiram invadidos em suas privacidades quando um esportista filmava a atividade do vestiário, ignorando os avisos de proibição de câmeras espalhados por todo o estabelecimento. A Smarth Fit, uma grande rede do segmento, teve de lidar com um aluno que, descontente com a cláusula no contrato da academia, que proibia o uso de câmeras, publicou uma reclamação em seu perfil no *Facebook* e recebeu rapidamente apoio de um

número expressivo de internautas. “Se eu não tirar foto do meu treino é como se nem tivesse treinado”, responde uma garota que mantém um diário on-line de suas idas à academia. Tal comentário apresenta-se como um libelo, síntese sintomática da conjuntura da “lógica da visibilidade”.

Os elementos levantados acima, particularmente no final, remetem a outros aspectos do estudo das manifestações do indivíduo na contemporaneidade e de suas relações mas, por questão de tempo e espaço, não foram abordadas nem aprofundadas aqui.

### **Considerações finais**

A emergência das redes virtuais de relacionamento não está dissociada do plano político-econômico capitalista neoliberal e, portanto, não supera abismos sociais existentes construídos por esse mesmo sistema, por longos anos e séculos. Mesmo que a internet e as redes virtuais de relacionamento possuam atributos positivos, não se pode esquecer que são ambientes políticos e, como afirmou Sodré (2013), trata-se de uma maturação tecnológica, e não uma revolução, pois uma revolução acena, necessariamente, para um novo horizonte ético-político. Dizer que as redes superam contradições sociais e democratizam a informação é uma falácia, pois não promoveram mudanças significativas nos modos de produção e nas relações de poder que compõem o cerne do sistema capitalista e que controlam a produção e distribuição das riquezas, do conhecimento e da própria tecnologia.

No que tange à formação de experiências, construção de significados e aprendizados, pôde-se concluir que a comunicação via novas tecnologias alterou nossas percepções, sentidos e a capacidade de significar e apreender conhecimentos. Tudo o que era vivido no plano real e exigia tempo, esforço, raciocínio e rendia alegrias e também algumas frustrações, partes do processo do aprendizado, perde espaço para experiências simuladas, “vivências apresentativas” (nas palavras de Sodré), isto é, imersão na experiência virtual em detrimento da prática, do real concreto. Isso acarreta perdas principalmente para os jovens, usuários assíduos das novas tecnologias e das “redes sociais” que, devido aos mecanismos de alertas de notificações constantes, além do excesso informacional e visual, faz com que percam a capacidade de concentração e tenham dificuldade na retenção de informações relevantes.

Procurou-se sublinhar uma característica importante das redes virtuais de relacionamento, que se encontra abafada pelos discursos de louvação: as novas tecnologias

são uma tecnologia societal, isto é, uma estratégia para manutenção de um sistema político-econômico. Com mecanismos que neutralizam e amansam o senso crítico das pessoas a respeito dele próprio e de suas desigualdades e contradições, as “redes sociais” pregam e incitam a liberdade de escolha como valor fundamental de uma “nova era”, assim como uma falsa noção de igualdade e democracia. Nesse momento histórico, como apontou Silveira (2010), a liberdade é necessária para a conformação da sociedade de controle e descaracterizada como elemento fundamental da transformação política e construção de outros modos de organizar, estruturar e experimentar a existência em sociedade. Assim, o amansamento dos corpos e da capacidade crítica, diferente da “sociedade disciplinar” desenhada por Foucault, é exercido por mecanismos sutis, com aparências de liberdade.

Sobre o processo de construção das identidades, pode-se dizer que é marcado pela incerteza e pela fragmentação. Mas isso deve ser enxergado como parte de um processo que vem se desenrolando desde a modernidade e acelerou-se na modernidade tardia, cujo marco é 1960, período coincidente com a globalização, que trouxe em seu bojo mudanças sociais, políticas e econômicas que afetaram de maneira irreversível as relações entre povos, países, culturas e relacionamentos interpessoais. Isso provocou uma grande instabilidade nas referências que definiam o sujeito e seu lugar no mundo social e cultural, no qual se enxergava, com o qual se identificava, e nos sentidos que confere à sua vida, conforme apontou Hall (2015). Esses confrontos de sentidos acontecem de diversas maneiras, como na movimentação física de pessoas em grandes distâncias, mercados, fluxos de mercadorias e informações caracterizadas pela rapidez e fluidez e, atualmente, com a exposição frequente nos meios de comunicação, que transmitem valores, sentidos e significados da mensagem do consumo. Nesse contexto, já com os referenciais identitários abalados, é que a internet e as redes virtuais de relacionamento surgiram, fazendo com que esse processo se aperfeiçoe. Fica mais fácil introduzir sentidos de pertencimento associados ao consumo e à necessidade de autoafirmação, algo que é facilitado, inclusive, pela enorme quantidade de informações pessoais que as pessoas colocam nas “redes sociais”, as quais são captadas pelos grandes conglomerados empresariais para o desenvolvimento de produtos e serviços que diminuam as incertezas.

Ainda, as redes virtuais de relacionamento alteraram costumes e maneiras, como as fronteiras entre ficção e realidade, noções de presença e ausência, de público e privado, intimidade e privacidade. É como se retornássemos ao tempo remoto, onde a noção de intimidade e privacidade (concepções da cultura burguesa que se tornaram hegemônicas em

todo o Ocidente, organizando a vida e a cultura) era bem diferente ou praticamente não existia.

Cada um deve exibir sua intimidade e sua singularidade para os outros, para sua audiência, a fim de obter o maior número de “curtidas” . Isto se configura como um novo modo de socialização dos indivíduos, uma alternativa para afastar e reduzir o isolamento, a solidão, e conferir um novo sentido, tanto para a vida particular, quanto dentro de um grupo (mesmo que seja nos nós e malhas da rede virtual). A construção da autoidentidade, exemplificada aqui pelas *selfies* e perfis do *Facebook*, orientada ao mesmo tempo pelo olhar do outro, pela necessidade de obter aprovação e de ser singular e diferente dos demais, tornou-se um empreendimento obrigatório nas “redes sociais”.

Por fim, é preciso dizer que, em nenhum momento, pretendeu-se “demonizar” as novas tecnologias, como numa espécie de “tecnofobia”. Técnica é, antes de tudo, uma produção humana, feita a partir de necessidades de melhorias na própria vida. Procurou-se mostrar que a técnica, desde a mais rudimentar até a mais avançada, como as novas tecnologias e redes virtuais de relacionamento, não se dissociam das relações humanas, sociais, que são políticas e não neutras ou imparciais. Como afirmaram Rocha e Pereira (2014, p.16), numa frase síntese: *Há que ser ter um contexto social, político e econômico que propicie a disseminação das novas tecnologias, e não o contrário.*

Longe de esgotar o tema, construiu-se, com esse trabalho, uma reflexão crítica a respeito das influências da prática do relacionamento virtual nas “redes sociais”, prática tão naturalizada e fascinante que tem deixado de despertar suspeitas e amansado os sentidos críticos.

## Referências

AVELAR, Daniel. “Jovem não sabe distinguir notícia falsa, mostra estudo nos EUA.” **Folha de São Paulo, 24 de novembro de 2016.** Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1835017-jovem-único-sabe-distinguir-noticia-falsa-mostra-estudo-nos-eua.shtml> > Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

CARVALHEIRO, José R.; *et al.* **Público, privado e representação online: o caso do Facebook.** In: FIDALGO, Antônio ; CANAVILHAS, João. (orgs.) . Comunicação digital: 10 anos de investigação. Covilhã: LabCom Books, 2013. Pp. 101 – 119. [ Versão Ebook ]

Disponível em < [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20140930-201308\\_10anos\\_labcom.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20140930-201308_10anos_labcom.pdf) > Acesso em 1º de fevereiro de 2017.

CHADE, Jamil. Entrevista com Assange: “É bom que os governos tenham medo das pessoas”. **Jornal Estadão**, 2 de fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://internacional.estadao.com.br/blogs/jamil-chade/entrevista-com-assange-e-bom-que-os-governos-tenham-medo-das-pessoas/> >. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

FACEBOOK BATE marca de 1 bilhão de usuários conectados em um único dia. **G1, 2015**. Disponível em < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/08/facebook-bate-marca-de-1-bilhao-de-usuarios-conectados-em-um-unico-dia.html> >. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

FELITTI, Chico. “Na era da selfie, tem até academia que ajuda o aluno a tirar a foto perfeita”. **Folha de São Paulo, 20 de setembro de 2016**. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/09/1814966-na-era-da-selfie-tem-academia-que-ate-ajuda-aluno-a-tirar-foto-perfeita.shtml> > Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

GIDDENS, Anthony. **Identidade e Modernidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LEITE, Marcelo. “Autor de Homo Deus mapeia as graves implicações da tecnologia”. **Folha de São Paulo, 12 de novembro de 2016**. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/11/1831776-autor-de-homo-deus-mapeia-as-graves-implicacoes-da-tecnologia.shtml> > Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

LIMA, Nilma R.M. **Intimidade compartilhada: a espetacularização do eu nas redes sociais – um estudo analítico do Facebook**. In: Resumos... XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM, 2013. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0738-1.pdf> > Acesso em 20 de Dezembro de 2016.

MAGALHÃES, Marina. **Estilos de identidade nas redes sociais de relacionamento**. Culturas Midiáticas : Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal da Paraíba – Ano II, n.02 – jul./dez. 2009. Não paginado. Disponível em < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/11702/6727> >. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

NADAL, M. Victoria S. “Se você pretende ser feliz, saia do facebook. Estudo mostra que, em apenas uma semana, quem deixa de usar a rede social tem níveis mais elevados de bem-estar”. **El país, 28 de novembro de 2016**. Disponível em <

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/tecnologia/1479897698\\_896068.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/tecnologia/1479897698_896068.html) > . Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

NOGUEIRA, Silas. Mídia, cultura e novas tecnologias: novas formas e modos do sujeito no mundo. In: Leite, Célia R.V.S; Camargo, Evani A. A. (orgs.). **Educação e constituição do sujeito na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2015. p. 137 – 163.

ROCHA, Everardo; PEREIRA, Cláudia. Sociabilidade e novas tecnologias: os significados do consumo entre os jovens. In: Rocha, Carlos; *et al* (orgs. ). **Cultura e experiência midiática**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio e Mauad, 2014. p. 16 – 37.

SIBILIA, Paula. **O show do Eu : A intimidade como espetáculo**. 2. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73 – 102.

SILVEIRA, Sérgio A. **Redes de relacionamento e sociedade de controle**. V!RUS, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: < <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=3&item=2&lang=pt> > Acesso em 1º de fevereiro de 2017.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2013.

## O MERCHANDISING NO PONTO DE VENDAS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE MARKETING

Renata Rozim AUGUSTO\*  
Carmen JUSTO\*\*

### Resumo

O principal objetivo deste trabalho é pesquisar sobre o merchandising, pois, em um mercado cada vez mais acirrado, é extremamente importante que a marca produza um profundo entendimento sobre seu público-alvo, aguçando sentidos, despertando sentimentos, compartilhando das mesmas ideias e fazendo com que o ponto de vendas transmita essa sinergia. Para atingir o objetivo deste trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e também um estudo de caso sobre a evolução do merchandising no ponto de vendas das lojas O Boticário.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Marketing; Merchandising; Ponto de Vendas.*

## THE MERCHANDISING IN RETAIL POINT AS A TOOL FOR STRATEGIC MERCHANDISING IN POINT OF SALES AS A STRATEGIC TOOL FOR MARKETING

### Abstract

The main goal of this work is to research on merchandising, because in an increasingly tight market it is extremely important the brand produce a deep understanding on its target audience, sharpening senses, arousing feelings, sharing the same ideas and making the point of sales to convey this synergy. To achieve the objective of this work a bibliographic survey was held and also a case study on the evolution of merchandising at the point of sale of O Boticário stores.

**KEYWORDS:** *Marketing; Merchandising; Point of Sales.*

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo pesquisar sobre o merchandising, desde a origem histórica até os dias de hoje, e qual a importância como ferramenta estratégica de marketing no ponto de vendas para conquistar consumidores e alavancar vendas.

---

\*Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Moura Lacerda. E-mail: [renataraugusto@yahoo.com.br](mailto:renataraugusto@yahoo.com.br)

\*\* Professora e Coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto - SP. E-mail: [pp@mouralacerda.edu.br](mailto:pp@mouralacerda.edu.br)

Em um mercado cada vez mais competitivo, sabe-se que oferecer qualidade e bom preço não são mais fatores que determinam uma venda. É preciso mais que isso, é fundamental que a marca entenda profundamente do seu público-alvo, aguçe sentidos, desperte sentimentos, compartilhe das mesmas ideias, e que o ponto de vendas transmita essa sinergia, pois, de acordo com D’Andrea, Cònsoli e Guissoni (2010, p. 7), “aproximadamente 70% dos consumidores decidem que marca comprar quando estão no ponto de vendas.”

Para dar embasamento histórico ao surgimento do conceito de merchandising, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a origem do marketing nos Estados Unidos e, respectivamente, sobre as escolas de pensamento em marketing.

O merchandising foi contextualizado dentro do marketing e da comunicação. As diferentes formas de merchandising foram pesquisadas, como o merchandising no ponto de vendas, o merchandising editorial e a tecnologia no merchandising. O *shopper marketing* também foi pesquisado, pois se trata de uma nova tendência em estratégia no ponto de vendas.

Para relacionar a teoria com a prática e atingir o objetivo deste trabalho, foi realizado um estudo de caso sobre a evolução do merchandising no ponto de vendas das lojas O Boticário.

### **A origem do Marketing nos Estados Unidos**

A Revolução Industrial ocasionou grandes mudanças na sociedade. Na fase pré-Revolução Industrial, o cidadão só produzia o que era necessário para sua subsistência; com o advento da Revolução Industrial, a produção artesanal foi substituída pela produção em massa.

Os Estados Unidos cresceram no setor industrial, houve um aumento na capacidade das indústrias e nos novos métodos de trabalho. Segundo Oliveira (2007, p. 36), “a redução de preço dos produtos fez com que se atingisse um número maior de consumidores; Henry Ford, com sua linha de montagem, conseguiu que grande parte dos americanos comprasse seu Modelo T, que custava apenas 500 dólares, na época”. Isso contribuiu para que o consumo se ampliasse e para que países como, por exemplo, os Estados Unidos, se tornassem potências econômicas.

Em meio a tantas transformações, com o crescimento acelerado das indústrias somado ao aumento do poder aquisitivo da sociedade, surgiu um problema a ser solucionado: as indústrias precisavam atingir o mercado consumidor, aprimorando o sistema de distribuição de produtos. Assim, surgiu o marketing como atividade ligada aos estudos de mercado.

*[...] O marketing aparece, portanto, como uma maneira sistematizada de estudo de mercado, com o objetivo de reconhecer melhores formas de colocar os produtos em determinados mercados, por meio do uso adequado de intermediários, vendedores e distribuidores. A necessidade do estudo de formas mais adequadas de colocar os produtos em seus mercados – premissa inicial do marketing – teve novamente influência da Revolução Industrial e das novas formas de administração surgidas com a divisão do trabalho [...] (Oliveira, 2007, p. 40).*

Por volta da década de 1930, o aumento na fabricação dos produtos fez com que a oferta passasse a ser maior que a procura, e o marketing também passou a focar seus estudos em vendas. Mas, a partir de 1950, houve a percepção de que focar somente o marketing em vendas não era suficiente, pois não gerava fidelização com os consumidores.

Diante desse fato, as empresas começaram a mudar a forma de se relacionar com o mercado, surgindo o conceito atual de marketing. Kotler e Keller (2006) definiram: “marketing é atividade humana dirigida para satisfazer necessidades e desejos por meio de troca”.

### **As Escolas de Pensamento em Marketing**

A história da disciplina de Marketing faz parte do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Professores e alunos foram motivados pelas influências econômicas e acadêmicas dessa época e formaram os primeiros grupos de estudos. Bartels (1976) foi um dos estudiosos pioneiros na literatura da área de marketing. Ele propôs a divisão do marketing em momentos históricos, a partir de oito escolas de pensamento em marketing. Sheth (1988) realizou um trabalho semelhante ao de Bartels (1976) e identificou doze escolas de pensamento em marketing ao longo do século XX.

Segundo Ajzentel (2010), com base em Sheth, Gardner e Garrett, as escolas de pensamento em marketing foram classificadas em: perspectiva interativa versus não interativa e perspectiva econômica versus não econômica.

Figura 1: Classificação das Escolas do Pensamento em Marketing.

<b>Perspectivas</b>	<b>Não Interativa</b>	<b>Interativa</b>
<b>Econômica</b>	De Commodity Funcional Regional	Institucional Funcionalista Gerencial
<b>Não Econômica</b>	Do Comportamento do Consumidor Ativista de Macromarketing	Da Dinâmica a Organizacional Sistemas de Trocas Sociais

Fonte: Elaborada por Ajzentel (2010), com base em Sheth; Gardner; Garrett.

Na perspectiva interativa, vendedores e compradores podiam desempenhar as funções de marketing, sendo relacionamento e troca e o foco principal das escolas de pensamento interativo. Do ponto de vista da perspectiva não interativa, apenas o produtor podia desempenhar as funções de marketing; persuasão e vendas eram, então, o foco principal das escolas não interativas.

As escolas de pensamento em marketing que são classificadas como econômicas consideravam que o marketing se baseava nos valores econômicos. Todos os envolvidos nesse processo, como produtores, vendedores e consumidores, estavam interessados exclusivamente em expandir seus lucros. Já as escolas de pensamento em marketing classificadas como não econômicas estavam voltadas para a análise dos campos psicológico e social, que podiam influenciar o comportamento dos envolvidos no processo de marketing.

Através da perspectiva interativa versus não interativa, econômica versus não econômica, torna-se mais ampla a compreensão sobre os valores e as filosofias seguidas pelas escolas de pensamento em marketing.

A seguir, foi desenvolvido um quadro resumo sobre a história das escolas de pensamento em marketing, contendo suas principais características e autores. O propósito de esmiuçar a história do marketing e, respectivamente, suas escolas, foi para dar embasamento histórico à descoberta do merchandising através da Escola Funcional.

Figura 2: Classificação das escolas de pensamento em Marketing.

<b>Período</b>	<b>Descrição</b>
Escola <i>Commodity</i>	Primeira escola da disciplina de Marketing, criada por

	volta de 1900. Os estudos eram focados na Economia; o Marketing era voltado para produtos e distribuição. Autores: Parlin (1912); Copeland (1925); Aspinwall (1958).
<b>Escola Funcional</b>	Criada no início de 1900, concentrou os estudos nas atividades necessárias para executar as transações de marketing e nos métodos de execução dessas transações. <b>Edmond McGarry (1950)</b> deu início ao <b>merchandising</b> a partir da reclassificação que o autor deu à Escola Funcional. A escola foi dividida em seis funções, dentre elas o <b>Merchandising function</b> . Autores: Shaw (1912); Weld (1917); Vanderblue (1921); Ryan (1935); Fullbrook (1940); McGarry(1950).
Escola Institucional	Criada por volta de 1910 investiga a estrutura e a evolução dos sistemas do canal de distribuição. Autores: Weld (1916); Butler (1923); Breyer (1934); Alderson (1954); McCammon (1963); Balderston (1964); Bucklin (1965); Mallen (1973).
Escola Regional	Início 1930. Foco no estudo da localização das lojas no varejo e nos fatores que influenciavam os consumidores na hora da compra. Autores: Reilly (1931); Converse (1949); Revzan (1961); Grether (1950).
Escola Funcionalista	Criada por volta de 1930. Compreende a importância fundamental do processo de troca e da heterogeneidade da demanda e da oferta. Autores: Alderson (1945); Nicosia (1962) Hunt, Munt e May (1981).
Escola Gerencial	Final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Foco no marketing <i>concept</i> , no ciclo de vida dos produtos e na segmentação de mercado. Autores: Dean (1950); Smith (1956); Borden (1964); Nagle (1984); Frazier e Sheth (1985); Kotler e Armstrong (1987).
Escola Comportamento do Consumidor	Início da década de 1950. Foco nos estudos sobre o comportamento dos consumidores e em produtos de consumo de bens empacotados e duráveis. Autores: Maslow(1954); Festinger (1957); Keith (1960).
Escola Dinâmica Organizacional	Final dos anos 50 e início dos anos 60. Foco no bem-estar do consumidor e necessidades dos membros dos canais de distribuição, como os fabricantes, atacadistas e varejistas. Autores: Ridgeway (1957); Mallen (1963); Stern (1969).
Escola Macromarketing	Início dos anos 60. Foco nas atividades de marketing e nas instituições sociais. Surgiu como consequência do crescente interesse da função dos negócios na sociedade. Autores: Holloway (1964), Fisk (1967); Shawver (1979); Hunt e Burnett (1982).
Escola Sistêmica	Criada por volta de 1960. Baseou-se nas perspectivas de sistemas sociais e de sistemas de vida. Autores: Boulding (1956); Forrester (1958); Kuhn (1963); Bertalanffy (1968); Howard (1983).
Escola das Trocas Sociais	Surgiu em meados dos anos 1960. Foco para que o Marketing fosse aplicado a todas as transações sociais e

	não apenas as econômicas. Autores: MacInnes (1964); Alderson e Martin (1965); Kotler (1972); Bagozzi (1974); Houston e Gassenheimer (1987).
Escola Ativista	Surgiu por volta da década de 1970. Aborda assuntos em torno da sociedade capitalista. No mau uso do marketing pelas empresas onde o bem-estar e a satisfação do consumidor são esquecidos. Autores: Armstrong (1975); Bullock (1961); Hunt (1977); Drucker (1969); Kotler (1972).

Fonte: Elaborada por Renata Rozim Augusto, com referência em Ajzentel (2010).

### A comunicação dentro das estratégias de marketing

Dentro das estratégias de marketing, a comunicação exerce um papel extremamente importante. Para que a comunicação da empresa com o público-alvo realmente funcione, é preciso trabalhar em parceria com todas as variáveis do composto de marketing. O composto de marketing, também chamado de marketing mix, apresenta os 4Ps em sua formação. “Produto - aquilo que satisfaz a necessidade ou desejo; Preço - fator que estabelece as condições da troca; Praça - local que possibilita que a troca aconteça; Promoção - forma de comunicar ao público-alvo sobre o produto, preço e praça, estimulando a troca” (GABRIEL, 2010, p. 42).

Figura 3: Os 4Ps do mix de marketing.



Fonte: Elaborada por Kotler, Keller (2006).

A Comunicação Integrada de Marketing é um termo mais contemporâneo e determina um conjunto de ações que são realizadas para centralizar e orientar as atividades

de comunicação. “O nome Comunicação Integrada de Marketing (CIM) é dado à evolução do processo de comunicação de marketing e deve ser antecedida por um processo de planejamento” (Oliveira, 2012, p. 227). No passado, todos os investimentos das empresas centravam-se apenas nas propagandas; hoje, são usados vários meios de comunicação.

*[...] Trata-se um modo diferenciado de entender e conduzir o processo de comunicação com o mercado, utilizando simultaneamente vários meios diferentes para estabelecer contato com o cliente. No mercado atual, marcado por um alto nível de segmentação, os meios de comunicação são fragmentados, e as mensagens veiculadas tornam-se saturadas. Para fazer uma comunicação eficaz, as empresas precisam utilizar ao mesmo tempo diferentes formas de comunicação, tais como a propaganda, o patrocínio e o marketing direto. Esse procedimento visa garantir contato com o cliente de diferentes formas e em diferentes momentos. Nessa circunstância, é necessário fazer com que todas as formas de comunicação transmitam uma única mensagem. Com isso, a CIM é capaz de gerar sinergia e potencializar os efeitos da comunicação, aumentando seu impacto e destacando a mensagem da empresa em relação às demais [...]* (OLIVEIRA, 2012, p. 228).

Oliveira (2012) classificou as formas de comunicação em três grupos: Formas Massificadas; Formas Segmentadas e Outras Formas. Cada grupo contém diferentes tipos de comunicação e será detalhado a seguir.

Figura 4: Formas de Comunicação.

Formas de Comunicação		
Formas Massificadas	Formas Segmentadas	Outras Formas
Propaganda	Promoção de Vendas	Buzzmarketing
Publicidade e Relações Públicas	Merchandising	Marketing Viral
Patrocínio	Marketing Direto	
<i>Product placement</i>	Venda Pessoal	

Fonte: Elaborada por Oliveira (2012).

As formas massificadas são as formas de comunicação que visam atingir o maior número possível de consumidores, como, por exemplo, a propaganda, a publicidade, as relações públicas, o patrocínio e o *product placement*.

A propaganda é a empresa falando diretamente com seu público-alvo, “é a manipulação planejada da comunicação visando, pela persuasão, promover comportamentos em benefício do anunciante que a utiliza” (SAMPAIO, 2003, p. 26). Tem a função de despertar o interesse de compra no consumidor. O poder de abrangência é muito grande;

uma única mensagem disparada através da propaganda tem o poder de atingir milhares de consumidores.

A publicidade utiliza os meios de comunicação, como a propaganda; a diferença é que a propaganda é “paga” e a publicidade “gratuita”. Na propaganda, as empresas escolhem o meio, a mensagem e o conteúdo que é veiculado. A inserção da propaganda é controlada porque o anunciante e a agência escolhem a melhor forma de divulgação na mídia.

A publicidade gerada a partir da “mídia espontânea” é o resultado do trabalho de um profissional de relações públicas que envia notas e *press releases* para comunicar aos jornalistas sobre produtos e ideias que uma empresa defende ou vai lançar. Isso pode acontecer antes do lançamento de uma campanha publicitária, por exemplo. Entretanto, as notícias podem ser positivas ou negativas para a imagem da empresa. Nesse contexto, o trabalho do profissional de relações públicas é importante e fundamental. Mesmo que a empresa tenha um setor de Relações Públicas competente, não é garantido evitar que publicações negativas sejam feitas; por isso, precaver-se é a melhor saída. É preciso estar sempre alerta para que notícias deturpadas não denigrem a imagem da empresa, e, quando surgirem notícias positivas, estas sejam exploradas ao máximo.

O patrocínio acontece quando uma empresa contrata um artista, um cantor, uma pessoa famosa para representá-la. Por isso é preciso ter muita cautela ao escolher o artista que a empresa vai patrocinar, pois qualquer coisa que o artista faça, seja positiva ou negativa, as pessoas vão associar sua atitude à atitude da marca que o patrocina. O patrocínio contribui para o posicionamento da marca, e não basta fazer ações de curto prazo para que os consumidores associem o patrocinado à marca; é um trabalho constante e de longo prazo. Segundo Oliveira (2012), existem diversas formas de fazer patrocínio, por exemplo, quando um artista aparece em público usando determinada marca de roupa, geralmente esse artista dita a nova moda do momento.

O *Product Placement*, para Oliveira (2012), é a prática de colocar produtos em evidência durante as cenas das novelas ou filmes. No Brasil, é chamado de merchandising, erroneamente, pois merchandising é outro tipo de comunicação. O *Product Placement* existe desde os tempos mais remotos. Os filmes, por exemplo, retratam bem essa realidade; as marcas sempre estiveram presentes entre uma cena e outra. Atualmente, podemos encontrar o *Product Placement* não só nos filmes e nas novelas, mas também nas revistas e na Internet.

As formas segmentadas são as formas de comunicação que atingem grupos específicos de consumidores, como, por exemplo, as promoções de vendas, o merchandising, o marketing direto e a venda pessoal.

As ações promocionais têm um tempo determinado e visam fazer com que os produtos girem mais rápido no ponto de venda. Essas ações dão aos clientes alguns benefícios juntamente com os produtos, na forma de brindes, descontos e sorteios, entre outros. Geralmente as promotoras de vendas ficam nos corredores das lojas abordando os clientes e divulgando as promoções.

Já o merchandising, “conhecido como *point-of-purchase communication* nos Estados Unidos, é uma atividade de exposição de produtos no ponto de venda que inclui um amplo conjunto de peças de comunicação”. (OLIVEIRA, 2012, p. 244). É fundamental para produtos de consumo de compra por impulso. Nessa categoria a atividade pode aumentar as vendas em 60% ou 70%, dependendo do tipo de produto e do ponto de venda.

O Marketing Direto é a comunicação criada de acordo com o perfil de cada cliente. Através do armazenamento de informações nos bancos de dados é possível criar essa comunicação focada. Foi uma solução encontrada pelos profissionais de marketing para escapar dos altos valores gastos com mídias tradicionais, como, por exemplo, a TV.

Através do Marketing Direto foi possível diversificar as mídias utilizadas. “Além disso, o Marketing Direto é mensurável, o que permite à organização saber exatamente sua eficácia”. (OLIVEIRA, 2012, p. 245).

A Venda Pessoal é feita pessoalmente ou por telefone, é a venda que acontece entre o vendedor e o cliente. “É o modo de comunicação mais eficaz do mix de comunicação: além de ser personalizada e interativa, ela pode ser moldada instantaneamente, de acordo com a reação do receptor” (OLIVEIRA, 2012, p. 245). Para que a empresa garanta o sucesso de sua equipe de vendas, é necessário treinar e capacitar seus vendedores.

O Marketing Viral e o Buzzmarketing têm praticamente a mesma função, a mensagem é divulgada através de meio não convencional, como, por exemplo, o boca a boca. Entretanto, o Marketing Viral acontece exclusivamente no mundo digital, e o Buzzmarketing não. Com os avanços da Internet, o Marketing Viral ganhou muito mais força; por uma fração de segundos uma mensagem pode ser transmitida a milhares de pessoas. Mas não é tão simples gerar um Marketing Viral ou um Buzzmarketing. Segundo Oliveira (2012), é preciso que a empresa cause impacto primeiro nos formadores de opinião, para que estes transmitam a mensagem aos outros e inicie o processo Viral ou o Buzzmarketing.

## Diferentes formas de Merchandising

McGarry (1950) foi o autor pioneiro no estudo do merchandising; reformulou a Escola Funcional, que faz parte das Escolas de Pensamento em Marketing, e a classificou em seis funções. A função que está diretamente ligada ao merchandising é o “*Merchandising function*”: que compreende as várias atividades necessárias para adaptar o produto à ideia daquilo que o usuário deseja” (McGarry, 1950, *apud* AJZENTAL, 2010, p. 34).

Mas o merchandising já era praticado desde que a produção das mercadorias era feita de forma artesanal. Nas ruas, os vendedores escolhiam os melhores lugares para fazer a exposição de seus produtos e conquistar seus clientes.

Atualmente, os consumidores passam a maior parte do tempo decidindo suas compras no ponto de venda. É raro quando vão às compras com uma lista contendo marcas já definidas. As empresas buscam incessantemente os melhores espaços dentro das lojas para expor seus produtos e fidelizar seus clientes. Existe ainda o avanço da tecnologia, onde as plataformas *on* e *off-line* se interagem. Banners digitais, totens *touch screen* e *tablets* tornam o ambiente de compra mais aconchegante. O merchandising no ponto de venda está se modificando de acordo com os hábitos de consumo e as evoluções tecnológicas.

Para Blessa (2008), merchandising “é qualquer técnica, ação ou material promocional usado no ponto de venda que divulgue informação, exponha produtos, desperte o interesse e aguce o desejo de compra no consumidor”. São as atividades de marketing, juntamente com a comunicação, que visam ambientar, controlar e promover marcas e serviços nos pontos de vendas. Dentro das lojas é responsável pela apresentação dos produtos, criando espaços e destacando a visibilidade, impulsionando as vendas.

Assim, o produto precisa estar bem exposto para atrair a atenção do consumidor e a venda acontecer. No entanto, existem técnicas para a exibição dos produtos, no ponto de vendas, que contribuem para que esse processo se realize, como, por exemplo, o ponto natural, o ponto extra, o *cross-merchandising*, as áreas positivas, as áreas negativas e as melhores maneiras para fazer a exposição dos produtos.

O ponto natural é onde o consumidor está acostumado a pegar o produto. Fica nas gôndolas específicas, de acordo com a categoria do produto. Por exemplo, o leite estará no corredor de laticínios e o xampu estará no corredor de perfumaria. No ponto natural, cada empresa tem seu espaço negociado na gôndola, e esse espaço é medido em centímetros. A participação de mercado e a negociação com o supermercado vão determinar a quantidade de espaço a que cada empresa tem direito.

No ponto extra também podem ficar simultaneamente os produtos dos pontos naturais, mas por tempo determinado. É uma forma de chamar a atenção do consumidor para o produto que muitas vezes pode estar em promoção. O produto no ponto extra sempre está em destaque, tornando-se mais atrativo. Geralmente esses produtos ficam nas pontas de gôndolas, em ilhas no meio dos supermercados ou onde os produtos se relacionam, por exemplo, o carvão perto do espeto.

O *clip strip* <sup>\*</sup> é muito utilizado para fazer *cross merchandising*, <sup>†</sup> pois podemos colocar, por exemplo, um *clip strip* cheio de lenços de papel perto de antigripais. Quando existe um produto líder de vendas, este deve ficar posicionado de forma a puxar as vendas dos produtos menos vendidos; assim, estes se apoiam na posição privilegiada do líder de vendas. É muito importante posicionar o *clip strip* do lado direito do produto líder, pois a maioria das pessoas são destros e isso facilita na hora de pegar o produto.

As áreas com maior visibilidade são as áreas positivas, sendo melhor expor: na parte central das gôndolas; a quatro metros depois da entrada da loja; em pontas de gôndola; em ilhas baixas; nos corredores largos; perto de produtos de alta procura; nos corredores de fluxo obrigatório; nas prateleiras, na altura dos olhos.

A melhor maneira de expor os produtos é no sentido vertical, onde os produtos ocupam todas as prateleiras, de cima para baixo, com o mesmo número de frentes. Dessa forma, a exposição fica mais bonita, surte um maior impacto e fica mais fácil para o consumidor visualizar o produto. O sentido horizontal deve ser evitado, pois confunde o consumidor e passa a sensação de ter o mesmo produto na gôndola toda. Na forma de blocos os produtos são misturados e colocados um do lado do outro. Blessa (2008) diz que, atualmente, com os novos *softwares* de gerenciamento de espaço e com a falta de espaços para tantos produtos, esse tipo de arrumação parece ser o que prevalece. As frentes são cedidas conforme a rotatividade e lucratividade do produto.

---

\* *Clip Strip*, conhecido também por *Fita Cross*, é uma tira onde são fixados os produtos que normalmente são esquecidos pelos clientes e, utilizando a estratégia do *Cross Merchandising*, induzir e estimular a compra de produtos, cruzando-os com outros que tenham relação direta com ele no ponto de venda. <<http://www.petink.com.br/comunicação-visual/clip-strip-fita-cross>> em 18 de junho de 2013.

† *Cross Merchandising*: A palavra *cross*, em inglês, quer dizer “mercadoria que está relacionada com a outra.” Algumas pessoas se referem a este mesmo termo em português como “produto correlato.” São produtos que têm relação um com o outro e podem fazer com que o cliente os compre por impulso. Isso ocorre porque o cliente acaba se lembrando daquele produto na hora da compra. Além disso, aproveita-se também o tráfego maior de clientes na seção de produtos com giro mais rápido, fazendo um *cross* com um produto de giro menor. <<http://www.pdvativo.info/2008/10/o-que-cross-merchandising.html>> em 18 de junho de 2013.

Outra forma de fazer merchandising é através das aparições de marcas/produtos durante as novelas e filmes, chamado de merchandising editorial ou *Product Placement*.

Segundo o IBOPE\*, em 1969 foi realizada a primeira ação de merchandising editorial no Brasil. No capítulo da novela Beto Rockfeller, na TV Tupi, o ator Luís Gustavo, que representava um personagem boêmio, recebia uma proposta do fabricante do Engov. Em um único capítulo, o ator mencionou 33 vezes o produto. Cinco décadas se passaram e, nos primeiros cinco meses de 2012, foram registradas mais de 10.000 ações de merchandising editorial na televisão brasileira, em 123 programas, que anunciaram 1.302 diferentes produtos de 700 anunciantes, de acordo com o monitoramento Merchanview.†

Outra empresa que investe em merchandising editorial desde a década de 1960 é a São Paulo Alpargatas, fabricante das sandálias Havaianas. A empresa fazia merchandising editorial em alguns episódios do programa humorístico Família Trapo, transmitido pela TV Record (1967/1971). O programa era transmitido nas noites de domingo e se tornava um atrativo para os anunciantes.

“No cinema, em 1933, para estimular o consumo de espinafre por conta da grande safra daquela época, o personagem Popeye passou a consumir o produto. Resultado: Aumento de 33% no consumo de espinafre nos Estados Unidos da América. ” (MERCHANVIEW, 2012).

Em 2013 não poderia ser diferente. Segundo dados do IBOPE, “o merchandising editorial na TV aberta no Brasil movimentou cerca de R\$ 1,3 bilhão de janeiro a março desse ano, com um total de quatro mil ações”. Os programas de auditório foram os que mais receberam investimentos, cerca de R\$ 674 milhões, seguido dos *realities shows*, com R\$ 257 milhões e dos programas femininos, com R\$ 115 milhões investidos.

A Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), com R\$ 62 milhões, a empresa multinacional francesa de cosméticos L’Oreal, com R\$ 51 milhões, seguido do grupo anglo-holandês fabricante de produtos de higiene pessoal, limpeza, alimentos e sorvetes, a

---

\* IBOPE: É a maior empresa privada de pesquisa da América Latina e a 13ª maior do mundo. Com mais de 70 anos de experiência, tem na credibilidade seu maior patrimônio. No Brasil, adquiriu grande notoriedade pela medição de audiência de TV e pelas pesquisas eleitorais e de opinião pública, contribuindo com o amadurecimento da democracia e dos mercados que atende. Amplamente presente no território brasileiro, a empresa tem filiais nos Estados Unidos e em 13 países da América Latina. <<http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/Paginas/default.aspx>> em 04 de julho de 2013.

† Merchanview: Monitoramento das ações de merchandising em programas nacionais em 5 redes de TV. Permite a análise de categorias de produtos, anunciantes, programas e emissoras de TV. Além do volume de ações, investimento publicitário e diferentes formatos, tais como ação comercial, ação integrada, estímulo visual, *insert* de vídeo, entre outros, é possível analisar o volume de GRP nacional com base no Painel Nacional de Televisores (PNT). Permite ao assinante o download e a visualização das imagens de todas as ações de merchandising. <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/merchandising-na-tv-aberta-movimenta-1-3-bilhao-no-trimestre.aspx>> em 04 de julho de 2013.

Unilever Brasil, com R\$ 43 milhões, lideram entre os anunciantes que mais fazem merchandising editorial na TV aberta.

Com R\$54 milhões, em 135 ações, as bebidas lideram em investimentos, seguidas dos tônicos fortificantes e vitaminas, com investimentos de R\$ 52 milhões, em 309 ações, e os móveis residenciais ficam na terceira posição, com investimentos de R\$ 43 milhões, em 63 ações.

Mesmo com o passar dos anos a televisão ainda exerce influência enorme sobre os consumidores. Através do merchandising editorial o desejo de compra é aguçado, pois os consumidores são envolvidos emocionalmente com o produto. Os artistas influenciam as pessoas e o que eles aparecem usando na televisão ou no cinema acaba virando moda. Sendo assim, o merchandising editorial é uma excelente ferramenta para posicionar o produto; faz com que o consumidor o relacione com seus hábitos de consumo. Por isso, as empresas investem tanto e os números não deixam dúvidas.

A tecnologia também é uma forte aliada quanto ao poder de persuasão do merchandising no ponto de vendas. As telas *touch screen* crescem a cada dia dentro das lojas de celulares, fazendo com que os consumidores tenham a sensação do toque.

Na loja da Apple em Miami (Flórida) cada bancada tem um iPad\* com preços, configurações e opções de compra para cada produto específico.

Figura 5: iPhone 5.



Fonte: <<http://ztop.com.br/apple-store-miami>> 05 de julho de 2013.

---

\* iPad: É um tablete (*tablet*) produzido pela Apple Inc. Tablete é um dispositivo pessoal, em formato de prancheta, que pode ser usado para acesso à Internet, organização pessoal, visualização de fotos, vídeos, leitura de livros, jornais, revistas e entretenimento com jogos. Apresenta uma tela sensível ao toque (*touchscreen*), que é o dispositivo de entrada principal. A ponta dos dedos ou uma caneta aciona suas funcionalidades. É um novo conceito, não deve ser igualado a um computador completo ou um *smartphone*, embora possua funcionalidades de ambos. <<http://www.pt.wikipedia.org/wiki/ipad>> em 05 de julho de 2013.

Se o segredo para alavancar as vendas é fazer um merchandising cada vez mais interativo, o *Facebook* e o *Twitter* estão presentes nos pontos de vendas. Segundo o site da Intel, em uma parceria entre a empresa e a Adidas foi criada a *adiVERSE Virtual Footwear Wall*, uma parede virtual de calçados, feita de tela *touch screen*, que fica dentro da loja. O propósito é que o cliente não experimente o produto somente com os pés, mas que saiba sobre a tecnologia usada nele. E que, além disso, possa acessar o *Facebook* e o *Twitter* para ver o que as pessoas estão comentando a respeito do produto escolhido. Depois que o cliente escolhe o produto através da tela *touch screen*, um funcionário recebe o pedido por um *iPad*, pega no estoque e leva para o cliente experimentar. Se o produto estiver em falta e o cliente desejar, pode ser feito um pedido pela Internet e entregue em casa. É a tecnologia trazendo conforto e comodidade para os clientes e possibilitando novas técnicas nos pontos de vendas.

### ***Shopper Marketing***

Muitas empresas estão direcionando suas ações de marketing para o *shopper*. Mas quem é o *shopper*? O que é relevante para ele? Quais estratégias estão sendo usadas nos pontos de vendas para atingi-lo? A definição de *shopper marketing* diz que:

*Shopper marketing é o emprego de qualquer estímulo de marketing e merchandising baseado em um profundo entendimento do comportamento do shopper e sua segmentação, desenvolvido para satisfazer suas necessidades e melhorar a experiência de compra, criando valor para as marcas e os negócios de fabricantes e varejistas. (Baseado em: The Coca-Cola Company, In-Store Marketing Institute, Inc. and The Partnering Group. Shopper Marketing Best Practices: a Collaborative Model for Retailers and Manufacturers. A Report from Retail Commission on Shopper Marketing, 2010. apud D'ANDREA, CÔNSOLI, GUISSOLI, 2011, p. 10).*

Por isso, o primeiro e mais importante passo é saber quem é o *shopper*, pois todas as estratégias estarão concentradas nele. Segundo D'Andrea, Cònsoli e Guissoni (2011), “*shopper* é o consumidor durante o processo de compra, às vezes é a mesma pessoa, mas com expectativas diferentes, por exemplo, o *shopper* de ração para cachorro é o dono do cachorro”. O mesmo ocorre com as fraldas, em que o *shopper* é o pai ou a mãe e o filho, usuário e consumidor respectivamente. As expectativas do consumidor são relacionadas ao uso do produto, enquanto as do *shopper* estão relacionadas ao processo de compra e contato com a marca.

Estratégias são utilizadas na comunicação voltada para o *shopper*. Logo, nota-se uma relação entre o planejamento de comunicação integrado de marketing (CIM) e o planejamento de comunicação voltado para o *shopper*. A diferença é que o programa orientado ao *shopper* o considera o público-alvo e, a partir da análise de seu perfil, possibilita identificar os pontos mais relevantes para que a comunicação seja persuasiva e o incentive a realizar a compra. Assim, toda ação deve ter seus objetivos bem claros, os veículos precisam estar alinhados com a jornada de compra do *shopper*, integrando as plataformas *on e off-line*.

Figura 6: Exemplo de comunicação centrada no *shopper*.

Plataformas	Displays e propagandas no PDV	Deals	Marketing de Relacionamento	Midias Sociais	Search	Conteúdo temático	Apps
		↓	↓	↓	↓	↓	↓
	Displays anúncio	Tabloides	Mala Direta	Comunicado das marcas	Resultados patrocinados	Blogs	Comparação de preços
	Embalagens/merchandising	Rebates	Newsletters	Depoimento sobre produtos	Comparação de preços e produtos	Microsites	Localização de lojas
Veículos	Amostras no PDV	Cupons no PDV	Acesso a ofertas/eventos/amostras	Conteúdo gerais dos usuários	Busca por celular	Siteletters no varejo	Leitores de código de barras
	Eventos no PDV	Cupons no check-out	E-mail personalizado	Social shopping	Disponibilidade de produto	Vídeos curtos	Lista de compras
	Vídeos no PDV	Cupons on-line	SMS	Marketing boca a boca	Display virtual	Revistas digitais	Compra/ aquisição
	Quiosques digitais/displays interativos	Tabloides eletrônicos	Home page personalizada	Micro sponsorship		Código de barras 2D/Códigos QR	Pesquisa de produto
	Scanners de mão/Smart cards	Promoções baseadas na localização - via celular		Jogos em rede		TV interativa/ Apps	Disponibilidade do produto
						Realidade Aumentada	

Fonte: Adaptada de Grocery Manufacturers Association (GMA) and Booz & Company. *Shopper Marketing 4.0: Building Scalable Playbooks That Drive Results*, 2010. *apud* D'Andrea, Cònsoli, Guissoli, 2011, p. 121.

É importante que as estratégias de *shopper marketing* sejam planejadas, para que a marca ou produto não caiam no esquecimento, reforçando a oportunidade de venda. O *shopper* é exposto a diversas formas de comunicação, mesmo no momento em que ainda está planejando as compras. Essas formas de comunicação são muito relevantes; porém, no ponto de vendas se tornam mais persuasivas, pois a maior parte das decisões de compras são tomadas diante das gôndolas. Por isso cresce o número de empresas que estão focando suas estratégias de marketing no *shopper marketing*. No ponto de venda o merchandising é utilizado para melhorar a experiência de compra do *shopper* e criar valor com a marca. Assim, onde quer que o merchandising seja utilizado, em novas estratégias ou em estratégias tradicionais, continuará contribuindo para encantar pessoas e alavancar vendas.

## Breve histórico sobre O Boticário

A história de O Boticário começou em 1977, quando Miguel Krigsner, recém-formado em Farmácia e Bioquímica, abriu uma pequena farmácia de manipulação no centro de Curitiba, no Paraná. A escolha do nome O Boticário fez referência aos farmacêuticos do passado, conhecidos como boticas.

Krigsner investiu na elaboração de cosméticos naturais, manipulados artesanalmente, e foi uma proposta diferente de tudo que existia no mercado, naquela época. A inauguração da primeira loja foi em 1979, no Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, no Paraná. O sucesso decolou na companhia de passageiros e equipes de bordo, que compravam os produtos não apenas para uso pessoal, mas para presentear e revender em suas cidades de origem.

A primeira franquia O Boticário foi aberta em Brasília, no Distrito Federal, em 1980. A abertura dessa franquia revolucionou o mercado brasileiro, pois, na época, ainda não era comum abrir franquias no setor de perfumes e cosméticos. Dois anos depois, para aumentar a capacidade produtiva, em um terreno de um alqueire foi construída a primeira fábrica de O Boticário, em São José dos Pinhais, no Paraná.

Para marcar grandes investimentos em publicidade, o produto Phyto-Relax, de 1985, estreou com maestria nas ações de merchandising editorial na novela “A Gata Comeu”, da Rede Globo. A partir daí, O Boticário fortaleceu sua marca em todo o país, destacando-se inclusive como a primeira marca brasileira do setor de cosméticos a ter atuação internacional, inaugurando sua primeira loja em Portugal, em um dos principais centros comerciais de Lisboa.

O Grupo Boticário foi constituído em março de 2010 e controla atualmente quatro unidades de negócios: O Boticário, Eudora, *quem disse, berenice?* e The Beauty Box. Realiza investimentos constantes e sustentáveis na área da beleza, contribuindo para o desenvolvimento do país nesse setor.

A sede do Grupo Boticário e sua unidade fabril estão localizadas em São José dos Pinhais, no Paraná. A organização conta com um Centro de Distribuição na cidade de Registro, em São Paulo. Os escritórios estão localizados em São Paulo, na Capital, e em Curitiba, no Paraná. Uma nova unidade fabril e um novo Centro de Distribuição estão em construção em Camaçari, na Bahia, e em São Gonçalo dos Campos, também na Bahia.

Pelo fato de o Brasil estar próximo de alcançar o segundo lugar no ranking mundial no setor de perfumaria e cosméticos, estando à frente do Japão e atrás dos Estados Unidos da

América, o Grupo Boticário afirma estar preparado para novos desafios, e a melhor forma de fazer isso é atender o consumidor em todas as suas necessidades e momentos.

Segundo o site No Varejo\*, “O Boticário é o único *case* a ser indicado para concorrer ao prêmio de melhor design de loja promovido pela Euroshop”. A Euroshop é uma feira de varejo com ênfase em design, material de ponto de venda e visual merchandising, que aconteceu em Dusseldorf, na Alemanha em fevereiro de 2014.

Eugênio Foganholo, membro da banca de avaliação dos cases da Euroshop, afirma:

*O projeto alia diversos aspectos inovadores, em particular a imensa carga experiencial que oferece ao cliente que, de forma lúdica, interage, aprende, informa-se, experimenta e compra num ambiente preparado para gerar imersão nas categorias da loja. E isso tudo num espaço padrão diminuto de 32 m2. O consultor lembra ainda que o projeto engloba fundamentos de design, como iluminação, layout, expositores feitos sob medida para as categorias de produtos, diferentes texturas, cores e formas. Em última análise, é uma verdadeira reinvenção do conceito já vitorioso do Boticário, arremata. Para o varejo brasileiro, a indicação ao Euroshop Retail Design Award representa o reconhecimento de estarmos cada vez mais profissionalizados, competentes e com capacidade de atuar, de forma competitiva, em qualquer parte do mundo. Se até alguns anos atrás estávamos vários passos atrás do mundo mais desenvolvido, estamos agora, no mínimo, muito mais próximos ao seu desenvolvimento.*

## **Estudo de caso sobre a evolução do merchandising no ponto de vendas – Lojas O Boticário**

Em 1982, O Boticário criou seu primeiro modelo de loja chamado de “vidro verde”. O design da loja era composto basicamente de madeira e vidros. Os vidros verdes faziam parte da decoração das prateleiras, atraindo a atenção dos consumidores para os produtos.

Figura 7: Modelo de loja Vidro Verde.

---

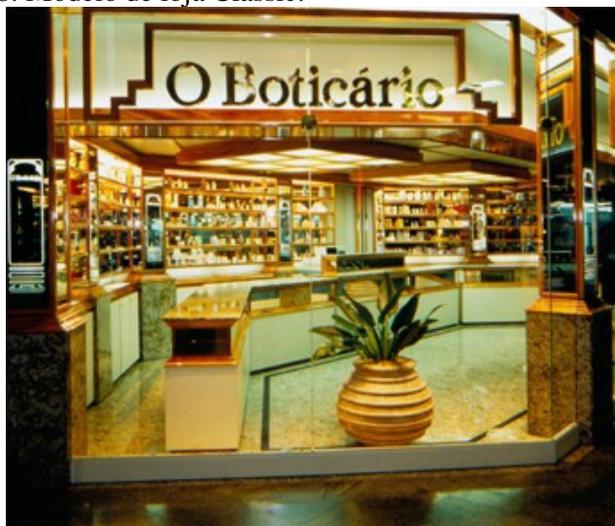
\* A Consumidor Moderno NOVAREJO é uma publicação de padrão editorial, dirigida aos empresários e executivos do setor de varejo no Brasil, com foco em estratégia, inovação e gestão. <<http://www.portalnovarejo.com.br/index.php/component/k2/item/7647-boticario-concorre-ao-melhor-design-de-loja-na-euroshop-2014>> em 05 de outubro de 2013.



Fonte: <[http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna\\_decadas.aspx?ano=2007](http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna_decadas.aspx?ano=2007)> 03 de novembro de 2013.

Em 1986, foi realizada a primeira padronização das lojas O Boticário em todo o Brasil. O padrão escolhido foi o Classic, as lojas foram ampliadas e modernizadas, cada detalhe da arquitetura foi pensado para agradar os consumidores. A partir de então, O Boticário começou a construir sua identidade visual.

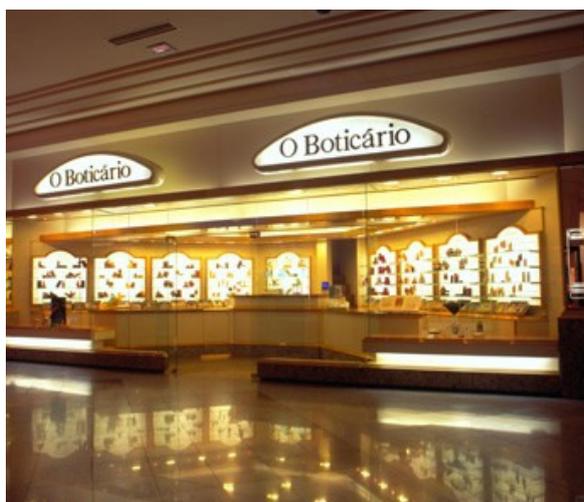
Figura 8: Modelo de loja Classic.



Fonte: [http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna\\_decadas.aspx?ano=2007](http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna_decadas.aspx?ano=2007)> 03 de novembro de 2013.

Em 1995, O Boticário criou o Projeto Aquarius. As lojas foram padronizadas com madeira mais clara e luz nas prateleiras, dando mais destaque aos produtos. As lojas ficaram com aparência mais leve, acolhedora e elegante.

Figura 9: Projeto Aquarius.



Fonte: <[http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna\\_decadas.aspx?ano=2007](http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna_decadas.aspx?ano=2007)>  
03 de novembro de 2013.

Em 1998, com a intenção de estimular a experimentação e aumentar o contato do consumidor com a marca, O Boticário lançou a loja Interativa. O balcão entre o cliente e a consultora foi eliminado. Surgiram as ilhas e as prateleiras, os produtos ficaram próximos dos consumidores.

Figura 10: Loja Interativa.



Fonte: <[http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna\\_decadas.aspx?ano=2007](http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna_decadas.aspx?ano=2007)>  
03 de novembro de 2013.

Em 2007, as lojas O Boticário ganharam um novo layout chamado Las Vegas. A proposta foi fazer com que os consumidores visualizassem os produtos com mais facilidade, dando maior autonomia à experimentação dos produtos, cativando o consumidor e tornando o momento de compra mais agradável. Displays de maquiagem e mesa de experimentação com promoções de produtos fazem do ponto de venda um lugar mais atrativo.

O layout Las Vegas faz parte do design das lojas até hoje, pois somente em abril de 2013 O Boticário lançou o novo layout de loja chamado Prisma. As lojas estão passando por processo de transição; durante os próximos quatro anos todas estarão com o novo layout de loja Prisma.

Figura 11: Padrão “Las Vegas”.



Fonte: <[http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna\\_decadas.aspx?ano=2007](http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/Interna_decadas.aspx?ano=2007)> 03 de novembro de 2013.

No projeto Prisma, o Boticário trouxe o consumidor ainda mais perto da marca; a novidade está na experimentação multissensorial e na tecnologia usada no ponto de venda. *Tablets*, fones de ouvido e *storytelling* \* são usados sobre os produtos da perfumaria, através de conteúdo sonoro, de vídeo e texto.

---

\* O termo *storytelling* tem sido muito utilizado nas estratégias de comunicação das marcas, pois as empresas utilizam cada vez mais esta ferramenta para criar emoções, desejos, ganhar a confiança, o coração e a mente dos consumidores. <[http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/ponto\\_de\\_vista/2013/08/16/Storytelling-e-o-proposito-das-marcas.html](http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/ponto_de_vista/2013/08/16/Storytelling-e-o-proposito-das-marcas.html)> 03 de novembro de 2013.

Bolinhas coloridas de tecido estão disponíveis para que os consumidores possam sentir as fragrâncias da linha *Nativa Spa*. Outra novidade está na experimentação dos sabonetes da linha *Nativa Spa*; quando o layout da loja permite, é disponibilizada uma pia para que os consumidores possam lavar as mãos usando os sabonetes da linha.

Há também um mobiliário com diversas caixas e um *tablet*. Através do *tablet* os consumidores obtêm a análise de seu estilo de vida. A partir dessa análise, os consumidores são encaminhados à caixa que corresponde ao seu perfil. Dentro dessa caixa há diversas cápsulas perfumadas, de cerâmica, em formato de gota, onde os consumidores podem sentir as fragrâncias dos perfumes que mais lhes agradam e que foram indicadas de acordo com seu próprio perfil.

Figura 12: Caixas com conceito de estilo de vida.



Fonte: <<http://www.gsmd.com.br/pt/eventos/redesign-20121205-090737/o-boticario>> 03 de novembro de 2013.

Os caixas estão no fundo da loja, dando mais espaço para que os consumidores possam circular e interagir com os produtos. Ilhas, que são chamadas de “Bares”, alegam as consumidoras, pois no Bar da Maquiagem elas podem experimentar sombras, batons e *gloss*, e todos os produtos são descartáveis.

Para presentear, caixas em diversos tamanhos estão disponíveis, canetas coloridas, cartões e até uma máquina para tirar fotos e enviar na hora.

Segundo o artigo publicado pelo site Gouvêa de Souza\*, a diretora executiva de O Boticário, Andréa Mota, afirma que:

*[...] esse novo projeto deveria refletir uma mudança de conceito, o ponto de venda precisava conectar-se com a mesma linguagem da comunicação da marca, a experiência proposta iria muito além da beleza, deveria cristalizar prazer, bem-estar e fazer a cliente se sentir poderosa, linda! Para isso foi implementada uma metodologia de construção colaborativa que viabilizasse a materialização da expressão máxima da proposta de valor da marca no novo modelo de PDV. Esta metodologia foi capitaneada por Osvaldo Moscon, diretor de canais de O Boticário e Máise Gutz Ferreira, gerente de franchising e desenvolvimento de canais. A nova loja O Boticário transforma a compra em um momento para tocar, ver, sentir, ouvir e saborear a marca. Criamos nosso mantra “celebrar a beleza 365 dias por ano”, alto astral, colorida, humanizada, gerando sentimentos e emoções, experiência de compra envolvente, intuitiva e dinâmica, um espaço harmonioso, com o básico e o sofisticado apresentados de forma surpreendente e acolhedora. [...]*

Figura 13: Luminária, elemento arquitetônico mais emblemático da nova loja O Boticário.



Fonte: <<http://www.gsmd.com.br/pt/eventos/redesign-20121205-090737/o-boticario>> 03 de novembro de 2013.

\* A Gouvêa de Souza tem sido reconhecida pelo mercado como especialista em varejo, marketing e distribuição. Com uma plataforma completa de produtos e serviços, oferece conteúdo e conhecimento de alto nível para ajudar empresas de todos os segmentos a desenvolver as melhores estratégias de atuação no mercado e consumo. <<http://www.gsmd.com.br/pt/eventos/redesign-20121205-090737>> 03 de novembro de 2013.

A seguir, um quadro resumo sobre a evolução do merchandising no ponto de venda das lojas O Boticário, destacando as mudanças mais importantes que aconteceram em cada período.

Figura 14: Evolução do merchandising no ponto de vendas das lojas O Boticário.

<b>Lojas*</b>	<b>Merchandising no Ponto de Venda</b>
<b>Vidro Verde - 1982</b>	O layout da loja era mais fechado, o uso de madeira escura era predominante. O vidro tinha presença marcante, fazia parte da exposição dos produtos na vitrine, no balcão e nas prateleiras atrás do balcão. E para dar um toque de requinte à loja, o vidro verde completava a decoração das prateleiras atrás do balcão, chamando a atenção dos consumidores.
<b>Classic - 1986</b>	A arquitetura da loja escolhida foi a Classic. Cada espaço dentro da loja foi projetado com ênfase no consumidor. Logo ao entrar na loja o consumidor se deparava com a logomarca O Boticário em destaque. Os pilares dentro da loja davam um toque especial à decoração. Eram revestidos do chão ao meio por vidrilhos verdes e do meio ao teto por espelho. A loja ganhou uma aparência mais ampla, com madeira e iluminação mais clara em seu interior. A partir de então, O Boticário começou a construir sua identidade visual.
<b>Aquarius -1995</b>	São colocadas luzes e madeira mais clara nas prateleiras, para dar mais destaque aos produtos. O objetivo foi deixar a loja mais leve, acolhedora e elegante.
<b>Interativa - 1998</b>	O balcão entre consumidores e consultoras foi eliminado, e surgiram as ilhas. Os consumidores ficaram mais próximos dos produtos.
<b>Las Vegas - 2007</b>	Logo ao entrar na loja os clientes são surpreendidos com uma bela mesa de experimentação de produtos. Essa mesa é composta pelas promoções exclusivas da loja, que são trocadas quinzenalmente. Há um display de maquiagem Make B e um display de maquiagem Intense. São usadas fitas olfativas para sentir as fragrâncias dos perfumes. Os produtos dentro da loja são agrupados nas prateleiras, por módulos, linha banho Nativa Spa, perfumaria masculina, linha facial, perfumaria feminina e linha infantil.

<p><b>Prisma - 2013</b></p>	<p>A loja se amplia, não só no espaço físico, mas também nas tendências tecnológicas que estão revolucionando o mundo. <i>Tablets</i>, fones de ouvido, <i>storytelling</i> e totem digital dão um toque sofisticado e atual a marca. As ilhas se inovam, e nesse novo layout são chamadas de "Bar do Perfume" e "Bar da Maquiagem". Para sentir as fragrâncias da linha Nativa Spa, bolinhas coloridas de tecido dão charme e elegância ao ponto de venda. Cápsulas perfumadas de cerâmica, em forma de gota, estão disponíveis para que as fragrâncias dos perfumes possam ser sentidas. Sabonetes da linha Nativa Spa estão disponíveis para a experimentação, mas somente é possível quando o espaço permite a colocação de uma pia no interior da loja. Por exemplo, na loja O Boticário do Ribeirão Shopping, em Ribeirão Preto - SP, esta experiência é possível. E para presentear estão disponíveis caixas de diversos tamanhos, cartões, canetas coloridas e uma câmera para tirar fotos na hora e deixar o presente personalizado e especial.</p>
-----------------------------	--

Fonte: Elaborada por Renata Rozim Augusto através da observação das lojas\* Las Vegas e Prisma de O Boticário em Ribeirão Preto (São Paulo). As demais lojas foram realizadas pesquisas através do site do Grupo Boticário <[http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/interna\\_decadas.aspx?ano=1980s](http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/interna_decadas.aspx?ano=1980s)> 03 de novembro de 2013.

Ao longo dos anos O Boticário tem utilizado o merchandising como ferramenta estratégica de marketing no ponto de vendas, encantando consumidores e impulsionando vendas. O trabalho que começou tímido, por meio de uma farmácia de manipulação, hoje conta com lojas espalhadas no Brasil e no exterior.

O investimento no ponto de vendas foi gradativo, evoluiu com o passar dos anos e acompanhou as tendências mundiais. Se, antes, consumidores e consultoras eram separados por balcão dentro das lojas, em um sistema mais fechado, hoje, com a possibilidade da experimentação dos produtos, com conteúdos digitais disponíveis, o ponto de vendas se tornou um ambiente mais interativo, onde os sentidos dos consumidores são aguçados, os sentimentos são tocados e o momento de compra se tornou muito mais intuitivo e prazeroso.

### **Considerações Finais**

O conceito de merchandising surgiu com McGarry que, ao reclassificar a escola funcional, que faz parte das escolas de pensamento em marketing, assim destacou o *merchandising function*: “compreende as várias atividades necessárias para adaptar o produto à ideia daquilo que o usuário deseja.” (McGARRY, 1950 *apud* AJZENTAL, 2010,

p. 34). A partir daí, o merchandising tem sido usado no ponto de vendas como a principal ferramenta estratégica para alavancar vendas, pois, de acordo com D'Andrea, Cònsoli, Guissoni (2010, p. 7), “aproximadamente 70% dos consumidores decidem que marca comprar quando estão no ponto de vendas.”

Novas tendências em estratégias no ponto de vendas surgem a cada dia, e o *shopper* marketing é um exemplo. A estratégia consiste em fazer um profundo entendimento do comportamento do *shopper* e, a partir de então, direcionar as ações de marketing e merchandising para esse segmento. O objetivo é conquistar o *shopper* antes, durante e após as compras, e não deixar a marca cair no esquecimento.

Para O Boticário, o merchandising como ferramenta estratégica de marketing é de suma importância, pois é no ponto de vendas que a marca concentra seus investimentos. Segundo o site Exame, “são 3.600 lojas espalhadas pelo Brasil, cujo faturamento da rede foi de 6,6 bilhões de reais em 2012, 20% a mais que no ano anterior”. Tudo é pensado para encantar o consumidor e tornar o momento de compra mais agradável, desde os materiais de ponto de vendas, as embalagens e a disposição dos produtos. Exemplo disso é o novo layout de loja Prisma, onde O Boticário prova mais uma vez que está atento às mudanças que estão acontecendo ao redor do mundo. A loja está totalmente interativa, repleta de conteúdo digital, com fones de ouvido, *tablets* e *storytelling*, despertando sentimentos, emoções e impactando diretamente na decisão de compras do consumidor.

Assim, conclui-se que o merchandising no ponto de vendas evoluiu com o passar dos anos devido às adaptações feitas em decorrência das tendências sociais, políticas, ambientais e mercadológicas que aconteceram ao redor do mundo. É inegável que é uma ótima ferramenta estratégica no ponto de vendas, pois alavanca vendas para as empresas e, para os consumidores, encanta e satisfaz desejos.

## REFERÊNCIAS

- AJZENTAL, Alberto. **História do Pensamento em Marketing**. São Paulo, Saraiva, 2010.
- BLESSA, Regina. **Merchandising no Ponto de Venda**. São Paulo, Atlas, 2008.
- D'ANDREA, Rafael; CÔNSOLI, Matheus Alberto; GUISSONI, Leandro Angoti. **Shopper Marketing: A nova estratégia integrada de marketing para a conquista do cliente no ponto de venda**. São Paulo, Atlas, 2011.
- GABRIEL, Martha. **Marketing na Era Digital**. São Paulo, Novatec, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa** – 3: ed. São Paulo, Atlas, 1991.
- Kotler, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing** – 12: ed. São Paulo, Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica** – 7: ed. São Paulo, Atlas, 2010.

Marketing Experiencial no PDV. **Popai Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.popaibrasil.com.br/marketing-experiencial-no-pdv/>>. Acesso em 17 de junho de 2013.

Merchandising na TV aberta movimentou 1,3 bilhão no trimestre. **IBOPE**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Merchandising-na-TV-aberta-movimentou-1-3-bilhao-no-trimestre.aspx>>. Acesso em 04 de julho de 2013.

O Boticário concorre ao melhor design de loja na Euroshop 2014. **Portal no Varejo**, 2013. Disponível em: <<http://www.portalnovarejo.com.br/index.php/component/k2/item/7647-boticario-concorre-ao-melhor-design-de-loja-na-euroshop-2014>>. Acesso em 05 de outubro de 2013.

O Boticário é a empresa certa no país certo. **Exame.com**, 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1033/noticias/o-boticario-e-a-empresa-certa-no-pais-certo>>. Acesso em 05 de outubro de 2013.

O Boticário investe R\$ 1 bi em novas lojas. **Meio&Mensagem**, 2013. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/noticias/2013/04/25/O-Boticario-investe-1-bi-em-novas-lojas.html>>. Acesso em 04 de maio de 2013.

OLIVEIRA, Braulio. **Gestão de Marketing**. São Paulo, Pearson, 2012.

OLIVEIRA, Sergio Luis Ignácio. **Desmistificando o Marketing**. São Paulo, Novatec, 2007.

Redesign O Boticário. **Gouvêa de Souza**, 2013. Disponível em: <<http://www.gsmd.com.br/pt/eventos/redesign-20121205-090737/o-boticario>>. Acesso em 03 de novembro de 2013.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z** – 3: ed. São Paulo, Elsevier, 2003.

Uma bela história. **Grupo Boticário**, 2013. Disponível em: <<http://nossahistoria.grupoboticario.com.br/pt-br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 04 de maio de 2013.

United Arrows: Usando a tecnologia no ponto de venda. **Publistorm.com**, 2013. Disponível em: <<http://www.publistorm.com/united-arrows-usando-a-tecnologia-no-ponto-de-venda/>>. Acesso em 05 de julho de 2013.

## MARKETING ESPORTIVO DA NBA: UM MODELO PARA O FUTEBOL BRASILEIRO

Vitor Augusto Das Neves Martins De Almeida SANTOS\*  
Romilson Madeira\*\*

### Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender os conceitos de *Marketing* Esportivo, as principais formas de investimento no esporte e a proposta de organização do campeonato brasileiro de futebol, tomando como modelo a eficiência da *NBA*. A metodologia de trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica, utilizando artigos e matérias jornalísticas sobre *Marketing* Esportivo, a história da *NBA*, do campeonato brasileiro de futebol e as estruturas de *marketing* de ambos os campeonatos. Trata-se de um estudo sobre a importância do *Marketing* Esportivo, e como o investimento no esporte, aliado à administração profissional dos clubes, seguindo os moldes da *NBA* – Liga Norte Americana de Basquete, poderia ajudar o futebol brasileiro a se tornar um campeonato mais competitivo e organizado. A pesquisa concentrou-se em conhecer a história da *NBA*, do futebol brasileiro e o desenvolvimento do *Marketing* Esportivo em cada uma dessas estruturas. Apoiando o desenvolvimento da pesquisa, foram estudados cases de *marketing* esportivo. Na conclusão, foram identificadas possíveis ferramentas de *Marketing* utilizadas com eficiência pela liga norte-americana de basquete, que poderiam auxiliar na evolução dos campeonatos de futebol brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Marketing Esportivo; Gestão no Esporte; Marketing no Futebol.*

## SPORTS MARKETING OF THE NBA: A MODEL FOR BRAZILIAN SOCCER

### Abstract

The present study has the purpose of understanding the concepts of Sports Marketing, the main forms of investment in sports and the proposed organization of the Brazilian soccer championship, taking as a model the efficiency of the NBA. The work methodology was based on literature search, using texts and newspaper articles about Sports Marketing, the history of the NBA, the Brazilian soccer championship and marketing structure of both championships. This is a study on the importance of Sports Marketing, and how investment in sport, combined with the professional management of clubs, following the model of the NBA - National Basketball Association, could help Brazilian soccer to become a more competitive and organized championship. The research focused on knowing the history of the NBA, of Brazilian soccer and the development of sports marketing in each of these structures. Supporting the research development, sports marketing cases were studied. In conclusion, it identified possible marketing tools used efficiently by the U.S. basketball league, which could assist in the evolution of the Brazilian soccer.

---

\* Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pelo Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto-SP. E-mail: <mailto:vitoraugusto.santos@terra.com.br>

\*\* Mestre em Comunicação, Jornalista, Publicitário e Profissional de Marketing. E-mail: [romadeira@hotmail.com](mailto:romadeira@hotmail.com)

**KEYWORDS:** *Sports Marketing; Sports Management; Marketing in Soccer.*

## **Introdução**

*Marketing* é o conjunto de técnicas e métodos destinados ao desenvolvimento de estratégias que resultam em vendas, baseadas em quatro vertentes: preço, praça, produto e promoção. É também o processo de pensar e planejar para os mercados, estudando os mecanismos e motivos que geram as relações de troca, analisando os resultados para que essas relações sejam satisfatórias para todas as partes envolvidas nelas. Segundo Kotler (1998), *Marketing* “é uma atividade humana dirigida a satisfazer necessidades e desejos através do processo de trocas”.

*Marketing é um processo social, no qual indivíduos ou grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros indivíduos (KOTLER, 1998).*

O *Marketing* tem várias áreas de atuação muito específicas, com conceitos direcionados para cada ramo de atividade em particular, como, por exemplo, o *marketing* esportivo, o *marketing* cultural, o *marketing* social e o *marketing* político, entre outros. O *Marketing Esportivo* é um segmento do *Marketing* aplicado exclusivamente ao segmento de esportes, que permite o uso de uma publicidade não tão explícita, que é um de seus grandes pontos positivos, já que o produto não aparece para o consumidor sob forma de venda. O produto, neste caso, faz parte do ambiente e não rouba a cena do foco principal, que é o evento esportivo em si.

*O marketing esportivo é um tipo de mídia alternativa utilizada para a maximização da exposição de uma marca e/ou produto, sendo que a empresa que investe no marketing esportivo deverá também ter uma ação de propaganda para explicar quais são os produtos que a marca vende. A mesma deve levar em consideração que o marketing esportivo é um tipo de promoção institucional, ou seja, ele atribui valor a uma marca, mas não diz o que ela é (CALADO, 2009).*

Dentre outros aspectos, o *Marketing Esportivo* tem como objetivos o fortalecimento da marca e da imagem (produto ou empresa), retorno de mídia espontânea, com a exposição da marca em diferentes mídias, e conquista de mercado.

Desde seu surgimento, na década de 1920, quando a empresa Hillerich & Bradsby (H&B), que fabricava tacos para beisebol, criou um modelo autografado, presumindo que o novo produto atrairia o público do mercado jovem, o *Marketing Esportivo* tomou maiores proporções ao redor do mundo. Conforme as novas estratégias davam resultado, mais investimentos eram feitos, ajudando o esporte a se profissionalizar cada vez mais. Com esses

investimentos, houve uma profissionalização do esporte, trazendo melhoras à qualidade técnica.

Essa profissionalização trouxe grandes resultados, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Nos Estados Unidos, esses resultados podem ser vistos na formação de ligas profissionais, como a *Major League Soccer*<sup>\*</sup> (MLS), a *National Football League*<sup>†</sup> (NFL), a *Major League Baseball*<sup>‡</sup> (MLB), além da *National Basketball Association* (NBA). As três últimas são as principais ligas de seus esportes no mundo. Na Europa, os investimentos são concentrados principalmente no futebol, fazendo com que as equipes europeias sejam as mais ricas de todos os esportes, e os campeonatos, tanto os nacionais quanto o campeonato europeu, sejam os principais do mundo.

Para determinar o valor de cada time, a *Forbes* soma as receitas anuais e os ativos de cada um (BADENHAUSEN, 2013). Contrariando a crise econômica, os times de futebol Real Madrid e Barcelona tiveram um crescimento, em 2012, de 42% e 99%, respectivamente, no valor, em relação ao ano anterior. Ainda que com um aumento percentual menor do que o rival, o Real Madrid se transformou no time mais rico do mundo, ultrapassando a equipe inglesa do Manchester United, que liderava essa lista desde sua criação, há nove anos. Apesar de as três primeiras posições da lista serem ocupadas com times do futebol europeu, a lista com as 20 equipes mais ricas do mundo é composta em sua maioria por equipes dos Estados Unidos. São 15 times, entre *NFL* e *MLB*, contra cinco do futebol europeu.

Foram analisados os 50 times mais valiosos do mundo. O campeonato de Futebol Americano está representado pelos 32 times que integram a Liga, fazendo da *NFL* o campeonato mais valioso do mundo, com um faturamento de US\$ 17,6 bilhões na temporada 2011-2012, seguido pelas *MLB* e *NBA*, que faturaram US\$ 13,6 bilhões e US\$ 7,4 bilhões, respectivamente. O campeonato de futebol mais valioso é a *Première League* (equivalente à primeira divisão), da Inglaterra, que arrecadou US\$ 6,5 bilhões na mesma temporada. O Campeonato Brasileiro de futebol é o décimo campeonato que mais fatura no mundo, e o sexto, se analisarmos somente os campeonatos de futebol, com um faturamento de US\$ 2,4 bilhões em 2012.

### **Tabela 1** – Times mais valiosos do mundo.

---

\* Principal liga de futebol dos Estados Unidos e Canadá, com 19 times (SOBRE, 2013).

† Maior liga de futebol americano do mundo, com 32 times nos Estados Unidos (HISTORY, 2013).

‡ Liga de baseball, com 30 times nos Estados Unidos e Canadá (MLB, 2013).

<b>Time</b>	<b>País</b>	<b>Valor</b>
Real Madrid	Espanha	US\$ 3,3 bilhões
Manchester United	Inglaterra	US\$ 3,165 bilhões
Barcelona	Espanha	US\$ 2,6 bilhões
New York Yankees	Estados Unidos	US\$ 2,3 bilhões
Dallas Cowboys	Estados Unidos	US\$ 2,1 bilhões
New England Patriots	Estados Unidos	US\$ 1,635 bilhões
Los Angeles Dodgers	Estados Unidos	US\$ 1,615 bilhões
Washington Redskins	Estados Unidos	US\$ 1,6 bilhões
New York Giants	Estados Unidos	US\$ 1,468 bilhões
Arsenal	Inglaterra	US\$ 1,32 bilhões
Boston RedSox	Estados Unidos	US\$ 1,312 bilhões
Bayern de Munique	Alemanha	US\$ 1,309 bilhões
Houston Texans	Estados Unidos	US\$ 1,305 bilhões
New York Jets	Estados Unidos	US\$ 1,284 bilhões
Philadelphia Eagles	Estados Unidos	US\$ 1,26 bilhões
Chicago Bears	Estados Unidos	US\$ 1,19 bilhões
San Francisco 49ers	Estados Unidos	US\$ 1,175 bilhões
Green Bay Packers	Estados Unidos	US\$ 1,161 bilhões
Baltimore Ravens	Estados Unidos	US\$ 1,157 bilhões
Indianápolis Colts	Estados Unidos	US\$ 1,154 bilhões

Fonte: <[www.forbes.com/sites/kurtbadenhausen/2013/07/15/real-madrid-tops-the-worlds-most-valuable-sports-teams/](http://www.forbes.com/sites/kurtbadenhausen/2013/07/15/real-madrid-tops-the-worlds-most-valuable-sports-teams/)>. Acesso em 05 set. 2013

**Tabela 2** – Campeonatos mais valiosos do mundo.

<b>Campeonato</b>	<b>País</b>	<b>Faturamento</b>
<i>NFL</i> (Futebol Americano)	Estados Unidos	US\$ 17,6 bilhões
<i>MLB</i> (Beisebol)	Estados Unidos	US\$ 13,6 bilhões
<i>NBA</i> (Basquete)	Estados Unidos	US\$ 7,4 bilhões
<i>NHL</i> (Hóquei no gelo)	Estados Unidos	US\$ 6,7 bilhões
<i>Premiere League</i> (Futebol)	Inglaterra	US\$ 6,5 bilhões

<i>Bundesligue</i> (Futebol)	Alemanha	US\$ 4,5 bilhões
<i>La Liga</i> (Futebol)	Espanha	US\$ 4,4 bilhões
<i>Scudetto</i> (Futebol)	Itália	US\$ 4 bilhões
<i>Ligue 1</i> (Futebol)	França	US\$ 2,7 bilhões
Brasileirão Série A (Futebol)	Brasil	US\$ 2,4 bilhões

Fonte: < [www.vitaminapublicitaria.com.br/marketing-esportivo/eua-dominam-as-ligas-esportivas-no-mundo](http://www.vitaminapublicitaria.com.br/marketing-esportivo/eua-dominam-as-ligas-esportivas-no-mundo) >. Acesso em 05 set. 2013

### **O MARKETING ESPORTIVO DA NBA: UM CASE DE SUCESSO**

A *NBA*, liga de basquete profissional dos Estados Unidos, é considerada a maior liga deste esporte do mundo, devido ao seu histórico de grandes jogos e estrelas nos primeiros anos da liga. Mas o grande responsável pelo crescimento da *NBA* foi David Stern\*, que se tornou diretor da liga após indicações dos demais diretores, por acreditarem em suas propostas para erguer a *NBA* e fazer dela a mais bem sucedida liga de basquete do mundo. Para isso, precisou atrair mais patrocinadores, investidores e maior cobertura das redes de televisão, sabendo que, para isso, precisava melhorar a imagem da *NBA*, que estava desgastada devido ao envolvimento de seus jogadores com drogas e bebidas. Para isso, propôs um acordo entre os proprietários das franquias†, os jogadores e a liga, dividindo todas as receitas da *NBA* entre todos, e realizando exames *antidopings*‡ mais rígidos.

A partir da proposta inicial da *NBA*, de dividir as *Basketball Related Income* (BRI – receitas relacionadas ao basquete), todo o capital gerado pela liga era dividido igualmente entre os proprietários das franquias e os jogadores da liga. As BRIs são calculadas

\* David J. Stern é o atual comissário (diretor) da *NBA*, desde 1984, sendo que já anunciou em outubro de 2012 sua aposentadoria para 01/02/2014. Foi membro do conselho geral da *NBA* de 1978 a 1980 e vice-presidente executivo da liga de 1980 a 1984, quando assumiu o atual cargo de comissário. É considerado grande responsável pela globalização da *NBA* na segunda metade da década de 1980 (DAVID, 2013).

†A *NBA* classifica cada uma de suas equipes como franquias, pelo fato de poderem ser vendidas, mudando de cidades mantendo o mesmo nome, como ocorreu com a franquia Lakers, que era de Minneapolis, foi vendida e levada para Los Angeles, onde permanece até hoje. As 11 franquias iniciais da *NBA* foram: Boston Celtics, Chicago Stags, Cleveland Rebels, Detroit Falcons, New York Knickerbockers, Philadelphia Warriors, Pittsburgh Ironmen, Providence Steamrollers, St Louis Bombers, Toronto Huskies e Washington Capitols.

‡ Exame realizado nos atletas durante as competições esportivas para detectar o uso de drogas ou substâncias capazes de aumentar artificialmente o desempenho esportivo, sejam eles potencialmente prejudiciais à saúde do atleta ou à de seus adversários ou contra o espírito do jogo. Pode ser realizado pelo exame de sangue ou da urina do competidor.

principalmente com base na venda de ingressos (temporada regular e *playoffs*<sup>\*</sup>), nos contratos com a TV, nos licenciamentos dos produtos relacionados à liga, no faturamento dos estacionamentos e na publicidade nos estádios. Também pode ser incluída no cálculo das BRIs a venda dos *naming right*<sup>†</sup> (na tradução livre, direito de dar o nome) (ZEGERS, 2013). As BRIs são extremamente importantes e muito discutidas, pois é a partir delas que é calculado *Salary Cap*, o teto salarial das equipes. Esse teto serve para tornar o campeonato mais equilibrado, com equipes mais parelhas, pois todas terão de respeitar o limite imposto pela liga na folha de pagamento, evitando que uma ou outra franquia concentre todos os principais jogadores da liga, oferecendo-lhes contratos milionários. Se alguma equipe ultrapassa o limite acordado entre as franquias e a liga, paga o *Luxury Tax*, taxa pré-determinada que o time paga por dólar que excede do *Salary Cap* (SILVA, 2012).

Após conseguir estabilizar os problemas de imagem da liga, Stern ainda tinha o objetivo de internacionalizar a *NBA*, elevando-a um patamar globalizado. O primeiro passo da liga foi começar a temporada 1990-91 em Tóquio, entre as equipes Phoenix Suns e o Utah Jazz. Foi o primeiro jogo da história da *NBA* fora da América do Norte. A partir de 1990, a estratégia de levar jogos da pré-temporada ou jogos de abertura da temporada regular para outros países é utilizada em todas as temporadas devido ao seu sucesso. Com os jogos fora da América do Norte, a liga vem crescendo 2% ao ano, globalmente (BORGES, 2013).

Outro passo importante para alcançar o objetivo traçado pelos diretores da *NBA* foi montar um time para a disputa dos Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona. A Seleção Norte-Americana, que nas olimpíadas anteriores era composta apenas por jogadores universitários, ficou conhecida como *Dream Team* (Time dos Sonhos), justamente pelo fato de ter sido montada com os principais astros da liga, como Michael Jordan<sup>‡</sup>, Magic Johnson<sup>§</sup>

---

\* *Playoff* é a forma de decisão para determinar qual das duas equipes que estão disputando um título ou uma vaga se classificará para a próxima fase. Disputado em série melhor de 7 jogos, vence aquele que alcançar 4 vitórias primeiro.

† Direito para nomear a propriedade privada com uma marca.

‡ Michael Jeffrey Jordan (nascido em 17/02/1963) defendeu o Chicago Bulls de 1984 a 1998, com intervalo de 1993 a 1995, e o Washington Wizards de 2001 a 2003. Os intervalos se deram devido a 2 anúncios de aposentadoria, além do 3º e definitivo anúncio em 2003. Hoje é proprietário da franquia Charlotte Bobcats (MICHAEL, 2013).

§ Earvin "Magic" Johnson Jr. (nascido em 14/08/1959) defendeu o Los Angeles Lakers de 1979 a 1996, de maneira não consecutiva devido a 3 anúncios de aposentadoria. A primeira em 1991, depois de anunciar que era portador do *HIV*. Retornou no mesmo ano, na disputa do jogo das estrelas. Após vários protestos de outros jogadores devido a sua condição, aposentou-se novamente em 1992, retornando em 1996, quando disputou seus últimos 32 jogos pela franquia de Los Angeles, antes de se aposentar em definitivo. Foi campeão 5 vezes da *NBA*, indicado 3 vezes como *MVP* da liga e é o jogador com a maior média de assistências, com 11,2 assistências por jogo. Esse fundamento, como

e Larry Bird<sup>\*</sup>. Conforme esperado, essa equipe venceu com certa facilidade os jogos Olímpicos, alavancando a imagem de uma liga forte ao redor do mundo.



Figura 1 - *Dream Team* - Jogos Olímpicos 1992. Fonte:

<[www.NBA.com/multimedia/photo\\_gallery/1007/2010.HOF.DreamTeam/content.1.html](http://www.NBA.com/multimedia/photo_gallery/1007/2010.HOF.DreamTeam/content.1.html)>.

Acesso em 15 mai. 2013

A explosão dos jogadores Michael Jordan, Magic Johnson e Larry Bird ajudou muito a *NBA*. No auge de suas carreiras, os três ofuscaram seus talentos individuais em nome do esquema tático de um jogo coletivo. A estratégia deu certo. A liga virou mania global, as equipes tiveram lucros multiplicados e os jogadores ficaram milionários. Em 1997, a *NBA* era a marca esportiva mais valiosa do mundo, faturando cerca de US\$ 3 bilhões por ano.

Outras ligas esportivas, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa, utilizaram e aprimoraram as estratégias de *marketing* da *NBA* para poder crescer. A partir de 2009, a *NBA* se tornou a 4<sup>a</sup> liga ao redor do mundo em faturamento anual, sendo ultrapassada pelas *NFL*, *MLB* e *Première League*. Os principais motivos do crescimento das demais ligas foram os contratos da venda dos direitos de transmissão dos jogos com as emissoras de TV. Na época, a *NBA* recebia US\$ 1 bilhão pelo direito de televisão e as outras três ligas recebiam entre US\$ 1,8 e US\$ 2 bilhões. Em 2013, a *NBA* reassumiu a 3<sup>a</sup> posição na lista das ligas que mais faturam, permanecendo atrás das *NFL* e *MLB* (BONFIM, 2013).

Mesmo com o anúncio da aposentadoria de David Stern para o início de 2014, a tendência é que a *NBA* voltasse a crescer nos próximos anos, devido às novas estratégias de *marketing* que serão exploradas pela liga.

---

sempre realizado com eficiência e plasticidade, lhe rendeu o apelido “*Magic*” (Mágico) (MAGIC, 2013).

\* Larry Joe Bird (nascido em 07/12/1956) defendeu o Boston Celtics de 1979 a 1998, foi campeão e *MVP* da liga por 3 vezes (LARRY, 2013).

Os dirigentes da *NBA* estão adotando medidas pensando no faturamento da liga, identificando e cortando os excessos de gastos e planejando novas estratégias para aumentar a receita, tanto com arrecadação de ingressos quanto em relação a patrocinadores.

Junto aos cortes de gastos, as franquias têm realizado promoções e premiado seus torcedores incentivando a compra de ingressos, ações que não eram comuns à *NBA*. Chris Granger, Vice-Presidente Sênior de Operações de *Marketing* e Negócios da *NBA* (apud PAZ, 2009), disse que essas pequenas ações de *marketing* só funcionam porque foram tomadas depois de uma extensa pesquisa com mais de 30 mil fãs das 30 franquias, perguntados sobre o que eles querem ter dos clubes, além de um ingresso para assistir a um jogo.

Com essas ações, a *NBA* vem batendo a cada ano recorde de arrecadação de bilheteria. A temporada 2012-13 entrou para a história como a que teve maior receita em bilheteria, quando ultrapassou a marca de US\$ 1 bilhão arrecadados, contabilizando apenas os jogos da temporada regular. Esse montante significa um aumento de 6% em relação à temporada anterior e ocorreu porque 20 dos 30 times da liga tiveram aumento na média de receita. A média de público dessa temporada ficou em 17.348 pessoas por jogo, com o Chicago Bulls liderando o *ranking*, com 21.877, e o Sacramento Kings na lanterna, com 13.750. A média do time de Sacramento ainda é maior que a média de público do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2012, que ficou pouco acima de 12 mil pessoas por jogo (KADOW, 2013).

Pensando em novas possibilidades de faturamento, principalmente fazendo uso da propaganda, a *NBA* anunciou, em junho de 2013, a liberação para que as franquias comercializem os espaços das quadras com publicidade, espaços que até então eram obrigados a permanecer limpos. A primeira franquia a explorar essa liberação foi o Indiana Pacers, que fechou um contrato de dois anos com a empresa de recrutamento *Indiana Economic Development Corporation*, que estampará seu slogan “*A state that works*” na quadra do *Bankers Life Fieldhouse*, estádio do Pacers. Na negociação, o Indiana receberá um total de US\$ 1 milhão para que o *slogan* da empresa apareça nos dois lados da quadra durante os jogos. Mas existe uma regra em que essas marcas só poderão aparecer em jogos com transmissões locais, ou seja, para as partidas mais importantes, com sinal para todo o país, a negociação é outra, regulamentada pela *NBA*.



Figura 2 – Imagem geral do *Bankers Life Fieldhouse*, estádio do Indiana Pacers. Fonte: <[www.mktesportivo.com/2013/10/indiana-pacers-e-a-primeira-franquia-a-estampar-patrocinio-de-quadra/](http://www.mktesportivo.com/2013/10/indiana-pacers-e-a-primeira-franquia-a-estampar-patrocinio-de-quadra/)>. Acesso em 17 nov. 2013.

Apesar de já estar sendo explorada, a liberação da comercialização dos espaços nas quadras não foi a primeira nova regra da *NBA* em relação à publicidade. Após 66 anos de liga, em 2012, a *NBA* definiu a permissão para explorar também os uniformes das franquias com exposição de patrocínios. A ideia é criar um modelo semelhante ao utilizado por equipes de futebol na Europa, que obtêm grande parte de suas receitas de patrocinadores. Apesar de a permissão ter sido anunciada em 2012, para que fosse explorada a partir da temporada 2013-14, não existe previsão de quando será fechado o primeiro contrato de patrocínio, atraso gerado pela polêmica envolvendo os torcedores da liga, pois os times poderiam perder sua identidade estampando no uniforme seus patrocinadores no lugar dos tradicionais logos das franquias. A projeção é que, a partir do momento em que todas as franquias comercializem os espaços em seus uniformes, a *NBA* tenha um lucro extra de US\$ 100 milhões por ano.

Os planos da *NBA* para os próximos anos passam também pela globalização de seus times. Além dos jogos das franquias norte-americanas realizados em outros países, como Inglaterra, China e Brasil, existe um plano para que a *NBA* tenha equipes europeias participando da liga. Esse plano prevê a criação de franquias em 20 anos. A ideia é que seja criada uma divisão na Europa, em média com cinco novas equipes, que fariam jogos entre si. Para os jogos dessas equipes contra as equipes norte-americanas, nos Estados Unidos, seriam feitas excursões com vários jogos. Os times americanos fariam o mesmo na Europa. Isso criaria uma distorção no calendário, pois os times dos Estados Unidos e Canadá teriam de passar um grande período na Europa, e vice-versa. Além disso, jogos alternados, como ocorrem nos playoffs, tornar-se-iam inviáveis (FERREIRA, 2013).

## O MARKETING ESPORTIVO NO BRASIL

No Brasil, o primeiro *case* de *Marketing Esportivo* ocorreu em 1987, quando o Campeonato Brasileiro de Futebol passou a se chamar Copa União. O campeonato foi organizado pelo Clube dos 13\*, em um movimento de sobrevivência das principais agremiações esportivas do país. O Clube dos 13 necessitava de US\$ 1 milhão, aproximadamente, para pagar no mínimo os custos básicos do campeonato, como viagens e hospedagem dos jogadores e delegações.

João Henrique Areias†, então diretor de *marketing* do clube de futebol Flamengo, foi convidado pelos dirigentes para conseguir arrecadar o valor pretendido pelo Clube dos 13, para a liga sobreviver, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, onde, na época, mais de 3.400 empresas estavam investindo US\$ 1,35 bilhão em atividades e/ou entidades esportivas. Areias enxergou na televisão o melhor caminho para conseguir arrecadar o valor para realização do campeonato (AREIAS, 2009).

Até 1987, os campeonatos de futebol não eram transmitidos ao vivo. Com receio de que o público deixasse de ir aos estádios, diminuindo a arrecadação da bilheteria, somente as decisões de campeonatos, ou grandes clássicos locais, em que os estádios estariam lotados, eram transmitidos. Com o argumento de que a televisão não tiraria público do estádio, mas ajudaria a consolidar ainda mais a paixão do torcedor por seu time, Areias convenceu os dirigentes a negociarem com algum canal de TV. Areias propôs à TV Globo a compra do direito de transmissão de 48 dos 126 jogos da Copa União por US\$ 3,4 milhões, com a argumentação de que o campeonato contava com os 16 principais clubes do país. Após várias negociações, ficou acertado que a TV Globo pagaria o valor solicitado da seguinte maneira: US\$ 2,1 milhões em dinheiro (mais do que o dobro do pretendido pelo Clube dos 13) e US\$ 1,3 milhão em espaços comerciais institucionais de 15 segundos, em um contrato de 5 anos. A TV Globo passaria, então, a participar do planejamento do calendário do campeonato, para garantir que fossem atendidos critérios de interesses próprios para a venda de suas cotas de publicidade.

---

\* Reunião dos 13 principais clubes do futebol do país em 1987, formando uma liga independente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na tentativa de aumentar o poder de negociação dos clubes com a CBF, tratar o futebol como uma atividade econômica que precisava ser lucrativa e resgatar a credibilidade dos dirigentes, altamente desgastada por casos de corrupção e de incompetência administrativa. A formação original da liga contava com quatro clubes de São Paulo (Corinthians, São Paulo, Palmeiras e Santos), quatro do Rio de Janeiro (Flamengo, Vasco, Fluminense e Botafogo), dois do Rio Grande do Sul (Grêmio e Internacional), dois de Minas Gerais (Cruzeiro e Atlético) e um da Bahia (Bahia) (AREIAS, 2009).

† João Henrique Areias é presidente da *Sportlink Marketing Esportivo*. Trabalhou durante 12 anos na área de *Marketing* da IBM e iniciou em 1987 sua carreira em *Marketing Esportivo*. Foi diretor de *Marketing* do Clube dos 13 e vice-presidente de *Marketing* do Flamengo (AREIAS, 2009).

Após o contrato firmado com a TV Globo, Areias pleiteou patrocínio da marca Açúcar União, para aproveitar o nome do torneio, mas houve recusa da empresa por um trauma causado pelo fracasso e prejuízos com a Copersucar-Fittipaldi, em 1975, até hoje a única equipe brasileira da história da Fórmula-1 (AREIAS, 2009).

O segundo grande contrato do Clube dos 13 foi a parceria com a marca Coca-Cola, quando foi firmado contrato no valor de US\$ 2,6 milhões, para que a empresa de refrigerantes estampasse sua marca nos uniformes dos times, nas placas dos estádios e nos anúncios institucionais inclusos no contrato com a TV Globo.

Com US\$ 6 milhões em contratos e com o campeonato garantido financeiramente, o Clube dos 13, através de seus diretores de *marketing*, Areias e Grellet, pensou em novas formas de se explorar a imagem do campeonato e seus times. Já contando com a Coca-Cola e a TV Globo como parceiros, conseguiram patrocínio também da Varig, que concedeu 50% de desconto em todas as passagens que fossem usadas nas viagens das equipes. A Editora Abril lançou o álbum de figurinhas do campeonato, vendendo 180 mil exemplares em apenas uma semana e, no fim do ano, a venda total foi de 480 mil unidades e 20 milhões de pacotinhos de figurinhas. O álbum da Abril foi pioneiro ao pagar, pela primeira vez, direitos de imagem a atletas brasileiros (AREIAS, 2009).

O uso e licenciamento das marcas dos times era um negócio pouquíssimo explorado pelos dirigentes. Muitos clubes não tinham sequer registrado suas marcas e símbolos, como mascotes, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O Clube dos 13 firmou, então, um acordo coletivo com a empresa Dover, que produzia plásticos e adesivos, e que estava interessada em lançar produtos com símbolos dos 16 times da Copa União. Enquanto nos Estados Unidos, no mesmo período, o licenciamento das marcas dos times chegava a US\$ 60 bilhões anuais, o acordo entre o Clube dos 13 e a Dover foi de 6% de *royalties* sobre a venda dos produtos e um adiantamento de US\$ 85 mil (AREIAS, 2009).

A partir da Copa União, o uso da imagem dos times e dos jogadores passou a ser a principal fonte de renda dos clubes. Em 2012, a venda dos direitos de transmissão dos jogos tornou-se a segunda principal fonte de renda, superando inclusive o valor faturado com a venda de ingressos, porém atrás dos patrocínios.

Há várias formas de um time ou clube ganhar dinheiro. No Brasil, os clubes recebem parte da bilheteria e da transmissão dos jogos na televisão, lucram com a venda de jogadores, com o uso do espaço social das sedes para a prática de esporte amador e têm apoio de vários patrocinadores, além de outras fontes de financiamento.

Sanfelice, Fernandes e Savegnago (apud ROCCO, 2012) apresentam sete principais formas de investimento no esporte, utilizadas no cenário brasileiro:

*Patrocínio esportivo*: as empresas realizam o financiamento de uma manifestação ou uma atividade esportiva, visando potencializar sua marca, devido ao forte apelo do esporte junto à mídia e o vasto mercado de torcedores, praticantes e admiradores das mais diversas modalidades esportivas. O patrocínio pode ser entendido também como o valor pago pela aquisição do direito de uso do agente esportivo como instrumento de veiculação da marca do patrocinador.

O *licenciamento de produtos* é a autorização de uma organização, como, por exemplo, um clube de futebol, ou uma liga, como a *NBA*, para exploração da sua marca através da venda de produtos, gerando o pagamento de uma taxa por esse uso.

Outra forma de investimento no esporte é a *compra dos direitos de exploração de imagem*, que, diferentemente do patrocínio, que é restrito à fixação da marca do patrocinador nos uniformes de jogo das equipes e/ou atletas, permite inúmeras ações para comercialização do evento, como, por exemplo, a venda das cotas de transmissão do evento, venda de ingressos e até venda da publicidade estática no local do evento.

A *franquia* é a forma de investimento que consiste na abertura de lojas de produtos esportivos e escolinhas com a marca do clube ou da liga.

O *Merchandising* é a exposição de um produto ou serviço, associados a um atleta, a um time ou algum evento esportivo.

A *promoção empresa x clube* é a associação de empresas com o esporte, com o objetivo de estimular ou mudar o comportamento do público, oferecendo um motivo adicional para adquirir um produto.

A última forma citada pelos autores é a *parceria*, que ocorre quando duas empresas apresentam ideias semelhantes e coincidentes entre as marcas, os produtos e eventos envolvidos na união dessas empresas.

Outro importante momento no desenvolvimento do *Marketing Esportivo* no Brasil foi a parceria seguindo o modelo de cogestão, em que o time entra com toda sua estrutura e a empresa com o apoio financeiro para o desenvolvimento do futebol profissional, entre o clube de futebol Palmeiras e a empresa italiana de produtos alimentícios Parmalat, durante a década de 1990.

*Dentre todos os casos de marketing esportivo no Brasil, o primeiro patrocínio feito em sólidas bases empresariais foi a associação Palmeiras/Parmalat. Até então, o patrocínio esportivo significava uma alternativa de mídia, com a marca da empresa estampada nas camisas dos atletas, e um reforço à imagem do patrocinador, cuja iniciativa era*

*bem recebida pelos torcedores do clube. Os objetivos da Parmalat não paravam aí. As condições discutidas com os dirigentes do Palmeiras incluíam também a participação da multinacional italiana em regime de cogestão, nas decisões técnicas dos esportes patrocinados e nos aspectos administrativos envolvidos. Assim, além de apoio financeiro, o contrato previa a implantação de um sistema de organização empresarial, com o futebol sendo administrado por um executivo especialmente contratado para a função. A Parmalat teria ainda parte nos passes dos jogadores contratados daí em diante. José Carlos Brunoro (apud STOCCO, 2013).*

O objetivo do Palmeiras, com a parceria, era conseguir conquistar um título nos primeiros três anos. Em 1992, o Palmeiras terminou o Campeonato Paulista como vice-campeão. Foi campeão paulista em 1993, 1994 e 1996 e campeão brasileiro em 1993 e 1994, além de conquistar mais outros 19 títulos, incluindo a Copa do Brasil e a Copa Mercosul, em 1998, e, em 1999, ainda sob cogestão da Parmalat, venceu sua primeira Copa Libertadores da América.

Seguindo sua estratégia de sempre divulgar primeiro sua imagem institucional ligada a esportes, para depois promover seus produtos, a Parmalat também atingiu seu objetivo, tornando-se uma das maiores empresas do Brasil e do mundo, e, até hoje, tem expressivo retorno de mídia em função da associação ao Palmeiras. A projeção da multinacional italiana foi marcante, principalmente na mídia. Na mídia impressa, a marca esteve presente em mais de 120 reportagens, durante o ano de 1998. Somente em 1999, entre jogos televisionados do Palmeiras, melhores momentos das partidas realizadas e reportagens na TV, a empresa de produtos alimentícios esteve evidenciada durante 645 minutos no vídeo, isso sem levar em conta os momentos em que esteve em mais de uma emissora de TV. Outro exemplo de visibilidade marcante aconteceu durante o segundo jogo pela Copa Libertadores da América, ocorrido em maio de 1999, entre os times Palmeiras e River Plate (Argentina). A partida proporcionou à Parmalat mais de 214 aparições na tela da TV Globo, totalizando 11 minutos e 39 segundos, o equivalente a dois meses de investimentos no clube (STOCCO, 2013).

### ***Marketing* esportivo da NBA: um modelo para o futebol brasileiro**

O *marketing* esportivo no Brasil ainda se encontra num estágio muito primitivo de desenvolvimento. A gestão do esporte pelos times deve ser mais profissional, para que haja um crescimento do apelo aos patrocinadores o que resultaria num grande suporte para as estratégias do *marketing*. O investimento em *marketing* esportivo, no Brasil, é considerado extremamente baixo, se comparado aos investimentos de outros países. Nos Estados Unidos,

por exemplo, há incentivos em praticamente todos os tipos de atividades esportivas, principalmente no basquete, futebol americano, beisebol e hóquei.

São várias as razões para o baixo investimento no *marketing* esportivo no Brasil. Uma delas é a visão "amadorística" do esporte, que faz com que empresários o utilizem apenas para obter vantagens. A profissionalização dos clubes de futebol brasileiro está apoiada na "Lei Pelé" (Lei 9.615/98)\*, de 1998, que, além de instituir o direito do consumidor no esporte, e disciplinar a prestação de contas por dirigentes de clubes e a criação de ligas, também determinou a profissionalização, com a obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresas, com o intuito de dar mais transparência e profissionalismo ao esporte de preferência nacional.

O principal motivo para que o Brasil possua investimentos no *marketing* esportivo três vezes menor do que em países como Alemanha e Japão, vai desde a desorganização de calendário, a falta de estrutura nos estádios, falta de acordo com emissoras de TV, etc.

O patrocínio esportivo tem condições de ser maximizado pelas empresas, aproveitando-se o próprio espetáculo e não somente o nome estampado nos uniformes. A cultura amadora dará espaço a ações de *marketing*, pois o Brasil possui um enorme potencial de *marketing* esportivo, considerando o fato de o país ser o quinto maior mercado esportivo do mundo.

Um importante fator que merece ser avaliado é o papel da televisão no *marketing* esportivo. No futebol, por exemplo, o faturamento dos times depende basicamente dos direitos de transmissão dos jogos, que representaram em média 40% do faturamento dos clubes do campeonato brasileiro de 2012. Outras fontes de arrecadação, como a bilheteria e as transferências de jogadores, representaram aproximadamente 8% e 16%, respectivamente. Apenas 12% do faturamento é feito com operações de *merchandising*, licenciamento e exploração do estádio. Na Inglaterra, por exemplo, essas receitas respondem a cerca de 40% dos ganhos. Essa é uma prova de que os times brasileiros não sabem explorar suas marcas, vender produtos oficiais e nem fazer de seus estádios uma fonte de ganhos significativos (LEITE, 2013).

Segundo Amir Somoggi, diretor da área de consultoria esportiva da BDO (*Binder Dijker Otte International*) (apud LEPIANI, 2012), o patrocínio de futebol está ficando caro demais para as empresas, porque os clubes têm aumentado seus valores na hora de negociar, sem oferecer as contrapartidas necessárias para fazer o contrato valer a pena, a começar pelo fato de um patrocinador ter de brigar, por destaque, com o logotipo de outras empresas num

---

\* Lei 9.615/98, disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm)>. Acesso em 25 de nov. de 2013.

mesmo uniforme. Os clubes brasileiros aplicam um modelo ultrapassado de patrocínio, em que a negociação entre a empresa e o time se resume à exposição da marca no uniforme de jogo e nada mais.

Outra deficiência dos clubes brasileiros é não saber explorar seus estádios para aumentar suas arrecadações, tanto com publicidade, ações, ou atraindo público para melhorar a receita com bilheteria.

O futebol brasileiro está passando por uma atualização de seus estádios, inclusive com a construção de arenas multiuso<sup>\*</sup>, como a Allianz Parque, o novo estádio do Palmeiras, na capital paulista, ou a Arena do Grêmio, em Porto Alegre. Mesmo com essas novas arenas, algumas delas maiores que os estádios da *NBA*, a média do campeonato brasileiro é inferior à da liga norte-americana, porque alguns obstáculos impedem uma maior presença do público, como o preço elevado dos ingressos, a falta de ações de *marketing* que motivem o torcedor trocar a poltrona de casa pelo estádio, além dos velhos problemas do futebol brasileiro, como dificuldade para estacionar, filas para compra dos ingressos, transporte público inadequado nas grandes cidades, etc.

Na *NBA* os jogos são tratados como parte do entretenimento de ir ao estádio. Além da partida, outros benefícios recebem o torcedor. O ambiente do estádio sempre é animado, com música, telões, show de luzes, *cheerleaders*<sup>†</sup>, mascotes, shows e brincadeiras nos intervalos. As franquias sabem como interagir com seu público, realizando sorteios, convidando o público para brincadeiras dentro da quadra e até mesmo com a *Kiss Cam* (na tradução livre, câmera do beijo), uma tradição dos jogos da *NBA*, que consiste em filmar duas pessoas da arquibancada e colocar suas imagens em um telão, emolduradas em temas românticos, para atrair a atenção.

Mas, além dessas estratégias para atrair o público e aumentar o valor arrecadado na bilheteria, as franquias norte-americanas exploram ainda mais suas arenas. Nos Estados Unidos, os estádios possuem lanchonetes para atender a todo o público, inclusive com a permissão da venda de bebidas alcoólicas, e lojas de produtos oficiais da franquia, que não estão presentes nos estádios brasileiros.

---

<sup>\*</sup> Arenas Multiuso são instalações como estádios, onde se realizam eventos de diversas naturezas. Além das partidas de futebol, podem ser realizados eventos como shows, ou até mesmo outras atividades esportivas, pois a arena dispõe de sistema de som e luz e diferentes pisos que são trocados com facilidade, permitindo o uso do espaço de diferentes maneiras. Essas arenas contam também com cadeiras retráteis e cobertura para o público. Disponível em:

<[www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/aren-mul.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/aren-mul.pdf)>. Acesso em 24 nov. 2013.

<sup>†</sup> *Cheerleaders*, em sua tradução livre: Líderes de animação ou animadoras de torcida. São grupos de garotas que fazem uso de música e dança para animar aos torcedores.

Os estádios norte-americanos também são explorados pelas franquias na forma de publicidade, principalmente com os *naming rights* (na tradução livre, direito de dar o nome). A prática da venda dos direitos do nome do estádio é pouco utilizada no Brasil, mas esse tipo de atuação está ganhando força com o surgimento dos novos estádios e arenas. A marca de cerveja Itaipava foi a primeira empresa a possuir os *naming rights* dos estádios que estão sendo construídos para a Copa do Mundo de 2014, quando adquiriu os direitos sobre a Arena Fonte Nova, de Salvador – BA, e a Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata – PE, nomeando os estádios como Itaipava Arena Fonte Nova e Itaipava Arena Pernambuco, respectivamente, em um contrato de R\$ 10 milhões por ano, por 10 anos para cada arena. O Palmeiras também está construindo uma arena onde antes estava seu estádio Palestra Itália. O clube paulista vendeu seus *naming rights* para a empresa de seguros Allianz, nomeando seu estádio como Allianz Parque, em um contrato de R\$ 300 milhões por 20 anos de concessão. Esse tipo de concessão, feito normalmente em longos contratos, é uma forma de as empresas criarem identificação com os estádios de futebol e, conseqüentemente, com a torcida do clube (VICTORINO, 2013).

Sabendo explorar todos os recursos disponíveis em seus estádios, desde venda de espaço publicitário à negociação dos *naming rights*, a liga norte-americana de basquete apresenta outras estratégias que servem como exemplo ao campeonato brasileiro de futebol, para sua melhor organização, a começar pela profissionalização do esporte. No Brasil, muitos clubes têm seus departamentos de *marketing* com uma administração amadora, enquanto na *NBA* são profissionais de *marketing* que gerenciam as franquias.

Além da profissionalização do esporte, principalmente nos departamentos de *marketing*, os clubes brasileiros podem utilizar mais estratégias da *NBA* para alcançar uma melhor organização estrutural e financeira, fazendo de nosso campeonato um dos melhores ao redor do mundo. Ao entender essas estratégias, podemos dizer que algumas delas, como o uso da mídia em prol do esporte e a melhor exploração do produto, aliados principalmente à globalização, no caso da *NBA*, muito influenciaram para a impulsão que houve na liga.

A *NBA* tornou-se a marca esportiva mais conhecida em todo o mundo, na década de 1990, graças a algumas ações realizadas pelos dirigentes da liga, como a criação de alguns programas exclusivos sobre a *NBA* na TV, vendendo essa programação para mais de 170 países. O futebol brasileiro precisa primeiramente ganhar força no próprio país, mas pode, sim, utilizar essas estratégias em parceria com canais de TV e utilizando a internet, para apresentação de vídeos e programas exclusivos sobre o campeonato, como uma votação

semanal do gol mais bonito, ou a escalação com base na escolha popular dos melhores jogadores de cada rodada, assim como ocorre na *NBA*.

Outros aspectos relacionados à mídia são a exploração da imagem e a venda dos direitos de transmissão dos jogos. Como já apresentado no capítulo 3, às franquias da *NBA* têm de respeitar o *Salary Cap*, além de dividirem por igual os valores recebidos pelos direitos de transmissão, fazendo com que nenhuma franquia concentre todos os principais jogadores da liga, oferecendo-lhes contratos milionários, tornando o campeonato mais equilibrado, com equipes mais parelhas. O limite de folha salarial e a divisão do faturamento do campeonato não ocorrem no futebol brasileiro; conseqüentemente, os times têm mais liberdade para negociar seus direitos de imagem, mas também passam a faturar muito mais que os demais times, podendo, então, de maneira oposta ao que a *NBA* cumpre, oferecer contratos milionários aos jogadores, perdendo o equilíbrio do campeonato. Esse equilíbrio serve, principalmente, para tornar o campeonato mais emocionante, o que atrai mais o público até a última rodada.

A *NBA* é mais evoluída também no uso da imagem das franquias e seus jogadores. São inúmeros produtos vendidos ao redor do mundo, como: uniformes de times, tênis, inclusive com nomes de jogadores, jogos de *videogame*, e até ações institucionais com outras marcas. O campeonato brasileiro de futebol não explora o licenciamento da mesma maneira que a liga norte-americana de basquete, deixando isso a cargo dos clubes. Alguns clubes até têm suas próprias lojas, mas o principal produto vendido ainda são os uniformes de jogo, sem novas possibilidades de licenciamento ou uso da imagem dos jogadores, como o lançamento de um produto exclusivo ou ações institucionais.

Para concluir, a *NBA* utiliza, de maneira muito mais eficiente, a força histórico-cultural que o esporte tem nos Estados Unidos. As ligas esportivas norte-americanas, em geral, sabem transformar o campeonato, que também é longo (as temporadas duram em média nove meses), em eventos, e criam atrações para incentivar a presença do público. Datas comemorativas e feriados são utilizados para jogos especiais, como, por exemplo, tradicionalmente são realizados jogos de Natal, na noite de 25/12. Os *playoffs* são jogos diferenciados, não só pela importância, mas pelos eventos adicionais que ocorrem nesses jogos, e o evento mais importante das ligas está nos finais de semana das estrelas, no caso da *NBA*, o *ALL-STAR weekend*. Durante um final de semana, todas as atenções do público da liga ficam voltadas para a cidade onde é realizado o jogo. O objetivo principal do *ALL-STAR*

*game*\* é realizar um espetáculo para todo o público. Na sexta-feira, é realizado o jogo dos novatos contra os veteranos da liga. No sábado, ocorrem o concurso de três pontos e o *Slam Dunk* (concurso de enterradas). No domingo, o evento principal é uma partida de caráter amistoso, da qual participam os melhores jogadores do ano, divididos em equipes que representam as conferências Leste e Oeste. Apesar do principal campeonato de futebol do Brasil não ter partidas finais em sua forma atual de disputa (pontos corridos), poderiam ser criados eventos e shows para transformar o futebol brasileiro em um espetáculo, não só pela habilidade de seus jogadores mas pelo evento criado em torno dele.

O esporte brasileiro pode seguir todos esses exemplos apresentados pela *NBA*, mas também pode retomar projetos que já funcionaram no país, como a parceria do time do Palmeiras com a Parmalat, que funcionou, pois o sistema de cogestão proposto permitia que a empresa italiana participasse da gestão do clube, sempre respeitando a opinião do clube.

O que pode ser mais bem trabalhado, também, é a base do futebol brasileiro, para desenvolvimento dos atletas através de escolas de futebol e campeonatos mais organizados. A *NBA*, por exemplo, determina que os jovens atletas que almejam uma vaga na liga, através do *draft*†, tenham jogado pelo menos uma temporada no campeonato universitário, garantindo, assim, a formação dos jogadores. Essa formação dos atletas mais jovens, principalmente quanto à obrigatoriedade dos estudos, não ocorre no Brasil.

### Considerações Finais

Após a conclusão do trabalho, podemos observar a importância do *Marketing Esportivo* no desenvolvimento do esporte, tanto pela organização quanto pela busca do aumento de receitas dos clubes e ligas que sabem explorar essa área de atuação do *Marketing*. Pode ser observado, também, que o investimento não só é importante para o próprio esporte, mas para as empresas que realizam esse investimento; assim, suas marcas e imagens se fortalecem, e ainda ganham a exposição em diferentes mídias (mídia espontânea)

Este trabalho procurou, apresentando os principais conceitos de *Marketing* e *Marketing Esportivo*, entender como a *NBA* teve sua impulsão e chegou aos parâmetros

---

\* *All-Star Game* é um evento realizado durante um final de semana de intervalo da liga, com jogos entre os atletas novatos (que acabaram de entrar na liga) e os veteranos (aqueles considerados novatos na temporada anterior), concurso de três pontos, *Slam Dunk* (concurso de enterradas), e o evento principal, o jogo das estrelas, disputado entre os principais jogadores da conferência Leste contra a Oeste, selecionados por votação popular, aberta a todos países do mundo. Esse evento é realizado desde 02/03/1951, quando foi realizada a primeira edição (GAME, 2013).

† *Draft* é o processo de seleção de jogadores por times de uma liga profissional, quando, antes da temporada se iniciar, cada time escolhe um atleta que deseja contratar. Na *NBA*, a ordem de escolha dos times é dada por sorteio, e o processo de seleção pelo *Draft* foi incorporado às regras da liga em 1947 (DRAFT, 2013).

atuais. Ao entender esses conceitos, podemos dizer que alguns deles, como a mídia no *marketing* esportivo e a exploração do produto esportivo, aliados principalmente à globalização, muito influenciaram para o desenvolvimento que houve na liga.

Ao final da pesquisa sobre as estruturas de *Marketing* da *NBA*, comparando com as estruturas do campeonato brasileiro de futebol, concluímos que o futebol brasileiro está atrasado na exploração de sua marca, sua imagem e seus jogadores, além do péssimo uso de todos os recursos disponíveis em seus estádios e novas arenas do país em prol do público e do aumento de receitas dos clubes. O *Marketing Esportivo* no Brasil, como apresentado, é algo recente, já que seu primeiro *case* ocorreu no final da década de 1980. Mas, apesar de sua história recente, considerando a importância do futebol brasileiro no país e no mundo, poderíamos estar mais evoluídos e organizados. Concluímos, também, que a falta de profissionalismo e a má organização do futebol brasileiro influenciam negativamente no desenvolvimento do *Marketing Esportivo* no país.

## Referências

AREIAS, João Henrique. **Uma bela Jogada**. 20 anos de marketing esportivo. 2 ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2009.

BADENHAUSEN, Kurt. Real Madrid Tops The World's Most Valuable Sports Teams. **Forbes**. USA. Julho/2013. Disponível em: <[www.forbes.com/sites/kurtbadenhausen/2013/07/15/real-madrid-tops-the-worlds-most-valuable-sports-teams/](http://www.forbes.com/sites/kurtbadenhausen/2013/07/15/real-madrid-tops-the-worlds-most-valuable-sports-teams/)>. Acesso em 05 set. 2013.

BONFIM, Guilherme. **EUA dominam as ligas esportivas no mundo**. Disponível em: <[www.vitaminapublicitaria.com.br/marketing-esportivo/eua-dominam-as-ligas-esportivas-no-mundo/](http://www.vitaminapublicitaria.com.br/marketing-esportivo/eua-dominam-as-ligas-esportivas-no-mundo/)>. Acesso em 15 nov. 2013.

BORGES, Rubens. **A NBA visita o Brasil**. Disponível em: <[www.nba.com/brasil/news/a\\_nba\\_visita\\_o\\_brasil\\_2013\\_10\\_22.html](http://www.nba.com/brasil/news/a_nba_visita_o_brasil_2013_10_22.html)>. Acesso em 09 nov. 2013.

CALADO, Gualber. **Marketing Esportivo**. Disponível em: <[www.marketingvendas.blogspot.com.br/2007/09/marketing-esportivo.html](http://www.marketingvendas.blogspot.com.br/2007/09/marketing-esportivo.html)>. Acesso em 09 nov. 2013.

DAVID Stern (Biografia). Disponível em: <[www.nba.com/careers/executives/stern.html](http://www.nba.com/careers/executives/stern.html)>. Acesso em 03 mai. 2013

DRAFT NBA. Disponível em <[www.nba.com/brasil/draft.html](http://www.nba.com/brasil/draft.html)>. Acessado em 21/04/2013.

FERREIRA, Wendell. **David Stern aposta em times europeus na NBA em 20 anos.** Disponível em: <[www.wp.clicrbs.com.br/primetime/2013/01/08/david-stern-aposta-em-times-europeus-na-nba-em-20-anos/](http://www.wp.clicrbs.com.br/primetime/2013/01/08/david-stern-aposta-em-times-europeus-na-nba-em-20-anos/)>. Acesso em 18 nov. 2013.

GAME, NBA all-star. **History.** 2012. Disponível em: <[www.espn.go.com/nba/topics/\\_/page/nba-all-star-game](http://www.espn.go.com/nba/topics/_/page/nba-all-star-game)>. Acesso em 15 mai. 2013.

HISTORY. Disponível em <[www.nfl.com/history](http://www.nfl.com/history)>. Acesso em 05 set. 2013.

KADOW, Fabio. **NBA bate recorde em receita de bilheteria e passa de US\$ 1 bi.** Disponível em: <[www.terramagazine.terra.com.br/jogodenegocios/blog/2013/05/06/nba-bate-recorde-em-receita-de-bilheteria-e-passa-de-us-1-bi/](http://www.terramagazine.terra.com.br/jogodenegocios/blog/2013/05/06/nba-bate-recorde-em-receita-de-bilheteria-e-passa-de-us-1-bi/)>. Acesso em 15 nov. 2013.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** São Paulo: Atlas, 1998.

LARRY Bird (biografia). Disponível em <[www.nba.com/history/players/bird\\_bio.html](http://www.nba.com/history/players/bird_bio.html)>. Acesso em 30 abr. 2013.

LEITE, Almir. **Receitas dos clubes brasileiros atingem R\$ 3,1 bilhões, mas dívidas sobem.** Disponível em: <[www.estadao.com.br/noticias/esportes,receitas-56](http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,receitas-56)

[dos-clubes-brasileiros-atingem-r-31-bilhoes-mas-dividas-sobem,1067228,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,receitas-56)>. Acesso em 19 nov. 2013.

LEPIANI, Giancarlo. **Por que os grandes clubes sofrem para arrumar patrocínios?** Disponível em: <[www.veja.abril.com.br/noticia/esporte/por-que-os-grandes-clubes-sofrem-para-arrumar-patrocínios](http://www.veja.abril.com.br/noticia/esporte/por-que-os-grandes-clubes-sofrem-para-arrumar-patrocínios)>. Acesso em 19 nov. 2013.

MAGIC Johnson (Biografia). Disponível em: <[www.nba.com/history/players/johnsonm\\_bio.html](http://www.nba.com/history/players/johnsonm_bio.html)>. Acesso em 30 abr.2013.

MICHAEL Jordan (Biografia). Disponível em <[www.nba.com/history/players/jordan\\_bio.html](http://www.nba.com/history/players/jordan_bio.html)>. Acesso em 30 abr.2013.

MLB Official Info. Disponível em: <[mlb.mlb.com/mlb/official\\_info/about\\_mlb/](http://mlb.mlb.com/mlb/official_info/about_mlb/)>. Acesso em 05 set. 2013.

PAZ, João da. **Exemplo vem de casa**. Disponível em: <[www.grandesligas.blogspot.com.br/2009/11/exemplo-vem-de-casa.html](http://www.grandesligas.blogspot.com.br/2009/11/exemplo-vem-de-casa.html)>. Acesso em 15 nov. 2013.

ROCCO, A. J. **Marketing e gestão do esporte**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Igor. **Por dentro da NBA**. Disponível em: <[www.pordentrodanba.blogspot.com.br/2012/07/veja-as-regras-contratuais-da-nba.html](http://www.pordentrodanba.blogspot.com.br/2012/07/veja-as-regras-contratuais-da-nba.html)>. Acesso em 28 out 2013.

SOBRE a MLS. Disponível em: <[www.mlssoccer.com.br/historia/](http://www.mlssoccer.com.br/historia/)>. Acesso em 05 set. 2013.

STOCCO, Gabriela. **Encontro de Marketing Esportivo - Case Parmalat (Palmeiras)**. Disponível em: <[www.fea.usp.br/noticias.php?i=1184](http://www.fea.usp.br/noticias.php?i=1184)>. Acesso em 19 nov. 2013.

VICTORINO, Vinícius. **Os naming rights têm futuro no Brasil?** Disponível em: <[www.epocanegocios.globo.com/Essa-E-Nossa/noticia/2013/09/os-naming-rights-tem-futuro-no-brasil.html](http://www.epocanegocios.globo.com/Essa-E-Nossa/noticia/2013/09/os-naming-rights-tem-futuro-no-brasil.html)>. Acesso em 19 nov. 2013.

ZEGERS, Charlie. **Basketball Related Income (BRI)**. Disponível em: <[www.basketball.about.com/od/nba-cba-glossary/g/basketball-related-income.htm](http://www.basketball.about.com/od/nba-cba-glossary/g/basketball-related-income.htm)>. Acesso em 28 out. 2013.

**A INTERNET (EM ALTA VELOCIDADE) É UM DIREITO FUNDAMENTAL?  
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL NÚMERO 479/2010\***

Isabella Moussa MACEDO\*  
Thaís Del Monte BUZATO\*\*

**Resumo**

Este artigo demonstra os resultados da pesquisa de Iniciação Científica realizada a respeito da Proposta de Emenda à Constituição Federal número 479/2010, que pretende acrescentar o inciso LXXIX ao artigo 5º da Constituição Federal, incluindo, assim, o acesso à Internet em alta velocidade entre os direitos fundamentais do cidadão. Por meio da pesquisa bibliográfica discutimos a viabilidade jurídica do acesso à Internet como Direito Fundamental e seu enquadramento nas definições doutrinárias, verificamos as leis brasileiras já existentes relacionadas ao tema da PEC, e as medidas já realizadas por outros países. Houve o levantamento das possíveis consequências da inclusão pretendida na Constituição para a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** *Direitos Fundamentais; Direito Constitucional; Direito Eletrônico; Internet; Proposta de Emenda à Constituição.*

**IS INTERNET (AT HIGH SPEED) AN ESSENTIAL RIGHT? CONSIDERATIONS  
ON THE PROPOSED AMENDMENT TO THE FEDERAL CONSTITUTION  
NUMBER 479/2010.**

**Abstract**

The article shows the results of the scientific initiation research held about the proposal of amendment to the Federal Constitution number 479/2010, intended to add item LXXIX to article 5 in its text, including, therefore, access to high speed Internet among the essential rights of citizens. Through literature, we discussed the legal feasibility of internet access as an essential right and its classification within doctrinal definitions, we checked existing Brazilian laws related to the theme of the PEC, and the measures already taken by other

---

\* Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Aluna do curso de Direito do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto (SP). E-mail: isabella.moussa@gmail.com

\*\* Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - Docente do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto (SP) e orientadora da pesquisa. E-mail: thais.delmonte@gmail.com

countries. There was a survey of the possible consequences of the proposed inclusion in the Constitution for the Brazilian society.

**Keywords:** *Essential Rights; Constitutional law; Electronic Law; Internet; Proposal of Amendment to the Constitution.*

## **Introdução**

A Proposta de Emenda à Constituição número 479/2010 prevê a inclusão do inciso LXXIX ao artigo 5º (e, consequentemente, ao título II - referente aos Direitos e Garantias Fundamentais) da Carta Maior, com a seguinte redação: “é assegurado a todos o acesso à internet em alta velocidade, com a garantia de tratamento isonômico dos dados trafegados, sendo vedada a discriminação em decorrência da natureza do conteúdo, emissor e destinatário”, transformando, assim, o acesso à Internet em alta velocidade em um Direito Fundamental.

Conforme estabelece Norberto Bobbio (1992, p. 5), os Direitos Fundamentais “[...] são direitos históricos, [...] nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

Do caráter histórico do qual se originam e da necessidade do Ordenamento Jurídico em acompanhar as alterações da sociedade é que resulta a importância da atualização dos Direitos Fundamentais já existentes e o reconhecimento dos novos.

Deve ser prioridade a verificação das possíveis consequências socioeconômicas e jurídicas que uma inclusão ao artigo 5º da Constituição Federal poderá causar, visto que nele se encontram elencadas as denominadas “cláusulas pétreas”, que são dispositivos insuprimíveis em razão da importância de seu conteúdo.

A Internet popularizou-se e sua utilização tornou-se habitual e necessária em todo o mundo, e, por meio dela, existem a transmissão de informações de diversos países em tempo real e a disponibilidade de conteúdo livre produzido pelos usuários, seja por meio da escrita, do áudio ou vídeo.

Sendo instrumento facilitador do acesso às notícias de diversos países, a conteúdo educacional diverso, às informações sobre a economia nacional e mundial, bem como ao acompanhamento da atuação do Estado e dos representantes eleitos, entre outras utilidades públicas, a Internet mostra-se importante a vários setores de nosso País e à nossa Democracia e Cidadania.

Assim, tendo em vista a relevância para o estudo jurídico da Proposta pelos temas por ela englobados, foi realizada a pesquisa em que se baseia este artigo, tendo como objeto a Proposta de Emenda à Constituição 479/2010 e os conceitos a ela inerentes, no que se refere aos Direitos Fundamentais, sua viabilidade e consequências, bem como as leis brasileiras relevantes ao tema em análise e ao comportamento de outros países sobre o mesmo aspecto jurídico da Internet.

### **Enquadramento doutrinário e viabilidade jurídica da PEC 479/2010**

A Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como a Constituição Cidadã “ [...] porque teve ampla participação popular em sua elaboração e especialmente porque se volta decididamente para a plena realização da cidadania.” (SILVA, 2010, p. 90). Ela obteve influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao priorizar os direitos fundamentais em seu Título II - referente aos Direitos e Garantias Fundamentais, como se depreende do trecho a seguir:

*Ao analisarmos a carta dos direitos fundamentais expostos pela Constituição, percebemos uma sintonia com a Declaração Universal de 1948, bem como com os principais pactos sobre os Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário. Intensifica-se a interação e conjugação do Direito internacional e do Direito interno, que fortalecem a sistemática de proteção dos direitos fundamentais, com uma principiologia e lógica, fundadas na primazia dos direitos humanos (PIOVESAN, 1997, p. 46).*

Os Direitos Fundamentais estão consagrados na Constituição Federal; porém, o rol por ela apresentado não é taxativo e tais direitos podem ser definidos como:

*[...] todas aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas, que, do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram por seu conteúdo e importância (fundamentalidade em sentido material) integradas ao texto da Constituição e, portanto, retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos (fundamentalidade formal), bem como as que, por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparados, agregando-se à Constituição material, tendo, ou não, assento na Constituição formal. (SARLET, 2003, p. 85).*

A valorização de tais direitos pela Constituição demonstra que, apesar de seu rol não ser taxativo ou absoluto, há uma preocupação em não só legitimar os Direitos Fundamentais mas também em garantir que estes sejam respeitados para a construção de uma sociedade

igualitária, harmônica e cidadã, fundamentada na dignidade da pessoa humana, evitando os abusos de quem vise à sua violação e assegurando instrumentos para o desenvolvimento social.

Tais Direitos, em sua classificação doutrinária, sofrem divergência com relação ao termo que os designam: alguns autores dividem os Direitos Fundamentais em “gerações” e outros em “dimensões”. Esta pesquisa adota o termo “dimensão” porque indica uma interatividade entre os direitos e não substituição dos anteriores pelos atuais, como indicaria o termo “geração”. Bonavides (2004 p. 563), a este respeito, estabelece que: “[...] o vocábulo ‘dimensão’ substitui, com vantagem lógica e qualitativa, o termo ‘geração’, caso este último venha a induzir apenas sucessão cronológica e, portanto, suposta caducidade dos direitos das gerações antecedentes, o que não é verdade”.

A classificação dos Direitos Fundamentais não é unânime, a concepção de José Alcebíades de Oliveira Junior mostrou-se a mais adequada e atualizada com relação a evolução tecnológica e ao tema em questão, como se verifica a seguir.

No cenário da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 479/2010, o acesso à Internet pertencerá à 5ª dimensão dos Direitos Fundamentais porque, conforme a definição estabelecida por José Alcebíades de Oliveira Junior (2000, p. 86), esta é formada pelos Direitos:

*Advindos com a chamada realidade virtual, que compreendem o grande desenvolvimento da cibernética na atualidade, implicando o rompimento de fronteiras, estabelecendo conflitos entre países com realidades distintas, via internet.*

Portanto, tendo em vista a classificação acima disposta, o enquadramento jurídico do Direito Fundamental pretendido pela Proposta já se revela possível e condizente com os objetivos zelados pela Constituição e com as definições doutrinárias.

Neste ano de 2015 nossa Carta Maior completa 27 anos de existência, e, desde a data de sua vigência, a realidade da sociedade brasileira modificou-se, ocasionando o surgimento de vários Direitos e alteração de outros. E, portanto, é necessária a atualização na legitimação de tais Direitos para que a Constituição os assegure, evitando, assim, que esta fique datada e engessada à época de seu início de vigência.

Podemos citar, como exemplos de atualizações notórias e recentes nos Direitos Fundamentais, as provenientes das Emendas Constitucionais nº 26, de 2000, e nº 64, de 2010, as quais se referem, respectivamente, aos direitos à moradia e à alimentação.

### **A Internet como um instrumento social**

Dentre as inovações jurídicas ocorridas com o tempo, há os direitos relacionados às evoluções tecnológicas que hoje fazem parte do cotidiano mundial, dentre as quais se destaca a Internet e sua utilização, que não possuem atualmente ampla regulamentação e proteção na Legislação e Jurisprudência nacionais.

Patrícia Peck Pinheiro define a Internet como sendo a:

*[...] interligação de milhares de dispositivos do mundo inteiro, interconectados mediante protocolos (IP, abreviação de Internet Protocol). Ou seja, essa interligação é possível porque utiliza um mesmo padrão de transmissão de dados. A ligação é feita por meio de linhas telefônicas, fibra óptica, satélite, ondas de rádio ou infravermelho. A conexão do computador com a rede pode ser direta ou através de outro computador, conhecido como servidor. Este servidor pode ser próprio ou, no caso de provedores de acesso, de terceiros. O usuário navega na internet por meio de um browser, programa usado para visualizar páginas disponíveis na rede, que interpreta as informações do website indicado, exibindo na tela do usuário textos, sons e imagens. [...]* (PINHEIRO, 2009, p.14)

A Internet foi introduzida em nosso país no ano de 1988, através da iniciativa “[...] da comunidade acadêmica de São Paulo (Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro[...]” (ZANIOLO, 2012, p. 147). Porém, era restrita à comunidade acadêmica e tinha objetivo educacional.

Transformou-se em objeto econômico no Brasil e passou a ser comercializada em 1994:

*[...] com a instalação de internet por meio da linha telefônica (conexão discada), a partir de um projeto-piloto da Embratel. Cinco anos depois, em 1999, o número de internautas brasileiros já ultrapassava a marca dos 2,5 milhões.* (ZANIOLO, 2012, p. 147-148)

No ano seguinte, em 1995, através da Portaria Interministerial 147, foi criado o Comitê Gestor da Internet, pelo Ministério das Comunicações (o atual CGI.br), para:

*[...] assegurar qualidade e eficiência dos serviços ofertados, justa e livre competição entre provedores, e manutenção de padrões de conduta de usuários e provedores, tendo em vista a necessidade de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país. (PAESANI, 2012, p. 28)*

Inicialmente, os computadores eram artigos de luxo nas residências e no ambiente empresarial, principalmente por seu alto custo. Em razão disso, foi nas denominadas *lan-houses* (estabelecimentos com vários computadores com acesso à Internet disponibilizados através do pagamento pelas horas de uso) que a população que não os tinha teve chance de utilizá-los.

Na figura 1 verificamos crianças moradoras da favela Paraisópolis, localizada na cidade de São Paulo, no ano de 2007, utilizando os computadores com Internet através da *lan-house*, que se mostrou um facilitador para essas e outras crianças e adolescentes utilizarem todos os benefícios do computador e da Internet sem a necessidade comprar o computador e assinar o serviço de Internet para seus respectivos domicílios, já que, devido ao custo de ambos serviços, na época, seria inviável.

**Figura 1 - Crianças da favela de Paraisópolis, em São Paulo, acessam a Internet através de lan-house, em 2007.**



Foto/ Reprodução: Carolina Iskandarian/G1.com Disponível em: <<http://g1.globo.com>>

Com o passar dos anos, os computadores tornaram-se mais acessíveis à compra (fato influenciado pelo aumento das opções de crédito do varejo e pela fabricação nacional de alguns de seus componentes) e os planos de Internet também foram surgindo diante da necessidade dos consumidores. A sociedade foi adaptando-se à utilização da Internet residencial (e, atualmente, também nos aparelhos celulares), que se tornou essencial à maior parte das atividades cotidianas.

Em decorrência de tais avanços da Internet no Brasil, seu papel na sociedade não se limitou a um bem de consumo, revelando-se fator modificativo em vários setores.

Podemos citar como exemplo a alteração do acesso às notícias nacionais e internacionais. Antes da Internet e de seu uso ser habitual e disseminado por todo o mundo, os meios de informações disponíveis para a massa populacional eram, principalmente, o jornal impresso, a televisão e o rádio.

Portanto, quem decidia e filtrava quais informações chegariam até a população era a Imprensa, que detinha o enorme poder de selecionar o conteúdo conveniente aos seus interesses e que nem sempre, ou na maioria das vezes, não seriam os mesmos dos destinatários finais de tais notícias.

A Internet alterou radicalmente esse cenário, já que as notícias passaram a ser lidas e vistas em tempo real e, o mais importante, passaram a estar disponíveis a quem quisesse e da maneira como foram noticiadas na origem, delas não havendo nenhum tipo de censura ou filtro por parte de um terceiro.

Outros exemplos de algumas das alterações que podemos verificar em decorrência da Internet foram:

No exercício da cidadania, pois, através da Internet, pode-se acompanhar as páginas dos órgãos governamentais e de outros setores fundamentais, como a Câmara dos Deputados, bem como páginas municipais e estaduais, portais do Ministério Público e dos Tribunais, pesquisar a respeito dos candidatos e os atos dos eleitos, as propostas por eles apresentadas, etc., conforme descrição da página on-line da Câmara:

*Além de poder acompanhar ao vivo as sessões plenárias pela TV Câmara, o internauta tem acesso à exibição simultânea, em tempo real, de todas as reuniões, votações e audiências públicas. Essas imagens são captadas pelo sistema WEBCâmara, que conta com câmeras de vídeo nos diferentes espaços públicos da Casa. Todos os discursos ficam registrados, na íntegra, em notas taquigráficas e arquivos de áudio. (PORTAL DA CÂMARA, 2015)*

O site acima mencionado possui subáreas, como “Transparência”, pelas quais se pode acompanhar os Deputados e seus atos parlamentares, “[...] e muitas informações públicas tais como contratos de compra, editais de licitação, obras em andamento, dados abertos, prestação de contas sobre a utilização das cotas parlamentares.” (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

No exercício da liberdade de expressão, a Internet revela-se como seu instrumento, tendo em vista a facilidade na exposição de opiniões e na participação em debates acerca de um tema através dela (por meio de comentários, artigos, páginas virtuais como *blogs* e redes sociais, entre outros).

Na educação, as mudanças que podemos destacar são: o surgimento de conteúdo educativo gratuito (escrito ou através de vídeos); a origem dos cursinhos exclusivamente on-line, através de vídeos que podem ser acessados a qualquer tempo, facilitando ao usuário que tem impossibilidades, seja com relação à falta de tempo ou também à financeira, tendo em vista o valor menor com relação aos cursinhos pré-vestibulares presenciais, preparatórios, para poder ingressar em curso de graduação ou também a título de ampliação de conhecimento; o surgimento de faculdades semipresenciais, as quais também preenchem a lacuna educacional dos estudantes com as impossibilidades citadas anteriormente. Ou seja, a Internet aproximou a educação, em qualquer grau, de quem tiver interesse em buscá-la, através da facilidade que proporciona e das barreiras que quebra.

Inclusive, os métodos de inscrição para os vestibulares e para os programas de acesso ao ensino superior são efetuados exclusivamente por meio da Internet, como, por exemplo, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio e instrumento de acesso ao PROUNI – programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior e ao SISU - Sistema de Seleção Unificada, que oferece vagas em universidades em todo o país).

Portanto, os estudantes que não possuem Internet ou conhecimentos de sua utilização (como iremos verificar adiante, estes em sua maioria são pertencentes às classes sociais C, D e E) irão encontrar dificuldades em ter acesso às principais oportunidades de estudos públicos e bolsas integrais e parciais nas instituições particulares, pelo simples fato de não possuírem acesso à Internet, resultando no gradativo aumento da desigualdade social.

Desse modo, através dos exemplos citados, já é clara a correlação do uso da Internet como instrumento para concretização de outros Direitos Fundamentais consagrados e que constituem os pilares da Constituição Federal.

## **A realidade dos usuários da Internet no Brasil**

O Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), já citado anteriormente, e é responsável pela produção de indicadores sobre a Internet no Brasil.

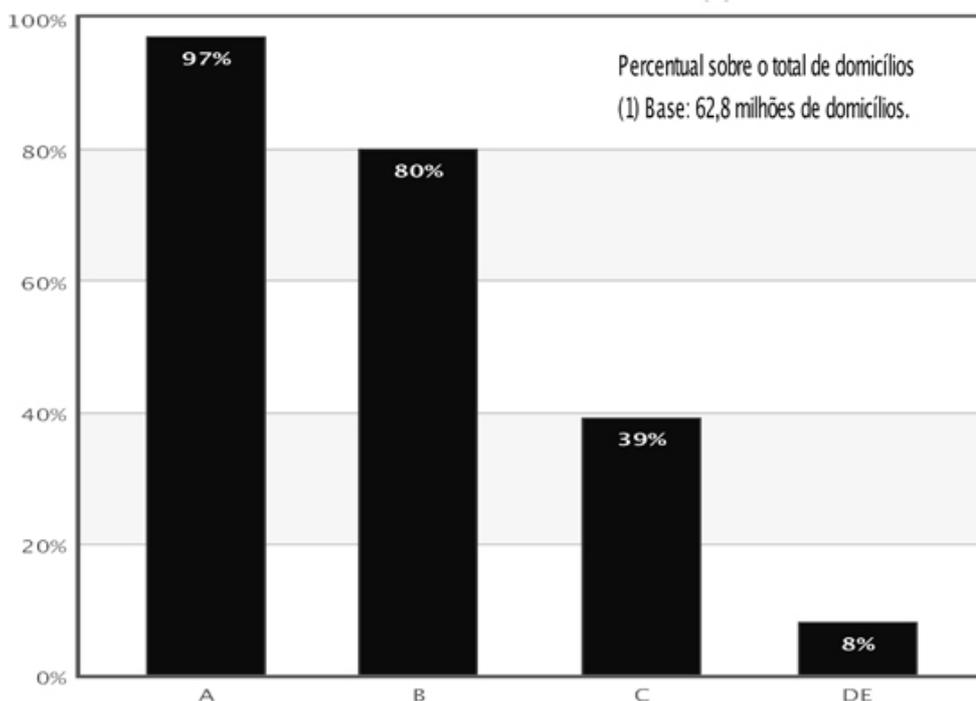
O CETIC realiza a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil com a finalidade de calcular como estas tecnologias (computador, internet e dispositivos móveis) estão sendo utilizadas por brasileiros a partir de 10 anos de idade.

A abrangência da pesquisa é nacional, tendo como público-alvo os domicílios brasileiros e cidadãos com 10 anos ou mais. Foram realizadas 16.887 entrevistas pessoais e domiciliares a partir de questionário estruturado, em 350 municípios, durante o período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014. (CGI.br, 2014, p. 3).

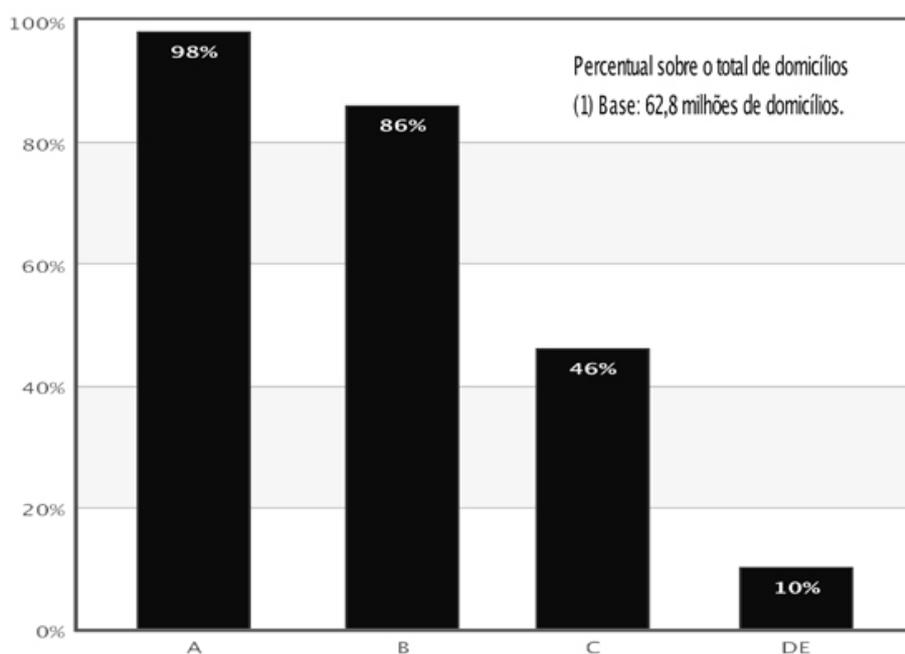
*A pesquisa é realizada em todo o país, em domicílios sorteados aleatoriamente com base no Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os questionários têm perguntas que permitem conhecer as tecnologias existentes e os hábitos de uso dos cidadãos. Esses questionários são aplicados por entrevistadores devidamente identificados com crachá do IBOPE Inteligência, que é a empresa responsável pelas entrevistas. (PORTAL DO CETIC, 2015)*

No ano de 2013, na 9ª edição dessa pesquisa, foi constatado que 30,6 milhões (49%) dos domicílios brasileiros possuem computador e que 43% possuem acesso à Internet. (CETIC, 2013, p. 163-164)

Analisando os dados da pesquisa realizada pelo CETIC, verifica-se também que os usuários do computador e da Internet, no Brasil, não estão divididos igualmente em todas as classes sociais, como verificamos nas figuras 2, 3 e 4, elaboradas com os resultados da pesquisa supracitada:

**Figura 2 – Proporção de domicílios com computador, por classes sociais.**

Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Disponível em <<http://data.cetic.br/cetic/explore>> (Adaptado pela autora).

**Figura 3 – Proporção de domicílios com acesso à Internet, por classes sociais.**

Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Disponível em <<http://data.cetic.br/cetic/explore>> (Adaptado pela autora).

**Figura 4 – Proporção de domicílios sem acesso à Internet, por motivos para a falta de internet.**

		Por falta de necessidade ou interesse	Custo elevado ou porque não têm como pagar	Falta de habilidade ou por não saberem usar Internet
Total		49	38	28
CLASSE SOCIAL	A	12	-	12
	B	41	17	13
	C	46	35	23
	DE	56	46	38

Percentual sobre o total de domicílios sem acesso à Internet

Base: 35,4 milhões de domicílios sem acesso à Internet no domicílio.

Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Disponível em <<http://data.cetic.br/cetic/explore>> (Adaptado pela autora).

Tendo em vista os gráficos e tabelas elaborados com base na pesquisa TIC Domicílios do ano de 2013, acima expostos, podemos visualizar melhor a realidade dos usuários da Internet no Brasil.

Concluimos que as classes A e B são dominantes em números de usuários, 97% e 80% em cada respectiva classe, e apenas 10% e 8% das pessoas das classes D e E possuem computador e acesso à Internet, respectivamente.

Além das disparidades socioeconômicas no acesso à Internet, existe a desigualdade geográfica, e a pesquisa destaca:

*A enorme diferença na proporção de domicílios com acesso à Internet entre as diferentes regiões geográficas também deve estar na agenda política sobre inclusão digital no país. Entre o percentual de domicílios com acesso à Internet no Sudeste (51%) e no Norte (26%) há um desafio de equalização a ser perseguido pelas políticas públicas. Em números absolutos, por sua vez, a pesquisa identificou que a região Sudeste, que tem a maior proporção de domicílios com acesso à Internet, também é a região com o maior número de domicílios desconectados: 13,3 milhões, o que mostra que o tema também necessita entrar na agenda das políticas voltadas para os grandes centros urbanos. (CETIC, 2013, p. 33)*

A questão intrigante ao analisarmos estes dados é com relação à falta de interesse ou necessidade de utilização da Internet (corresponde a 49% dos domicílios sem Internet), que podemos visualizar como consequência da falta de conhecimento no manuseio de aparelhos tecnológicos e do computador (fator responsável por 28% do total de domicílios sem Internet e por 38% das classes D e E sem acesso a ela), como também da ignorância a respeito da Internet e dos benefícios que esta poderia trazer-lhes, ou seja, tais pessoas enquadram-se no analfabetismo digital e, daí, revela-se a necessidade da inclusão digital. A esse respeito:

*Para buscar incluir digitalmente essa população, iniciativas públicas devem ter como objetivo mostrar benefícios tangíveis aos possíveis usuários. O exemplo concreto é o investimento na expansão do governo eletrônico. Além disso, a aquisição de habilidades por possíveis usuários poderia se dar por um contato ampliado com a tecnologia, principalmente em locais como o trabalho ou a escola (BARRANTES; JORDÁN; ROJAS, 2013 apud CETIC, 2013, p. 175).*

Verificamos que, apesar do número de usuários da Internet no Brasil ter aumentado de modo significativo, eles estão polarizados nas classes sociais alta e média. Ou seja, as classes baixas encontram dificuldades para ter conhecimento dos benefícios que a Internet oferece, resultando a alta porcentagem dos que não têm interesse pelo serviço, e os que possuem tal interesse são marginalizados da evolução tecnológica e das facilidades na concretização de outros Direitos através da Internet, devido aos valores inacessíveis a serem pagos pela conexão e pelos aparelhos tecnológicos.

Para resolução desses dois fatores, uma primeira consequência que podemos visualizar da aprovação da Proposta em tema é a busca pelo oferecimento de planos de Internet mais acessíveis. Para tal, poderá haver contrato de subsídios entre o Estado e os provedores do serviço, bem como a “revisão da carga tributária incidente sobre os serviços de banda larga, que hoje representa um terço do valor pago pelos usuários”. (PARECER, 2014, p. 7).

Também será consequência a criação de centros educacionais públicos para treinamento digital, assim como inclusão de disciplina no quadro educacional das escolas primárias, por exemplo.

Também deverão ser ampliadas as medidas que visem evitar abusos das empresas prestadoras dos pacotes de conexão. As regras de contratação e de interrupção do serviço deverão sempre atentar-se aos Direitos que a Proposta em tema visa assegurar, a fim de evitar que sejam violados.

## O Marco Civil da Internet e a ONU

A busca por leis já existentes a respeito da Internet no Brasil revela que, apesar de já termos algumas leis específicas (criminais, relacionadas ao direito do consumidor, entre outras) oriundas das evoluções tecnológicas, ainda falta a regulamentação em vários aspectos do Direito Eletrônico. A mais notória lei relacionada à Proposta é a conhecida como “Marco Civil da Internet” (Lei 12.965/2014), aprovada em 23 de abril de 2014.

Ela estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Tal Lei, em seus artigos: 4º, incisos I e II, 6º e 7º já associa o acesso à Internet como Direito Humano, instrumento para exercício da cidadania e facilitador do conhecimento e da informação. Estabelece Guilherme Damasio Goulart (2012, p.159):

*[...]o Marco Civil da Internet aparece como uma resposta da própria sociedade brasileira que anseia pela proteção e tutela de direitos relacionados com as novas tecnologias da informação. Além do mais, é por meio do Marco Civil que a promoção do direito de acesso à Internet é formalmente reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro.*

Portanto, o Marco Civil da Internet já foi um avanço no que se refere à estruturação jurídica da informática brasileira e à tutela dos Direitos oriundos dela. Porém, o que ainda se faz necessário é a inclusão digital, ou seja, o acesso de todos à Internet com velocidade suficiente para exercer todos os direitos pelos quais ela se faz de instrumento, como já citado anteriormente.

No âmbito internacional, a Internet foi reconhecida como um Direito humano pelo *Special Rapporteur* para a “promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão” do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, publicado no dia três de junho de 2011, pela ONU. No sumário do citado relatório, foi destacado:

*[...] a natureza única e transformadora da internet não apenas para capacitar os indivíduos para exercer seu direito à liberdade de opinião e expressão, mas também uma série de outros direitos humanos e promover o progresso da sociedade como um todo. (RELATÓRIO ONU, 2011, p. 1).*

Um outro exemplo de tal reconhecimento no aspecto internacional é a Finlândia, que foi o primeiro país do mundo a decretar o acesso à banda larga como um direito básico de seus cidadãos, atendendo às recomendações do Relatório na ONU, supracitado.

Destaca-se, nessa medida do governo finlandês, a resposta da ministra das Comunicações da Finlândia, Suvi Linden, a respeito do motivo de considerar tal Direito Fundamental: “Nós consideramos o papel da Internet na vida dos finlandeses. Serviços de internet não têm mais a função de apenas entreter”. (BBC BRASIL, 2010)

Assim, vê-se que o ponto fundamental é a mudança da visão do Estado e da sociedade de modo geral com relação ao papel da Internet, não somente e nem principalmente como um bem de consumo ou de entretenimento de seus usuários, e sim em seu aspecto de facilitador do acesso ao conhecimento e como fator de redução da desigualdade social.

### **A PEC 479/2010 e o Princípio da Neutralidade**

A Proposta de Emenda à Constituição 479/2010, tema desta pesquisa, foi apresentada dia 15 de abril de 2010 e tem autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP).

Em 14 de junho de 2010, a relatora da proposição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputada Gorete Pereira, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria. No dia 24 de maio de 2011, a CCJC aprovou o parecer da relatora.

No dia 21 de maio de 2014, houve o parecer do relator, Deputado Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação da PEC na forma do substitutivo apresentado pelo próprio relator.

Foi incluída a seguinte sentença no dispositivo da proposta: “com a garantia de tratamento isonômico dos dados trafegados, sendo vedada a discriminação em decorrência da natureza do conteúdo, emissor e destinatário”. (PARECER, 2014, p. 12)

O trecho adicionado refere-se ao Princípio da Neutralidade da rede, também presente no Marco Civil da Internet (Lei Ordinária nº 12.965/2014 – em seu capítulo III, seção I, artigo 9º), pelo qual “aos provedores fica proibido o *traffic shopping*, ou seja, o provedor não poderá priorizar ou mitigar o tráfego de acordo com o que é acessado.” (JESUS e MILAGRE, 2014, p. 43).

Portanto, os fornecedores desse serviço não poderão comercializar pacotes limitados (por exemplo) a acessar somente redes sociais e e-mails por um preço e outro pacote para acesso a outros tipos de endereços eletrônicos, ou degradar o serviço para limitar o tráfego. Tal fato geraria uma discrepância no cenário da banda larga e iria contra exatamente o que a

Proposta visa proteger, que é o acesso por todos à Internet com velocidade suficiente e liberdade para execução de todos os Direitos exercidos por meio dela.

Este tema foi tratado no Seminário realizado na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, no dia 9 de dezembro de 2013, no qual Tiago Vieira, professor e ativista do Software Livre, defendeu que a neutralidade de rede fosse expressamente garantida no texto da Carta, assim como José Carlos Peixoto Jr., professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, no mesmo evento, manifestou apoio ao princípio da neutralidade de rede e ainda afirmou que o risco da exclusão digital equivale ao analfabetismo.

Em seu voto, o relator, Amauri Teixeira (PT-BA), estabeleceu que esse princípio se faz essencial à redação da Proposta, pois “[...] de nada adiantará assegurar ao cidadão o direito de acesso à banda larga, se a ele não forem dadas todas as condições e garantias para explorar na plenitude as potencialidades da Internet.” (PARECER, 2014, p. 9)

Visando ao debate e apresentação de opiniões e argumentos sobre a matéria, a Comissão Especial realizou uma Audiência Pública (no dia 30 de outubro de 2013, em Brasília – DF) e dois Seminários (o primeiro em 6 de dezembro de 2013, na Ordem dos Advogados do Brasil, em Macapá; e o segundo em 9 de dezembro de 2013, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador), os quais contaram com a presença de representantes do Poder Público e de organizações da sociedade civil que tratam sobre a democratização do acesso à Internet.

O presidente da Comissão Especial supracitada, Deputado Sandes Júnior (PP), requereu, no dia 26 de novembro de 2014, a prorrogação de prazo para o parecer, por mais 20 (vinte) sessões ordinárias, pedido deferido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (REQ. 10.869/2014).

Em 31 de janeiro de 2015, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados arquivou a Proposta de Emenda à Constituição, 479/2010, com fundamento no artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RESOLUÇÃO Nº 17, 1989), o qual estabelece:

*Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles [...]*

Para seu desarquivamento, o parágrafo único do artigo supratranscrito revela:

*A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.*

A Câmara dos Deputados dispõe que “Apenas os deputados que foram reeleitos podem pedir o desarquivamento dos seus próprios projetos. No caso de proposições de iniciativa coletiva obrigatória (ex: PEC, PDC de plebiscito), o desarquivamento poderá ser solicitado apenas por um dos autores.[...]” (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

O autor da proposição, Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), não foi reeleito nas eleições de 2014; portanto, não poderá pedir o desarquivamento, restando aos 183 Deputados que assinaram a Proposta (assinaturas confirmadas pelo Serviço de Análise de Proposições – SERAP em 19 de abril de 2010) solicitarem seu desarquivamento dentro do prazo previsto pela Câmara.

### **Projeto Internet.org do Facebook**

O tema da Internet de modo igualitário, no Brasil, foi levantado por ocasião da VII Cúpula das Américas, que ocorreu nos dias 10 e 11 de abril de 2015, no Panamá, onde Mark Zuckerberg – fundador e CEO da rede social *Facebook* - realizou um acordo com a Presidente Dilma Rousseff, com a finalidade de proporcionar à população de baixa renda o acesso à Internet gratuita por meio do projeto Internet.org.

Tal projeto foi iniciado no ano de 2013, por Zuckerberg, a partir da constatação de que dois terços da população mundial não possuem conexão à Internet, conforme definido em sua página oficial:

*A Internet.org é uma iniciativa do Facebook para reunir líderes de tecnologia, organizações sem fins lucrativos e comunidades locais, com o objetivo de conectar os dois terços do mundo que não têm acesso à Internet. (INTERNET.ORG, 2015)*

Possui como empresas participantes, atualmente, além do próprio *Facebook*, a *Ericsson*, *MediaTek Inc.*, *Opera*, *Samsung*, *Nokia* e a *Qualcomm*. O projeto já está presente na forma de plataforma em países como Colômbia, Gana, Índia, Quênia e Tanzânia, entre outros.

Não foi divulgado se esse projeto será instaurado (caso efetivado em nosso país) primeiramente na comunidade de Heliópolis, em São Paulo, local em que Zuckerberg já possui um laboratório de inovação, em uma parceria do Facebook com a UNAS (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região), onde oferece cursos aos moradores da comunidade (para empreendedores e usuários da Internet em geral), através dos computadores com Internet lá disponíveis.

A finalidade da Internet.org é tornar a utilização da Internet disponível para cinco bilhões de pessoas, através do fornecimento de acesso gratuito às páginas de serviços pré-estabelecidos. Por exemplo, na Índia, estão disponíveis as páginas virtuais: da BBC News (portal de notícias), Dictionary.com (dicionário on-line), do Facebook e Messenger, Wikipédia (portal de informações), entre vários outros. (INTERNET.ORG, 2015).

Ou seja, a plataforma oferece alguns serviços básicos de modo gratuito e, caso o usuário queira ter acesso a outras páginas, teria que pagar por isso. Este tipo de utilização é a chamada *Zero Rating* (taxa zero).

Essa prática já é presente no Brasil através do serviço de algumas operadoras ao não cobrarem o acesso a determinadas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas (desde que o usuário não acesse o navegador móvel e nenhum outro tipo de aplicativo que utilize a Internet), e é polêmica com relação ao Princípio da Neutralidade (já definido em tópico anterior), pois se argumenta que o conteúdo acessado estaria sendo limitado pelos provedores de Internet móvel a determinados aplicativos.

O que está sendo objeto de discussão a respeito do projeto de Zuckerberg é o fato de que não será levada a Internet às pessoas que não têm acesso a ela (entrando em contradição com o próprio nome do projeto), e sim apenas o Facebook e seus parceiros comerciais que serão utilizados na forma de um ‘pacote’ de acesso gratuito somente a esses conteúdos pré-determinados, afetando o princípio da Neutralidade da Rede (consagrado pelo Marco Civil da Internet, no Brasil), e proporcionando uma concorrência duvidosa, pois estariam disponíveis alguns serviços de forma facilitada, em detrimento dos demais.

Diante de tamanha discussão e opiniões derivadas principalmente da Índia (local em que houve desistências de participação de alguns parceiros comerciais), Mark Zuckerberg escreveu em uma postagem em sua rede social que "Quando alguém não pode pagar por conectividade, é sempre melhor ter algum acesso do que nenhum" (ZUCKERBERG, 2015).

A postagem demonstra que o enfoque de Zuckerberg por meio do projeto é oferecer o acesso aos serviços on-line que aceitarem tal parceria pretendida, para que a Internet (parte dela) seja utilizada por quem não iria possuir nenhum acesso sem o intermédio deste.

Portanto, tal nomenclatura do projeto (Internet.org) já se mostra inadequada, tendo em vista que o próprio criador conclui que não seria objeto de acesso gratuito à Internet em sua totalidade.

O diretor presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko, em entrevista ao El País, a este respeito, afirma:

*Se você vende acesso à internet da forma que teoricamente o Internet.org venderia, isso não é acesso à internet, mas a um walled garden, um jardim murado, que tem tais e tais serviços. Se você diz que isso é acesso a um jardim murado, é outra história. Se você vende feijoada, tem de ter arroz, lombo, etc. Se só tiver feijão, não é feijoada. Não posso dizer que qualquer serviço entregue na internet tem de ser neutro, porque o que tem de ser neutro é o acesso. O mal desse negócio é que não devia se chamar Internet.org, mas "Facebook.org". Já é uma certa arrogância, porque está dizendo que é internet. (GETSCHKO, 2015).*

No Brasil, em decorrência do anúncio desse acordo, em 23 de abril de 2015 foi entregue uma carta pública à Presidente Dilma, assinada pela organização de defesa do consumidor Proteste, pelas organizações: Associação Software Livre do Brasil, Instituto Beta para Internet e Democracia, Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e Instituto Telecom, entre outras, e por pessoas físicas, dirigindo críticas ao projeto Internet.org e sua instauração em nosso país.

Na carta, são destacadas tanto as infrações ao Marco Civil da Internet e ao Princípio da Neutralidade quanto a problemática gerada pela Internet.org com relação ao desenvolvimento nacional:

*"[...]mesmo que possibilite o uso dos serviços mais populares, no longo prazo acaba gerando concentração da infraestrutura e monopólio sobre o tráfego de dados na rede, reduzindo tanto a disponibilidade de aplicativos e serviços na Internet quanto a liberdade de escolha do usuário. Com isso, cabe perguntarmos como se espera que o Brasil desenvolva o setor de aplicativos, um dos mercados que mais crescem no mundo, se estes terão limitado seu acesso a grande parte da população. (CARTA PÚBLICA, 2015 )*

Portanto, apesar dessa iniciativa ter intuito nobre, e de nosso país necessitar de medidas eficazes para a inclusão digital, tal acordo com o Facebook não se mostra ideal para esse objetivo, tendo em vista o Marco Civil da Internet e os direitos por ele já consagrados, além da proteção de nosso país, pois, permitir que uma empresa internacional controle um serviço essencial como é a Internet, é oferecer risco à própria Soberania Nacional.

## Considerações Finais

Faz-se necessário o esclarecimento de que a pesquisa e o presente artigo não aspiraram defender ou opor-se a partido algum, nem aos políticos envolvidos na Proposta em tema. O ponto de vista tratado aqui consiste na visão jurídica, social e econômica referentes à PEC 479/2010.

Para verificar a viabilidade da PEC 479/2010, foi preciso estudar e analisar a própria Constituição Federal e seus pilares fundamentais. Nela, verificamos a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, pelo fato de priorizar a legitimação dos Direitos Fundamentais com o fim de assegurá-los, visando ao desenvolvimento social e à dignidade da pessoa humana.

O acesso à Internet em alta velocidade mostrou-se adequado ao conceito doutrinário de Direito Fundamental vigente, considerando a importância e relevância da Internet na sociedade, como disposto por Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, na Audiência Pública realizada em Brasília – DF, no dia 30 de outubro de 2013, pela Comissão Especial: “A massificação da banda larga permite viabilizar o exercício de outros direitos fundamentais, como a livre manifestação do pensamento, o acesso à informação e a liberdade de expressão.” (PARECER, 2013, p. 2)

Também foi constatada a desigualdade na distribuição dos usuários da Internet pelo Brasil, já que as classes sociais mais baixas estão marginalizadas dos benefícios e avanços que a Internet trouxe, por não possuírem acesso a ela. Portanto, a legitimação de tal Direito é necessária e poderá alterar significativamente os índices de desigualdade social em nosso país.

Diante da necessidade de atualização dos Direitos Fundamentais, realizada recentemente, por exemplo, com os direitos relativos à alimentação e moradia, que foram inclusos no rol constitucional, o Direito em tema estudado mostra-se relevante para a inclusão na Constituição e será um avanço no reconhecimento dos novos direitos provenientes da evolução tecnológica.

No âmbito classificatório dos Direitos Fundamentais, a Proposta encontra-se definida, no conceito doutrinário de José Alcebíades de Oliveira Júnior, na 5ª dimensão, constituída pelos direitos oriundos da evolução da informática e seus derivados.

A ONU, ao reconhecer a Internet como Direito Humano, objetivou impulsionar os países a também reconhecê-la, como se pode depreender do trecho (RELATÓRIO ONU, 2011, p. 4):

*[...] o papel chave que a Internet possui na mobilização de populações em clames por justiça, igualdade e melhor respeito pelos direitos humanos. Assim, facilitando o acesso à Internet para todos os indivíduos, com a menor restrição de conteúdo online possível, deveria ser uma prioridade para todos os Estados.*

Tendo em vista a influência do notório relatório dessa organização, que é uma referência no que se refere aos Direitos Humanos, além do exemplo da Finlândia, que já reconheceu a Internet como um Direito Fundamental, e foi o primeiro país a fazê-lo, bem como o enquadramento doutrinário e social da Proposta, ela mostra-se viável para a realidade da sociedade brasileira e necessária para garantia da dignidade da pessoa humana e dos direitos sociais zelados pela Constituição Federal.

Contudo, para que o acesso à Internet em alta velocidade e seu reconhecimento como Direito Fundamental na Constituição Federal seja efetivo e reduza a desigualdade social, é essencial que o Estado realize políticas públicas que visem à inclusão digital, além de medidas para revisão da carga tributária incidente sobre esse serviço e a redução dos preços dos pacotes de conexão, através de subsídios. Sem a tomada de ações que tenham a finalidade de suprir os motivos pelos quais a população não possui acesso à Internet, reconhecer tal direito como Direito Fundamental não se mostraria eficaz ao objetivo da construção de uma sociedade igualitária, como objetiva a Constituição Federal.

A Proposta de Emenda à Constituição 479/2010 revela-se imprescindível como um importante e eficaz instrumento na defesa da dignidade da pessoa humana, na busca pela igualdade social, no desenvolvimento da democracia no Brasil como um todo, bem como em vários outros direitos sociais já assegurados pela Constituição Federal. Por isso, é necessário (e também relevante) seu desarquivamento dentro do prazo legal estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e caso este não ocorra, mostram-se igualmente necessários os incentivos à discussão e conseqüente propositura de novos projetos de lei e de emendas à Constituição sobre o tema, com o fim de reconhecer e legitimar a importância da Internet para o Brasil e da atualização do ordenamento jurídico à realidade social brasileira com relação aos Direitos relacionados aos avanços da informática e da Internet.

## Referências

BARRANTES, Roxana; JORDÁN, Valeria; ROJAS, Fernando. The shifting digital paradigm in Latin America. In: GALPERÍN, Hernan; JORDÁN, Valeria; PERES, Wilson (Org.). *Broadband in Latin America: beyond connectivity*. Santiago: Cepal, 2013. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/51197/BroadbandinLA.pdf>> Acesso em: 02/04/2015.

BBC BRASIL. *Finlandeses passam a ter acesso à banda larga garantido por lei*. Publicado em 01/07/2010. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100701\\_finlandia\\_banda\\_larga\\_mv.stst](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100701_finlandia_banda_larga_mv.stst)> Acesso em 02/05/2015.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO ESPECIAL – ACESSO À INTERNET AOS CIDADÃOS. *Parecer do Relator, Deputado Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação da PEC 479/2010, com substitutivo*. 21/05/2014. Disponível em <[camara.gov.br](http://camara.gov.br)>. Acesso em 20/10/2014.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989. *Regimento interno da Câmara dos Deputados*. 15. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/editora>>. Acesso em 18/04/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Assessoria de Imprensa: Projetos de lei e outras proposições*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/projetos-de-lei-e-outras-proposicoes>> Acesso em em 20/04/2015.

Ibidem. *Sobre o Portal*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal>>. Acesso em: 17/08/2015.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). *TIC Domicílios e Empresas 2013 : Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil*. São Paulo: CGI.br, 2014. Coord. Alexandre F. Barbosa. Disponível em <<http://cetic.br/publicacoes>>. Acesso em 02/04/2015.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). *Apresentação dos Principais Resultados TIC Domicílios 2013*. São Paulo: CGI.br, 2014. Disponível em <<http://cetic.br/media/analises>>. Acesso em 17/08/2015.

CARTA PÚBLICA. Organização de defesa do consumidor Proteste e outras 33 entidades civis e pessoas físicas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/04/entidades-entregam-carta-dilma-com-criticas-acordo-com-facebook.html>> Acesso em: 28/05/2015.

GETSCHKO, Demi. *Desafio é preservar direitos humanos e privacidade diante da tecnologia*. Entrevista: 15 maio 2015. Local de publicação: El País (página virtual). Entrevista concedida a Rodolfo Borges. Disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/tecnologia/1431706825\\_594861.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/tecnologia/1431706825_594861.html)>. Acesso em: 28/05/2015.

GOULART, Guilherme Damasio. *O impacto das novas tecnologias nos direitos humanos e fundamentais: o acesso à internet e a liberdade de expressão*. Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global REDESG, v. 1, n. 1, jan.jun/2012. Disponível em <[www.ufsm.br/redesg](http://www.ufsm.br/redesg)>. Acesso em: 20/04/2015.

INTERNET.ORG. *Sobre*. Disponível em: <<https://internet.org/about>>. Acesso em: 28/05/2015.

Ibidem. *Imprensa*. Disponível em: <<https://internet.org/press>>. Acesso em: 28/05/2015.

JESUS, Dámasio de. MILAGRE, José Antonio. *Marco Civil da Internet: comentários à Lei n. 12.965/2014*. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de. *Teoria jurídica e novos direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*, Frank La Rue. Disponível (em inglês) em: <[http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf)> Acesso em: 20/09/2014.

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINHEIRO, Patrícia Peck. *Direito Digital*. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

PORTAL DO CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.br). *TIC Domicílios e Empresas 2013 : Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil: FAQ*. Disponível em: <<http://cetic.br/pesquisa/domicilios/faq>>. Acesso em: 17/08/2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

ZANIOLO, Pedro Augusto. *Crimes Modernos - O impacto da tecnologia no Direito*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

ZUCKERBERG, Mark. Facebook, publicado dia 17 abril 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/zuck/posts/10102033678947881>> Acesso em: 28/05/2015.

## ALTERAÇÕES BIOPSISSOCIAIS EM IDOSOS QUE ADERIRAM A INCLUSÃO DIGITAL\*

Rebeka Gomes Pinto CUNHA\*  
Tulio Marcus Ribeiro CALIXTO\*\*

### Resumo

Em função dos avanços tecnológicos, aumento na expectativa de vida e consequente envelhecimento populacional, este projeto propõe uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas pelos idosos ao lidarem com a tecnologia e a importância da inclusão digital para a terceira idade, visando evitar a exclusão social e digital, diminuindo, assim, a lacuna intergeracional. Utilizar-se-ão questionários para se obter os dados para análise das alterações de caráter biopsicossocial, que será realizada utilizando ferramentas da tecnologia da informação, visando identificar e constatar os benefícios cognitivos e comportamentais que a interação com o computador pode trazer para o idoso.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Inclusão Digital; Idoso; Biopsicossocia; Tecnologia da Informação; Cognição.*

## BIOPSYCHOSOCIAL CHANGES IN ELDERLIES THAT JOINED THE DIGITAL INCLUSION

### Abstract

Based on technological progresses, increased life expectancy and consequent aging population, this project proposes a discussion of the difficulties faced by older people in dealing with technology and the importance of digital inclusion for the elderly in order to avoid social and digital exclusion, thus decreasing the intergenerational gap. Forms shall be used to obtain data for analysis of biopsychosocial changes which will be done by using information technology tools to identify and find the cognitive and behavioral benefits that interaction with the computer can bring to elderlies.

**Keywords:** *Digital Inclusion; Elderly; Biopsychosocial; Information Technology; Cognition.*

### Introdução

As modificações no perfil da faixa etária, sofridas na estrutura populacional em decorrência do declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil, aliado ao

---

\* Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\* Graduanda no curso Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação. Pesquisadora e Desenvolvedora na empresa CIA Ware. E-mail: rebeka.gpc@gmail.com

\*\* Mestre em Ciências, área de concentração Física Biológica pela Universidade de São Paulo. Professor no Centro Universitário Moura Lacerda. E-mail: tmcalthto@gmail.com

desenvolvimento tecnológico e terapêutico no tratamento de doenças, especialmente as crônicas, são fatores que contribuem para o aumento proporcional do número de idosos, propiciando o envelhecimento populacional (SEADE, 2010).

O autor (NERI, 2001) afirma que o envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo que ocasiona modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas. Tal processo ocorre de forma heterogênea, ou seja, de modo diferente para cada indivíduo, dependendo de circunstâncias biológicas, psicológicas e sociais, as quais devem ser analisadas como um todo, em função da complexidade do ser humano, dando origem ao termo “biopsicossocial”.

Dentro do envelhecimento normativo ocorrem alterações típicas e inevitáveis desse processo, como as alterações cognitivas, por exemplo, perda de memória e concentração, as quais implicam várias dificuldades para o indivíduo, como dificuldade em compreender mensagens longas ou complexas (CANCELA, 2007). Dessa forma, idosos enfrentam dificuldades acentuadas em lidar com novos desafios, como, por exemplo, os avanços da tecnologia.

A globalização e o aumento em larga escala dos recursos tecnológicos têm assumido um papel estratégico relacionado à população, disseminando novas formas de acesso à informação e ao entretenimento, como smartphones, tablets e redes sociais, recursos estes que geram uma nova visão social, com novos padrões e valores. Essas novas tecnologias acabam interligadas diretamente aos jovens, evidenciando a exclusão social e digital da pessoa idosa (MOREIRA, 2003).

Segundo (KACHAR, 2003), levar informática e aprendizagem para a terceira idade pode proporcionar benefícios, como, por exemplo, a melhora na interação social e no estímulo cognitivo. De acordo com (OLIVEIRA, 2008), pessoas idosas possuem potencial para o desenvolvimento, sendo capazes de aprender e de se adaptar às novas condições e exigências da vida; deve-se apenas respeitar seu ritmo pessoal. Dessa forma, a inserção do idoso no meio digital poderá proporcionar-lhe uma nova gama de conhecimento, aprendizagem, informação e interação intergeracional.

Atualmente, as demandas de conhecimento das ferramentas tecnológicas são imprescindíveis para o bem-estar, comunicação e integração de todas as pessoas. A população idosa tem buscado um envelhecimento com mais participação ativa no meio social (REIS, 2011).

O Estatuto do Idoso garante à pessoa idosa todos os direitos fundamentais, sem prejuízo de sua proteção integral, das oportunidades de preservação a sua saúde física,

mental e intelectual, o que evidencia o direito à aprendizagem que a terceira idade possui. Segundo (MOREIRA, 2003), o acesso às tecnologias da informação e comunicação devem ser um fator de inclusão, mediante treinamento das pessoas idosas, para que elas sejam beneficiadas pelo uso da tecnologia e reconhecidas socialmente como parte do meio.

Entende-se, portanto, a importância da inclusão digital na vida da pessoa idosa. Por ser um público com limitações decorrentes da idade, vê-se a necessidade de inclusão específica para a terceira idade, respeitando o ritmo e suas dificuldades no processo de aprendizagem, visando à melhoria dos benefícios biológicos, psicológicos e sociais. Neste sentido, a informatização e a comunicação são fatores mantenedores do círculo social, o que demonstra e justifica a necessidade de inserir o idoso nesse meio digital, tornando oportuna, também, a inserção social.

Devido à importância e à amplitude do tema, este projeto está focado nos papéis que as novas tecnologias da informação e comunicação podem desempenhar nas alterações biopsicossociais dos idosos em prol da melhoria da saúde e uma nova constituição de conceitos para obter benefícios na qualidade de vida. Dessa forma, visamos explorar a utilização de tecnologias da informação, não somente a distância, mas que estimulem a interação social.

A interação efetiva de todas as pessoas rege a constituição de uma sociedade plena. Com base nessa perspectiva, é fundamental a inclusão para reconhecer as diferenças e torná-las iguais. As novas tecnologias contribuem para a integração social de forma geral, afastando o preconceito intergeracional e, por consequência, diminuindo a exclusão social (CONFORTO;SANTAROSA, 2002).

## **Objetivos**

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as alterações biológicas, psicológicas e sociais em idosos que aderiram à inclusão digital. De forma mais específica, este trabalho visa:

- Propor meios para minimizar as lacunas entre as gerações em função do avanço tecnológico;
- Analisar a importância da inclusão digital para a terceira idade;
- Ampliar os conhecimentos referentes aos benefícios da inclusão digital para a pessoa idosa;

- Propor oficinas de interação social da terceira idade, visando melhorar a qualidade de vida do idoso através da motivação em grupo a enfrentar novos desafios e da integração social e digital;
- Aumentar a autoestima do idoso através de uma inserção ativa no mundo digital;
- Desenvolver ferramentas computacionais que auxiliem na obtenção e análise dos dados relevantes ao entendimento das alterações biopsicossociais em idosos que aderiram à inclusão digital.

## **Metodologia**

A pesquisa proposta apresenta duas abordagens: 1) quantitativa e 2) qualitativa. Na primeira, as respostas fechadas serão traduzidas em números, e ao final do trabalho será possível classificá-las e analisá-las em frequência de aparição, sendo seus dados descritivos avaliados por meio de um método estatístico. A segunda abordagem busca analisar, observar, compreender e interpretar as necessidades dos entrevistados visando à melhoria da qualidade de vida (BARDIN; RETO; PINHEIRO, 1979; SILVA; MENEZES, 2005).

O desenvolvimento do projeto pode ser dividido em quatro partes: 1) Aplicação dos questionários iniciais; 2) Desenvolvimento das aulas de informática; 3) Reaplicação dos questionários iniciais e 4) Avaliação dos resultados, descritas a seguir.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de compreender as principais alterações biológicas, psíquicas e sociais provocadas pelo envelhecimento e as relevâncias tecnológicas para as pessoas dessa faixa etária, de forma a proporcionar uma melhor compreensão do perfil desse público para posterior desenvolvimento de aulas específicas de informática, aplicadas em oficinas de interação voltadas para a terceira idade. Após a análise bibliográfica, foi avaliado o melhor local a ser utilizado para as aulas de informática que foram ministradas. A sala de aula foi selecionada com adaptações, conforme as necessidades do público.

Definidos o local das aulas e a infraestrutura da sala, foi formado um grupo de participantes das aulas de informática, o qual foi avaliado a fim de obter os dados relevantes para as análises propostas neste estudo.

Para iniciar a formação do grupo, o primeiro critério utilizado foi captar idosos de Ribeirão Preto. Os critérios de seleção do programa foram: ter idade igual ou superior a 60 anos, ser alfabetizado, ser fisicamente independente, apresentar declínio cognitivo leve ou não apresentar declínio cognitivo. Tais critérios visaram estabelecer um nivelamento entre os candidatos.

O grupo pré-selecionado passou por uma avaliação gerontológica em que foi aplicado o Mini Exame de Estado Mental (MEEM), teste utilizado na área da saúde para avaliar a função cognitiva do idoso, a fim de estabelecer os critérios de seleção, segundo o Programa Telessaúde Brasil, do Ministério da Saúde (TELESSAÚDE. . . , 2006).

Em função da quantidade de candidatos aptos para a pesquisa, foi definida a constituição de um grupo de, no máximo, 20 pessoas, para que os candidatos pudessem ser alocados aleatoriamente nas aulas ministradas, desde que não comprometessem a pesquisa, como, por exemplo, superlotação na sala.

Para coleta dos dados, foram realizadas entrevistas informais, uma vez que este tipo de entrevista possibilita ao pesquisador um conhecimento mais aprofundado da temática que está sendo investigada (VERGARA, 2009). Para tal, foram entrevistados todos os participantes do programa. Foi aplicado a cada idoso um questionário contendo questões que analisaram aspectos sociais, biológicos e psicológicos. Vale ressaltar que a coleta de dados só foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, e todos os princípios da pesquisa foram esclarecidos aos participantes, mediante informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o TCLE, e a aprovação da pesquisa pelo CEP.

As aulas foram ministradas durante seis meses, uma vez por semana, aos sábados, no período das 09h às 12h, com intervalo de 20 a 30 minutos. O conteúdo das aulas foi baseado nas estatísticas dos questionários respondidos. Ao término de cada mês, foi realizado um feedback, com o intuito de registrar todo o processo evolutivo do aluno.

Após a conclusão das aulas, os questionários foram novamente aplicados, a fim de serem obtidos os dados relevantes para iniciar a fase de análise, a qual contou com o emprego da bioinformática, através da utilização uma ferramenta computacional desenvolvida neste projeto.

## **Ferramenta Computacional Desenvolvida**

A ferramenta proposta foi desenvolvida para funcionar na Web, pois na atualidade a Internet é um recurso muito utilizado para a realização de diversos tipos de trabalho, como, por exemplo, EAD, vendas *on-line* (*e-commerce*), divulgação de produtos, agenda compartilhada, acesso a contas bancárias, lazer e outros. Com a utilização de ferramentas da informática e da Internet, foi projetada uma aplicação interativa e de fácil utilização para o profissional da saúde, a qual visa dar suporte durante as avaliações biopsicossociais, que atualmente são realizadas de maneira manual pelos profissionais da saúde.

Com uma interface simples, intuitiva e utilizando recursos de *layout responsive*, que visa alterar a forma como a ferramenta é apresentada, em função do tamanho da tela do dispositivo do usuário, o *software* pode ser utilizado mediante qualquer dispositivo que possua um navegador e acesso à internet, como, por exemplo, tablets e smartphones.

A ferramenta web tem o nome de *GISystem* e, nesta versão, permite aplicar os instrumentos MEEM e GDS, utilizados nas avaliações biopsicossociais de pessoas idosas.

Para utilizar a ferramenta, inicialmente é necessário identificar-se no sistema através de uma tela de *login*, a qual permite identificar o profissional que está utilizando a ferramenta, seus pacientes e resultados. Com este recurso, vários profissionais podem utilizar a mesma ferramenta sem que suas análises interfiram nas outras de outros profissionais, preservando a integridade e sigilo das informações. Para que este recurso funcione corretamente cada profissional deverá ter um usuário e senha cadastrados no sistema. O cadastro pode ser realizado pelo usuário *Administrador*, que já vem previamente disponível no *GISystem*.

Após autenticar-se no sistema, o profissional terá acesso aos seguintes recursos:

- **Cadastro de paciente:** este recurso visa obter e armazenar os dados sobre os pacientes, como, por exemplo, nome completo, data de nascimento e outras informações pessoais. Analogamente podemos dizer que é a ficha cadastral do paciente.
- **Aplicação dos questionários e armazenamento dos dados coletados:** Os formulários MEEM e GDS foram disponibilizados no sistema em forma de *wizard* (passo-a-passo), para facilitar o preenchimento das informações. Ao clicar no botão "*Gravar*", o sistema armazena as informações inseridas nos formulários nas respectivas tabelas do Banco de Dados.
- **Pontuações obtidas após a aplicação dos exames:** Ao concluir um exame, o sistema automaticamente calcula a pontuação total do exame em questão e armazena na tabela apropriada do banco de dados, permitindo, assim, sua posterior recuperação e análise, sem que seja necessário reaplicar o teste. Este recurso também proporciona a comparação de vários exames ao longo do tratamento do paciente.

## Resultados e Discussão

Os resultados podem ser divididos em três principais partes: 1) Avaliações Biopsicossociais em idosos, 2) Desenvolvimento da ferramenta responsável por obter, armazenar e, posteriormente, analisar as respostas dos questionários de cada participante, e

3) Análise dos resultados. As próximas seções detalham cada uma das partes apresentadas e suas subdivisões.

**1. Avaliações Biopsicossociais em idosos:** A fase das avaliações biopsicossociais corresponde à aplicação dos questionários MEEN e GDS antes e após as aulas de informática, escolha da sala de aula apropriada para o público em questão e a ministração das aulas de informática. A sala de aula escolhida, identificada como sala F10, fica na Sede do Centro Universitário Moura Lacerda, situada na Rua Padre Euclides, 995, em Ribeirão Preto. A sala é ampla e arejada, de fácil acesso, e possui toda a infraestrutura necessária para acomodar os alunos, como ar condicionado, mesas, cadeiras, ventiladores, projetor, etc., com 18 computadores disponíveis para utilização, todos com acesso à Internet, Sistema Operacional Microsoft Windows 7 R em português, Microsoft Office 2010R, antivírus e compactador de arquivos. Em função das limitações físicas e cognitivas decorrentes da idade avançada dos participantes, foi necessário elaborar aulas adaptadas e preparadas com uma didática facilitada, que proporcione maior aprendizagem e memorização de conteúdo (KACHAR, 2000). O material didático foi elaborado exclusivamente para atender às necessidades e habilidades do público alvo e aborda os seguintes tópicos:

Conhecendo o computador: foram apresentados os periféricos que compõem um computador *desktop*, com a caracterização de cada componente (mouse, teclado, caixa de som, CPU, monitor, etc.). Para a participação nas aulas de informática, cada aluno teve disponibilizado um computador *desktop*, para utilização individual;

- Ligando e desligando o computador: apresentação de um tutorial passo-a-passo de como ligar e desligar o computador;
- Apresentação gráfica do SO MS Windows 7: foi realizada a apresentação da interface do Windows 7 em português, com uma amostra adaptada de um tutorial de como utilizar o mouse, caracterização da área de trabalho, utilização de ícones, etc.;
- Os diversos aplicativos disponíveis junto com o SO e sua utilização;
- Programas básicos: PaintBrush, Calculadora e Bloco de Notas;
- Alterar o Papel de Parede da Área de Trabalho;
- Definição e utilização de Arquivos e Pastas;
- Introdução ao editor de Texto MS Word 2010 (Parágrafo, Alinhamento e Tabulação, Impressão de Documentos no Word, Edição e Manipulação de Imagens no Word): foram desenvolvidas atividades de digitação para estimular a aprendizagem textual, atividades adaptadas a partir de *posts* da página do *facebook* *A Nova Cara da 3ª Idade*, *link* disponível em

<<https://www.facebook.com/Nova3idade?fref=ts>>, com conteúdos que estimulavam o pensamento e raciocínio;

- Internet (Google, E-mail, Facebook, Youtube, navegabilidade).

**2. Desenvolvimento da ferramenta responsável por obter e armazenar as respostas dos questionários de cada participante:** A ferramenta computacional foi desenvolvida a partir das seguintes tecnologias: JAVA, HTML5, CSS3, TwitterBootstrap 3, JQuery, Hibernate, VRaptor, WAI-ARIA, Eclipse, Apache Tomcat, PostgreSQL, PGAdmin3 e BRmodelo. A seguir, há uma breve descrição e justificativa de utilização de cada ferramenta.

Alguns dos critérios adotados para a utilização das ferramentas apresentadas foram: popularidade, tendência de mercado atual, gratuitas e multiplataformas.

- **JAVA:** A tecnologia JAVA foi adotada por ser uma plataforma segura onde o código é sempre executado dentro da JVM. Java é uma linguagem de programação que facilita o controle de objetos e fornece portabilidade completa entre diversas plataformas (Windows, Linux, Apple e outros). Dessa forma, um programa pode ser executado em vários ambientes diferenciados. Neste contexto, destaca-se a utilização de duas tecnologias JAVA no desenvolvimento de software voltado para Internet: 1) JAVA Servlet e 2) JAVA Server Pages (JSP), ambos permitem o desenvolvimento de aplicações dinâmicas, são gratuitas, contém tratamentos de exceções, interface gráfica e ligação cliente/servidor com base na Internet (PERRY, 2004).
- **HTML5:** Tecnologia utilizada em complementação à tecnologia JAVA para o desenvolvimento da aplicação para WEB. É uma linguagem de marcação de hipertexto utilizada corriqueiramente para desenvolvimento de páginas para internet. Foi escolhida a versão mais atual por proporcionar melhoria semântica, acessibilidade com total integração multimídia e fácil manipulação de conteúdo gráfico na WEB, sem a necessidade de adicionar plugins e APIs. (PILGRIM, 2010).
- **CSS3:** Tecnologia utilizada por ser a nova versão CascadingStyleSheets, direcionado para definição do layout das páginas da aplicação WEB, dando suporte ao HTML5. (FRAIN, 2012).
- **TwitterBootstrap 3:** Tecnologia adotada por ser um front-end framework, utilizado juntamente com HTML5 e CSS3, com intuito de dinamizar a interface e os componentes da página WEB, além de aderir aos padrões desenvolvidos por empresas como Google, Twitter, Facebook. E tem compatibilização de conteúdo

com os pequenos dispositivos (smartphones e tablets) e design responsivo. (OTTO; THORNTON, 2013).

- JQuery: Tecnologia utilizada por ser uma biblioteca JavaScriptcross-browser, que simplifica a interação dos scripts com o HTML. Esta biblioteca torna a página web mais dinâmica e interativa. (SILVA, 2012).
- Hibernate: Tecnologia adotada por ser um framework para o mapeamento objeto-relacional escrito na linguagem Java. Diminui a complexidade entre as aplicações desenvolvidas em Java que interagem com um banco de dados do modelo relacional, principalmente no desenvolvimento de consultas e atualizações dos dados. (BAUER; KING, 2006).
- VRaptor: Tecnologia adotada por ser um framework MVC que facilita o desenvolvimento, com alta produtividade, de aplicações WEB. Este framework torna a aplicação testável e de fácil manutenção com a utilização do CDI (ContextDependencyInjection) (CAVALCANTI, 2014).
- WAI-ARIA: Tecnologia que permite identificar estruturas importantes de uma página WEB. Utilizada em conjunto com HTML5, (CRAIG et al., 2009). Foi adotada para prover acessibilidade sem limitações de utilização para deficientes visuais.
- Eclipse: Ferramenta adotada por ser uma IDE, onde suas funcionalidades contribuem para a otimização do tempo do processo de desenvolvimento do software (RIVIERES, 2001). É uma ferramenta gratuita que facilita a construção de diferentes aplicações baseadas em IDE, possui arquitetura focada em execução e integração de plug-ins, o que permite que o software desenvolvido em Eclipse seja integrado a outras aplicações que também se interliguem à mesma (ECLIPSE; IDE, 2006).
- Apache Tomcat: A tecnologia Apache Tomcat 8.0 foi adotada por ser um servidor JSP e JAVA Servlet, gratuito e de fácil configuração que atende às demandas do desenvolvimento da aplicação (VUKOTIC; GOODWILL, 2011).
- PostgreSQL: SGBD distribuído como projeto de código aberto. Utilizada a versão 9.0, que permite atualização in Loco integrada, autenticação Radius (TONIN et al., 2008), comandos de gestão e permissões de Banco de Dados facilitados, além da alta performance e recursos avançados. A utilização de sistemas da informação para o gerenciamento da base de dados da aplicação facilita a inserção, alteração, manipulação e o armazenamento dos dados de maneira segura e eficiente, permitindo

sua recuperação e a providência de backup, caso necessário, sem perda dos dados anteriormente coletados (DATE, 2004).

- PGAdmin3: Tecnologia adotada como interface gráfica completa para a administração do PostgreSQL. A ferramenta facilita a criação de tabelas, atributos, chaves primárias e estrangeiras e o gerenciamento da base de dados. Possui licença livre e multiplataforma.
- BRModelo: Esta tecnologia foi adotada para a modelagem do banco de dados da aplicação. De utilização gratuita, é utilizada corriqueiramente para a geração automática do modelo relacional de um SGBD (CÂNDIDO, 2008).

**3. Análise dos resultados:** Análise e conceituação dos resultados foram efetuadas por interpretação computacional e intelectual dos dados coletados com auxílio de profissional gerontólogo da área da saúde.

Os dados foram obtidos através da participação dos idosos nas aulas de informática que foram ministradas no decorrer do projeto, no período de setembro de 2014 até maio de 2015, excluindo-se os meses de outubro, novembro e dezembro, em que houve questões de infraestrutura a serem redefinidas. Somou-se o total de 15 (quinze) participantes (alunos) na pesquisa, e 6(seis) chegaram a concluir o curso de informática básica, cujas aulas foram ministradas semanalmente, no tempo médio de 6(seis) meses, com 1(uma) aula semanal com duração de 2h (duas horas).

Os 15 participantes foram entrevistados no local, de comum acordo entre eles e a pesquisadora, sendo que a maioria optou por ser na Instituição de Ensino Superior Moura Lacerda. A pesquisadora contou com o auxílio de um profissional gerontólogo que realizou a avaliação e auxiliou na aplicação dos questionários avaliativos iniciais e finais. Foram aplicadas inicialmente questões sociodemográficas e, posteriormente, os exames MEEM e GDS, em um tempo médio de 15 minutos.

Ao término do período de inclusão digital, foi realizada a análise computacional dos dados obtidos através da ferramenta web desenvolvida ao longo da pesquisa.

Sendo assim, como forma de organizar os resultados e discussão, optou-se por apresentá-los em formas de quadros distribuídos da seguinte forma:

- Quadro 1. Caracterização dos participantes em relação ao sexo e idade;
- Quadro 2. Caracterização dos participantes em relação ao estado civil e escolaridade;
- Quadro 3. Caracterização dos participantes em relação à pontuação obtida na primeira aplicação do GDS;

- Quadro 4. Caracterização dos participantes em relação à pontuação obtida na primeira aplicação do MEEM;
- Quadro 5. Caracterização de indicadores de melhoria em relação à pontuação média antes e após a inclusão digital do instrumento MEEM;
- Quadro 6. Caracterização de indicadores de melhoria em relação à pontuação média antes e após a inclusão digital do instrumento GDS.

Os resultados expostos abaixo serão baseados nos seis participantes que chegaram a concluir o curso de maneira efetiva, os nove desistentes não entraram na análise da pesquisa; seus enquadramentos gerais foram abstraídos e retirados dos indicadores de análise, pois não chegaram a passar da fase inicial das entrevistas.

Dentre os participantes desse grupo foram identificadas doze mulheres (80%) e três homens (20%). Ocorreram nove desistências que vieram a compor o grupo final de seis mulheres (100%) com idades compostas entre sessenta e cinco a setenta e seis anos. O grupo se mostra desequilibrado em relação ao gênero. E com isso, os resultados condizem com o encontrado na literatura, que aponta que a maioria dos alunos são do sexo feminino (BEZ, PASQUALOTTI, PASSERINO, 2006), conforme descrito no Quadro 1, abaixo:

**Quadro 1:** Caracterização dos participantes em relação ao sexo e idade.

	<i>IDADE</i>	<i>SEXO</i>
<i>Aluna 1</i>	66	Feminino
<i>Aluna 2</i>	73	Feminino
<i>Aluna 3</i>	65	Feminino
<i>Aluna 4</i>	68	Feminino
<i>Aluna 5</i>	76	Feminino
<i>Aluna 6</i>	68	Feminino

Quanto à escolaridade e a situação conjugal, três alunas contemplam o título de nível superior, três contemplam formação média. No estado civil, três são casadas, uma viúva e duas são solteiras, conforme descrito no quadro 2.

**Quadro 2:** Caracterização dos participantes em relação ao estado civil e escolaridade.

	<i>ESTADO CIVIL</i>	<i>GRAU DE ESCOLARIDADE</i>
<i>Aluna 1</i>	Casada	Médio

<i>Aluna 2</i>	Solteira	Superior
<i>Aluna 3</i>	Casada	Superior
<i>Aluna 4</i>	Casada	Médio
<i>Aluna 5</i>	Viúva	Superior
<i>Aluna 6</i>	Solteira	Médio

Em relação à pontuação obtida na primeira aplicação do instrumento avaliativo GDS, quatro alunas mostraram indicativos depressivos, com pontuação acima de 5, e duas alunas não apresentaram indicativos depressivos, com pontuação abaixo de 5, conforme descrito no Quadro 3:

**Quadro 3:** Caracterização dos participantes em relação à pontuação obtida na primeira aplicação do GDS.

	<i>PONTUAÇÃO</i>	<i>INDICATIVO</i>
<i>Aluna 1</i>	3	Normal
<i>Aluna 2</i>	10	Índice de Depressão Alta
<i>Aluna 3</i>	7	Índice de Depressão Leve
<i>Aluna 4</i>	11	Índice de Depressão Alta
<i>Aluna 5</i>	5	Normal
<i>Aluna 6</i>	6	Índice de Depressão Leve

Em relação à pontuação obtida na primeira aplicação do instrumento avaliativo MEEM, três alunas obtiveram pontuação com indicativos normais entre 25 a 28 pontos, e três alunas obtiveram pontuação entre 24 e 22 pontos, que, segundo a literatura, são indicativos de declínio cognitivo leve (ALMEIDA, 1998), conforme Quadro 4:

**Quadro 4:** Caracterização dos participantes em relação à pontuação obtida na primeira aplicação do MEEM.

	<i>PONTUAÇÃO</i>	<i>INDICATIVO</i>
<i>Aluna 1</i>	25	Normal
<i>Aluna 2</i>	24	Índice de Declínio Leve
<i>Aluna 3</i>	27	Normal
<i>Aluna 4</i>	22	Índice de Declínio Leve
<i>Aluna 5</i>	22	Índice de Declínio Leve
<i>Aluna 6</i>	28	Normal

Entre as seis participantes das aulas de inclusão digital foram realizadas avaliações cognitivas e psicológicas (MEEM e GDS) antes, como já mencionado nos quadros anteriores, e após a inclusão digital, conforme Quadros 5 e 6.

Houve uma melhora efetiva no quadro médio de pontuações obtidas antes e após a inclusão digital. Na aplicação posterior do MEEM, 3 (três) alunas mostraram aumento da pontuação e três mantiveram sua pontuação anterior, sem nenhuma perda cognitiva constatada, o que representa, em números quantitativos uma elevação da média de 24,6 para 25,5, acentuando um aumento de 5%. Em uma escala avaliativa de 0 a 30, quanto maior a pontuação melhor o indicativo cognitivo da pessoa idosa, como pode ser observado no Quadro 5:

**Quadro 5:** Caracterização de indicativos de melhoria em relação à pontuação média antes e após a inclusão digital do instrumento MEEM.

	<i>Média antes da inclusão digital</i>	<i>Média após a inclusão digital</i>	<i>Percentual de melhoria</i>
<i>MEEM</i>	24,6	25,5	+ 5%

Na aplicação posterior do GDS, duas alunas que continham indicativos de depressão leve e severa reduziram seus índices, respectivamente, em -3 e -4 pontos, e as demais quatro alunas mantiveram seu quadro sem apresentar pioras no quadro depressivo, o que representa, em números quantitativos, uma diminuição média do quadro geral de 30% em relação à média anterior obtida antes da inclusão digital. Em uma escala de 0 a 15, quanto menor a pontuação melhor o indicativo depressivo do idoso, como pode ser visto no Quadro 6:

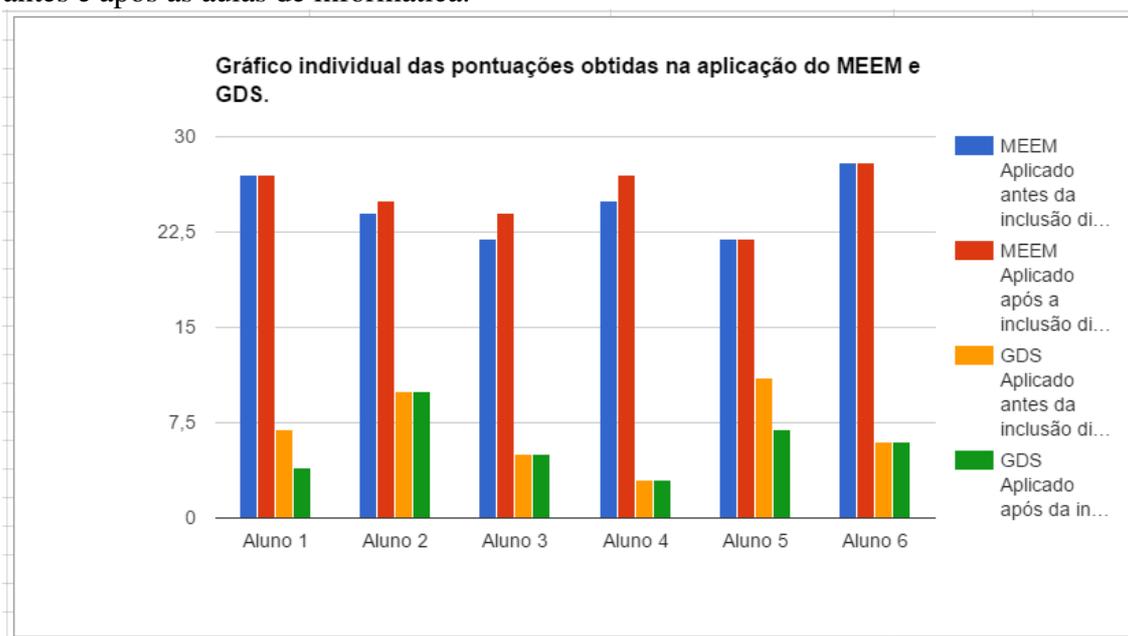
**Quadro 6:** Caracterização de indicativos de melhoria em relação à pontuação média antes e após a inclusão digital do instrumento GDS.

	<i>Média antes da inclusão digital</i>	<i>Média após a inclusão digital</i>	<i>Percentual de melhoria</i>
<i>GDS</i>	7	5	- 30%

A Figura 1 exibe os gráficos individuais da pontuação total dos questionários MEEM e GDS de cada aluno, antes e após as aulas de informática. Sobre o MEEM,

observa-se uma melhora nos alunos 2, 3, e 4, uma vez que a pontuação total do questionário, após a participação das aulas de informática, aumentou, indicando uma melhora do estado mental dos idosos. Nos outros três participantes não foi observada nenhuma melhora. Tal situação pode ser consequência de o tempo das aulas não ter sido suficiente para promover a melhora de todos os participantes, principalmente dos que já apresentaram, antes das aulas de informática, um quadro normal para o estado de saúde mental. Em relação ao GDS, um resultado semelhante foi obtido. Verifica-se que, nos alunos 1 e 5, houve uma diminuição na pontuação total do teste após a participação nas aulas de informática. Destaca-se, aqui, que a menor pontuação reflete melhor bem-estar para o idoso, pois esse exame mede a escala de depressão geriátrica. Essa melhora também pode ser uma função da interação dos idosos entre si, resultando em uma breve socialização, e não somente pelo fato da inclusão digital, que também tem seu papel colaborativo.

**Figura 1:** Comparação da pontuação de cada aluno dos exames MEEM e GDS aplicados antes e após as aulas de informática.

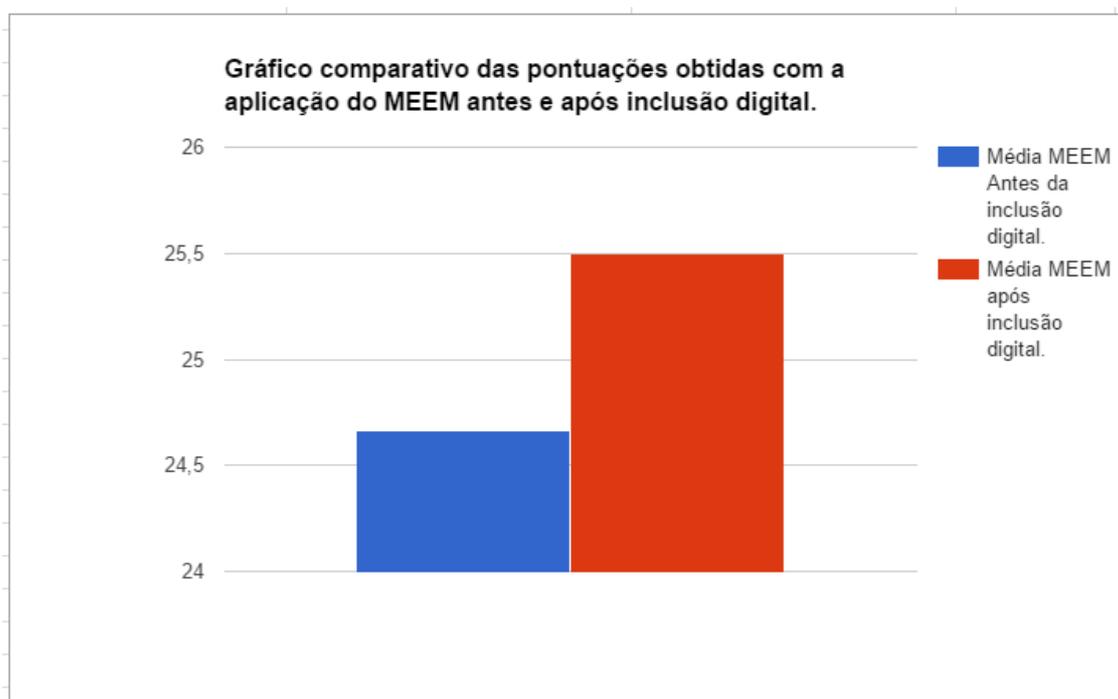


As Figuras 2 e 3 ilustram, respectivamente, os gráficos da pontuação média dos exames GDS e MEEM, aplicados antes e após a inclusão digital.

**Figura 2:** Comparação da pontuação média do exame GDS aplicado e após as aulas de informática.



**Figura 3:** Comparação da pontuação média do exame MEEM aplicado antes e após as aulas de informática.



Além das avaliações com MEEM e GDS, semanalmente foram realizados *feedbacks* por parte dos alunos de maneira positiva, evidenciando a melhoria constatada acima.

## Considerações Finais

Observa-se, com os indicativos analisados e os *feedbacks* apresentados pelos alunos, uma resposta positiva, com uma melhora significativa nos aspectos biopsicossociais dos participantes, o que evidencia que há alterações nesses aspectos, quando o idoso é submetido à inclusão digital, que comprova a eficácia e importância da inclusão digital (e consequentemente social) para melhoria da qualidade de vida do idoso.

Vale a pena apontar que as melhoras obtidas foram mediante aulas ministradas somente no período de seis meses, apontando que, possivelmente, em um maior período de tempo, as alterações possam vir a ser maiores (e melhores).

Pode-se concluir, através deste estudo, que a ferramenta computacional mostrou-se muito útil na agilidade da análise e armazenagem dos dados coletados, podendo ser utilizados por diversos profissionais da área da Gerontologia.

Nos trabalhos futuros, a aplicação poderá aceitar a implementação de módulos adicionais, como, por exemplo, **VES-13**: (*Vulnerable Elders Survey-13*), desenvolvido com o objetivo de identificar idosos vulneráveis, e **MAN**: (Mini Avaliação Nutricional), método multidimensional de avaliação nutricional, que permite o diagnóstico da desnutrição e do risco de desnutrição em idosos. A incorporação de novos exames, além de agregarem valor na ferramenta, tornam as avaliações biopsicossociais mais completas e homogêneas.

## Referências

ALMEIDA, Osvaldo P. Mini exame do estado mental e o diagnóstico de demência no Brasil. *ArqNeuropsiquiatr*, v. 56, n. 3B, p. 605-12, 1998.

BARDIN, L.; RETO, L. A.; PINHEIRO, A. Análise de conteúdo. Edições 70, Lisboa, 1979.

BAUER, C.; KING, G. Java Persistence with Hibernate. [S.l.]: Dreamtech Press, 2006.

BEZ, Maria Rosângela; PASQUALOTTI, Paulo Roberto; PASSERINO, Líliliana Maria. Inclusão digital da terceira idade no centro Universitário Feevale. In: **Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. 2006. p. 61-70.

CANCELA, D. M. G. O processo de envelhecimento. Trabalho realizado no Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto, p. 3, 2007.

CÂNDIDO, C. H. brmodelo: Ferramenta de modelagem conceitual de banco de dados. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação (Banco de dados)–UFSC, Santa Catarina. Disponível em:< <http://www.sis4.com/brModelo/monografia/Monografia.htm>>. Acesso em, v. 1, 2008.

CAVALCANTI, L. Vraprot, desenvolvimento ágil para web com java. 2a Edição-São Paulo-Editora Casa do Código, 2014.

CONFORTO, D.; SANTAROSA, L. M. Acessibilidade à web: Internet para todos. Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática–PGIE/UFRGS, v. 5, n. 2, p. 87–102, 2002.

CRAIG, J. et al. Accessible rich internet applications (wai-aria) 1.0. W3C Working Draft, 2009.

DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Elsevier Brasil, 2004.

ECLIPSE, I.; IDE, E. Documentação do. Disponível em: <http://www.eclipse.org>. Acesso em, v. 12, 2006.

FRAIN, B. Responsive web design with HTML5 and CSS3. [S.l.]: Packt Publishing Ltd, 2012.

KACHAR, V. Terceira idade e informática: aprender revelando potencialidades. Cortez, 2003.

MOREIRA, M. A. Sociedad de la información y analfabetismo tecnológico: nuevos retos para la educación de adultos. Disponible en Internet en: <http://webpages.ull.es/users/manarea/Documentos/documento10.htm>, 2003.

NERI, A. L. Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Papirus, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, R. d. C. D. S. Docência para a terceira idade. Olhar de professor, v. 4, n. 1, 2008.

OTTO, M.; THORNTON, J. Bootstrap. Twitter Bootstrap, 2013.

PERRY, B. Java servlet&jspcookbook. "O'Reilly Media, Inc.", 2004.

PILGRIM, M. HTML5: upandrunning. [S.l.]: "O'Reilly Media, Inc.", 2010.

REIS, A. A. Um novo olhar para a velhice. Revista Portal de Divulgação, n. 16, 2011.

RIVIERES, J. des. Howto use the eclipse api. Retrieved March, v. 9, p. 2004, 2001.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. 2010. Disponível em:<<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/>>.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, 2005.

SILVA, M. S. jquery móbile–desenvolva aplicações web para dispositivos móveis com html 5, css#, ajax, jquery e jquery ui. São Paulo: Novatec, 2012.

TELESSAÚDE Brasil - Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa - Ministério da Saúde. 2006. Disponível em: <<http://www.telessaudebrasil.org.br/apps/calculadoras/?page=11>>.

TONIN, R. et al. Sistema de gerenciamento de redes wireless da ufrgs. 2008.

VERGARA, S. C. Métodos de coleta de dados no campo. [S.l.]: Atlas, 2009.

VUKOTIC, A.; GOODWILL, J. Apache tomcat 7. Springer, 2011.

## AS NEGOCIAÇÕES ENTRE PALESTINOS E ISRAELENSES DESDE OS ACORDOS DE OSLO NA DÉCADA DE 1990: AVANÇOS OU RETROCESSOS?\*

Héros Tamiozzo de AGUIAR\*

Leandro Leone PEPE\*\*

### Resumo

Dos *pogroms* ao movimento sionista; dos *kibutzim* israelenses aos refugiados palestinos; das guerras às tentativas de aproximação – os acordos de Oslo, forjados no contexto do pós-Guerra Fria, representam divisores de águas. O mundo observava estático o aperto de mãos de Yitzhak Rabin e Yasser Arafat testemunhado por Bill Clinton em 1993. Oslo entrava em vigor com o caráter de acordo formal, mas representava mais do que isso. Pela primeira vez, após quarenta e cinco anos de alarmante violência e conflitos incessantes, a saudação representava a esperança do comprometimento para a consolidação da paz entre os dois povos, emergindo como um marco histórico. No entanto, os acordos de Oslo fracassaram em sua materialização. Nos anos subsequentes, as negociações seriam retomadas em diversas cúpulas e convenções. Em meio a ciclos vertiginosos de violência e momentos em que a paz esteve ao “alcance do braço”, as negociações entre palestinos e israelenses apresentam avanços ou retrocessos?

**PALAVRAS-CHAVE:** Acordos de Oslo; Palestina; Israel.

### NEGOTIATIONS BETWEEN PALESTINIANS AND ISRAELIS SINCE THE OSLO ACCORDS IN THE 1990s: ADVANCES OR SETBACKS?

### Abstract

From pogroms to Zionism; from Israeli kibbutzim to Palestinian refugees; from wars to approach attempts – the Oslo Accords, forged in the context of post-Cold War, represent a watershed event. The world watched still the handshake of Yitzhak Rabin and Yasser Arafat witnessed by Bill Clinton in 1993. Oslo entered into force as a formal agreement, however it represented more than that. For the first time, after forty-five years of startling violence and nonstop conflicts, the greeting represented the hope to a commitment for establishment of peace between the two people, emerging as a historical milestone. However, the Oslo Accords failed in their materialization. In subsequent years, the negotiations would resume on various summits and conventions. Amid the dizzying cycles of violence and moments

---

\*Pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Moura Lacerda.

\*Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Moura Lacerda e especializando em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: heros.tamiozzo@gmail.com

\*\*Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/Puc-SP). E-mail: lelpepe@hotmail.com

when peace was at “arm’s length”, do negotiations between Palestinians and Israelis show progresses or setbacks?

**KEYWORDS:** Oslo Accord; Palestine; Israel.

### Perseguição e diáspora judaica

O povo judeu teve sua origem na Palestina, exercendo domínio sobre o território desde o século XII a.C até o segundo século da Era Cristã, momento em que o Império Romano os impeliu para fora de sua terra natal. Na história subsequente, a “faixa estreita de terra” esteve sob a tutela de diversos povos\* e os judeus espalharam-se por diversas regiões, sobretudo na Europa. *Em meados do século XIX, a maior parte dos judeus vivia na Europa Oriental, sobretudo Polônia, Lituânia, Rússia e Hungria.*†

Os judeus desempenhavam um importante papel nessas regiões através do comércio e da usura, vivendo em relativa harmonia com os setores e habitantes locais. Esse cenário foi paulatinamente transformado à medida que as burguesias nacionais passaram a ver os judeus como concorrentes indesejáveis.‡ Com a transição da era feudal para o sistema industrial na Europa, houve migração massiva do campo para as cidades, resultando em hordas de desempregados. Com condições de vida miseráveis, as doenças se alastraram. Diante do agravamento dos problemas socioeconômicos na Europa do século XIX, começou-se uma busca por encontrar os culpados para essa situação.

Em 1881, após o assassinato de Alexandre II, assume o trono da Rússia seu neto Nicolau. As autoridades czaristas resolveram culpar os judeus pelas mazelas do povo russo:

*...era muito mais conveniente para essas mesmas classes dominantes que o povo atribuisse a sua desgraça não a quem tinha poder (...) mas a terceiros: os judeus. Assim não se trataria de lutar contra o injusto e repressivo regime imperial, mas contra os judeus que ocupavam os postos de trabalho dos russos... (SALEM, 1986, p. 12)*

No decorrer de 20 anos, milhares deles foram massacrados.

*Centenas de milhares deles que escaparam dos pogroms§ fogem para a América. Outros permanecem [para apoiar] a revolução e alguns poucos, um punhado de românticos sonhadores, inventam o sionismo. (BITTON, Palestina, 1992)*

---

\* CUMMINS, 2010

† SALEM, 1986, p. 11

‡ SALEM, 1986.

§ Atos de violência contra uma minoria étnica. Historicamente o termo faz alusão à perseguição e ao assassinio de judeus.

Com as perseguições e diante do fenômeno do nacionalismo, que teve seu ápice no século XIX, começou-se a aventar a possibilidade de estabelecimento de um Estado-Nação também para os judeus. A região onde os judeus ansiavam fixar-se definitivamente era a Palestina. Teve início, assim, o retorno de judeus em grande número ao Oriente Médio. As primeiras imigrações para o então território da Palestina foram viabilizadas por barões como Rothschild e Maurice de Hirsch, que financiavam a formação das colônias. Esse “retorno inicial”, a princípio, passou despercebido aos olhos dos camponeses árabes da região. A criação de um Estado judeu, porém, dependeria de um embasamento político-ideológico que surgiria também no século XIX e daria origem ao movimento sionista.

Em 1860, em Budapeste, Hungria, nasce Theodor Herzl, jornalista e visionário do Estado judeu. Ao acompanhar o julgamento de Alfred Dreyfus na França, em 1894, Herzl presenciou o antissemitismo e a injustiça. O oficial francês judeu estava sendo condenado por espionagem mesmo quando as evidências testificavam a favor de sua inocência. Durante o processo, Herzl ouviu em manifestações, em Paris, canções que apregoavam “morte aos judeus”, motivo que o levou a escrever: *Se até mesmo a França do Iluminismo procura levar os judeus à morte, devemos ter a nossa própria terra, um Estado onde sejamos nós os senhores.*\*

## O movimento sionista

Basiléia, Suíça, foi palco, em 1897, para o primeiro congresso sionista que deu origem à Organização Sionista Mundial (OSM). O Sionismo emergia como um movimento nacionalista a fim de estabelecer um “Lar Nacional” para os judeus, distinguindo-se, portanto, das colônias imperiais ocidentais, como constata Houat:

*... o objetivo final não era manter um território dependente e fornecedor de riquezas para a metrópole, e sim conquistar e transformar esse território em algo novo, capaz de sediar o Estado imaginado. (HOUAT, 2008, p. 295)*

Contribuindo com o raciocínio:

*... o processo de colonização sionista tinha uma peculiaridade muito própria (...) não pretendia explorar a mão de obra nativa, mas substituí-la na totalidade pela imigrante. (SALEM, 1986, p. 19)*

---

\* BITTON, 1992.

Conseguindo o apoio da Inglaterra, posteriormente, os judeus vislumbram a transição de um sonho utópico para a real possibilidade do estabelecimento da entidade nacional judaica na Palestina, que ainda estava sob o jugo otomano.

No contexto da I Guerra Mundial (1914-1918), o Império Otomano uniu forças com a Alemanha para o embate. No entanto, com o término do conflito, e a respectiva derrota, os domínios otomanos foram desmantelados e divididos pelas potências europeias. Com a vitória dos aliados, o território é absorvido por França, Itália e Inglaterra - esta última exercendo autoridade sobre a Palestina. Os britânicos ficaram comprometidos em promover a libertação dos povos, até então oprimidos pelos otomanos.

A expectativa se eleva ainda mais quando a famosa declaração de Balfour\* é transmitida aos sionistas por Lord Rothschild:

*His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country.† (Balfour Declaration, 1917)*

Instantaneamente os atritos entre árabes e judeus se agravaram. Por meio da contribuição de Salem, evidencia-se a animosidade provocada pelo posicionamento do Reino Unido:

*A ressalva britânica para que fossem respeitados os “direitos das comunidades não judias” era, certamente, muito questionável: como não entrar em choque com ela, ao se pretender criar um Lar Nacional de uma população estrangeira num território já povoado? Ora, a satisfação dos anseios sionistas (...) necessariamente haveria de se opor aos interesses dos habitantes árabes locais. (SALEM, 1986, p. 21)*

Apesar da polêmica sobre a legitimidade de seu conteúdo, foi essa declaração que “abriu as portas para a implantação sionista na Palestina.”‡ A imigração judaica que continuara ininterrupta tomou uma dimensão ainda maior com a ascensão de Adolf Hitler na

---

\* A declaração de Balfour, como ficou conhecida, faz referência a seu autor, Arthur Balfour, então ministro das relações exteriores do Reino Unido.

† O Governo de sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento de um lar nacional para o povo Judeu na Palestina e fará uso de seus melhores empreendimentos para a realização desse projeto, ficando claramente entendido que nada deve ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer outro país. (Tradução do autor)

‡ SALEM, 1986, p.21.

Alemanha e as perseguições aos judeus promovidas pelo regimenazista. Entre 1932 e 1938 mais de 200 mil novos imigrantes chegaram ao Oriente Médio como consequência de uma nova onda de perseguições aos israelitas na Europa.

Na história subsequente, o fardo tornou-se pesado demais para os britânicos. A devastação gerada em seu país durante a Segunda Guerra Mundial e a percepção de que não havia como criar um Estado judeu sem ferir os direitos dos palestinos – revelando a inconsistência da Declaração Balfour – fazem com que a responsabilidade seja delegada à recém-criada Organização das Nações Unidas\*, anunciando, simultaneamente, sua retirada em maio de 1948.

### **A criação do estado de Israel**

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU abre um debate sobre a questão palestina. Contrariando os interesses do povo palestino e do mundo árabe, em 29 de novembro de 1947 a Resolução 181 das Nações Unidas acerca da questão palestina é aprovada, retomando a premissa da Comissão Peel (1936): a divisão da Palestina em dois Estados. As ruas de Jerusalém são tomadas pelos árabes que saem manifestando sua indignação. Os judeus aceitam a Resolução e deixam para mais tarde questões relativas à delimitação de fronteiras.

Embora permanecesse a premissa da divisão em dois Estados, as linhas determinadas pela Resolução 181 não seguiam a mesma lógica da Comissão Peel.

---

\* Substituiu a Liga das Nações que vigorava desde 1919.



Fonte: <http://www.mythsandfacts.org/replyonlineedition/chapter-4.html>. Acesso em: 07/12/2014.

Importantes entraves, como a percepção de que 700 mil judeus ficariam com 53% do território enquanto 1,4 milhão de árabes-palestinos com 47% e o descontentamento em relação às políticas de imigração de judeus devem ser mencionados. Soma-se o fato de que os Estados árabes vizinhos não aceitaram a Resolução e manifestaram abertamente sua oposição a qualquer plano que proporcionasse ganhos para uma minoria. Entretanto, ninguém externa melhor as razões da revolta árabe do que Henry Cattán em seu discurso, em 1947, na ONU:

*Os árabes não estão reivindicando uma fiança pelo seu país, pois ele pertence a eles. Nem estão reivindicando a garantia de sua independência, pois são dignos dela como sendo seu direito natural. (BITTON, 1992)*

Com tais convicções já estabelecidas, o bom senso remete à reflexão quanto ao custo da oposição. O fato é: depois de séculos de perseguições tendo como reflexo a diáspora e a morte, o povo hebreu estava disposto a pagar qualquer preço. Suas convicções são manifestadas ao mundo pelo Rabino Abba Hillel Silver, também em 1947:

*O povo judeu pertence a essa sociedade de nações. O povo judeu não é menos merecedor que outros povos que estabeleceram sua liberdade e independência e cujos representantes estão agora aqui sentados. O povo*

*judeu foi seu aliado na guerra, uniu-se a seus sacrifícios para atingir uma vitória comum. (BITTON, 1992)*

A história delineava seu rumo. A partir de então a escalada de violência tenderia ao agravamento.

## Guerras

Bregman (2002) define o ano de 1948 como um marco para o Oriente Médio, especialmente para o povo palestino. Para eles é o ano da *al-Nakba* \*, o ano em que acaba o mandato britânico e eclode a primeira guerra árabe-israelense, criando-se o problema do surgimento do Estado de Israel em seu território e também o drama dos refugiados palestinos.

O judeu-polonês David Ben-Gurion, pai do nascente Estado de Israel, declara a independência no dia 14 de maio de 1948. No dia seguinte é declarada a guerra, convergindo com o término do mandato inglês no território. Os países árabes<sup>†</sup> atacam Israel por três frentes distintas, tendo como objetivo impedir que o ato de independência se consumasse.

Em 1949, o conflito chega ao fim com a consolidação de acordos após o armistício. O Estado palestino não se efetiva, pois a Faixa de Gaza fica sob a administração do Egito, enquanto a margem ocidental do Rio Jordão<sup>‡</sup> e Jerusalém Oriental sob a autoridade jordaniana. Ademais, Israel confirma sua independência e amplia seu território.

*... durante a guerra de 1948 os soldados de Ben-Gurion, ao se apoderarem de novas parcelas do território palestino, tinham como objetivo claro o esvaziamento dessas terras de seus habitantes árabes lá estabelecidos, para serem povoadas por judeus. (SALEM, 1986, p.30)*

A consolidação do Estado judeu só seria possível se houvesse garantia de segurança. Dizer isso é afirmar, necessariamente, que havia uma preocupação para que o número de árabes presentes no território hebreu fosse minoria, o que evidenciava a percepção israelense da importância de alcançar superioridade demográfica. Dessa forma,

---

\*Significa “a Catástrofe”, em árabe.

<sup>†</sup> Egito, Síria, Iraque, Transjordânia, Líbano e Arábia Saudita.

<sup>‡</sup>“A Cisjordânia, com 5 295 km<sup>2</sup> ou 20,5% da Palestina...” (SALEM, 1986, p.28).

ganha força o argumento da limpeza étnica – mesmo que parcial, como afirma Benny Morris\*.

*Evacuações de fato ocorreram, como em povoações como Lydda e Ramle, na estrada entre Tel Aviv e Jerusalém, assim como violentas ações dos grupos judaicos Irgun e Stern† contra aldeias árabes como Deir Yassin, na mesma estrada. [Entretanto] o êxodo de lideranças políticas e profissionais liberais (...) [desorientou] milhares de palestinos que, como quaisquer civis em meio a operações bélicas, e diante de um exército considerado inimigo, buscaram refúgio atrás das linhas consideradas amigas. (LIMONCIC, 2005, p.144)*

Esses fatores redundaram na diáspora dos palestinos que em 1950 somavam 900 mil refugiados nos países árabes vizinhos. A convicção inicial de que os refugiados seriam absorvidos pelos países árabes mostrou-se enganosa. Como consequência emerge a questão palestina expandida por “... um ressentimento surdo (...) haja vista que os descendentes daqueles primeiros refugiados queriam a terra natal, assim como os sionistas uma vez buscaram a sua com tanto fervor.”‡.

## **A reorganização palestina**

Durante o período compreendido entre os anos de 1950 e 1967 iniciou-se a resistência palestina e a formação de diversas organizações, entre elas Al Fatah e a Organização para Libertação da Palestina (OLP). O objetivo principal da OLP era a criação de um “Estado democrático e laico para judeus, cristãos e muçulmanos.” A ideia era o estabelecimento de um Estado palestino que fosse do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo, compreendendo toda a Palestina histórica, refutando, portanto, a divisão do território para a criação de dois Estados.

---

\* Em entrevista à revista Época (março de 2014) o historiador afirmou: Claro que houve abusos, expulsões, uma limpeza étnica parcial. Mas não foi sistemático, tanto que Israel foi criado englobando 160 mil árabes.

† Os Combatentes pela Liberdade de Israel (Stern) e a Organização Militar Nacional (Irgun) eram organizações paramilitares israelenses que estiveram à frente de atentados contra militares britânicos, e até mesmo contra civis. São consideradas milícias terroristas pelo atentado ao King David Hotel e diversos incidentes utilizando bombas em mercados árabes palestinos.

‡ CUMMINS, 2010, p. 263.

Em 1969, no V Congresso Nacional Palestino realizado no Cairo, foi assinalado um marco para a OLP: o *Al-Fatah* alcançaria a prevalência no Comitê Executivo e Yasser Arafat, engenheiro e líder do grupo, assumiria a presidência da OLP.\*

Com o amadurecimento da Resistência Palestina, a OLP passou a centrar seus esforços na trilha diplomática e não mais sob a égide militarista que ditou sua conduta nos anos anteriores – pelo menos não em âmbito oficial –, o que lhe surtiu trunfos importantes:

*Com honras de chefe de Estado, ovacionado pelo plenário, Yasser Arafat falou pela primeira vez [em 1974] na Assembleia Geral das Nações Unidas (...) A OLP foi admitida como observadora permanente nas Nações Unidas (...) e passou a usufruir de uma simpatia crescente, sobretudo do bloco do chamado Terceiro Mundo. (SALEM, 1986, p.56 e 57)*

## Camp David e o prelúdio para Oslo

O problema da violência e da insegurança, no entanto, ainda permanecia sólido. A política dos “três não”<sup>†</sup> havia inviabilizado qualquer possibilidade de um acordo de paz coletivo entre os países árabes e Israel. Uma realidade que estava para mudar.

Negociações entre o primeiro-ministro israelense Menahem Begin e o presidente egípcio Anwar Sadat, acompanhadas pelo presidente estadunidense Jimmy Carter em sua casa de campo, em Maryland, redundaram em dois acordos anunciados em setembro de 1978.

*Os acordos de Camp David condicionaram a normalização das relações com Israel à restituição da península ocupada de Sinai e à autonomia para os palestinos. (DEMANT, 2003, p. 214)*

Os acordos de Camp David foram um marco, pois pela primeira vez um país árabe reconhecia Israel como Estado<sup>‡</sup>, estabelecendo uma base comum acerca das condições para a solução do problema palestino, bem como para a consolidação de um governo autônomo na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Mas ainda havia muralhas a serem transpostas. *Tanto pan-arabistas seculares quanto islamitas rejeitaram tal acomodação e a denunciaram como traição.*<sup>§</sup>

---

\* SALEM, 1986.

<sup>†</sup> Não à paz, não às negociações e não ao reconhecimento de Israel.

<sup>‡</sup> Para Israel foi um valioso avanço estratégico, reduzindo a insegurança interna; um importante precedente para a paz com a Jordânia e os acordos de Oslo.

<sup>§</sup> DEMANT, 2003, p. 214.

A “normalização das relações com Israel” repercutiu negativamente no Oriente Médio resultando no isolamento egípcio da comunidade árabe, e também custou a vida de Sadat, assassinado em 1981. O otimismo percebido pelo mundo no abraço entre Begin e Sadat como um importante passo para a questão palestina se mostrou utópico em sua materialização. Em boa medida o esvanecimento do otimismo se deu pela política expansionista colonial de Israel: o estabelecimento de novos assentamentos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O repúdio da OLP – e do mundo árabe – com relação a Camp David também foi determinante. Entre as razões para o descontentamento palestino estão questões relacionadas ao regresso dos refugiados e à participação efetiva de seus representantes, tanto na negociação dos acordos como na execução da autonomia proposta (vistos como uma farsa). À medida que novos assentamentos israelenses surgiam – principalmente na Cisjordânia, território densamente povoado pelos árabes – e evidenciava-se a recusa das autoridades palestinas em negociar segundo os moldes propostos pela “paz em separado”<sup>\*</sup> realizada por Sadat, intensificavam-se as manifestações anti-israelenses e as repreensões ao povo palestino, cada vez mais violentas, exacerbando, assim, o ódio de ambos os lados.

Como reflexo inevitável da profunda frustração, em 1987<sup>†</sup> o povo palestino pega em pedras e inicia o que ficou conhecido como a primeira Intifada.<sup>‡</sup> As imagens de crianças palestinas arremessando pedras contra tanques israelenses foram largamente difundidas no Ocidente, causando grande comoção. A comunidade internacional passou a pressionar Israel para tomar medidas mais incisivas a fim de solucionar definitivamente o conflito israelo-palestino.

Em 1991, em Madri, Espanha, inauguraram-se as negociações de paz entre palestinos e israelenses. A premissa era a devolução dos territórios ocupados por Israel como medida para resolução do conflito. A conferência fracassou, mas os princípios tratados os

---

\* SALEM, 1986, p. 81.

† Neste mesmo ano é criado o Hamas, ou Movimento de Resistência Islâmico. A palavra de ordem do movimento é a criação de um Estado palestino islâmico em toda a Palestina. *Chartedu Mouvement de la Résistance Islamique – Palestine, 1988*.

‡ A partir desse momento o parlamento da OLP passou a conduzir sua política sob a ótica da criação de dois Estados na Palestina. Para Israel, a conduta da liderança palestina, que por um lado “renunciava ao terror” como meio para atingir seus fins, mas aclamava a “luta pela libertação”, externava contradições. Estas, por sua vez, conduziram o Estado hebreu a refutar a possibilidade de qualquer processo de paz ou reconhecimento da OLP como representante do povo palestino, tratando-os como uma organização terrorista. Entretanto, essa foi uma importante concessão – a saber: aceitação da criação de dois Estados na Palestina – feita pela OLP, que favoreceu o diálogo acerca do conflito nos anos subsequentes.

conduziram a negociações bilaterais e troca de correspondências\*, o que mais tarde os levou a Oslo.

## Os Acordos de Oslo

Assinados entre 1993 e 1999, os acordos de Oslo previam a promoção gradual de um processo de paz entre os atores. As prerrogativas se baseavam nas Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança, em que nenhum território adquirido por meio da força seria legítimo.

A “Declaração de Princípios” estipulava o estabelecimento de uma “Autoridade Palestina de autogoverno provisória”†, por um período não superior a cinco anos. O acordo objetivava especificar:

*...the structure of the Council, the number of its members, and the transfer of powers and responsibilities from the Israeli military government and its Civil Administration to the Council. The Interim Agreement shall also specify the Council's executive authority, legislative authority...(Article VII Interim Agreement. Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements, 1993)‡*

Durante o processo haveria a transição da jurisdição do território ocupado – Gaza e Margem Ocidental (Cisjordânia) do rio Jordão – de Israel para a Autoridade Nacional Palestina – que acabara de surgir como fruto dos acordos. A transição seria paulatina, marcada pela retirada do exército israelense da Faixa de Gaza e da área de Jericó§, a ser substituída pelo estabelecimento de uma força policial palestina, capaz de manter a ordem pública e conter atos de insurgência contra Israel, bem como a realização de eleições políticas diretas para que o povo palestino pudesse eleger democraticamente seus representantes.

A premissa era viabilizar a autonomia palestina para autogovernar-se, e, para isso, ficou acordada a criação de organismos para promover o desenvolvimento econômico, entre

---

\* Nesse período as negociações ainda eram secretas.

† *Israel-Palestine Liberation Organization Agreement, 1993.*

‡ ... a estrutura do Conselho, o número de membros, e a transferência de poderes e responsabilidades do governo militar israelense e sua administração civil ao Conselho. O Acordo provisório deverá também especificar sua Autoridade executiva e legislativa... (Tradução do autor)

§ Cisjordânia.

eles: *a Palestinian Electricity Authority, a Gaza Sea Port Authority, a Palestinian Development Bank, a Palestinian Export Promotion Board...* \*.

Entre as demais questões pendentes, o Anexo III estipulava a utilização equitativa dos recursos hídricos – outro grande problema – que até então eram controlados exclusivamente por Israel. O Estado hebreu utilizava cerca de 80% do volume total enquanto outros 20% eram racionados entre os palestinos. A proposta de cooperação na gestão dos recursos hídricos não saiu do papel. Em referência à questão, Edward W. Said escreve: ... *this issue was never seriously negotiated during the Oslo Peace process.* †

Os dispositivos acabaram por postergar os principais entraves‡, abrindo um vácuo para manobras que contrariavam a lógica de Oslo, ou demonstram sua verdadeira “face”: a falta de interesse em concessões e posicionamentos concretos para o estabelecimento de uma resolução justa para ambos. No entanto, essa realidade só seria percebida, pela maioria, mais tarde.

Em meio à euforia inicial, descreve Bregman:

*I saw Yitzhak Rabin’s handshakes, first with Yasser Arafat in 1993 and then with King Hussein of Jordan in 1994 historic events so powerful that they should, so I believed, in their symbolism alone, have put an end to the Arab-Israeli conflict. “Never”, I remember myself saying with much conviction in a lecture, will anyone be able to turn this wheel back. I was wrong – like many others... (BREGMAN, 2002, Prefácio)§*

O preâmbulo do Acordo Provisório de 1995 determina:

*Reaffirming their mutual commitment to act, in accordance with this agreement, immediately, efficiently and effectively against acts or threats of terrorism, violence or incitement, whether committed by Palestinians or*

---

\* Autoridade Palestina de Energia, o Porto Marítimo de Gaza, um Banco de Desenvolvimento Palestino, o Conselho Palestino de Promoção à Exportação...(Tradução do autor). *Israel-Palestine Liberation Organization Agreement, 1993.*

† Esse assunto nunca foi seriamente negociado durante o processo de paz de Oslo. (Tradução do autor). SAID, 2004, p. 5.

‡ A saber: o futuro de Jerusalém Oriental, o destino dos assentamentos, a questão do retorno dos refugiados palestinos e a delimitação de fronteiras.

§ Eu vi Yitzhak Rabin apertar mãos, primeiro com Yasser Arafat em 1993 e depois com o Rei Hussein da Jordânia em 1994, momentos históricos tão poderosos como deveriam; então, acreditei que em seu simbolismo somente, haviam colocado um fim no conflito árabe-israelense. ‘Nunca’, eu me lembro de ter dito com muita convicção em uma palestra, ‘ninguém será capaz de fazer essa “roda” retroceder’. Eu estava errado – como muitos outros... (Tradução do autor)

*Israelis.(Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip, 1995)\**

A perniciosa expansão dos assentamentos israelenses e as revoltas palestinas que se seguiram, marcadas por atentados contra a população em Israel, demonstram uma desconexão entre as promessas e a realidade. Os fatos começavam a fragmentar as esperanças daqueles que acreditavam que a paz seria fruto de Oslo.

As diretrizes fundamentais, que ficariam aguardando uma definição final após o início das negociações em Oslo I, não foram solucionadas em 1995, conforme o previsto para Oslo II.

*Mr. Shaath, the de facto Palestinian foreign minister, said: "The lingo during all those years was 2 percent territory here and 3 percent there. Release 20 prisoners today and 30 prisoners next week. Open this dirt road. It was bits and pieces. This did not create any deep understanding between the parties on the big issues.(SONTANG, 2001)†*

A divisão da Cisjordânia em áreas A, B e C, conforme determina o acordo de “Taba” de 1995, trouxe a percepção às autoridades palestinas de que Israel estava transformando um controle militar direto em um domínio indireto sobre o povo palestino. Os representantes israelenses alegavam que Arafat exigia concessões em excesso, enquanto a ANP recusava aceitar seu território transformado em “arquipélago”. As “ilhas”, não estando interligadas entre si, inviabilizavam, portanto, a criação de um Estado palestino autônomo.*Sure, the Palestinians control their own towns, but the Israelis control all the roads connecting these towns and therefore all their movements.‡*

---

\* Reafirmando seu compromisso mútuo de agir, em conformidade com esse Acordo, imediatamente, de forma eficiente e eficaz contra atos ou ameaças de terrorismo, violência ou incitamento cometidos por palestinos ou israelenses. (Tradução do autor)

† O Sr. Shaath, ministro *de facto* das Relações Exteriores palestino, disse: “O jargão durante todos esses anos foi 2 por cento de território aqui e 3 por cento de território ali. Solte 20 prisioneiros hoje e 30 prisioneiros semana que vem. Abra essa estrada de terra. Fragmentos e pedaços. Isso não cria qualquer entendimento profundo entre as partes sobre as grandes questões. (Tradução do autor)

‡ Certamente, os palestinos controlam suas próprias cidades, mas os israelenses controlam todas as estradas conectando essas cidades e, portanto, todos seus movimentos. (Tradução do autor). FRIEDMAN, 2000, apud SAID, 2004, p. 7.



FONTE: <http://israelipalestinian.procon.org/view.answers.php?questionID=439>. Acesso em: 07/12/2014.

Como fruto dos constantes desacordos, os anos de 1990 foram marcados por um diálogo que se esfriou gradativamente. Os resultados obtidos pela iniciativa na Noruega ficaram muito aquém das expectativas. Yitzhak Rabin, primeiro-ministro que representara Israel no acordo de Oslo I, em 1993, foi assassinado dois anos após o aperto de mãos com Yasser Arafat, por um judeu de extrema-direita. A guerra, de certa forma, fazia parte da composição psicológica de gerações que nasceram em seu meio, motivo pelo qual se discutiam políticas objetivando educar para a paz; evidentemente sem – ou com muito pouco – sucesso.

O artigo de Edward W. Said publicado pela revista britânica *London Review of Books*, em 2000, manifesta a profunda frustração em relação a Oslo:

*It is clear to everyone on the ground, I think, that the old Oslo framework, which has done so much damage, is no longer at all workable (a recent Bir Zeit poll shows that only 3 percent of the Palestinian population want to return to the old negotiations) and that the Palestinian negotiation team led by Arafat can no longer hold the center, much less the nation. Everyone, I think, feels that enough is enough: the occupation has gone on too long, the peace talks have dragged on with too little improvement, the goal, if it was to have been independence, hasn't been clear (thank Rabin, Peres, and their Palestinian counterparts for that particular failure), and the suffering of ordinary people, whether because of Israeli practices or*

*the Authority's crude incompetence, greed, and brutality, has gone further than can be endured.*(SAID, 2004, p. 25)\*

## Mudanças Conjunturais

Os anos subsequentes foram marcados por uma série de cúpulas e convenções que objetivavam solucionar –sem sucesso – os entraves entre palestinos e israelenses, nomeadamente: Camp David (2000); Taba (2001); Iniciativa Árabe de Paz (2002); *Road Map For Peace*– Mapa do Caminho para a Paz – (2003); e diversos acontecimentos que trouxeram importantes mudanças conjunturais para o Oriente Médio – especialmente para os palestinos e os israelenses.

Após dez anos à frente da ANP, o líder palestino Yasser Arafat morre em novembro de 2004, sendo substituído por Mahmoud Abbas. Sharon conclui a retirada unilateral da Faixa de Gaza em 2005 e deixa o partido *Likud* para criar o partido de centro *Kadima*, também em 2005. Em 2006, o premiê israelense sofre um derrame e é substituído por Ehud Olmert. No mesmo ano o grupo islâmico *Hamas* tem uma vitória expressiva nas eleições legislativas palestinas. Como subproduto, inicia-se uma série de conflitos entre este e o *Fatah*, culminando na divisão geopolítica do governo de unidade nacional; o *Hamas* passaria a exercer controle sobre a Faixa de Gaza, enquanto o *Fatah* controlaria a Cisjordânia. Para a administração Bush e para o governo israelense, a exclusão do *Hamas* do governo era uma oportunidade de retomar os esforços diplomáticos para um acordo de paz.<sup>†</sup> Entretanto, esse discurso logo perdeu força – embora algumas negociações tenham sido conduzidas sob a administração Obama, porém, sem obter êxito. Para as autoridades israelenses, Abbas não conseguiria conter a violência; ele não falava por cerca da metade dos palestinos. Abbas não estava somente sem controle sobre Gaza, mas seu partido, *Fatah*, estava tão fraco e dividido que ele mal podia falar pela Cisjordânia. O presidente palestino foi paulatinamente perdendo o apoio da população, à medida que negociava com Israel

---

\* Está claro para todos, eu acho, que o antigo cenário de Oslo, que tem causado tanto dano, já não é mais viável (a recente pesquisa de Bir Zeit mostra que somente 3 por cento da população palestina quer voltar para as antigas negociações) e que a equipe de negociação palestina liderada por Arafat não consegue mais conter o centro, muito menos a nação. Todos, eu acho, sentem que já é o bastante: a ocupação já dura muito tempo, as negociações de paz se arrastaram com muito pouca melhora, o objetivo, se era para ter sido a independência, não foi claro (graças a Rabin, Peres, e seus homólogos palestinos por esse fracasso particular), e o sofrimento de pessoas comuns, seja pelas práticas israelenses ou pela bruta incompetência da Autoridade, ganância e brutalidade, foi mais longe do que poderia ser suportado. (Tradução do autor)

<sup>†</sup> MIGDALOVITZ, C. *Israeli-Palestinian Peace Process: The Annapolis Conference*, 2007, p. 2.

enquanto este desferia ataques contra a Faixa de Gaza.\* A reconciliação entre o *Hamas* e *Fatah* aconteceria em junho de 2014, após cerca de 8 anos de hostilidades. O fato vigora como um entrave diplomático entre Israel e a ANP.

Após o sequestro e assassinato de 3 jovens israelenses por uma ala militar do *Hamas*†, o ciclo ascendente de violência levou à guerra em julho desse mesmo ano. O conflito deixou cerca de 1800 palestinos e 70 israelenses mortos.‡

Em outubro de 2014 um novo elemento surge na equação; a Suécia desponta como o primeiro país da Europa Ocidental a reconhecer o Estado palestino.§ Em maio de 2015 o Vaticano também anuncia o reconhecimento; esses fatos representam atos simbólicos, cujo impacto não é determinante nas negociações entre palestinos e israelenses.\*\*

Em março de 2015 o partido *Likud* de Benjamin Netanyahu reafirma sua posição no parlamento, derrotando seu adversário Yitzhak Herzog, da coligação de centro esquerda União Sionista. A Autoridade Nacional Palestina manifestou abertamente seu descontentamento. Mesmo diante da retomada dos diálogos, pouco se acredita em ações concretas e boa vontade no âmbito diplomático de ambos os lados de maneira mais efetiva. A ideia de uma harmonização das demandas entre os atores, a contragosto, permanece distante.

## Considerações finais

Em seu livro “Contra o Fanatismo” (2002), Amós Oz descreve a relação entre palestinos e israelenses como um choque entre “certo e certo”, ou seja, refuta o clássico posicionamento maniqueísta ao dizer que ambos os lados dispõem de bons argumentos e

---

\* O'DONNELL, C. M. *The EU, Israel and Hamas*. Centre for European Reform, 2008, p. 8.

† Israel-Gaza conflict: Hamas official admits military wing was behind kidnapping of teenagers. *The Independent*, August 2014. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israelgaza-conflict-hamas-official-admits-organisation-was-behind-kidnapping-of-teenagers-9682299.html>> Acesso em: 09/12/2014.

‡ O Tribunal Penal Internacional (TPI) está investigando, sob acusação palestina, a possibilidade de Israel ter cometido crimes de guerra nesse período.

§ Suécia reconhece Estado Palestino. *BBC*, 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141030\\_suecia\\_palestina\\_rp](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141030_suecia_palestina_rp)> Acesso em: 09/12/2014.

\*\* A França, Bélgica e Austrália já apresentaram indícios de que poderiam tomar a mesma posição. NEELY, B. *Analysis: Why Recognition of Palestinian State Could Fuel Mideast Fire*. Cumpre mencionar que dezenas de outros países também já reconhecem a existência do Estado palestino, dentre eles, o Brasil.

bons motivos para serem tão ferrenhos na defesa de seus pontos de vista. Faz também uma analogia ao conflito de forma elucidativa:

Se há algo a esperar, isso é um divórcio justo e razoável entre Israel e Palestina (...) as duas partes que se divorciam ficarão definitivamente no mesmo apartamento. Ninguém vai se mudar. E como o apartamento é muito pequeno, será necessário decidir quem fica com o quarto A e quem fica com o quarto B, e o que se fará em relação à sala de estar. E, devido ao pequeno tamanho do apartamento, algum arranjo especial terá que ser feito em relação ao banheiro e à cozinha. Muito inconveniente. (OZ, 2004, p.58)

Said (2004) o faz sem analogia alguma:

*We were dispossessed and uprooted in 1948, they think they won Independence justly. We recall that the land we left and the territories we are trying to liberate from military occupation are all part of our national patrimony; they think it is theirs by biblical fiat and diasporic affiliation. Today by any conceivable standards we are the victims of the violence; they think they are. There is simply no agreed-upon common ground, no common narrative, no possible area for genuine reconciliation. Our claims exclude each other. Even the notion of a common life shared (unwillingly it is true) in the same small piece of land is unthinkable. Both peoples think of separation, perhaps even of isolating and forgetting the other. (SAID, 2004, p. 24)\**

As intermináveis cúpulas, acordos e conferências subsequentes aos anos 1990 anunciam claramente: Oslo falhou em solucionar o conflito. O fracasso de ambos os lados em honrar os compromissos firmados na Noruega e nos anos seguintes são subproduto da inconsistência e normalização postulada ao decorrer das negociações. Os acordos de paz, em sua maioria, foram apresentados com um fim em si mesmos, enquanto a violência, as práticas de ocupação, privação de direitos e cerco avançavam simultaneamente às relações políticas e econômicas, como se fossem, de alguma forma, independentes do conflito.<sup>†</sup>

A história pode ter demonstrado um caráter duplo – momentos em que a paz esteveva milhas de distância e, por vezes, a um pequeno passo. Os argumentos contemplam,

---

\* Fomos desapropriados e desenraizados em 1948; eles pensam que conquistaram a independência de forma justa. Lembramos que a terra que deixamos e os territórios que estamos tentando libertar da ocupação militar fazem parte de nosso patrimônio nacional; eles pensam que pertencem a eles por decreto bíblico e filiação diáspórica. Hoje, por qualquer padrão concebível somos vítimas de violência; eles pensam que eles são. Simplesmente não há acordos sobre território comum, não há narrativa comum, nenhuma área comum para reconciliação genuína. Nossas reivindicações são auto-excludentes. Até mesmo a noção de uma vida comum compartilhada (a contragosto, é verdade) no mesmo pequeno pedaço de terra é impensável. Ambos os povos pensam em separação, talvez em isolar e esquecer o outro. (Tradução do autor)

<sup>†</sup> Ibrahim, N. *What is Normalization?* Alternative Information Center, 2013.

no critério “retrocessos”, a expansão de assentamentos; o posicionamento irredutível de governos conservadores e extremistas; ataques contra civis; falta de concessões viáveis; o não reconhecimento de Israel/Palestina; a opressão dos palestinos; construção do muro; desapropriação... No entanto, argumenta-se também sobre avanços: o reconhecimento mútuo entre Israel e a ANP em Oslo; atualmente, admite-se a divisão do território para a formação de dois Estados – embora não haja consenso com relação à proposta “um” ou “dois Estados”; existe a possibilidade de troca de terras; retomou-se a discussão do retorno dos refugiados e/ou compensação; um maior engajamento da comunidade internacional; a desocupação da Faixa de Gaza; a proposta dos países árabes normalizarem as relações com Israel, entre outros. Os fatos poderiam, portanto, externar a realidade de uma relação permeada por avanços e retrocessos.

Contudo, fora do âmbito teórico pouco se vê além de uma retórica fictícia – cada vez menos convincente. Os palestinos, de forma geral, sentem que foram traídos em Oslo, bem como nas cúpulas posteriores. A situação de comunidades palestinas, em geral, é pior hoje do que era antes da convenção realizada na Noruega. A ANP perde cada vez mais sua legitimidade. O campo de refugiados Balata, na Cisjordânia, em fevereiro de 2015 foi palco de confrontos violentos entre palestinos e forças policiais da ANP – fatos que são cada vez mais frequentes em todo o território. As autoridades israelenses adotam uma política fundada precisamente na retórica normalizadora supramencionada, tendo que lidar com um desgaste político crescente.

Como afirma Said (2004), as reivindicações são autoexcludentes – para Israel, um dilema de segurança, para os palestinos uma questão de direitos nacionais e autodeterminação –; portanto, nada menos que o evidente: em um futuro previsível, o cessar das hostilidades não é uma alternativa viável – nem mesmo possível.

## **REFERÊNCIAS**

BERGER, Alan. et al. *ISRAEL AND PALESTINE: Two States for Two Peoples. If Not Now, When? Timeline and Glossary of Israeli-Palestinian Conflict & Peacemaking*. Boston Study Group on Middle East Peace, 2010. 94p.

BREGMAN, Ahron. *Israel's Wars: A history since 1947*. London: Routledge, 2000. 368 p.

CUMMINS, Joseph. **As maiores guerras da história: Os conflitos épicos que delinearão o mundo moderno.** Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2011. 304p.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano.** São Paulo: Contexto, 2013. 432p.

FELDBERG, Samuel. **Perpetuando o conflito Israel – Palestina.** Revista Política Externa Vol. 13 nº 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

GOMES, Aura R. **A questão da Palestina e a fundação de Israel.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 2001. 142p.

LIMONCIC, Flávio. **Israel, Palestina e a língua do P: (Paz), Paus e Pedras no meio do caminho.** Revista Insight Inteligência, nº 31, 2005. 11p.

MILLER, Aaron D. *The much too promised land: American's elusive search for Arab-Israeli Peace.* New York, Bantam Books, 2008. 416p.

OZ, Amos. **Contra o Fanatismo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.105p.

PODEH, Elie. *Israel and the Arab Peace Initiative, 2002–2014: A Plausible Missed Opportunity.* *The Middle East Journal*, Volume 68, Number 4, Autumn 2014. 19p.

SAID, Edward. W. *From Oslo to Iraq and the Roadmap.* London: Bloomsbury Publishing, 2005. 352p.

\_\_\_\_\_. **Orientalismo.** Lisboa, Portugal: Cotovia, 2004. 368p.

SALEM, Helena. **O que é QUESTÃO PALESTINA.** São Paulo: Nova Cultural, 1986. 104p.

SAMPAIO, Luis de A. **Paz no Oriente Médio: ilusão ou possibilidade?** Revista Negócios Estrangeiros, nº 13, 2008.

TEITELBAUM, Joshua. *The Arab Peace Initiative: A Primer and Future Prospects*. Jerusalem: Jerusalem Center for Public Affairs, 2009. 40p.

#### SITES

**BALFOUR DECLARATION: Text of the Declaration, 1917.** Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/History/balfour.html>> Acesso em: 10/12/ 2014

BITTON, Simone. **Palestina, A História de uma Terra.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1MXBL0Mc6XM>> Acesso em: 30/03/2014.

**CHARTE DU Mouvement de la Résistance Islamique – Palestine (Hamâs).** 1988. Disponível em: <<http://iremam.cnrs.fr/legrain/voix15.htm>> Acesso em: 31/07/2014.

**DECLARATION OF Principles on Interim Self-Government Arrangements, 1993.** Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/71DC8C9D96D2F0FF85256117007CB6CA>> Acesso em: 23/08/2014.

HOUAT, Stephan F. **A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos.** Disponível em: <[http://www.fabsoft.cesupa.br/saber/artigos/edicao1/STEPHAN\\_HOUAT.pdf](http://www.fabsoft.cesupa.br/saber/artigos/edicao1/STEPHAN_HOUAT.pdf)> Acesso em: 30/03/2014.

IBRAHIM, Nassar. **What is Normalization?** *Alternative Information Center (AIC)*, 2013. Disponível em: <<http://alternativenews.org/archive/index.php/blogs/other-comentators/7381-what-is-normalization>> Acesso em: 23/11/2014.

**ISRAELI-PALESTINIAN INTERIM Agreement on the West Bank and the Gaza Strip – Oslo II – 1995.** Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/D91C90A304F06EA4052564E60048C213>> Acesso em: 23/08/2014.

**ISRAEL-GAZA CONFLICT: Hamas official admits military wing was behind kidnapping of teenagers.** *The Independent*, 2014. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israelgaza-conflict-hamas-official->

admits-organisation-was-behind-kidnapping-of-teenagers-9682299.html> Acesso em: 09/12/2014.

**ISRAEL-PALESTINE LIBERATION Organization Agreement.**1993. Disponível em: <[http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/isrplo.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/isrplo.asp)> Acesso em: 29/07/2014.

KLAUSNER, C. L. e BICKERTON, I. J. *What Was the 1995 Oslo Interim Agreement?* ProCon, 2008. Disponível em: <<http://israelipalestinian.procon.org/view.answers.php?questionID=439>> Acesso em: 07 de dezembro de 2014.

MIGDALOVITZ, Carol *Israeli-Palestinian Peace Process: The Annapolis Conference.* CRS Report for Congress, 2007. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/98093.pdf>> Acesso em: 07/12/2014.

NEELY, Bill. *Analysis: Why Recognition of Palestinian State Could Fuel Mideast Fire.* Disponível em: <<http://www.nbcnews.com/storyline/middle-east-unrest/analysis-why-recognition-palestinian-state-could-fuel-mideast-fire-n261366>> Acesso em: 27/05/2015.

O'DONNELL, Clara M. *The EU, Israel and Hamas. Centre for European Reform.* CER, 2008. Disponível em: <[http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/wp\\_820-1475.pdf](http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/wp_820-1475.pdf)> Acesso em: 27/05/2015.

**RESOLUTION 181 – the “Partition Plan”. Recommended “Partition Plan,” November 29, 1947.** Disponível em: <<http://www.mythsandfacts.org/replyonlineedition/chapter-4.html>> Acessado em: 07/12/2014.

SAID, Edward W. *The morning after.* London Review of Books. Vol. 15 No. 20 – 21 Outubro, 1993. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v15/n20/edward-said/the-morning-after>> Acesso em: 23/11/2014.

SONTANG, Deborah. *AND YET SO FAR: A special report; Quest for Mideast Peace: How and Why It Failed.* The New York Times, 2001. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/07/26/world/and-yet-so-far-a-special-report-quest-for-mideast-peace-how-and-why-it-failed.html>> Acesso em: 23/11/2014.

**SUÉCIA RECONHECE Estado Palestino.** BBC, 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141030\\_suecia\\_palestina\\_rp](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141030_suecia_palestina_rp)> Acesso em: 09/12/2014.

TURRER, Rodrigo. **Benny Morris: “Não há chance de paz entre Israel e Palestina”.** Revista Época. 09 Mar. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/bbenny-morrisb-nao-ha-chance-de-paz-entre-israel-e-palestina.html>> Acesso em: 01/11/2014.

*U.N. SECURITY Council Resolution 181 (II). Future government of Palestine, 1947.* Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7F0AF2BD897689B785256C330061D253>> Acesso em: 07/12/2014.

*U.N. SECURITY Council Resolution 242 (1967) of 22 November 1967.* Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>> Acesso em: 07/12/2014.